

Ugv - CENTRO UNIVERSITÁRIO

Rua Padre Saporiti, 717

(42) 3522 6192

www.ugv.edu.br

84600- 904 União da Vitória – PR

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO MEDICINA VETERINÁRIA



COORDENADORA

PROF. M.Sc. GIOVANNA GAVAZZONI

2024

**Ugv - CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Redação e Organização

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina Veterinária

**REVISADO EM: SETEMBRO 2023
APROVADO EM FEVEREIRO 2024**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	8
1. DADOS GERAIS	11
1.1. Identificação da Instituição.....	11
1.1.1. Dados da Mantenedora.....	11
1.1.2. Dados da Mantida	11
1.2. Histórico da Mantenedora e Mantida	11
1.3. Dirigentes	18
1.4. Perfil	19
1.4.1. Missão Da IES	19
1.4.2. Visão Da IES.....	19
1.5. Responsabilidade Social da IES	20
1.6. Diretrizes Pedagógicas Gerais da Instituição	22
1.7. Organização Acadêmica	27
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA E REGIÃO	29
2.1. Histórico e Contextualização Socioeconômica de União da Vitória e Região.....	29
2.2. Desenvolvimento Humano da Região.....	30
2.3. Inserção Regional – Ugv - Centro Universitário	31
2.4. Relação com a Comunidade.....	34
2.5. Curso de Medicina Veterinária e Relação com a Mesorregião	35
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	36
3.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso e Diretrizes Pedagógicas Gerais da Instituição	36
3.2. Políticas de Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão Institucional e no âmbito do curso	42
3.3. Pró reitoria Acadêmica.....	45
3.4. Pró reitoria de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão	45

3.5.	Pró reitoria de Planejamento e Administração	46
4.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	47
4.1.	Dados Gerais	47
4.2.	Bases Legais do Curso	47
4.3.	Concepção do Curso	47
4.4.	Responsabilidade Social do Curso.....	49
4.5.	Formas de Acesso ao Curso	50
5.	O CURSO	53
5.1.	Perfil e Missão do Curso.....	53
5.2.	Histórico do Curso e a Relação Com a Região Onde a Instituição está Inserida	54
5.3.	Objetivos do Curso	56
5.3.1.	Objetivo geral	57
5.3.2.	Objetivos específicos	57
5.4.	Estudos Sobre as Novas Práticas Emergentes no Campo do Curso ..	58
5.5.	Diretrizes Nacionais do Curso.....	59
5.6.	Competências e Habilidades do Egresso.....	60
5.7.	Perfil Profissional do Egresso.....	66
5.8.	Aptidão do Egresso.....	67
5.9.	Regulamentação.....	69
6.	ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	70
6.1.	Currículo Integral e Diretrizes Curriculares Nacionais	70
6.2.	Estrutura Curricular	72
6.3.	Matriz Curricular	76
6.3.1.	Matriz 226	78
6.4.	Conteúdos curriculares	82
6.4.1.	Núcleo de conteúdos.....	84
6.5.	Ementas e Bibliografias	94
6.5.1.	Matriz 226.	94

Anatomia e Fisiologia Veterinária I - 80 horas.....	94
Bases Biológicas e Embriologia - 80 horas	95
7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	141
7.1. Estágio não obrigatório	141
7.2. Estágio Obrigatório	142
7.2.1. Caracterização do estágio curricular	145
7.3. REGIMENTO INTERNO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	146
7.4. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.....	156
a. 7.4 Relação com a Comunidade.....	157
8. TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	160
8.1. REGIMENTO INTERNO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	161
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	169
9.1. Caracterização	169
9.2. Modalidade das atividades Complementares e Sociais.....	169
10. METODOLOGIA DE ENSINO	170
10.1. Aulas teóricas	175
10.2. Aulas práticas em laboratórios	176
10.3. Aulas práticas a campo.....	177
10.5. Integração ensino, iniciação à pesquisa e extensão.....	178
10.6. Educação das Relações Étnico Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Indígenas	180
10.7. Políticas de Educação Ambiental	180
10.8. Direitos Humanos.....	181
10.9. Monitoria Discente	183
11. APOIO AO DISCENTE	184
11.1. Ações Inovadoras de apoio ao discente	184
11.2. Políticas Institucionais de apoio na participação de eventos e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.....	185

11.3.	Programa de Orientação Acadêmica	187
11.4.	Atendimento ao aluno pela Coordenação do Curso	189
11.5.	Espécies de orientação acadêmica	190
11.6.	Apoio Pedagógico pelo Núcleo de Apoio ao Discente – NADU	190
11.7.	Programa Institucional de bolsas e incentivos.....	192
11.8.	Mecanismos de Nivelamento.....	196
11.9.	Central do Aluno.....	197
11.10.	Participação dos alunos nos órgãos colegiados	197
11.11.	Programa de Iniciação Científica	198
11.12.	Programas de Extensão.....	200
11.13.	Programa de Monitoria.....	202
11.14.	Programa de Internacionalização Acadêmica.....	203
11.15.	Acompanhamento do Egresso	203
11.16.	Pós-Graduação	207
12.	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	208
12.1.	Avaliações Institucionais.....	208
12.2.	Autoavaliação Institucional – CPA.....	210
12.3.	Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação	211
12.4.	Participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa ...	212
12.5.	Divulgação dos resultados	214
12.6.	A Autoavaliação do Curso	217
12.7.	Formas de utilização dos resultados das avaliações	218
13.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	220
13.1.	Caracterização	220
14.	DA COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	221
14.1.	Caracterização	221

15.	REGIME ESCOLAR, NÚMERO DE VAGAS, SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	224
15.1.	Integralização do curso.....	224
15.2.	Número de vagas.....	224
15.3.	Sistema de Avaliação do processo de ensino aprendizagem	225
15.4.	Simulado Institucional	228
15.5.	Desafio Integrador	229
16.	COORDENAÇÃO DO CURSO	231
16.1.	Atuação do coordenador do curso	231
16.2.	Participação efetiva do coordenador do curso.....	232
16.3.	Plano de Ação da Coordenação.....	234
17.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	234
17.1.	Representatividade e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante, da Coordenação e do Colegiado de Curso.....	234
17.2.	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	235
18.	CORPO DOCENTE	238
18.1.	Institucionalização e atuação do colegiado	238
18.2.	Da política de contratação docente	241
18.3.	Titulação do Corpo Docente.....	242
18.4.	Experiência Profissional do Corpo Docente	242
19.	INFRAESTRUTURA.....	244
19.1.	ESTAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL –TI.	244
19.2.	ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DE CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS.....	244
19.3.	SALA DOS PROFESSORES.....	244
19.4.	SALAS DE AULA	245
19.4.1.	SALAS DE AULA INOVADORAS	245
19.5.	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	245
19.6.	BIBLIOTECA DIGITAL	246

19.7. BIBLIOTECA WILHELM HEINRICH.....	248
19.7.1. Corpo técnico-administrativo.....	248
19.7.2. ACERVO.....	249
19.7.3. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	249
19.7.4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA	250
19.7.5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	250
19.8. INSTALAÇÕES.....	250
19.9. Salas de Aula	253
19.10. Espaço de aula Smart e Sala de Aula Interativa	253
19.11. Auditório.....	254
19.12. Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI	255
19.13. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	256
19.14. Sala Coletiva de professores.....	256
19.15. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	257
19.16. Espaços de convivência e de alimentação	258
19.17. Instalações Sanitárias.....	259
19.18. CAU (Centro de Atendimento Unificado).....	259
19.19. Organização do controle acadêmico	260
19.20. Corpo técnico do CAU	260
20. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE	262
20.1. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	262
20.2. Acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações.....	267
20.3. Recursos para pessoas com deficiência de natureza física.....	270
20.4. Adaptabilidade para portadores de deficiência visual	270
20.5. Adaptabilidade para portadores de deficiência auditiva.....	271
20.6. Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista.....	272

APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária da Ugv Centro Universitário aponta os objetivos, princípios norteadores, perfil profissional e áreas de atuação do profissional egresso. Assim como ressalta aspectos envolvendo o corpo docente, as estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem e a estrutura curricular flexível oferecida aos acadêmicos, bem como o levantamento dos recursos humanos e materiais disponíveis para a formação de futuros profissionais.

A construção deste Projeto Pedagógico do Curso – PPC segue as recomendações do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, contidas nas Referências para Elaboração de Projetos Pedagógicos, documento formulado por ocasião do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, em outubro de 1999 em Curitiba – PR. Considera as recomendações contidas na RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, parecer CNE/CES 3/2019, a qual institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, de forma a propor diretrizes para o Curso de Medicina Veterinária do Ugv Centro Universitário, em consonância com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e com o PPI – Plano Pedagógico Institucional e com os Regimentos e Regulamentos Internos da Ugv Centro Universitário.

Para a execução e melhoria constante desse Projeto Pedagógico, a coordenação do Curso juntamente com o Núcleo de Docentes Estruturantes - NDE, o Colegiado do Curso, corpo docente e discente, buscam estar em permanente atualização quanto a legislação, estudos estatísticos, demandas da sociedade civil e comunidade acadêmica, conquanto à participação social do profissional em Medicina Veterinária como membro da sociedade.

Além disso, em contínua interação com os instrumentos de autoavaliação institucional e do curso, os responsáveis pela gestão e execução das atividades permanecem atentos à evolução social, tecnológica e às competências desejadas pelos graduados. Essas mudanças demandam adaptações imediatas no sistema pedagógico e curricular existente, visando atender à demanda por profissionais qualificados capazes de acompanhar o intenso avanço econômico e populacional da região, bem como os avanços técnicos que permeiam as Ciências Contábeis. Assim,

o Projeto Pedagógico do Curso tem como objetivo explicitar as políticas e práticas pedagógicas, destacando-se:

- Apresentar o perfil e as habilidades e competências esperadas para o egresso atrelando-os à ética e à cidadania;
- Definir o mercado de atuação do profissional a ser formado pelo Curso;
- Estabelecer o novo currículo adequando às exigências legais, estatutárias e pedagógicas;
- Disciplinar a prática docente através da readequação das estratégias metodológicas de sala de aula;
- Explicitar as políticas pedagógicas de apoio ao processo ensino/aprendizagem desenvolvidos no Curso;
- Orientar professores e alunos sobre as questões acadêmicas pertinentes ao Curso.

O Curso de Medicina Veterinária foi concebido em função de necessidades da sociedade paranaense, em especial a Região Sul do Paraná, necessidades estas ligadas ao setor agropecuário.

O Estado do Paraná, nas áreas urbanas, é caracterizado pela presença cada vez mais significativa de animais de companhia, enquanto na área rural, tem acentuada vocação agrícola e é importante produtor de alimentos de origem animal.

Tal cenário enfatiza a importância da participação do médico veterinário nos aspectos clínicos, e em todas as áreas da produção animal, da criação ao abate, finalizando na comercialização dos produtos e subprodutos de origem animal, observando a preservação do meio ambiente que garantirá a biodiversidade e o futuro das novas gerações.

Finalmente, foi considerada a necessidade imprescindível da participação do médico veterinário nos problemas ligados à saúde pública, contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população paranaense, já que o Estado lidera nacionalmente diversos segmentos da produção pecuária.

Assim como ressalta aspectos envolvendo o corpo docente, as estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, a infraestrutura tecnológica, a estrutura física e a matriz curricular flexibilizada oferecida aos acadêmicos, bem como o levantamento dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Ao integrar, na sua estrutura, essas três funções: identificação da política

educacional, avaliação da prática educativa e articulação das ações pedagógicas, na instituição escolar, o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária da Ugv - Centro Universitário assume uma função política que atribui à educação um papel integrante e participante do processo de desenvolvimento social. Estabelece os princípios norteadores, os objetivos, o perfil profissional e as áreas de atuação do profissional egresso. Assim como ressalta aspectos envolvendo o corpo docente, as estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem e estrutura curricular flexibilizada oferecida aos acadêmicos, bem como, o levantamento dos recursos humanos e materiais necessários para a formação de futuros profissionais.

1. DADOS GERAIS

1.1. Identificação da Instituição

1.1.1. Dados da Mantenedora

Código da Mantenedora: 1191

CNPJ: 03.564.489/0001-12

Razão Social: Unidade de Ensino Superior do Grande Vale do Iguaçu S.A.

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado – Com fins lucrativos – Sociedade Mercantil ou Comercial

CEP: 84.600–904

UF: Paraná

Cidade: União da Vitória

Bairro: Rio D'Areia

Endereço: Rua Padre Saporiti, 717

Telefone: (42) 3522-6192

e-mail: pi@ugv.edu.br

Representante Legal: Murilo Zanello Milleo Junior

1.1.2. Dados da Mantida

Código da Mantida: 1927

Nome da Mantida: Ugv - Centro Universitário

Organização Acadêmica: Centro Universitário

Categoria Administrativa: Privada com fins lucrativos

CEP: 84.600–904

UF: Paraná

Cidade: União da Vitória

Bairro: Rio D'Areia

Endereço: Rua Padre Saporiti, 717

Telefone: (42) 3522-6192

e-mail: pi@ugv.edu.br

Procurador Institucional: Jefferson César dos Santos

1.2. Histórico da Mantenedora e Mantida

A Unidade de Ensino Superior do Grande Vale do Iguaçu S.A., mantenedora do Ugv - Centro Universitário, iniciou suas atividades ao final do ano de 1999. Após várias discussões, visitas in loco, atendimentos de diligências, foram credenciadas, em agosto de 2001, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória e a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória. As atividades tiveram início no segundo semestre daquele ano, com os cursos de graduação em Administração com habilitação em Administração Pública, Agronegócios e Marketing, além do curso de graduação em Sistemas de Informação.

No início do ano de 2002, foi credenciada a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, e então autorizados os cursos de Nutrição, Educação Física e Enfermagem. No mesmo ano foi autorizado o curso de Fisioterapia. Com edição do decreto 3860/2001, tornou-se necessário a introdução como parte integrante do Projeto Institucional das Instituições de Ensino Superior, o seu planejamento estratégico, sintetizado no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI. Assim, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, tiveram desenvolvidos seus PDI's, e os mesmos foram anexados, no sistema SAPIEns, em 16/04/2002.

A partir deste planejamento e compromissos assumidos, a UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO GRANDE VALE DO IGUAÇU, definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local e em interface permanente com o mercado global.

Entendendo que é papel de uma boa educação, preparar indivíduos para compreender os impactos das novas tecnologias na cultura através da concepção de sociedade como um processo complexo e inacabado, onde valores e paradigmas estão sendo permanentemente questionados, a instituição promove uma política de graduação teoricamente rigorosa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

Tomando como base o ensino de qualidade e os projetos desenvolvidos junto à comunidade mais carente da região, procura-se promover a criação e a execução de atividades acadêmicas, onde os conhecimentos e as atitudes essenciais à formação humana e profissional fossem consideradas. Os projetos pedagógicos da Instituição são configurados num conjunto de princípios que expressam a missão de servir como elemento de desenvolvimento e construção do saber, criando alternativas de soluções para os problemas postos pela sociedade.

Essas diretrizes norteadoras requerem ações que atendam as expectativas da sociedade e sejam adaptadas às realidades regionais. Diante disto, a Unidade De Ensino Superior Vale do Iguaçu, quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional referente a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, período de 2002 a 2006, definiu em seu quadro de expansão a criação dos

cursos de graduação de Farmácia, Serviço Social (autorizados nos final de ano de 2003), e Odontologia para 2005. O Plano de Desenvolvimento Institucional referente a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória, período de 2002 a 2006, definiu a criação do curso de Bacharelado em Direito para 2004. Após receber a visita da comissão de avaliadores para o curso de Direito e atender todas as diligências e complementos do PDI, a instituição aguardou pronunciamento do CNE, que se manifestou favorável a autorização do curso de graduação de Direito, fato que ocorreu em fevereiro de 2005.

Com a emissão da Portaria nº 7 de 19 de março de 2004, que dispõe sobre o Aditamento de PDI, a Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, de acordo com o Artigo 1º da referida Portaria e tendo em vista o cumprimento dos compromissos assumidos junto ao MEC até então, promoveu modificações, considerando a inclusão e exclusão de cursos. Desta forma, a solicitação do curso de graduação de Odontologia foi substituída, em Aditamento de PDI, pela solicitação do curso de graduação em Medicina Veterinária e o curso de Agronomia foi acrescentado, em PDI, à proposta de expansão da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas (até então sem PDI aprovado).

Em maio do ano de 2005, a instituição recebeu a visita de comissão de especialistas no MEC para a verificação das condições existentes para a implantação dos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, exigindo, naquele momento, algumas providências para que os cursos fossem implantados. Essas providências foram tomadas de forma satisfatória e, em setembro de 2005, a comissão manifestou-se favoravelmente à oferta desses cursos.

A autorização dos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia ocorreu no final do ano de 2005. Além desses cursos, também foram solicitadas as autorizações para os cursos de Biomedicina e de Educação Física (Bacharelado). O aditamento de PDI não foi realizado, conforme dispõe a portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Os dois cursos foram autorizados no mês de dezembro de 2008.

Em 28 de agosto de 2009, foi solicitada a unificação das três faculdades mantidas; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória (1793), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União da Vitória (1795) e Faculdade de

Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória (1927). A unificação se deu em 24 de dezembro de 2009, com a edição da portaria 1746, com o nome de Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, mantendo o código INEP 1927. Por ocasião da solicitação dessa unificação, foi anexado ao sistema SAPIEns (sistema vigente à época para processos de unificação de mantidas) um Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2009/2013. Como o processo tramitou paralelamente ao sistema e-MEC (que na época não dispunha de ferramenta para unificação de mantidas), tal PDI não foi vinculado a esse sistema. A que se considerar ainda, que uma das faculdades unificadas, a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, código INEP 1927, tinha processo de credenciamento tramitando no sistema e-MEC protocolado em 30 de outubro de 2007, com Conceito Institucional CI igual 4, não concluído à época da unificação. Por entendimento da IES, esse processo também se aplicaria à nova faculdade, já que a unificação se daria nessa faculdade, extinguindo-se as demais (1793 e 1795). Entretanto, não foi este o entendimento da relatora do processo no CNE, que deu parecer favorável ao credenciamento da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, apenas, ignorando essa unificação. Após nota técnica da Secretaria de Educação Superior, a qual concluiu equivocadamente que a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória havia sido extinta pela referida portaria de unificação das mantidas, o processo de credenciamento foi encaminhado ao CNE para reexame e, finalmente, foi arquivado. A conclusão desse processo é que as Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu são uma nova IES, credenciada em 2009. Sendo assim, em 2012, conforme legislação em vigor deve-se, então, solicitar o credenciamento da mesma, o que exige a elaboração de um novo PDI, objeto deste documento, para o período 2012/2016.

Conforme PDI inserido no sistema SAPIEns, a nova instituição (unificada) deveria ter solicitado a autorização de 3 novos cursos: Psicologia em 2009, Engenharia de Produção em 2010 e Medicina em 2011. Embora essas solicitações estivessem previstas para esses anos, por questões de reavaliação de investimentos da mantenedora, dificuldades na aquisição de espaços destinados aos novos cursos, entre outras, a solicitação dos cursos de Psicologia e Engenharia de Produção ocorreu apenas em 2011. Dadas as dificuldades inerentes à autorização do curso de Medicina e após a realização de estudos envolvendo o corpo docente e técnico administrativo,

visando a elaboração do planejamento estratégico da instituição (em 2010), optou-se por não solicitar o mesmo, substituindo-se pela solicitação dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, constituindo uma nova área de atuação da IES, suprimindo a demanda por esses profissionais na região. Não houve aditamento do PDI, comunicando essa mudança, dado o fato de tal ferramenta não estar disponível em nenhum sistema eletrônico do MEC. Tais processos foram finalizados em 2013 com as portarias de autorização sendo divulgadas em DOU, iniciando os cursos no mesmo ano e optando-se pela abertura do curso de Engenharia de Produção no ano seguinte de 2014, assim como Psicologia. Com o credenciamento da IES sendo protocolado em 2012, foram previstas as ofertas dos cursos de Engenharia Elétrica, Arquitetura e Urbanismo, sendo estes autorizados e iniciados no ano de 2015, e também a previsão do curso de Medicina, ainda com as dificuldades inerentes à autorização do curso em atendimentos aos editais próprios/específicos para tal, onde a região não fora enquadrada ainda dentro dos requisitos, optou-se pela substituição do curso por Odontologia, processo iniciado ao final de 2017 e autorizado no ano de 2019. Após anos de muito trabalho, dedicação e conquistas, em 2019, a IES atinge um novo marco, transformando-se em CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO IGUAÇU. O credenciamento foi obtido mediante solicitação ao Ministério da Educação (MEC), que encaminhou uma comissão avaliadora para verificar e dar um parecer em julho de 2018. A Portaria de credenciamento foi publicada no dia 25 de março, credenciando o Centro Universitário Vale do Iguaçu como Centro Universitário Vale do Iguaçu (Uniguauçu), podendo agora implantar novos cursos e lançar programas de iniciação à pesquisa, sem a necessidade da avaliação do MEC. Dessa forma o curso, através de ato próprio, comunicou no sistema e-MEC a oferta dos cursos de Ciências Contábeis, Design de Interiores, Engenharia de Software, Estética e Cosmética, Gastronomia e Produção Publicitário, porém, não havendo demandas para os cursos de Design de Interiores e Produção Publicitária no período de 24 meses, a IES entra com o pedido de extinção dos mesmos, enquanto isso os cursos de Odontologia, Ciências Contábeis, Engenharia de Software, Estética e Cosmética, e Gastronomia entram no ROL dos 21 cursos oferta dos atualmente pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu mantém, sendo que todos os cursos com concluintes estão reconhecidos e possuem excelentes conceitos nas avaliações do Ministério da Educação. Entre acadêmicos de graduação e de pós-graduação, a IES possui hoje mais que 4.000 alunos diariamente circulando nos períodos matutino e noturno, com aproximadamente 45% desses

vindos de outras cidades da nossa região, promovendo assim um crescimento e desenvolvimento regional não apenas nas cidades irmãs e sim ultrapassando as barreiras municipais, regionais e colocando Porto União da Vitória nos mapas Estaduais do Paraná e Santa Catarina, além do Nacional, entre as cidades universitárias que possuem além da qualidade de vida, qualidade com excelência no Ensino Superior e por este motivo, ainda em 2018, a mantenedora iniciou em estudo sobre a expansão e criação de novas IES em cidades onde hajam necessidades de maiores ofertas de cursos de ensino superior e em 2019 iniciou o projeto de expansão nas cidades de Canoinhas Estado de Santa Catarina, a mantenedora se mobilizou em deixar prontos os espaços físicos e situação legal para atender todos os critérios para os credenciamentos prévios, previsto no Art. 24º do Decreto 9.235/2017 e ficar no aguardo da visita in loco para o credenciamento definitivo e paralelamente à expansão, iniciou-se o Credenciamento para a oferta da Educação à Distância (Ead), onde em março de 2019 deu a entrada no processo de credenciamento na modalidade, aguardando a visita da comissão designada pelo INEP para este novo marco histórico para a Instituição.

Através de resolução interna nº 07/2019, dentro da autonomia, a Instituição realiza a abertura de seis novos cursos: Bacharelado em Ciências Contábeis, Engenharia de Software, Tecnólogo em Gastronomia, Tecnólogo em Produção Publicitária, Tecnólogo em Estética e Cosmética e Tecnólogo em Design de Interiores.

Em agosto de 2022, a instituição comemorou 21 anos, e neste ato passou a se chamar Ugv - Centro Universitário. Já em outubro de 2022, a IES recebeu parecer favorável com conceito 5, credenciando a instituição para ensino na modalidade EaD.

Dando sequência no projeto de expansão para a cidade de Canoinhas, segundo resolução própria nº01/2023, a Ugv - Centro Universitário realiza a abertura dos cursos de Agronomia, Biomedicina, Engenharia de Software e Medicina Veterinária, todos na modalidade EaD, junto a Faculdade Dama.

Dessa forma, a Ugv - Centro Universitário mantém, atualmente, 25 cursos de graduação, sendo que os cursos possuem excelentes conceitos nas avaliações do Ministério da Educação. Entre acadêmicos de graduação e de pós-graduação, a instituição possui hoje mais que 4500 alunos diariamente circulando nos períodos matutino e noturno, com aproximadamente 45% desses vindos de outras cidades da nossa região, promovendo assim um crescimento e desenvolvimento regional não apenas nas cidades irmãs e sim ultrapassando as barreiras municipais, regionais e

colocando Porto União da Vitória nos mapas Estaduais do Paraná e Santa Catarina, além do Nacional, entre as cidades universitárias que possuem além da qualidade de vida, qualidade com excelência no Ensino Superior.

O quadro a seguir resume a situação atual (Outubro de 2023) de cada curso:

Quadro: 1: Portarias que regulam a IES e seus cursos.

Curso	Autorização	Reconhecimento
Administração	Portaria nº 1.701, de 01 de agosto de 2001, DOU 06/08/2001, Seção 1, p. 4	Portaria nº 204, de 25 de junho de 2020, DOU 07/07/2020, Seção 1, p. 32
Agronomia	Portaria nº 4.166, de 2 de dezembro de 2005, DOU 05/12/2005, Seção 1, p. 31	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Agronomia EaD	Resolução nº 01/2023, de 20 de janeiro de 2023	—
Arquitetura e Urbanismo	Portaria nº 603, de 29 de outubro de 2014, DOU 30/10/2014, Seção 1, p. 44	Portaria nº 247, de 06 de agosto de 2020, DOU 07/08/2020, Seção 1, p. 31
Biomedicina	Portaria nº 1.020, de 4 de dezembro de 2008, DOU 08/12/2008, Seção 1, p. 9	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Biomedicina EaD	Resolução nº 01/2023, de 20 de janeiro de 2023	—
Ciências Contábeis	Resolução nº 07/2019, de 02 de abril de 2019	—
Direito	Portaria nº 543, de 22 de fevereiro de 2005, DOU 23/02/2005, Seção 1, p. 18	Portaria nº 204, de 25 de junho de 2020, DOU 07/07/2020, Seção 1, p. 32
Educação Física Bacharelado	Portaria nº 1.019, de 4 de dezembro de 2008, DOU 08/12/2008, Seção 1, p. 9	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Educação Física Licenciatura	Portaria nº 13, de 4 de janeiro de 2002, DOU 09/01/2002, Seção 1, p. 151	Portaria nº 152, de 21 de junho de 2023, DOU 22/06/2023, Seção 1, p. 207
Enfermagem	Portaria nº 12, de 4 de janeiro de 2002, DOU 09/01/2002, Seção 1, p. 151	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Engenharia Civil	Portaria nº 180, de 8 de maio de 2013, DOU 09/05/2013, Seção 1, p. 26	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Engenharia de Produção	Portaria nº 152, de 2 de abril de 2013, DOU 03/04/2013, Seção 1, p. 63	Portaria nº 262, de 23 de março de 2021, DOU 26/03/2021, Seção 1, p. 58
Engenharia de Software	Resolução nº 07/2019, de 02 de abril de 2019	—
Engenharia de Software EaD	Resolução nº 01/2023, de 20 de janeiro de 2023	—

Engenharia Elétrica	Portaria nº 536, de 25 de agosto de 2014, DOU 26/08/2014, Seção 1, p. 12	Portaria nº 348, de 27 de outubro de 2020, DOU 29/10/2020, Seção 1, p. 106
Engenharia Mecânica	Portaria nº 278, de 19 de dezembro de 2012, DOU 28/12/2012, Seção 1, p. 53	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Estética e Cosmética	Resolução nº 07/2019, de 02 de abril de 2019	—
Farmácia	Portaria nº 3.769, de 12 de dezembro de 2003, DOU 15/12/2003, Seção 1, p. 81	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Fisioterapia	Portaria nº 2.540, de 06 de setembro de 2002, DOU 09/09/2002, Seção 1, p. 17	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Gastronomia	Resolução nº 07/2019, de 02 de abril de 2019	—
Medicina Veterinária	Portaria nº 3.920, de 14 de novembro de 2005, DOU 16/11/2005, Seção 1, p. 11	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Nutrição	Portaria nº 14, de 4 de janeiro de 2002, DOU 09/01/2002, Seção 1, p. 151	Portaria nº 109, de 04 de fevereiro de 2021, DOU 05 de fevereiro de 2021, Seção 1, p. 56
Odontologia	Portaria nº 339, de 11 de julho de 2019, DOU 15/07/2019, Seção 1, p. 101	—
Psicologia	Portaria nº 632, de 28 de novembro de 2013, DOU 29/11/2013, Seção 1, p. 54	Portaria nº 949, de 30 de agosto de 2021, DOU 31/08/2021, Seção 1, p. 56

Fonte: Elaborado pela Procuradoria Institucional (2023).

1.3. Dirigentes

Presidente da Mantenedora: Wilson Ramos Filho

Superintendente e Reitor: Edson Aires da Silva

Procurador Institucional: Jefferson César dos Santos

Vice-Reitor e Pró-Reitor Acadêmico: Mateus Cassol Tagliani

Pró-Reitor de Pós-graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão: João Vitor Passuello Smaniotto

Pró-Reitor de Planejamento e Administração: Hilton Tomal

1.4. Perfil

1.4.1. Missão Da IES

Ser reconhecido como um ponto de excelência educacional no sul do Estado do Paraná e no norte de Santa Catarina, comprometido em impulsionar o avanço educacional e social da região através de um ensino de excelência em diversas áreas do conhecimento. Esse compromisso é alcançado ao integrar pesquisa e extensão, além de valorizar especialmente o compromisso social.

1.4.2. Visão Da IES

Estabelecer-se como um centro de referência e excelência de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, contribuindo ativamente para o desenvolvimento regional, se firmando como um Centro Universitário. Este processo inclui a expansão da sua presença por meio da criação de polos de Educação a Distância (EaD).

- Qualidade e compromisso do corpo docente;
- Qualidade e compromisso do corpo de tutores;
- Qualidade e compromisso da equipe multidisciplinar;
- Qualidade da oferta do ensino presencial;
- Qualidade da oferta do ensino à distância;
- Bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- Qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- Promoção e apoio às atividades de Iniciação Científica e de Iniciação à Pesquisa;
- Compromisso social de inclusão;
- Processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- Compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada;
- Promoção da extensão aberta à participação da população, com vistas à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológicas realizadas na Instituição;
- Desenvolvimento de políticas de educação ambiental;
- Respeito dos valores éticos, étnico raciais e promoção de condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzidas, promovendo a acessibilidade física e pedagógica;

- Educação para convivência baseada na tolerância, no respeito mútuo, na dignidade humana, na ética, na igualdade de direitos, na ausência de preconceitos, na educação em Direitos Humanos.

1.5. Responsabilidade Social da IES

A UGV - Centro Universitário tem como principal compromisso social expresso em sua missão institucional o objetivo de ser um ponto de excelência educacional no sul do Estado do Paraná e norte de Santa Catarina. Isso implica em promover o desenvolvimento educacional e social da região através de um ensino de qualidade em diversas áreas do conhecimento, unindo pesquisa e extensão, com especial ênfase na valorização do compromisso social.

Com uma abordagem interdisciplinar e consciente de sua função como agente de mudança social, a UGV - Centro Universitário realiza suas atividades integrando a pesquisa, extensão e ensino desde o início. Dessa forma, compromete-se socialmente com a comunidade local e os profissionais que forma.

Comprometida com o progresso regional, a UGV se empenha em atender às necessidades da sociedade e dos profissionais que a compõem. Nesse sentido, a seleção dos cursos oferecidos é baseada na demanda social, refletida pelas oportunidades de emprego existentes e futuras para os graduados. No entanto, prioriza-se também a real necessidade da sociedade em relação ao trabalho desses profissionais.

A instituição de ensino superior (IES) tem como objetivo primordial a formação de profissionais tecnicamente competentes e politicamente engajados para atuar em diversas áreas contempladas por seus cursos. Para alcançar essa meta, busca proporcionar uma compreensão abrangente, consistente e crítica dos conhecimentos pertinentes às respectivas profissões. Além disso, enfatiza a importância de uma formação com visão humanística, que os capacite a compreender e desempenhar seu papel social, político, cultural e econômico na comunidade. Para concretizar essa visão, a IES desenvolve uma variedade de iniciativas de extensão de forma pró-ativa em relação à sociedade em que está inserida.

É fundamental para a IES formar profissionais que atuem como agentes de transformação, priorizando a dignidade humana acima da produtividade, consumo ou lucro. Estudantes, professores e funcionários colaboram com a comunidade em atividades que enriquecem o conhecimento acadêmico e promovem soluções para questões sociais.

Os cursos oferecidos têm como objetivo formar profissionais capazes de combinar uma compreensão sólida dos princípios científicos com uma visão ampla da sociedade moderna e suas perspectivas futuras. O perfil desejado inclui a capacidade de acompanhar e aplicar novas tecnologias em suas áreas de atuação, adaptando-se às mudanças e inovações.

Além da competência técnica, a formação dos profissionais engloba a internalização de princípios filosóficos e éticos sólidos, promovendo uma abordagem holística e responsável em sua prática profissional.

Ciente de que a ética é a base fundamental da responsabilidade social, a instituição direciona sua gestão educacional para contribuir ativamente para a construção de uma sociedade sustentável e justa. Estabelecer e manter padrões éticos de relacionamento com professores, alunos, funcionários, fornecedores, parceiros, comunidade, autoridades públicas e meio ambiente é uma prioridade explícita, refletida nos princípios e valores fundamentais da instituição.

Como um centro de produção de conhecimento, intercâmbio de experiências e desenvolvimento regional, é essencial que a instituição revise continuamente suas práticas de gestão e intensifique seus compromissos com a responsabilidade social, visando sempre aprimorar seu papel como agente transformador na sociedade.

Dessa forma, a instituição implementa as seguintes políticas de Responsabilidade Social e aprimoramento de seus referenciais legais:

fomento ao respeito às responsabilidades legais, transparência administrativa e conduta ética;

- produção de informação sobre Responsabilidade Social, comprometendo a instituição perante a comunidade com este tema;

- implementação e manutenção de políticas de Inclusão Social;
- conscientização no ambiente de trabalho sobre a Responsabilidade Social, entre docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo;
- incentivo ao uso de materiais recicláveis e/ou reciclados no ambiente de trabalho;
- intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, expressivas no tema Responsabilidade Social.

1.6. Diretrizes Pedagógicas Gerais da Instituição

Em consonância com o PDI, a IES elegeu como eixo central de suas diretrizes pedagógicas a aprendizagem em sua relação dialética com o ensino e que se orienta no desenvolvimento de valores humanistas, princípios éticos, de uma visão crítica da sociedade e do homem enquanto sujeito psicossocialmente constituído na integralidade das relações. Assim, concepções pedagógicas estão alicerçadas na valorização da pessoa e na busca e manutenção da excelência do ensino, da iniciação à pesquisa, da extensão e da inovação.

Além disso, a instituição concebe que sua pedagogia e suas ações educativas estão parametrizadas pela educação por competências, com as quais se procura desenvolver, junto aos acadêmicos e docentes, o conhecimento e a atuação na complexidade de possíveis resoluções para problemas a serem analisados.

A proposta de ensino valoriza a prática docente reflexiva com a compreensão ampla e consistente da organização, do trabalho pedagógico, desde o planejamento, organização curricular, execução e avaliação. Nesse sentido, o educador articula ensino, iniciação à pesquisa e extensão na produção do conhecimento e na prática educativa para atuar de forma ética, profissional e com responsabilidade social.

O conteúdo a ser progressivamente dominado pelo aluno é aquele socialmente considerado necessário para a vida cidadã e para a atuação profissional numa determinada época, numa determinada sociedade. Inserido neste conteúdo está a prática de iniciação científica, conduzida pela orientação docente, e voltada à complementação do conhecimento teórico de sala de aula. Trata-se, portanto, de um conteúdo em constante transformação e que não se resume a simples informações,

mas antes demanda uma postura aberta, crítica e reflexiva. É importante ressaltar que, muito além de gerar os saberes necessários para a inserção no mundo atual, o acesso ao conhecimento é uma possibilidade de favorecer o desenvolvimento integral do indivíduo, mantendo-o, inclusive, em constante contato com as inovações diárias da profissão escolhida.

Entende-se o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, capaz de, numa ação autônoma e consciente, buscar o domínio dos conteúdos necessários à vida cidadã e à profissionalização. Para isso, a ação pedagógica visa aproximar o aluno dos conteúdos necessários à sua formação através de professores capacitados em articular ensino, iniciação à pesquisa e extensão, além de fornecer acesso à tecnologia e equipamentos que facilitem a aprendizagem, por considerar-se que o estudante deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, em lugar de dominar enorme massa de conteúdos, sem reflexão sobre eles.

Nesse sentido se insere a discussão sobre a prática como estruturante para o processo de ensino-aprendizagem: no processo de construção de conhecimento, a prática necessita ser reconhecida como atividade a partir da qual se identifica, questiona, teoriza e investiga os problemas emergentes no cotidiano. Lida-se com a realidade e dela se retira os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens.

A concepção educacional ainda contempla como pressupostos:

- a) O estabelecimento de vínculo permanente entre teoria e prática, através, principalmente, de atividades práticas, extensionistas e de iniciação científica;
- b) O desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares que possibilitem aos educandos referenciais que promovam o conhecimento integrado e significativo, por meio de ações específicas dos cursos, disciplinas integradas, atividades extensionistas e de iniciação científica;
- c) A preparação de profissionais capacitados para interpretar criticamente o mundo do trabalho e enfrentar as suas novas relações oriundas das novas tecnologias, considerando o estudo de conteúdos que propiciem uma visão crítica e o fomento à participação de atividades práticas, extensionistas e complementares;

- d) O desenvolvimento de padrões novos de gestão, que contemplem a participação e o compromisso social;
- e) A valorização do saber acumulado através da experiência de vida de cada educando, conhecendo-o e tornando-o referência para as diretrizes da IES, além da busca de referenciais em vários campos do conhecimento;
- f) O conhecimento que valorize a redução das diferenças, da discriminação, da exclusão social, da pobreza, da violência, do analfabetismo, da fome, da desigualdade de gênero e propicie a inclusão;
- g) Processo de formação em múltiplos cenários de aprendizagem com a diversificação de estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação.

A aquisição e construção coletiva do conhecimento se dá através da mediação, que não ocorre só na sala de aula, mas tem neste espaço seu locus privilegiado. Compreende-se, assim, que o papel do professor é justamente o de mediar, intencionalmente, a relação entre os aprendizes e o objeto a ser apreendido. O perfil do educador deve ser caracterizado pela competência pedagógica e ética, que consiste na capacidade e na condição de construir e realizar a gestão de experiências significativas de aprendizagem, a partir de uma pedagogia interdisciplinar e proposições didáticas problematizadoras e investigativas acerca da realidade.

Tem, portanto, uma especificidade a ser respeitada: trata-se de um profissional a serviço da orientação e condução do processo de aprendizagem, a partir de uma metodologia que favoreça a construção de sujeitos autônomos. Sua ação implica na compreensão de que a aprendizagem não se esgota no domínio de conteúdos a partir da estrita racionalidade, mas numa educação baseada/orientada nas necessidades práticas da vida em comunidade.

A construção coletiva do conhecimento é um movimento que leva o pensamento a transitar continuamente entre a prática social e as teorias que a explicam. É um movimento de ascensão do senso comum e das primeiras e precárias percepções sobre o real, à uma compreensão da rica e complexa teia que compõe.

O processo de ensino e de aprendizagem inicia-se pelo planejamento reflexivo referenciado pelo Projeto Pedagógico do Curso, dos referenciais e objetivos do Ugv - Centro Universitário e do seu PDI, e da legislação do MEC. Nesse processo, visa-se contemplar as habilidades e competências necessárias à formação de um profissional capaz de intervir na realidade, ser competente e conectado ao mundo presente, alicerçado no passado e com vistas a prospectar um futuro mais humano e

sustentável. A formulação do planejamento é sistematizada e materializada nos Planos de Ensino.

Com o objetivo de aprimorar e inovar os espaços de ensino com tecnologias que contribuam para a construção do conhecimento, são disponibilizados aos acadêmicos e docentes ferramentas digitais, wireless em todos os espaços institucionais, projetor multimídia e telas nas salas de aula, recursos audiovisuais além de equipamentos para videoconferências. Também é disponibilizado o portal do aluno através do sistema acadêmico, bem como as ferramentas Google Acadêmico® e convênios com a Microsoft®.

Nesse movimento, a iniciação à pesquisa e elaboração pessoal também são essenciais e devem orientar a aprendizagem estabelecendo relação com a prática social e balizada pelas discussões coletivas orientadas pelo docente durante as aulas. A ação extensionista necessita ir além da prestação de serviços, da difusão cultural (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais), ou da disseminação de conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências). Deve estar voltada aos problemas sociais e procura encontrar soluções que também realimentem o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade.

Outro aspecto importante da aprendizagem é que uma relação dinâmica e reflexiva, ela deve ser respaldada por uma concepção de avaliação que a tome não como um momento final de verificação de resultados, mas como um dos elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem. A avaliação se situará como um instrumento fundamental para fornecer informações sobre como está se realizando o processo ensino-aprendizagem como um todo. Assim, é concebida como ferramenta e via para a construção do conhecimento e das competências em foco, é realizada de forma gradativa e processual, com o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem. Ocorre como um processo contínuo, sendo realizada através de instrumentos diversificados. Os dados por ela coletados servirão como elementos de reflexão para os professores, alunos e instituição. Trata-se de uma estratégia a favor da constante melhoria do processo ensino/aprendizagem.

Portanto, as diretrizes pedagógicas da Instituição encerram as seguintes premissas fundamentais:

- a) A IES deve garantir a aprendizagem mais adequada aos alunos;

- b) A aprendizagem implica, ao mesmo tempo, no domínio dos conteúdos considerados essenciais e no desenvolvimento de competências e habilidades;
- c) Educação baseada/orientada nas necessidades práticas da vida em comunidade;
- d) A avaliação se inscreve como momento de aprendizagem, se baseia na expectativa qualitativa e se realiza mediante processos abertos, transparentes e abrangentes;
- e) A educação deve abranger a inclusão das pessoas com deficiência, a educação ambiental e em direitos humanos e as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e indígena.

A formação dos profissionais deve envolver não apenas competência técnica, mas também, princípios filosóficos e éticos. É a ética, a reflexão filosófica, o senso de justiça e responsabilidade social que concede o caráter humano a práxis, ao trabalho e ao agir profissional.

Dentro da proposta pedagógica da IES, o processo ensino-aprendizagem se ampliará para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas deverão se articular em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- a) Aulas regulares;
- b) Práticas investigativas em ambiente social e escolar;
- c) Práticas de laboratório;
- d) Estímulo à iniciação científica;
- e) Biblioteca com acervo bibliográfico consistente;
- f) Estágio supervisionado;
- g) Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- h) Ações específicas visando a Responsabilidade Social;
- i) Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais e sociais.

A estrutura administrativa descrita anteriormente é apresentada no item 1.7

1.7. Organização Acadêmica

Em uma Instituição de Ensino Superior, na qual todos os setores devem trabalhar de forma integrada e com o objetivo maior de executar a missão definida, é de fundamental importância que se estabeleça uma organização. Dentro da IES as atividades a serem executadas precisam ser planejadas e para isso é elaborado um organograma, um diagrama usado para representar relações hierárquicas dentro de uma unidade; que vai auxiliar na partilha dos setores funcionais e dos cargos.

Na elaboração do organograma do Ugv - Centro Universitário, levou-se em conta que se trata de uma representação atual e, pode por conseguinte, mudar. Para isto ele é flexível e de fácil interpretação. Além de facilitar os tratos da IES e sua estrutura, reconhece possíveis problemas e também traz oportunidades de melhorias, através de sua análise. Os órgãos são distribuídos em:

I Órgãos da Administração Superior

a) Órgãos Colegiados da Administração Superior

1. Conselho Superior - CONSU
2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE

b) Órgão Executivo da Administração Superior

1. Reitoria
 - 1.1 Pró-Reitoria Acadêmica
 - 1.2 Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão
 - 1.3 Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
 - 1.4 Procuradoria Institucional

II - Órgãos da Administração Básica

a) Órgãos Colegiados da Administração Básica

1. Núcleo Docente Estruturante
2. Colegiados dos Cursos

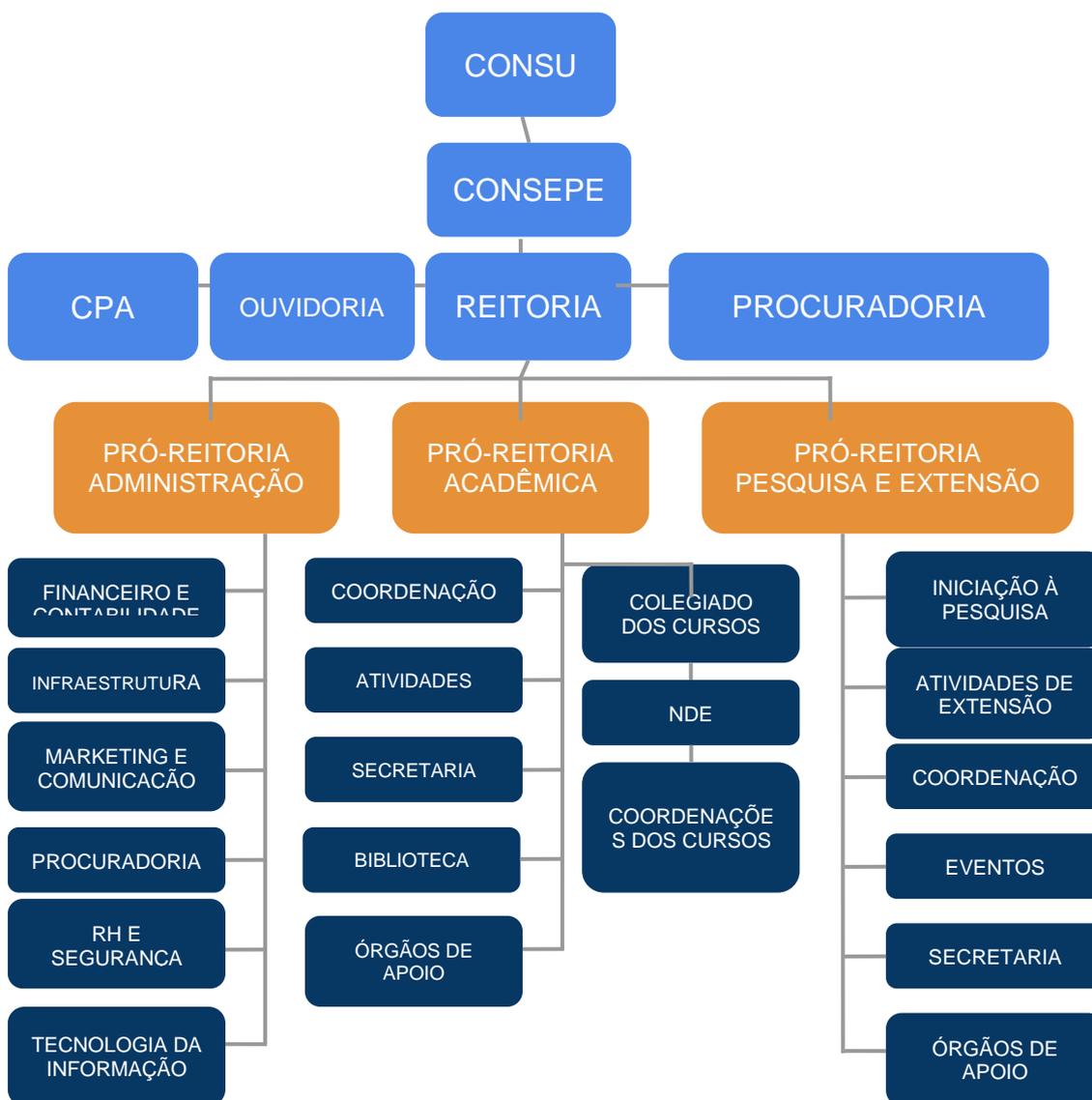
b) Órgãos Executivos da Administração Básica

1. Coordenações de Graduação;
2. Coordenações de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão.

A estrutura organizacional do Ugv - Centro Universitário é composta por órgãos colegiados deliberativos e órgãos executivos, em dois níveis hierárquicos: administração superior e administração básica. São órgãos da administração superior deliberativos o CONSU e o CONSEPE. São órgãos executivos, a reitoria e as pró-reitorias. Os colegiados de curso, os NDEs e as coordenações dos cursos são órgãos

da administração básica. Há ainda órgãos de apoio, tais como, secretaria acadêmica, coordenação financeira, biblioteca, pessoal técnico-administrativo, ouvidoria, pesquisa e procuradoria institucional. A existência deste fluxograma não impede a criação e/ou modificação dos cargos, funções e atribuições em razão de necessidades específicas pelas demandas da Instituição.

Figura 01: Organograma da Estrutura Administrativa do Ugv



Fonte: Ugv, 2024.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA E REGIÃO

2.1. Histórico e Contextualização Socioeconômica de União da Vitória e Região

Ao projetar o curso, partiu-se da premissa da Medicina Veterinária como um elemento crucial para o desenvolvimento econômico e social da região de União da Vitória, no Paraná, de Porto União, em Santa Catarina, e das áreas circunvizinhas.

Os municípios que compõem a região sudeste do Paraná e norte de Santa Catarina são em sua maioria originados, no final do século XIX, pela colonização pelos tropeiros. Com o crescimento das cidades, houve necessidade de atrair imigrantes estrangeiros para a produção de alimentos (poloneses, ucranianos, alemães e russos). A vocação madeireira na região se firmou neste período e a atividade (portanto há mais de cem anos), juntamente com a erva-mate e o fumo, passaram a mover a economia da região. Atualmente a atividade madeireira ainda é importante nas cidades de União da Vitória e Porto União, “as gêmeas do Iguaçu”, sendo que o setor de serviços vem crescendo ao longo dos últimos anos.

Para apresentar as características da cidade e arredores utilizou-se das denominações criadas pelo IBGE para congregar diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais: mesorregião e microrregião. Já o governo do estado do Paraná agrupa vários municípios em Núcleos Regionais de Educação NRE, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio da região. Outra forma de visualizar as influências locais é através dos Arranjos Produtivos Locais – APL que reúnem empresas, fornecedores de insumos, prestadores de serviços, cooperativas, associações e etc., localizadas numa mesma região, com o foco em atividades econômicas correlatas.

O município de União da Vitória está localizado às margens do Rio Iguaçu no sudeste do Estado do Paraná, e faz parte da mesorregião do Sudeste Paranaense, uma das dez mesorregiões do Paraná. Essa mesorregião é formada pela união de 21 municípios: Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Teixeira Soares e União da Vitória. Estes municípios são agrupados em quatro microrregiões: Irati, Prudentópolis, São Mateus do Sul e União da Vitória e

ocupam uma área total de 17.009 km², assentada nas bacias hidrográficas dos rios Iguaçu e Tibagi.

A economia de União da Vitória é muito influenciada pelo setor de serviços, comércio, agropecuária e indústria. O setor industrial da região apresenta destaque com o setor madeireiro fabricando portas e janelas que são exportadas para todo o Brasil e exterior. O perfil econômico será tratado dentro da Mesorregião do Sudeste Paranaense e dentro do Arranjo Produtivo Local - APL de Porto União / União da Vitória.

2.2. Desenvolvimento Humano da Região

A cidade de União da Vitória é um centro educacional de ensino superior, atraindo estudantes de vários municípios da região sul do Paraná e norte de Santa Catarina, que moram e trabalham num raio de até 150 km. Alguns estudantes originados de cidades mais distantes passam a morar em União da Vitória.

De acordo com as estimativas do IBGE (2017), o município de União da Vitória possui em torno de 57.027 habitantes (52.735 no censo de 2010), sendo que 94% da população vive em área urbana assentada na bacia do Rio Iguaçu. Apresentou em 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M de 0,74 (IBGE, 2010) e um PIB Per Capita de R\$ 22.383,30 (IBGE, 2015).

A primeira influência, econômica e social, do município de União da Vitória é sobre os municípios que formam a denominada microrregião de União da Vitória (uma das microrregiões da mesorregião do Sudeste Paranaense). A população da microrregião de União da Vitória foi estimada em 2009 pelo IBGE em 122 mil habitantes e está dividida em sete municípios: Bituruna; Cruz Machado; General Carneiro; Paula Freitas; Paulo Frontin; Porto Vitória; União da Vitória.

A população da Mesorregião do Sudeste Paranaense foi estimada em 2009 pelo IBGE em 415 mil habitantes, dos quais 54% na área urbana. Esta Mesorregião conta, com aproximadamente 1.300 estabelecimentos industriais, distribuídos em 62 segmentos representativos que ofertaram em torno de 20.000 postos de trabalho, correspondendo a 4% na participação do total de empregos industriais do Estado. O segmento madeireiro da Mesorregião do Sudeste Paranaense congrega em torno de 600 empresas e conta com um efetivo aproximado de 14.000 empregados que representam 70% do total da mão-de-obra industrial ocupada na região. Ainda no setor madeireiro os três segmentos mais representativos em mão de obra são: lâminas

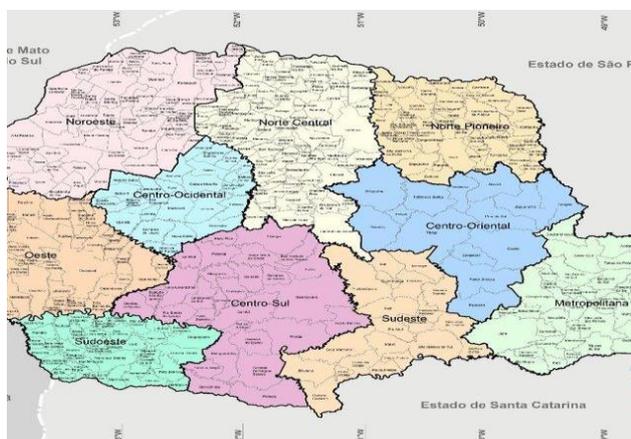
e chapas de madeira (30%), desdobramento de madeira (20%) e celulose, papel e papelão (10%).

União da Vitória também tem influência sobre o desenvolvimento das microrregiões limítrofes, principalmente sobre os municípios menos desenvolvidos situados nas microrregiões de Guarapuava, Irati, Palmas, São Mateus do Sul, Joaçaba (SC) e Canoinhas (SC). A influência sobre o estado de SC ocorre principalmente na microrregião de Canoinhas, uma das microrregiões mais pobres do Estado de Santa Catarina (243.782 habitantes- IBGE 2010). Esta microrregião está dividida em doze municípios sendo que os três maiores são: Mafra (52.912 habitantes), Canoinhas (52.765 habitantes) e Porto União (33.493 habitantes). A economia da microrregião de Canoinhas não possui uma atividade de grande valor agregado, as que mais se destacam são: a produção de grãos, o setor madeireiro, o setor de serviços e a atividade dos frigoríficos em Itaiópolis, Canoinhas e Mafra.

2.3. Inserção Regional – Ugv - Centro Universitário

A região tem uma pequena participação no total do Valor Adicionado Fiscal (VAF) estadual, em torno de 2%. Os principais segmentos industriais representativos em termos de VAF são: madeireiro (55% do VAF da indústria regional), mineral (25% do VAF da indústria regional) e agroindustrial. Estes segmentos podem ser subdivididos em: lâminas e chapas de madeira, desdobramento de madeira, celulose, papel e papelão, embalagens de papel e papelão, extração xisto e gás natural (14% do VAF da indústria regional) e o segmento cerâmico (9% do VAF da indústria regional).

Figura 2 – Mesorregiões do Estado do Paraná



Cabe registrar que a região tem destaque na produção estadual de fumo, erva mate e arroz. Essa produção abastece as diversas empresas beneficiadoras desses produtos na região. A pecuária abastece as agroindústrias da região que produzem embutidos (linguiça, salame, lombo defumado, costelinha, bacon e lingüicinha).

O segmento cerâmico se destaca com uma unidade de produção de cerâmica branca, a INCEPA em São Mateus do Sul, várias indústrias de cerâmica vermelha principalmente em Guamiranga, Imbituva e Prudentópolis, e uma empresa de cerâmica refratária, localizada no município de Lapa.

Nesta região existem alguns fatores que favorecem o florescimento de indústrias cerâmicas tais como a abundância de argilas e a produção de gás em São Mateus do Sul que é o combustível preferencial da indústria de cerâmica branca. Outro fato importante que pode atrair segmentos industriais na região, além do cerâmico, é que do processamento do xisto resultam rejeitos com características físico-químicas regulares e homogêneos que podem servir de matéria-prima para outros segmentos industriais.

Especificamente nesta região sul do Paraná e planalto norte de Santa Catarina (no Vale do Rio Iguaçu, no território denominado Médio Iguaçu), há o pólo conhecido como Arranjo Produtivo Local (APL) de Porto União/União da Vitória. Originário da organização denominada Núcleo das Esquadrias de Madeira, o APL da Madeira de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), com sua composição ampliada para todos os segmentos madeireiros dos dois municípios, foi oficializado em 10 de março de 2005, congregando inicialmente em torno de 50 empresas. Nesse APL as indústrias utilizam madeira de Pinus e espécies tropicais, como jatobá, canela, itaúba, cedro, angelim, copaíba e virola, para o desenvolvimento de suas atividades, sendo essa região conhecida principalmente por sua produção de esquadrias de madeira. Porém a região vem sofrendo uma transformação em sua atividade produtiva, não deixando de lado a principal atividade e sim aproveitando para desenvolver novas tecnologias de reaproveitamento de resíduos oriundos dessas atividades, assim como outras relacionadas com o reaproveitamento e reciclagem, sendo um exemplo as empresas instaladas em União da Vitória que trabalham com a madeira plástica, havendo assim a necessidade de profissionais qualificados para pesquisar e implantar essas novas tecnologias.

A área do APL abrange os municípios de União da Vitória, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Mallet, Paula Freitas, Porto Vitória, Paulo de Frontin e,

no estado de Santa Catarina, o município de Porto União, com a existência de mais de 250 estabelecimentos formais nas principais atividades do APL.

Figura 3 – Localização de União da Vitória



A capacidade instalada de produção brasileira de portas é de aproximadamente 6 milhões de peças por ano, sendo que a região do PR e SC, produz aproximadamente 20% da produção brasileira de portas, já que é responsável por uma produção de aproximadamente 1.200.000 portas/ano e 660.000 janelas/ano.

As empresas participantes constituem os ramos de desdobramento de madeira, chapas, laminados e compensados e esquadrias. Entre elas, predominam firmas de micro e pequeno porte, que representam 96,5% do total de estabelecimentos. No segmento de desdobramento de madeira, verifica-se a existência de aproximadamente 90 empresas; no segmento de chapas, laminados e compensados, outras 90 empresas; e no segmento de esquadrias, aproximadamente 80 empresas.

A consolidação e desenvolvimento do APL da madeira tem origem nos seguintes fatores: grande aglomeração de plantas industriais do setor madeireiro, mão-de-obra especializada, conhecimento tácito disseminado, forte tradição e identidade cultural da região, alta capacidade de articulação dos atores locais e presença de instituições que ofertam cursos de nível superior e técnico para formação e qualificação profissional.

2.4. Relação com a Comunidade

A instituição percebe seu desenvolvimento como intrinsecamente ligado à comunidade de origem, buscando institucionalizar suas atividades de ensino e extensão. O reconhecimento de que "a produção de conhecimento se dá na interação escola/comunidade" (RENEX, 1998) é fundamental para enfrentar a questão da extensão. Essa prática conecta a faculdade, em suas atividades de ensino, às demandas econômicas, sociais e culturais da região onde está inserida.

A ação extensionista vai além da simples prestação de serviços (como assistência, consultoria e assessoria), da disseminação cultural (por meio de eventos e atividades artísticas ou culturais) ou da difusão de conhecimento (através de cursos, seminários, palestras e conferências). Mais do que uma mera declaração de missão institucional, é na compreensão dessa identidade e no compromisso "Ensino de qualidade e compromisso social" que a instituição promove a integração entre ensino e extensão.

Os alunos do curso de Medicina Veterinária têm a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos através de estágios supervisionados, participação em congressos, eventos especiais e palestras, além de desenvolver atividades complementares e de extensão. A instituição facilita a participação dos alunos em programas, projetos e atividades de iniciação científica ou extensão, utilizando os seguintes meios de comunicação e divulgação científica:

a) Evento de Iniciação Científica: oportunidade para os alunos apresentarem trabalhos científicos realizados sob a orientação de professores durante o ano letivo, para a comunidade em geral.

b) Comunicação online: acesso a informações relevantes através de um sistema de comunicação interno da instituição.

c) Painéis eletrônicos informativos: localizados nos prédios da instituição, fornecem informações de forma ágil para a comunidade acadêmica e visitantes.

d) Revistas Científicas: publicações semestrais que compartilham conhecimento científico produzido pelos docentes e alunos.

e) Página no Instagram: espaço para divulgar atividades dos alunos e notícias sobre a área de atuação do engenheiro de software.

f) Parceria com a Rádio Educadora Uniguaçu FM 101,9: difusão de conhecimento, cultura e progresso local através de programas educativos e informativos.

g) Centro de Eventos: espaço versátil para eventos culturais e sociais, atendendo às necessidades das comunidades de União da Vitória e Porto União.

O curso de Medicina Veterinária desenvolve uma variedade de atividades para a comunidade interna e externa, adaptando-se às demandas identificadas.

2.5. Curso de Medicina Veterinária e Relação com a Mesorregião

O curso de Medicina Veterinária terá oferecimento de 100 vagas totais/anuais noturno, tendo sua estrutura curricular organizada em 4400 horas-relógio, com duração mínima de dez semestres.

O corpo diretivo, docente e técnico-administrativo do UGV - Centro Universitário dedica-se continuamente à busca pela excelência no desempenho de suas atribuições, visando garantir a melhoria constante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Esse esforço tem como objetivo principal aprimorar a qualidade da formação dos estudantes e graduados, bem como dos serviços oferecidos à comunidade.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso e Diretrizes Pedagógicas Gerais da Instituição

O Ugv - Centro Universitário elegeu como eixo central de suas diretrizes pedagógicas a aprendizagem em sua relação dialética com o ensino e que se orienta no desenvolvimento de valores humanistas, princípios éticos, de uma visão crítica da sociedade e do homem enquanto sujeito psicossocialmente constituído na integralidade das relações. Assim, concepções pedagógicas estão alicerçadas na valorização da pessoa e na busca e manutenção da excelência do ensino, da iniciação à pesquisa, da extensão e da inovação.

Além disso, o Ugv - Centro Universitário concebe que sua pedagogia e suas ações educativas estão parametrizadas pela educação por competências, com as quais se procura desenvolver, junto aos acadêmicos e docentes, o conhecimento e a atuação na complexidade de possíveis resoluções para problemas a serem analisados.

A proposta de ensino valoriza a prática docente reflexiva com a compreensão ampla e consistente da organização, do trabalho pedagógico, desde o planejamento, organização curricular, execução e avaliação. Nesse sentido, o educador articula ensino, iniciação à pesquisa e extensão na produção do conhecimento e na prática educativa para atuar de forma ética, profissional e com responsabilidade social.

O conteúdo a ser progressivamente dominado pelo aluno é aquele socialmente considerado necessário para a vida cidadã e para a atuação profissional numa determinada época, numa determinada sociedade. Inserido neste conteúdo está a prática de iniciação científica, conduzida pela orientação docente, e voltada à complementação do conhecimento teórico de sala de aula. Trata-se, portanto, de um conteúdo em constante transformação e que não se resume a simples informações, mas antes demanda uma postura aberta, crítica e reflexiva. É importante ressaltar que, muito além de gerar os saberes necessários para a inserção no mundo atual, o acesso ao conhecimento é uma possibilidade de favorecer o desenvolvimento integral do indivíduo, mantendo-o, inclusive, em constante contato com as inovações diárias da profissão escolhida.

Entende-se o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, capaz de, numa ação autônoma e consciente, buscar o domínio dos conteúdos necessários à

vida cidadã e à profissionalização. Para isso, a ação pedagógica visa aproximar o aluno dos conteúdos necessários à sua formação através de professores capacitados em articular ensino, iniciação à pesquisa e extensão, além de fornecer acesso à tecnologia e equipamentos que facilitem a aprendizagem, por considerar-se que o estudante deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, em lugar de dominar enorme massa de conteúdos, sem reflexão sobre eles.

Nesse sentido se insere a discussão sobre a prática como estruturante para o processo de ensino-aprendizagem: no processo de construção de conhecimento, a prática necessita ser reconhecida como atividade a partir da qual se identifica, questiona, teoriza e investiga os problemas emergentes no cotidiano. Lida-se com a realidade e dela se retira os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens.

A concepção educacional ainda contempla como pressupostos:

a) O estabelecimento de vínculo permanente entre teoria e prática, através, principalmente, de atividades práticas, extensionistas e de iniciação científica;

b) O desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares que possibilitem aos educandos referenciais que promovam o conhecimento integrado e significativo, por meio de ações específicas dos cursos, disciplinas integradas, atividades extensionistas e de iniciação científica;

c) A preparação de profissionais capacitados para interpretar criticamente o mundo do trabalho e enfrentar as suas novas relações oriundas das novas tecnologias, considerando o estudo de conteúdos que propiciem uma visão crítica e o fomento à participação de atividades práticas, extensionistas e complementares;

d) O desenvolvimento de padrões novos de gestão, que contemplem a participação e o compromisso social;

e) A valorização do saber acumulado através da experiência de vida de cada educando, conhecendo-o e tornando-o referência para as diretrizes da IES, além da busca de referenciais em vários campos do conhecimento;

f) O conhecimento que valorize a redução das diferenças, da discriminação, da exclusão social, da pobreza, da violência, do analfabetismo, da fome, da desigualdade de gênero e propicie a inclusão;

g) Processo de formação em múltiplos cenários de aprendizagem com a diversificação de estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação.

A aquisição e construção coletiva do conhecimento se dão através da mediação, que não ocorre só na sala de aula, mas tem neste espaço seu *locus* privilegiado. Compreende-se, assim, que o papel do professor é justamente o de mediar, intencionalmente, a relação entre os aprendizes e o objeto a ser apreendido. O perfil do educador deve ser caracterizado pela competência pedagógica e ética, que consiste na capacidade e na condição de construir e realizar a gestão de experiências significativas de aprendizagem, a partir de uma pedagogia interdisciplinar e proposições didáticas problematizadoras e investigativas acerca da realidade.

Tem, portanto, uma especificidade a ser respeitada: trata-se de um profissional a serviço da orientação e condução do processo de aprendizagem, a partir de uma metodologia que favoreça a construção de sujeitos autônomos. Sua ação implica na compreensão de que a aprendizagem não se esgota no domínio de conteúdos a partir da estrita racionalidade, mas numa educação baseada/orientada nas necessidades práticas da vida em comunidade.

A construção coletiva do conhecimento é um movimento que leva o pensamento a transitar continuamente entre a prática social e as teorias que a explicam. É um movimento de ascensão do senso comum e das primeiras e precárias percepções sobre o real, à uma compreensão da rica e complexa teia que compõe.

O processo de ensino e de aprendizagem inicia-se pelo planejamento reflexivo referenciado pelo Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária (PPC), dos referenciais e objetivos do Centro Universitário Vale do Iguaçu e do seu PDI, e da legislação do MEC. Nesse processo, visa-se contemplar as habilidades e competências necessárias à formação de um profissional capaz de intervir na realidade, ser competente e conectado ao mundo presente, alicerçado no passado e com vistas a prospectar um futuro mais humano e sustentável. A formulação do planejamento é sistematizada e materializada nos Planos de Ensino.

Com o objetivo de aprimorar e inovar os espaços de ensino com tecnologias que contribuam para a construção do conhecimento, são disponibilizados aos acadêmicos e docentes ferramentas digitais, wireless em todos os espaços institucionais, projetor multimídia e telas nas salas de aula, recursos audiovisuais além de equipamentos para videoconferências. Também é disponibilizado o portal do aluno através do sistema acadêmico, bem como as ferramentas Google Acadêmico® e convênios com a Microsoft®.

Nesse movimento, a iniciação à pesquisa e elaboração pessoal também são essenciais e devem orientar a aprendizagem estabelecendo relação com a prática social e balizada pelas discussões coletivas orientadas pelo docente durante as aulas. A ação extensionista necessita ir além da prestação de serviços, da difusão cultural (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais), ou da disseminação de conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências). Deve estar voltada aos problemas sociais e procura encontrar soluções que também realimentem o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade.

Outro aspecto importante da aprendizagem é que uma relação dinâmica e reflexiva, ela deve ser respaldada por uma concepção de avaliação que a tome não como um momento final de verificação de resultados, mas como um dos elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem. A avaliação se situará como um instrumento fundamental para fornecer informações sobre como está se realizando o processo ensino-aprendizagem como um todo. Assim, é concebida como ferramenta e via para a construção do conhecimento e das competências em foco, é realizada de forma gradativa e processual, com o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem. Ocorre como um processo contínuo, sendo realizada através de instrumentos diversificados. Os dados por ela coletados servirão como elementos de reflexão para os professores, alunos e instituição. Trata-se de uma estratégia a favor da constante melhoria do processo ensino/aprendizagem.

Portanto, as diretrizes pedagógicas do Centro Universitário Vale do Iguaçu encerram as seguintes premissas fundamentais:

- a) A IES deve garantir a aprendizagem mais adequada aos alunos;
- b) A aprendizagem implica, ao mesmo tempo, no domínio dos conteúdos considerados essenciais e no desenvolvimento de competências e habilidades;
- c) Educação baseada/orientada nas necessidades práticas da vida em comunidade;
- d) A avaliação se inscreve como momento de aprendizagem, se baseia na expectativa qualitativa e se realiza mediante processos abertos, transparentes e abrangentes;
- e) A educação deve abranger a inclusão das pessoas com deficiência, a educação ambiental e em direitos humanos e as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e indígena.

A formação dos profissionais deve envolver não apenas competência técnica, mas também, princípios filosóficos e éticos. É a ética, a reflexão filosófica, o senso de justiça e responsabilidade social que concede o caráter humano a práxis, ao trabalho e ao agir profissional.

Dentro da proposta pedagógica da IES, o processo ensino-aprendizagem se ampliará para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas deverão se articular em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- a) Aulas regulares;
- b) Práticas investigativas em ambiente social e escolar;
- c) Práticas de laboratório;
- d) Estímulo à iniciação científica;
- e) Biblioteca com acervo bibliográfico consistente;
- f) Estágio supervisionado;
- g) Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- h) Ações específicas visando a Responsabilidade Social;
- i) Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais e sociais.

Em uma Instituição de Ensino Superior, na qual todos os setores devem trabalhar de forma integrada e com o objetivo maior de executar a missão definida, é de fundamental importância que se estabeleça uma organização. Dentro da IES as atividades a serem executadas precisam ser planejadas e para isso é elaborado um organograma, um diagrama usado para representar relações hierárquicas dentro de uma unidade; que vai auxiliar na partilha dos setores funcionais e dos cargos.

Na elaboração do organograma do Ugv - Centro Universitário, levou-se em conta que se trata de uma representação atual e, pode, por conseguinte, mudar. Para isto ele é flexível e de fácil interpretação. Além de facilitar os tratos da IES e sua estrutura, reconhece possíveis problemas e também traz oportunidades de melhorias, através de sua análise. Os órgãos são distribuídos em:

- I Órgãos da Administração Superior
 - a) Órgãos Colegiados da Administração Superior
 - 1. Conselho Superior - CONSU
 - 2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
 - b) Órgão Executivo da Administração Superior
 - 1. Reitoria

- 1.1 Pró-Reitoria Acadêmica
- 1.2 Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão
- 1.3 Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- II - Órgãos da Administração Básica
 - a) Órgãos Colegiados da Administração Básica
 1. Núcleo Docente Estruturante
 2. Colegiados dos Cursos
 - b) Órgãos Executivos da Administração Básica
 1. Coordenações de Graduação;
 2. Coordenações de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão.
 3. Coordenação do Núcleo de Ensino à Distância

A estrutura organizacional do Ugv - Centro Universitário é composta por órgãos colegiados deliberativos e órgãos executivos, em dois níveis hierárquicos: administração superior e administração básica. São órgãos da administração superior deliberativos o CONSU e o CONSEPE. São órgãos executivos, a reitoria e as pró-reitorias. Os colegiados de curso, os NDE's e as coordenações dos cursos são órgãos da administração básica. Há ainda órgãos de apoio, tais como, secretaria acadêmica, coordenação financeira, biblioteca, pessoal técnico-administrativo, ouvidoria e procuradoria institucional. A existência deste fluxograma não impede a criação e/ou modificação dos cargos, funções e atribuições em razão de necessidades específicas pelas demandas da Instituição.

A articulação entre a gestão institucional e do curso se dá conforme previsto no regimento da IES, que possui estrutura organizacional composta por CONSU, CONSEPE, Reitoria, Pró-Reitorias, Diretoria, Coordenação e Colegiado de Curso, Coordenações de Atividades complementares e Sociais e de Pós-Graduação, dentre outros órgãos de gestão e de apoio. Suas competências e atribuições são definidas no Estatuto e Regimento Interno da Instituição, e as suas decisões podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, portarias ou instruções normativas. O Colegiado do Curso de Medicina Veterinária, composto por todos os docentes do Curso e um representante discente, conforme previsto no Estatuto da Instituição, é responsável pela decisão das questões acadêmico-pedagógicas do curso e pelo encaminhamento, para apreciação pelos colegiados superiores, das questões de suas competências.

O PPC do curso tem como cerne as políticas institucionais previstas no PDI e no PPI, além da missão e visão institucionais, dos objetivos, da concepção e da política de ensino em geral, além de estar em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. A concepção, redação e organização do PPC é desenvolvida pelo Núcleo Docente Estruturante, submetida à apreciação do Colegiado de Curso, CONSEPE e aprovação pelo CONSU.

As políticas institucionais de Ensino, Iniciação Científica, Extensão estão previstas no PDI e implantadas no âmbito do curso conforme previsto neste PPC. Visam a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso e pressupõem práticas exitosas para sua revisão, conforme se demonstrará a seguir.

3.2. Políticas de Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão Institucional e no âmbito do curso

Pelo ensino de graduação presencial, o Ugv - Centro Universitário visa atender à população através da preparação para a cidadania com competência técnica e política. O curso de Medicina Veterinária segue essa premissa buscando, em sua organização curricular, dar condições ao egresso de que seu perfil envolva, dentre outras características sólida formação técnico científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística em atendimento às demandas da sociedade. Para isso, o Curso constrói suas diretrizes em consonância com o PDI e com as diretrizes curriculares nacionais.

A política de ensino do Ugv - Centro Universitário, consistente na oferta de ensino de graduação e pós-graduação, cujos currículos sejam concebidos como um sistema articulado, permitindo-se que, além da transmissão de conhecimentos, que o aluno desenvolva habilidades básicas específicas e globais, de atitudes formativas, de análise crítica, de percepção profissional, social e humanística. Além disso, é imprescindível formar uma visão crítica do próprio campo profissional. Para tanto, o PDI da IES tem como objetivo geral “ser um polo regional de excelência no ensino superior através da articulação e democratização do Ensino, Iniciação à Pesquisa Acadêmica e Extensão e do estímulo à qualificação, educação continuada e ao desenvolvimento de atividades culturais que levem em conta as relações étnico-

raciais, que tanto enriquecem a cultura brasileira; a acessibilidade física e pedagógica; da educação em Direito Humanos, com princípios baseados na dignidade humana e na igualdade de direitos; de atividades científicas e de conscientização sobre a educação e a preservação ambiental que venham promover a integração e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e regionais”.

O curso de Medicina Veterinária está devidamente articulado com as políticas institucionais de forma que elas estão voltadas a promoção de oportunidades de aprendizagem e alinhadas ao perfil do egresso que se identifica como – sólida formação técnico científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade – e são cumpridas através das metodologias de ensino, da metodologia de oferta, da inserção do curso nas ações extensionistas, de iniciação científica e de ensino, da oferta de cursos de pós-graduação, das ações de acompanhamento do egresso, de formação docente, do apoio ao discente, de estímulo à produção científica, cultural, tecnológica, de estágio, trabalho de curso, de ações em prol da educação ambiental, educação em direitos humanos e da promoção da cultura brasileira e das relações étnico-raciais, conforme se verifica neste PPC.

A proposta de ensino do Ugv - Centro Universitário se constitui na prática docente reflexiva com compreensão ampla e consistente da organização do trabalho pedagógico (planejamento, organização curricular, execução e avaliação). Nesse sentido, o educador articulará ensino, iniciação à pesquisa e extensão na produção do conhecimento e na prática educativa para atuar de forma ética, profissional e com responsabilidade social. Dentro da concepção metodológica, tem-se o estabelecimento de um vínculo permanente entre a teoria e a prática, e o desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares, que propiciem a formação do egresso desejado. O curso de Medicina Veterinária se apropria dessa concepção e organiza suas ações e seu trabalho pedagógico de forma a seguir as diretrizes e objetivos institucionais.

Compete à IES, contribuir para a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, o que se faz também, através do apoio pedagógico ao docente, das formações docentes e permanentes. O corpo docente do curso de Medicina Veterinária se insere nessa perspectiva, é integrante das formações

docentes permanentes e se apropria das ações institucionais e as aplica nas suas prática pedagógicas Nesse sentido, a Coordenação do Curso, juntamente com a gestão da instituição, buscam, por meio de ações conjuntas e variadas, diagnosticar as necessidades do corpo docente, e a partir daí, definir ações rumo ao constante aprimoramento do trabalho pedagógico, oferecendo suporte nas questões relacionadas ao processo ensino aprendizagem. A Avaliação Institucional, desenvolvida pela CPA é imprescindível neste momento, como forma de autorreflexão das práticas realizadas e revisão nas políticas institucionais e do curso.

A Extensão, por sua vez, é entendida como prática acadêmica que interliga uma Instituição, nas suas atividades de ensino e de iniciação à pesquisa, às demandas da maioria da população. Possibilita a formação do profissional cidadão e a credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais, buscando o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Neste diapasão, são desenvolvidos diversos programas para fins de consolidação das políticas institucionais de extensão e iniciação científica no curso, havendo a participação ativa da coordenação, corpo docente e discente, inserida na matriz curricular para o atendimento das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

A IES, focando o ideal estabelecido nas diretrizes institucionais e atendendo as expectativas de aprendizagem para a formação dos egressos dos cursos, mantém também, em atualização constante, o processo de atenção aos discentes. Para tanto, a Coordenação do Curso, a Pró reitoria Acadêmica e a Reitoria, dão suporte ao corpo discente na aquisição e promoção do saber, além dos processos educacionais desenvolvidos em sala de aula, através de apoio financeiro (subsidiando transporte para eventos correlatos, patrocinando materiais de divulgação de eventos, entre outras), estímulo à participação de atividades de extensão e extracurriculares, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, e a participação e apresentação de trabalhos de iniciação científica, em eventos próprios e da comunidade acadêmica em geral.

A atualização do acervo da Biblioteca é realizada respeitando as diretrizes estabelecidas em documento próprio, em consonância com o PDI, disponibilizado na biblioteca e à partir das necessidades do Curso. A implantação da política de seleção e aquisição serve à constante atualização e manutenção da qualidade do acervo, e

esta deve ser incorporada como filosofia e metodologia no trabalho da equipe responsável pelo desenvolvimento de coleções da Biblioteca. O processo de seleção das obras a serem adquiridas parte da indicação dos docentes e passa por uma comissão formada pelo Núcleo Docente Estruturante do curso com relatório de adequação e anuência. A política institucional para a atualização e ampliação dos ambientes especiais foi elaborada como uma forma de planejamento orçamentário e busca da manutenção da qualidade dos espaços.

A política de pós-graduação da Instituição está devidamente integrada e consolidada no âmbito do curso que pretende oferecer especializações aos acadêmicos, egressos, profissionais e demais interessados da comunidade local e regional.

Por fim, as práticas do Curso e as políticas institucionais são exitosas uma vez que têm gerado resultados muito positivos ao Curso de Medicina Veterinária. Todas as ações são objeto de avaliação específica após sua realização, em trabalho conjunto com a comissão própria de avaliação. A avaliação institucional, podem ser analisadas pelos usuários através de contato com a Coordenação, com o NDE, com a CPA e com a Reitoria. Através dos resultados das atividades de autoavaliação são reanalisadas e revistas para melhoria constante das práticas e atividades.

3.3. Pró reitoria Acadêmica

A Pró reitoria Acadêmica tem por função coordenar as atividades pedagógicas e a administração acadêmica dos cursos de graduação do Ugv - Centro Universitário. Promove estudos para viabilizar mudanças na política educacional da Instituição, aprimorando o ensino da graduação, e a realização de projetos, que proporcionem a melhoria da realidade social através do conhecimento.

3.4. Pró reitoria de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão

A Pró reitoria de Pós-Graduação, Iniciação à Pesquisa e Extensão é o órgão executivo responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle, supervisão e avaliação das atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação stricto

sensu e lato sensu, em consonância com os objetivos do Ugv - Centro Universitário e as políticas públicas da área.

3.5. Pró reitoria de Planejamento e Administração

A Pró reitoria de Planejamento e Administração tem o compromisso de produzir alternativas para otimizar a utilização dos recursos públicos e assegurar o bom funcionamento logístico. Tem como principal função prover a alta administração do Centro Universitário, com recursos e competências necessárias para o desenvolvimento das atividades gerenciais, visando promover a integração entre a gestão com a comunidade acadêmica, aferindo a qualidade do serviço prestado pelo reitorado à comunidade.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

4.1. Dados Gerais

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR				
NOME		CNPJ		E-mail
Ugv - Centro Universitário		03.564.489/0001-12		pi@ugv.edu.br
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO				
Logradouro	Número		Bairro	Complemento
Rua Padre Saporiti	717		Rio D'Areia	
Cidade	UF	CEP	Fone	Fax
União da Vitória	PR	84.600-904	(42) 3522-6192	(42) 3522-6192
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO				
CURSO		TIPO DE CURSO		
Medicina Veterinária		Graduação		
HABILITAÇÃO / MODALIDADE		ÁREA DO CONHECIMENTO	TURNO	
Bacharelado em Medicina Veterinária		Ciências Agrárias	Noturno	
VAGAS Anuais	CARGA HORÁRIA		INTEGRALIZAÇÃO Mínima	INTEGRALIZAÇÃO Máxima
	Horas Hora/aula 4400 ?		10 Semestres	20 Semestres

4.2. Bases Legais do Curso

A Autorização do Curso se deu pela publicação da Resolução nº 3.920 de 14/11/2005.

4.3. Concepção do Curso

A Medicina Veterinária é uma profissão multifacetada, que se estende por diversas áreas de atuação, contribuindo para a saúde e o bem-estar dos animais, a segurança alimentar, a preservação do meio ambiente e até mesmo a saúde pública. O papel do médico veterinário transcende as fronteiras da saúde animal e se estende para a promoção da saúde humana e a sustentabilidade do ecossistema global.

Desde os primeiros anos da graduação, os estudantes são introduzidos a um amplo conhecimento teórico e prático, desenvolvendo habilidades e competências que serão aprimoradas ao longo de suas carreiras. Além de dominar as técnicas essenciais da profissão, é enfatizada a importância de uma conduta ética, em

conformidade com as legislações que regem a prática veterinária, garantindo a integridade e o respeito à vida em todas as suas formas.

Portanto, a prática da Medicina Veterinária é mais do que uma profissão: é um compromisso com a vida, seja ela humana, animal ou vegetal, em qualquer circunstância, individualmente ou coletivamente. É um serviço essencial que promove o equilíbrio e a harmonia nas relações entre seres humanos, animais e meio ambiente, contribuindo para um mundo mais saudável e sustentável.

A concepção do curso teve como princípios básicos, os seguintes direcionamentos:

- o compromisso da IES com os interesses coletivos, visando uma sociedade mais justa, fraterna e sustentável;
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- o entendimento do processo de ensino-aprendizagem como multidirecional e interativo;
- a importância do professor como elemento facilitador do processo ensino-aprendizagem e basilar na aplicação de novas tecnologias;
- o respeito às individualidades inerentes a cada estudante.

Norteados por esses princípios, o curso de Medicina Veterinária parte na busca de uma clara opção pela interdisciplinaridade, no sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida transpassando várias unidades curriculares. Dessa forma, incorpora a seus conteúdos programáticos, enfoques sistêmicos e sustentáveis que possibilitem identificar diferentes espaços sociais de atuação e que contribuam para a formação de um Engenheiro(a) de Software com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução.

Para que esse perfil seja obtido, as práticas pedagógicas sugeridas para a condução das disciplinas visam estabelecer as dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade, por meio de práticas pedagógicas focadas na formação e participação do acadêmico, que incluem:

- I. atividades de pesquisa bibliográfica, utilizando-se do acervo da biblioteca e de consultas a bancos de dados;
- II. apoio à iniciação científica e à produção de artigos de base científica, a fim de despertar o interesse pela inovação e pela crítica abrangente dos processos de formação educacional e profissional;

III. publicação e/ou divulgação de trabalhos acadêmicos em meios de divulgação internos e externos à IES (publicação de artigos, participação em seminários, congressos, simpósios e outros);

IV. apoio à iniciação à pesquisa e ao trabalho acadêmico interdisciplinar; sobretudo nos seguintes momentos: Estágio Curricular Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso e

V. Atividades Complementares;

VI. aulas práticas em laboratórios da IES, ou em instituições de pesquisa tecnológica ou em empresas do ramo de engenharia, a fim de que o contato com engenheiro(a), pesquisador(a) ou técnico(a) e com problemas de ordem prática, motivem a criação de um senso crítico norteador de decisões;

VII. relacionamento direto com a comunidade local e regional, pela extensão do ensino e da pesquisa mediante cursos e serviços especiais, numa relação recíproca;

VIII. promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo curso na Instituição;

IX. desenvolvimento de projetos, em conjunto com os professores em iniciação à pesquisa, ensino e extensão;

Ainda, no 8º (oitavo) semestre os alunos realizam o estágio obrigatório, na área de sua preferência.

Sendo assim, o perfil desejado dos egressos está atrelado as práticas pedagógicas do Curso de Medicina Veterinária.

4.4. Responsabilidade Social do Curso

Como comentado anteriormente, o Ugv - Centro Universitário pauta-se na escolha dos cursos que oferece pelos critérios da demanda social, representada pelas oportunidades de ocupação que a Sociedade apresente e venha a apresentar aos profissionais a ser formados, mas prioritariamente considera a real necessidade que a Sociedade venha a ter do trabalho destes profissionais.

O Centro Universitário UGV, ao propor o Curso de Graduação em Medicina Veterinária, desempenha um papel crucial na preparação de indivíduos não apenas como profissionais qualificados, mas também como cidadãos engajados e agentes de mudança. Esses profissionais não apenas se adaptam à realidade em que estão

inseridos, mas também incorporam valores socioculturais e ambientais, assumindo um compromisso abrangente com a sociedade em que atuam.

A formação desses profissionais vai além da competência técnica, abrangendo também princípios filosóficos e éticos. É a ética, a reflexão filosófica, o senso de justiça e a responsabilidade social que conferem um caráter humano à prática profissional, ao trabalho e às ações realizadas.

Dentro da proposta pedagógica da IES, o processo ensino-aprendizagem se ampliará para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas deverão se articular em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- a) Aulas regulares;
- b) Práticas investigativas em ambiente social e escolar;
- c) Práticas de laboratório;
- d) Estímulo à iniciação científica;
- e) Biblioteca com acervo bibliográfico consistente;
- f) Estágio supervisionado;
- g) Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- h) Ações específicas visando a Responsabilidade Social;
- i) Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais e sociais.

Tem como finalidade promover através de processo coletivo, o preparo do (a) Médico Veterinário cidadão, empreendedor com capacidade de atender a diversos níveis de produtores e consumidores, comprometido com a melhoria das condições de vida da população por meio de intervenção da realidade, proporcionado ao aluno, sólida formação básica e de conteúdo específicos, inerentes ao conhecimento e à prática da Medicina Veterinária.

4.5. Formas de Acesso ao Curso

A admissão ao curso de Medicina Veterinária no Centro Universitário UGV ocorre por meio de diversas modalidades, sendo o vestibular a principal delas. Os alunos interessados participam de processos seletivos realizados duas vezes ao ano, nos meses de julho e novembro, conforme o calendário acadêmico estabelecido. O processo seletivo consiste em uma prova composta por questões de múltipla escolha abordando conhecimentos gerais, além de uma redação. Essa avaliação é elaborada

levando em consideração o nível e a complexidade dos conhecimentos adquiridos no Ensino Médio, seguindo as novas diretrizes do ENEM. Os alunos têm a opção de realizar o vestibular nas datas previstas ou optar pelo agendamento (vestibular agendado), conforme sua conveniência.

Nesses processos seletivos são ofertadas 100 vagas anuais. Os alunos que obtiverem a aprovação no processo seletivo ao qual participaram (inverno ou verão), automaticamente garantem o seu ingresso no curso nas turmas que se iniciam anualmente em fevereiro.

Uma alternativa adicional de ingresso no curso é através de transferências, tanto internas quanto externas. Isso ocorre por meio de uma análise do aproveitamento das disciplinas já cursadas pelo aluno em sua instituição de origem, seguida pela matrícula correspondente no curso desejado. Além disso, existe a possibilidade de ingresso para a obtenção de um novo título de graduação. Nesse caso, os alunos podem se inscrever no curso desejado, desde que apresentem a documentação comprobatória (diploma de graduação) de um ou mais títulos obtidos em uma instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação. Para esses casos, também é realizado um estudo para determinar o aproveitamento das disciplinas previamente cursadas.

Os alunos que participam do ENEM e se inscrevem para a obtenção de bolsa ProUni nos cursos desta IES, se contemplados, têm o seu ingresso assegurado apenas com a nota obtida no ENEM, não precisando passar por novo processo seletivo.

Abaixo, o Regimento Interno do Ugv - Centro Universitário, tratando especificamente do Processo Seletivo (Cap. II) e das Transferências e Aproveitamento de Estudos (Cap. V):

Capítulo II

Do Processo Seletivo

Art. 58 – O processo seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

§ 1º – As vagas oferecidas para os cursos são as autorizadas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação e se encontram registradas no Anexo que integra este Regimento.

§ 2º - As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

§ 3º Para o ingresso nos cursos de graduação, a Instituição utilizará como meio de seleção processos seletivos e, de forma cumulativa ou alternativa, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

§ 4º Os processos seletivos serão organizados e disciplinados segundo as normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e tornados públicos por meio de editais, nos quais constarão as informações necessárias previstas na legislação vigente.

Art. 59 – O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliadas em provas escritas, na forma disciplinada pelo Conselho de Ensino, Iniciação a Pesquisa e Extensão.

Art. 60 - A classificação faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado.

§ 1º – A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o concurso vestibular, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

§ 2º - Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outra instituição ou portadores de diploma de graduação.

Capítulo V

Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos

Art. 67 – É concedida a matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes e requerida nos prazos fixados, para prosseguimento de estudo no mesmo curso.

§ 1º – O requerimento de matrícula por transferência é instruído com a documentação constante no artigo 50, além do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação e situação perante o ENADE.

§ 2º – A documentação pertinente à transferência deverá ser necessariamente original e não poderá ser fornecida ao interessado, tramitando diretamente entre o Centro Universitário e a instituição de origem, via postal, comprovável por AR.

§ 3º - A matrícula do aluno transferido só poderá ser efetivada após prévia consulta, direta e escrita do Centro Universitário à instituição de origem que responderá, igualmente por escrito, atestando a regularidade ou não da condição de postulante ao ingresso.

§ 4º - As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei.

Art. 68 – O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias aproveitando os estudos realizados com aprovação no curso de origem.

§ 1.º – O aproveitamento é concedido e as adaptações são determinadas pelas coordenações dos cursos, ouvido o Conselho de Ensino, Iniciação a Pesquisa e Extensão e observadas as demais normas da legislação pertinente.

§ 2.º - A matrícula nas adaptações é condicionada à oferta das disciplinas pela Instituição.

§ 3.º - O prazo para o cumprimento das adaptações é de 1(um) ano a partir do ingresso do aluno na IES, ressalvando a prorrogação por igual período por ato fundamentado do Coordenador do Curso.

Art. 69 – A requerimento do interessado, a Instituição concede transferência de aluno nela matriculado, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único - A transferência será regulada de acordo com a legislação vigente.

5. O CURSO

Área do Conhecimento:	Ciências Agrárias
Modalidade:	Bacharelado
Formato:	Educação presencial
Curso:	Medicina Veterinária
Título a ser conferido:	Médico (a) Veterinário (a)
Unidade responsável:	Ugv - Centro Universitário
Duração	5 anos
Carga Horária:	4400 hrs
Turno de Funcionamento:	Noturno
Número de vagas:	100
Regime acadêmico	Semestral
Forma de acesso	Regimento do Vestibular ou Política Pública

5.1. Perfil e Missão do Curso

O projeto pedagógico do curso de Medicina Veterinária foi elaborado de forma coletiva pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante, constituído para esse fim e o Colegiado do Curso. Sua elaboração tomou como base as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Computação na Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de agosto de 2019.

Em relação à sistematização dos campos de atuação profissional, o Médico Veterinário está inserido, perante o CFMV – Conselho Federal de Medicina Veterinária, como médico veterinário.

A missão do curso de Medicina Veterinária do Ugv - Centro Universitário é de formar profissionais com sólidos conhecimentos tecnológicos e científicos qualificados para a atuação em todos os níveis de atenção à saúde e bem-estar animal, com uma visão ampla e global, respeitando os princípios éticos e bioéticos, morais e culturais. Esta formação, também, permite a este profissional, identificar, formular, propor e resolver problemas relacionados com todos os ramos produtivos e de serviços que envolvam diretamente as áreas da medicina veterinária.

O curso é fundamentado numa abordagem multidisciplinar, voltada à visão global, integrada e crítica da profissão e da atuação profissional, dotando o egresso de competência técnica, científica e administrativa, apto para a atenção à saúde animal, à tomada de decisões, à comunicação, à liderança, ao gerenciamento e à administração e fundamentalmente, à educação continuada.

É proporcionada ao aluno, sólida formação básica e de conteúdo específicos, inerentes ao conhecimento e à prática da Medicina Veterinária. Tal formação possibilitará ao educando condições plenas de exercer a profissão em seus diferentes campos de atuação.

5.2. Histórico do Curso e a Relação Com a Região Onde a Instituição está Inserida

As Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, mantida pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, foi legalmente constituída em 01 de agosto de 2001, pela portaria Nº 1.679, conforme publicação no Diário Oficial em 06 de agosto de 2001, iniciando seu funcionamento em 2002.

A autorização para o funcionamento do curso de Medicina Veterinária foi publicada aos quatorze dias do mês de novembro de 2005 por meio da Portaria nº 3920. O curso teve início em 2006, em cujo relatório homologava-se o oferecimento de 100 vagas totais/anuais diurnas, sendo destas as 100 vagas ocupadas, tendo sua estrutura curricular organizada em 4.682 horas. Este número de horas foi modificado, pelo aviso de Reformulação de Grade Curricular, publicado no DOU de 21 de fevereiro de 2007, para 4.390, com duração mínima de 09 semestres. O reconhecimento do curso deu-se a partir da avaliação para fins deste efetuada pela comissão “in loco” concluído no dia 29 de abril de 2008 e publicado no diário oficial através da PORTARIA Nº 109, DE 28 DE JANEIRO DE 2009, conferida pelo Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do Processo nº 23000.022217/2007-51, Registro E-MEC nº 20077480, do Ministério da Educação.

Na publicação do Diário Oficial da União nº 246, de 24 de dezembro de 2009, seção 1, página 100, foi publicada a Portaria nº 1.746, de 22 de dezembro de 2009, por meio da qual foi aprovada a unificação das seguintes faculdades: Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde de União da Vitória, Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas de União da Vitória e Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de União

da Vitória, unificadas sob a denominação Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu e agora Ugv Centro Universitário.

O Corpo dirigente, docente e técnico administrativo do Centro Universitário Vale do Iguaçu concentra-se na busca permanente de qualidade no desempenho de suas funções, com vistas a garantir o aperfeiçoamento constante do projeto político pedagógico do curso, objetivando maior qualidade na formação dos alunos e egressos e dos serviços prestados à sociedade.

Em agosto de 2007 foi inaugurado o Ambulatório Veterinário, hoje com a denominação de Clínica Veterinária Escola Ugv, para atendimento aos pequenos animais da comunidade, assim como coleta de materiais para realização de aulas práticas.

A Clínica Veterinária Escola Ugv, setor de Pequenos Animais foi inaugurado no dia 29 de agosto de 2008, e desde então vem promovendo atendimento a comunidade com procedimentos clínicos, cirúrgicos e reprodutivos de animais de companhia, animais silvestres e exóticos. Assim como realiza exames laboratoriais e de diagnóstico por imagem. Ressaltamos ainda, que na Clínica Veterinária Escola são realizadas aulas práticas no período matutino nas disciplinas de clínica médica e cirúrgica de pequenos animais, clínica médica de animais silvestres e de zoológico, assim como, anestesiologia, semiologia e reprodução e obstetrícia animal.

No ano de 2009 houve a inauguração do setor de Animais de Produção, José Fernando Dissenha para animais de grande porte e da Fazenda Experimental. Neste setor, são realizados atendimentos em bovinos, ovinos, caprinos, equinos e suínos, bem como em caso de necessidade cirúrgica, o mesmo possui um centro cirúrgico específico, podendo ser utilizado para a cirurgia destas espécies. O setor de Grandes Animais também é utilizado para realizações de aulas práticas de clínica médica e cirúrgica de ruminantes, clínica médica e cirúrgica de equinos, patologia de aves e suínos, semiologia e zootecnia.

A Fazenda Experimental conta com diversas espécies animais como: bovinos, ovinos, equinos, caprinos, suínos, galinhas e codornas. Nas fazendas são desenvolvidas atividades práticas das disciplinas básicas, técnicas e profissionalizantes. Também a Fazenda Experimental serve para elaboração entre outros locais, dos projetos integradores do curso.

Como complemento das atividades, os acadêmicos também realizam visitas técnicas às propriedades conveniadas da região, outros estados e fora do país.

No ano de 2010, ocorreram as apresentações dos Trabalhos de Conclusão do Curso da primeira turma da Medicina Veterinária, sendo a formatura desta no dia 20 de agosto.

Desde 2011, o curso de medicina veterinária proporciona monitoria na Clínica Veterinária Escola Ugy, sendo oferecida para os acadêmicos de Medicina Veterinária, visando propiciar-lhes especialização profissional.

Anualmente também é realizado um encontro acadêmico com palestras que proporcionam aos alunos a oportunidade de atualização e contato com informações de áreas emergentes e inovadoras da profissão. Inicialmente ocorriam de forma anual as chamadas Semanas Acadêmicas, mas desde o ano de 2016, o evento tornou-se institucional. O evento é dividido em palestras dentro das áreas das ciências veterinárias e cada um deles tem enfoque acerca dos aspectos atuais, linhas de pesquisas da área de atuação profissional na forma de palestras e minicursos. A semana acadêmica tem objetivo de proporcionar aos alunos do curso de medicina veterinária da Ugy e a comunidade externa convidada, maior contato com as possíveis áreas de atuação da sua profissão, conseguindo, assim, conectar o conhecimento obtido em sala de aula com uma perspectiva de futuro profissional.

5.3. Objetivos do Curso

O Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário do Vale do Iguaçu, intenciona além de formar bons técnicos, à formação de cidadãos, os quais lutarão em favor de uma sociedade mais digna e justa, a fim de garantir um futuro próspero para as gerações porvindouras.

A concepção de ensino no Curso de Medicina Veterinária pressupõe o envolvimento do corpo docente, discente e técnico-administrativo em atividades que promovam a articulação entre a teoria e a prática, a investigação, o contato direto com a realidade e a formulação de hipóteses que devam ser transportadas para outros contextos.

A metodologia adotada para viabilizar o processo de ensino pressupõe condições facilitadoras da aprendizagem. Entende-se que as primeiras aulas relativas a cada disciplina e em cada semestre sejam fundamentais para que se consiga criar um clima de envolvimento, participação e motivação, necessários ao sucesso do processo de aprendizagem.

Além disso, o Curso pretende, através das disciplinas correntes, oportunizar aos alunos cursarem disciplinas fora da grade curricular, em seu curso ou em outros, estimulando assim a interdisciplinaridade, aspecto importante na formação de profissionais comprometidos com todas as dificuldades e limitações da sociedade em que vivem.

Enfim, o Curso de Graduação em Medicina Veterinária tem o seu projeto pedagógico construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem. Almeja-se a formação integral e adequada do estudante através da articulação entre o ensino, iniciação a construção do conhecimento e a extensão.

5.3.1. Objetivo geral

Formar profissionais de nível superior, aptos a solucionar problemas ou buscar alternativas relacionadas a Sanidade Animal e Saúde Pública, despertando-o para a pesquisa e a geração de novas tecnologias. Habilitar Médicos Veterinários a desenvolver a produção animal e a participar ativamente, com competência e postura profissional, no contexto social e ambiental.

5.3.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso de Medicina Veterinária do Ugv - Centro Universitário, são:

- a. Capacitar, na área de saúde pública, o acadêmico, para participar de equipes multidisciplinares nas áreas de Vigilância Sanitária de Alimentos e Vigilância Sanitária Ambiental, incluindo o controle das zoonoses;
- b. Praticar a clínica e cirurgia das diferentes espécies animais em todas as suas modalidades;
- c. Orientar e estimular o controle e profilaxia das enfermidades dos rebanhos e animais de trabalho;
- d. Executar cirurgias de natureza terapêutica e econômica;
- e. Elaborar e executar projetos de produção animal, utilizando técnicas adequadas para instalações, manejo, nutrição e reprodução.

- f. Participar do ensino, do planejamento, da coordenação e da execução técnica de trabalhos de reprodução animal, incluindo manejo, tecnologia do sêmen, inseminação artificial, transferência de embrião e doenças da reprodução;
- g. Atuar em empresas de produção, transformação e/ou comercialização de produtos de origem animal, bem como, em atividades voltadas ao consumo de produtos para os animais como ocorre com os produtos Pets.
- h. Atuar na indústria de produtos de uso veterinário, tanto na produção como na fiscalização e comercialização dos mesmos;
- i. Planejar e executar atividades de extensão rural em harmonia com os interesses da comunidade;
- j. Participar de atividades que visam a preservação ecológica do meio ambiente, através da defesa da fauna e do controle da exploração das espécies de animais silvestres;

5.4. Estudos Sobre as Novas Práticas Emergentes no Campo do Curso

Nos últimos anos, o campo da medicina veterinária tem testemunhado uma rápida evolução, impulsionada por avanços tecnológicos, novas descobertas científicas e uma compreensão mais profunda das necessidades e bem-estar dos animais. Essa evolução tem gerado uma série de novas práticas emergentes no curso de medicina veterinária, transformando a forma como os profissionais de saúde animal abordam os desafios e oportunidades da profissão.

Uma das áreas mais proeminentes é a Medicina Regenerativa Veterinária, que envolve o uso de células-tronco, terapias de regeneração tecidual e bioengenharia para tratar uma variedade de condições, desde lesões musculoesqueléticas até doenças degenerativas. Essas abordagens oferecem novas esperanças para a recuperação e reabilitação de animais com lesões graves ou doenças crônicas.

Além disso, a Medicina Comportamental Veterinária ganhou destaque crucial na compreensão e tratamento dos problemas comportamentais em animais de estimação. Com uma abordagem mais holística, os veterinários agora se dedicam a identificar as causas subjacentes dos comportamentos problemáticos e desenvolver estratégias de manejo e terapia para melhorar o bem-estar mental dos animais.

A Telemedicina Veterinária emergiu como uma ferramenta poderosa na prestação de cuidados de saúde animal, permitindo consultorias remotas e educação online para proprietários de animais.

Outra área de crescimento é a Nutrigenômica Veterinária, que investiga a interação entre a dieta e o genoma do animal para promover uma nutrição personalizada e otimizar a saúde dos animais por meio de planos alimentares específicos.

A Medicina de Conservação Veterinária também está se expandindo, com veterinários desempenhando um papel fundamental na preservação da vida selvagem e na proteção de espécies ameaçadas. Isso inclui o tratamento de animais feridos ou doentes, bem como programas de reprodução em cativeiro e reintrodução na natureza.

Além disso, áreas como Reabilitação Veterinária, Medicina Integrativa Veterinária, Farmacogenômica Veterinária, Tecnologia de Diagnóstico Veterinário Avançado e Medicina Veterinária de Emergência e Cuidados Intensivos estão todas experimentando avanços significativos, contribuindo para uma prática veterinária mais eficaz, compassiva e orientada para o futuro.

Em suma, as novas práticas emergentes no curso de medicina veterinária refletem um compromisso contínuo com a inovação, o avanço científico e a melhoria do cuidado com os animais. À medida que a profissão continua a evoluir, é essencial que os veterinários estejam preparados para abraçar essas mudanças e aproveitar as oportunidades que elas apresentam para promover a saúde e o bem-estar dos animais em todo o mundo.

5.5. Diretrizes Nacionais do Curso

O Curso estrutura-se de acordo com a LDB nº 9.394/96 e com a Resolução CNE/CES nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação de Medicina Veterinária, além da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

5.6. Competências e Habilidades do Egresso

A meta do curso de Medicina Veterinária é preparar profissionais capazes de integrar harmoniosamente conhecimentos, habilidades e atitudes para enfrentar os desafios compreendidos dentro das áreas de Ciências Agrárias e da Saúde no que se refere à Produção Animal, Produção de Alimentos, Saúde Animal, Saúde Pública e Saúde Ambiental. Dessa forma, os acadêmicos se tornam aptos a exercer as competências essenciais definidas pela Resolução CNE/CES:

I. Atenção à saúde: Os médicos veterinários devem estar preparados para desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve garantir que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde. Eles devem ser capazes de pensar criticamente, analisar os problemas da sociedade e buscar soluções para eles. Além disso, devem realizar seus serviços seguindo os mais altos padrões de qualidade e os princípios da ética e bioética, reconhecendo que a responsabilidade pela atenção à saúde vai além do ato técnico, abrangendo a resolução do problema de saúde de forma ampla.

II. Tomada de decisões: O trabalho dos médicos veterinários deve se basear na habilidade de tomar decisões que visem ao uso apropriado, à eficácia e à relação custo-efetividade da força de trabalho, medicamentos, equipamentos, procedimentos e práticas. Para isso, devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.

III. Comunicação: Os médicos veterinários devem manter a confidencialidade das informações confiadas a eles, tanto na interação com outros profissionais de saúde quanto com o público em geral. A comunicação envolve habilidades verbais, não verbais, de escrita e leitura, além do domínio de pelo menos uma língua estrangeira e da tecnologia de comunicação e informação.

IV. Liderança: No trabalho em equipe multiprofissional, os médicos veterinários devem ser capazes de assumir posições de liderança, sempre priorizando o bem-estar da comunidade. Isso envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação eficaz e gerenciamento eficiente.

V. Administração e gerenciamento: Os médicos veterinários devem ser capazes de tomar iniciativas e gerenciar tanto a força de trabalho quanto os recursos

físicos, materiais e de informação. Além disso, devem estar aptos a empreender, gerenciar, empregar ou liderar equipes de saúde.

VI. Educação permanente: Os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto durante sua formação quanto em sua prática profissional. Eles devem desenvolver a capacidade de aprender e assumir a responsabilidade pela própria educação, além de contribuir para o treinamento e estágio das futuras gerações de profissionais. Isso inclui estimular o desenvolvimento e a mobilidade acadêmico-profissional, bem como a formação e cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

Para atender as capacidades exigidas ao profissional de Engenharia, o aluno deste curso, deverá desenvolver as seguintes habilidades:

- I – Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional;
- II – Avaliar grau de bem-estar animal a partir de indicadores comportamentais e fisiológicos e de protocolos específicos, bem como planejar e executar estratégias para a melhoria do bem estar animal visando a utilização de animais para os diferentes fins, com ênfase na bioética;
- III – Desenvolver, orientar, executar e interpretar exames clínicos e laboratoriais, bem como, identificar e interpretar sinais clínicos e alterações morfofuncionais;
- IV – Identificar e classificar os fatores etiológicos, compreender e elucidar a patogenia, bem como, prevenir, controlar e erradicar as doenças de interesse na saúde animal, saúde pública e saúde ambiental;
- V – Instituir diagnóstico, prognóstico, tratamento e medidas profiláticas, individuais e populacionais;
- VI – Planejar, elaborar, executar, avaliar e gerenciar projetos e programas de proteção ao meio ambiente e dos animais selvagens, bem como de manejo e tratamento de resíduos ambientais, participando também de equipes multidisciplinares;
- VII – Desenvolver, programar, orientar e aplicar técnicas eficientes e eficazes de criação, manejo, nutrição, alimentação, melhoramento genético, produção e reprodução animal;
- VIII – Planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de saúde animal, incluindo biossegurança, biosseguridade e certificação;
- IX – Planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar a inspeção sanitária e tecnológica de produtos de origem animal;

- X – Planejar, orientar, gerenciar e avaliar unidades de criação de animais para experimentação (bioterrorismo);
- XI – Planejar, organizar, avaliar e gerenciar unidades de produção de medicamentos, imunobiológicos, produtos biológicos e rações para animais;
- XII – Elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos na área de biotecnologia da reprodução;
- XIII – Planejar, avaliar, participar e gerenciar unidades de serviços médico veterinários e agroindustriais;
- XIV – Realizar perícias, assistência técnica e auditorias, bem como elaborar e interpretar laudos periciais e técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária;
- XV – Planejar, elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos e programas agropecuários e do agronegócio;
- XVI – Exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;
- XVII – Conhecer métodos de busca da informação, técnicas de investigação e elaboração de trabalhos técnicos, acadêmicos, científicos e de divulgação de resultados;
- XVIII – Assimilar e aplicar as mudanças conceituais, legais e tecnológicas ocorridas nos contextos nacional e internacional, considerando aspectos da inovação;
- XIX – Avaliar e responder com senso crítico as informações que são oferecidas durante seu processo de formação e no exercício profissional;
- XX – Participar no planejamento, execução, gerenciamento e avaliação de programas e ações para promoção e preservação da saúde única, no âmbito das estratégias de saúde da família e outros segmentos de atividades relacionadas ao médico veterinário junto à comunidade;
- XXI – Planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de análises de riscos envolvendo possíveis agravos à saúde animal, à saúde pública e à saúde ambiental; e
- XXII – Prevenir, identificar, controlar e erradicar doenças emergentes e reemergentes com vistas à atuação no serviço veterinário oficial e privado.

Portanto, visando atingir as competências de cada egresso, este Projeto Pedagógico descreve as disciplinas dispostas na estrutura curricular de cada acadêmico, sendo:

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	DISCIPLINAS DO CURSO QUE PROPICIAM SEU DESENVOLVIMENTO
I - Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional	Introdução a Medicina Veterinária; Deontologia Bioética e Práticas Hospitalares;
II - Interpretar sinais clínicos, exames laboratoriais e alterações morfofuncionais	Bioquímica e Biofísica Veterinária, Anatomia e fisiologia Veterinária I, II e III, Bases Biológicas e Embriologia; Anestesiologia Veterinária; Imunologia Veterinária; Patologia Geral Veterinária; Semiologia Animal; Patologia Clínica Veterinária; Patologia Especial Veterinária; Estudo e Diagnóstico por Imagens Clínica Médica e cirúrgica de Ruminantes I e II; Clínica Médica e cirúrgica de Pequenos Animais I e II;
III - Identificar e classificar os fatores etiológicos, compreender e elucidar a patogenia, bem como, prevenir, controlar e erradicar as doenças que acometem os animais;	Microbiologia Veterinária; Patologia Especial Veterinária; Epidemiologia e Vigilância Sanitária; Parasitologia Veterinária; Farmacologia e Toxicologia, Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias de Animais de Produção; Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias de Animais de Companhia; Avicultura e Sanidade Avícola; Suinocultura e Sanidade Suinícola; Fisiopatologia da Reprodução; Clínica Médica e cirúrgica de Ruminantes I e II; Clínica Médica e cirúrgica de Pequenos Animais I e II;
IV - Instituir diagnóstico, prognóstico, tratamento e medidas profiláticas, individuais e populacionais;	Farmacologia Veterinária e Toxicologia; Anestesiologia Veterinária; Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias de animais de companhia e de produção; Terapêutica Veterinária; Técnica Cirúrgica Veterinária; Clínica Médica e cirúrgica de Ruminantes I e II; Clínica Médica e cirúrgica de Pequenos Animais I e II; Avicultura e Sanidade Avícola; Suinocultura e Sanidade Suinícola; Medicina, Manejo e Conservação de Animais Silvestres e Pets Exóticos
V - Elaborar, executar e gerenciar projetos agropecuários, ambientais e afins à profissão;	Introdução a Medicina Veterinária; Comunicação e Metodologia; Extensão Rural e Cooperativismo; Forragicultura e Plantas Tóxicas; PEX Projeto de extensão; Pecuária de Precisão; Zootecnia I, II, III
VI - Desenvolver, programar, orientar e aplicar as modernas técnicas de criação, manejo, nutrição,	Extensão Rural e Cooperativismo; Genética e Melhoramento Animal Aplicado; Nutrição e Alimentação Animal;

alimentação, melhoramento genético, produção e reprodução animal;	Forragicultura e plantas tóxicas; Zootecnia I, II, III; Fisiopatologia da Reprodução, Reprodução e Obstetrícia Animal; Avicultura e Sanidade Avícola; Suinocultura e Sanidade Suinícola; Pecuária de Precisão; PEX - Projeto de extensão; Equideocultura e Medicina Equina;
VII - Planejar, executar gerenciar e avaliar programas de saúde animal, saúde pública e de tecnologia de produtos de origem animal;	Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares; Epidemiologia e Medicina Veterinária Preventiva; Medicina Veterinária do Coletivo e Saúde Única; Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias de Animais de Companhia; Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias de Animais de Produção; Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos de Origem Animal; Tecnologia de Produtos de Origem Animal.
VIII – Executar a inspeção sanitária e tecnológica de produtos de origem animal	Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos de Origem Animal; Tecnologia de Produtos de Origem Animal; Avicultura e Sanidade Avícola; Suinocultura e Sanidade Suinícola Zootecnia I; Zootecnia II; Zootecnia III;
IX - Planejar, elaborar, executar gerenciar e participar de projetos nas áreas de biotecnologia da reprodução e de produtos biológicos;	Introdução a medicina veterinária; Deontologia Bioética e Práticas Hospitalares; Epidemiologia e Defesa Sanitária Animal; Fisiopatologia da Reprodução e Biotecnologia da Reprodução e Obstetrícia Animal Avicultura e Sanidade Avícola; Suinocultura e Sanidade Suinícola Zootecnia I; Zootecnia II; Zootecnia III;
X - Planejar, organizar e gerenciar unidades agroindustriais;	Introdução a medicina veterinária; Extensão Rural e Cooperativismo; Genética e Melhoramento Animal Aplicado; Pecuária de Precisão; PEX - Projeto de extensão; Avicultura e Sanidade Avícola; Suinocultura e Sanidade Suinícola Zootecnia I; Zootecnia II; Zootecnia III;
XI - Realizar perícias, elaborar e interpor laudos técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária;	Comunicação e Metodologia; Introdução a medicina veterinária; Deontologia Bioética e Práticas Hospitalares Extensão Rural e cooperativismo; Microbiologia Veterinária; Patologia Especial Veterinária; Epidemiologia e Defesa Sanitária Animal, Parasitologia Veterinária; Farmacologia Veterinária e Toxicologia;

	<p>Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias, Fisiopatologia da Reprodução; Clínica Médica e cirúrgica de Ruminantes I e II, Clínica Médica e cirúrgica de Pequenos Animais I e II; Avicultura e Sanidade Avícola; Suinocultura e Sanidade Suinícola Zootecnia I; Zootecnia II; Zootecnia III; Medicina, Manejo e Conservação de Animais Silvestres e Pets Exóticos</p>
<p>XII - Planejar, elaborar, executar, gerenciar, participar de projetos agropecuários e do agronegócio;</p>	<p>Introdução a medicina veterinária; Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares; Extensão Rural e Cooperativismo; Genética e Melhoramento Animal Aplicado; Pecuária de Precisão. PEX Projeto de extensão. Zootecnia I; Zootecnia II; Zootecnia III; Suinocultura e Sanidade Suinícola Avicultura e Sanidade Avícola;</p>
<p>XIII - Relacionar-se com os diversos segmentos sociais e atuar em equipes multidisciplinares da defesa e vigilância e do bem-estar social;</p>	<p>Introdução a medicina veterinária; Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares; Extensão Rural e Cooperativismo; Genética e Melhoramento Animal Aplicado; Pecuária de Precisão; PEX Projeto de extensão.,</p>
<p>XIV - Exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;</p>	<p>Introdução a medicina veterinária; Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares Extensão Rural e Cooperativismo; Pecuária de Precisão; PEX Projeto de extensão. Epidemiologia e Defesa Sanitária Animal; Medicina Veterinária do Coletivo e Saúde Única;</p>
<p>XV - Conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos;</p>	<p>Introdução a medicina veterinária; Deontologia Bioética e Práticas Hospitalares PEX Projeto de extensão; Comunicação e Metodologia;</p>
<p>XVI - Assimilar as constantes mudanças conceituais e evolução tecnológica apresentadas no contexto mundial;</p>	<p>Introdução a medicina veterinária, Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares; Extensão Rural e Cooperativismo; Pecuária de Precisão e Inovações; PEX Projeto de extensão. Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos de Origem Animal,</p>
<p>XVII - Avaliar e responder com senso crítico as informações que estão sendo oferecidas durante a graduação e no exercício profissional</p>	<p>Introdução a edicina veterinária; Deontologia Bioética e Práticas Hospitalares PEX Projeto de extensão.</p>
<p>XVIII - Consciência política e histórica da diversidade, que conduz a: igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos; - à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos; conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais</p>	<p>Introdução a medicina veterinária; Deontologia Bioética e Práticas Hospitalares Optativa I; Optativa II;</p>

os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados;	
XVIV - ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Também, deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente.	Introdução a medicina veterinária; Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares; Extensão Rural e Cooperativismo; Pecuária de Precisão. PEX Projeto de extensão., Zootecnia I, Zootecnia II, Zootecnia III; Optativa I; Optativa II;

5.7. Perfil Profissional do Egresso

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

o(a) Médico(a) Veterinário tem como perfil de egresso profissional:

Art. 5o O Curso de Graduação em Medicina Veterinária tem como perfil do formando egresso/profissional o Médico Veterinário, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal. Ter conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos; de economia e de administração. Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais de Medicina Veterinária, para identificação e resolução de problemas visando a sustentabilidade econômica, social, ambiental e o bem-estar animal.

O perfil do egresso do curso de Medicina Veterinária será moldado por uma formação acadêmica sólida, abrangente e humanista. Este profissional estará apto a desenvolver habilidades técnicas, éticas e sociais que o capacitem a atuar de forma competente e consciente no exercício da profissão. A formação será pautada no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam aos graduados se integrarem de maneira autônoma, solidária, crítica e reflexiva em seus respectivos contextos profissionais. Eles estarão comprometidos com o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional, visando à construção de uma sociedade mais justa e democrática, levando em consideração os Direitos Humanos, Direito Animal; os princípios da Sustentabilidade e de Bem Estar Animal.

De acordo com MORAES (1996, p.64) o avanço tecnológico, especialmente a partir do final do século passado, trouxe consigo uma mudança significativa na

abordagem educacional. Passamos a vivenciar uma educação centrada no sujeito coletivo, reconhecendo a importância do outro e valorizando os processos coletivos de construção do conhecimento. Nesse novo paradigma, que se consolidou no início do século XXI, a formação dos alunos vai além da simples atualização de conhecimentos. Agora, inclui a capacidade de construir e comparar novas estratégias de ação, permitindo que eles enfrentem os desafios do cotidiano em seu campo de atuação de forma mais eficaz e inovadora.

Isso implica, de acordo com MORAES, 1996, p.64.

Levar o indivíduo a aprender a aprender, que se manifesta pela capacidade de refletir, analisar e tomar consciência do que sabe, dispor-se a mudar os próprios conceitos, buscar novas informações, substituir velhas verdades por teorias transitórias, adquirir novos conhecimentos que vêm sendo requeridos pelas alterações existentes no mundo, resultantes da rápida evolução das tecnologias da informação (1996, p. 64).

Dentro deste contexto atual de avanços tecnológicos e de uma nova percepção sobre o aprendizado, destaca-se que, de forma específica, o perfil planejado para o egresso do Curso de Medicina Veterinária atende as competências e habilidades gerais acordadas na Resolução CNE/CES nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019

5.8. Aptidão do Egresso

O Curso de Medicina Veterinária do Ugv Centro Universitário, como foi concebido, proporciona sólida formação em matérias básicas, geral e profissional, formando assim o Médico Veterinário generalista que atenderá a demanda profissional, segundo as necessidades regionais e do país, preparando-o para o exercício em:

- Clínica médica e cirúrgica animal e laboratório clínico veterinário em todas as suas modalidades;
- Planejamento e execução da defesa sanitária animal bem como a assistência técnica aos animais sob qualquer forma, para assegurar a sanidade individual e coletiva;
- Planejamento, administração de propriedades rurais, criação, produção, seleção e alimentação dos animais domésticos em todos os seus aspectos;
- Padronização, classificação, inspeção e fiscalização do ponto de vista sanitário, higiênico e tecnológico de todos os produtos e subprodutos de origem animal, nos locais de produção, manipulação, industrialização, armazenamento, distribuição e comercialização, para melhorar os padrões de alimentação da população e realizar o controle das zoonoses;

- Direção, fiscalização e controle de estabelecimentos e indústrias de produtos de origem animal, de alimentação animal, de serviços de reprodução, inseminação artificial e transferência de embriões, bem como de exposições com finalidade recreativa, desportiva ou de proteção animal;
- Direção, docência, pesquisa e extensão em instituições de pesquisa, estabelecimentos de ensino e hospitais de medicina veterinária;
- Formulação, produção e comercialização de produtos destinados à saúde animal, contemplando: a pesquisa básica, fabricação, controle de qualidade, propaganda, promoção, treinamento, pesquisa de mercado, venda, importação e exportação, e desaparecimento do produto,
- Defesa da fauna, especialmente o controle da exploração dos animais silvestres, bem como de seus produtos e a defesa incessante do meio ambiente, proporcionando métodos de criações optativas;
- Organização de congressos, seminários, reuniões, campanhas e cursos destinados ao estudo da medicina veterinária e a organização da educação rural relativa à pecuária;
- Estudo e organização de trabalhos sobre economia e estatística relacionadas à profissão do médico veterinário.
- Desenvolvimento de capacidade gerencial, com um perfil proativo e espírito empreendedor, auxiliando na tarefa de promoção social e geração de empregos dentro da comunidade na qual se relaciona;
- Desenvolvimento do perfil crítico e de contínua busca da atualização dos paradigmas inerentes à sua formação, que deverá ser de continuado aperfeiçoamento;
- Formação sócio-política e de cidadania.
- Atuar multiprofissionalmente e interdisciplinarmente, com extrema produtividade na promoção da saúde animal, baseado na convicção científica, da cidadania e da ética.

Enfim, seguindo a Resolução CNE/CES nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária., a Ugv Centro Universitário, busca como perfil do egresso, um profissional crítico, reflexivo, ético, responsável, capacitado a atuar em todos os níveis de atenção à produção e saúde animal, baseado no rigor científico, com capacidade para

desenvolver projetos e iniciação científica visando a produção de conhecimento, respeitando sempre os princípios éticos, bioéticos, culturais do indivíduo e da coletividade. Além das já elencadas competências, o formado deverá possuir habilidades na gestão de negócios, comunicação oral/escrita e nas inter-relações humanas.

5.9. Regulamentação

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária foi aprovado pela Resolução da Pró Reitoria Acadêmica.

6. ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

6.1. Currículo Integral e Diretrizes Curriculares Nacionais

O curso de Medicina Veterinária do Ugv - Centro Universitário, adota o regime seriado semestral, a fim de desenvolver os princípios de integração e integralidade que a proposta do curso apresenta, além de permitir o máximo desempenho do acadêmico. O Curso estrutura-se de acordo com a LDB nº 9.394/96 e com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e a Resolução CNE/CES nº 3, DE 15 de Agosto de 2019, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Medicina Veterinária.

Para a integralização do Curso e obtenção do Diploma, o aluno deve cumprir 3400h/aula, distribuídas em disciplinas obrigatórias, , Estágio Supervisionado I (360 h/aula), Extensão (480h/aula), Estágio Supervisionado II (360h/aula) e Atividades Complementares (400 h/aula) conforme a distribuição da carga horária contida na matriz curricular.

A disposição da matriz curricular é planejada de modo a assegurar a realização dos objetivos do curso e da missão institucional, visando alcançar a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, bem como concretizar o perfil do egresso. Os conteúdos e atividades curriculares devem levar em conta a formação generalista do profissional, conforme dispõe o artigo 8º da Resolução CNE/CES nº 3, DE 15 de Agosto de 2019:

Os conteúdos devem contemplar:

I – Ciências Biológicas e da Saúde: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos de bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da morfofisiologia dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, biofísicos, microbiológicos, parasitológicos, imunológicos, genéticos, farmacológicos e ambientais, nos campos de atuação da Medicina Veterinária, fundamentados em conhecimentos de bioinformática e metodologia científica.

II – Ciências Humanas e Sociais: incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão e atuação sobre os determinantes sociais, culturais, políticos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo comunicação, informática, economia e administração com ênfase em marketing, empreendedorismo e inovação em nível individual e coletivo.

III – Ciências da Medicina Veterinária: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com saúde-doença, produção animal, sustentabilidade e bem-estar animal com ênfase nas áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária legal, medicina veterinária preventiva, saúde pública, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, contemplando a abordagem teórica e prática dos conteúdos a seguir:

a) Zootecnia e Produção Animal: envolvendo sistemas de criação, manejo, nutrição, biotécnicas da reprodução com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental, incluindo agronegócio, animais de experimentação, selvagens e aquáticos;

b) Inspeção e Tecnologia dos Produtos de Origem Animal: incluindo todas as fases da cadeia produtiva dos alimentos, com ênfase na classificação, processamento, padronização, conservação, controle de qualidade, certificação, desenvolvimento de produtos e inspeção higiênica e sanitária dos produtos de origem animal e dos seus derivados;

c) Clínica Veterinária: incorporando conhecimentos de clínica, cirurgia, anestesiologia, patologia diagnóstica (intervenções anatomopatológicas, patologia clínica), diagnóstico por imagem e fisiopatologia da reprodução, visando a determinação da etiopatogenia, do diagnóstico e dos tratamentos médicos clínico ou cirúrgico de enfermidades de diversas naturezas nas diferentes espécies animais;

d) Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: reunindo conteúdos essenciais às atividades destinadas ao planejamento em saúde, a epidemiologia, a prevenção, controle e erradicação das enfermidades infecciosas, contagiosas, parasitárias, incluindo as zoonóticas.

Defesa sanitária, prevenção e controle de doenças emergentes e reemergentes, propiciando conhecimentos sobre biossegurança, produção e controle de produtos biológicos e biotecnológicos e gestão ambiental. Conteúdos referentes às políticas de saúde do SUS e diretrizes internacionais da saúde.

Parágrafo único. Os conteúdos relacionados ao meio ambiente, bem-estar animal, legislação e ética também devem ser tratados como temas transversais.

Os conteúdos curriculares são estabelecidos na consecução do perfil do egresso, construindo e reconstruindo o conhecimento ao longo do curso, fortemente sustentada pelo diálogo entre conteúdos e componentes e a marcante interdisciplinaridade em suas bases.

Consta na estrutura da matriz, a exigência de uma carga de 400 (quatrocentas) horas de atividades complementares. Tais atividades, juntamente com as disciplinas optativas, auxiliam na flexibilização curricular exigida pelas diretrizes curriculares nacionais, permitem a distribuição entre atividades de iniciação à pesquisa, extensão, disciplinas de outros cursos, seminários, colóquios, congressos, mesas redondas, grupos de estudos dentre outras atividades gerais (representação estudantil) e complementares.

As aulas são oferecidas no turno noturno, para proporcionar ao acadêmico a liberação do outro turno para participar de atividades que complementam sua formação acadêmica plena.

A estrutura curricular do Curso de Medicina Veterinária atende aos critérios de qualificação estabelecidos pelo Ministério de Educação e Cultura e do Conselho Federal de Medicina Veterinária, referente as atribuições do Médico Veterinário para exercício pleno da profissão.

6.2. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ugv é um artefato de construção coletiva que envolve o corpo docente e discente, promovendo reflexões periódicas para garantir uma formação profissional de excelência. O currículo passa por avaliações periódicas, visando discutir e implementar ou modificar estratégias que assegurem o cumprimento dos objetivos do curso.

As disciplinas são organizadas com o propósito de conduzir o acadêmico à construção do conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades tanto gerais quanto específicas relacionadas à Medicina Veterinária. A matriz curricular é composta por disciplinas básicas e profissionalizantes, desenvolvidas de forma integrada e complementar ao longo do curso, fomentando uma visão interdisciplinar. O conteúdo programático das disciplinas, dividido entre teórico e prático, visa desenvolver habilidades profissionais enquanto o aluno adquire conhecimentos teóricos.

A integração entre teoria e prática é buscada desde o início do curso, culminando com estágios supervisionados nos últimos períodos e com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Gradualmente e seguindo uma sequência lógica de construção do conhecimento, disciplinas específicas da medicina veterinária são introduzidas desde os primeiros semestres, com a interdisciplinaridade sendo uma prática constante em todo o currículo.

O curso de Medicina Veterinária da IES adota o regime seriado semestral, a fim de absorver os princípios de integração e integralidade que a proposta do curso apresenta, além de permitir o máximo desempenho do acadêmico. Estrutura-se de acordo com a Resolução Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 e com a Resolução CNE/CES Nº 3, de 15 de AGOSTO de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Medicina Veterinária.

O currículo do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ugv tem carga horária total de 4.800 horas aulas (4.000 horas relógio) distribuídas em disciplinas obrigatórias 3120 horas aulas (2600 horas relógio), Estágio Supervisionado 680 horas aula (566,66 horas relógio), Atividades Complementares Totais 400 horas aula (333,33 horas relógio) sendo que 30% das Atividades complementares Totais devem ser atividades de cunho social (120 horas relógio ou seja 144 horas aula) e 480 horas/aula de atividades de extensão curricular (correspondendo a 400 horas

relógio). O percurso curricular se inspira nos preceitos da interdisciplinaridade, sendo caracterizadas por assuntos inter e transdisciplinares integrados, que deverão ser trabalhados em conjunto pelos professores envolvidos com os temas.

A estrutura curricular (Figura 15) busca alcançar os objetivos do curso e da missão institucional, promovendo a excelência no ensino, pesquisa, inovação e extensão. O perfil do egresso visa formar um profissional reflexivo, crítico e humanista, comprometido com a responsabilidade social e ambiental, e preparado para os desafios da área da Medicina Veterinária.

As ementas das disciplinas são atualizadas regularmente para estar em conformidade com os objetivos do curso. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) acompanha a execução do Projeto Pedagógico do Curso, propondo atualizações quando necessário.

Visitas técnicas são realizadas para integrar a interdisciplinaridade no curso, proporcionando aos alunos uma compreensão abrangente das diversas áreas da Medicina Veterinária. Durante o curso, os alunos também participam de atividades práticas nos laboratórios, projetos de pesquisa e extensão, e elaboram e executam seus trabalhos de conclusão de curso.

O curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ugv segue as Diretrizes Curriculares Nacionais, visando formar profissionais capacitados para lidar com os desafios socioeconômicos, políticos e culturais do país.

Os três núcleos são:

I – Ciências Biológicas e da Saúde;

II – Ciências Humanas e Sociais;

III – Ciências da Medicina Veterinária.

Dentro da estrutura curricular há elementos inovadores que refletem em práticas exitosas, que buscam desenvolver as habilidades profissionais que são utilizados, dentre eles, a plataforma Google de sala de aula (Classroom), a avaliação integrada (DIA E NOITE DE AVALIAÇÃO - DNA), e Desafio Integrador, Atividades Pedagógicas Supervisionadas (APS).

A estrutura curricular do Curso de graduação em Medicina Veterinária, desde sua criação, tem como objetivo aprimorar a capacitação do acadêmico, proporcionando uma formação generalista e interdisciplinar. Isso permite não apenas a autorrealização do egresso no contexto atual, mas também uma adaptação à realidade específica da região.

Na sequência são apresentados os períodos do curso.

Figura 15 – Composição Curricular Matriz 226



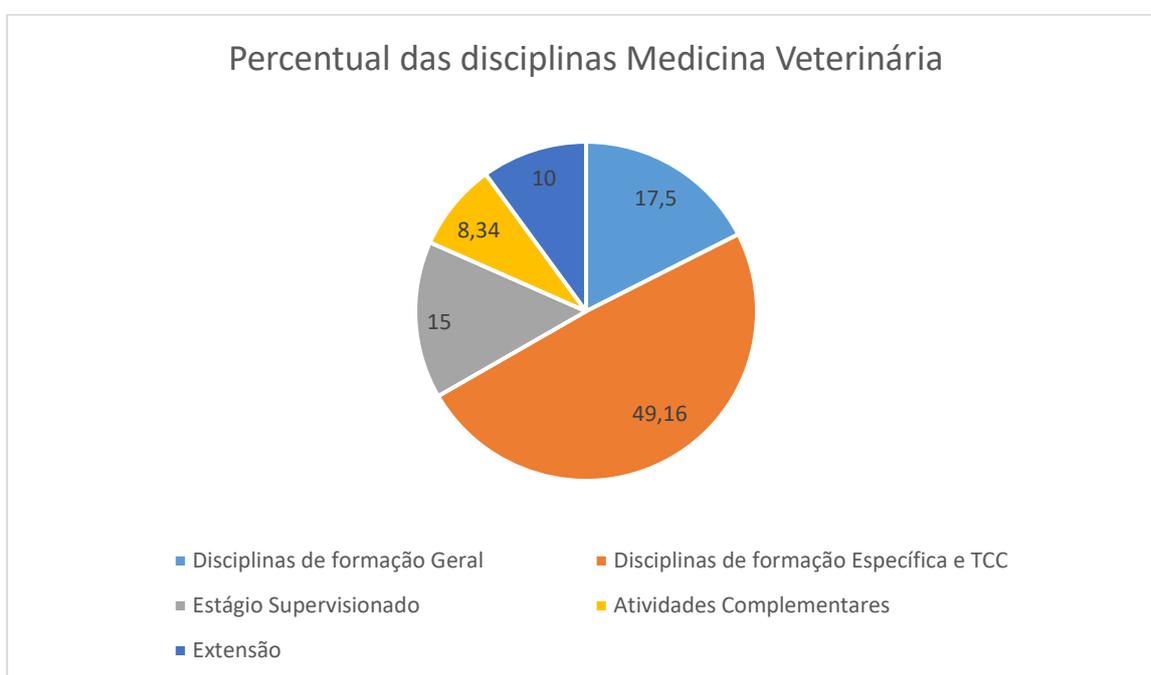
Figura 16 – Períodos do Curso – Matriz 262

1º Período 400 H/A	2º Período 400 H/A	3º Período 400 H/A	4º Período 400 H/A	5º Período 400 H/A	6º Período 400 H/A	7º Período 400 H/A	8º Período 400 H/A	9º Período	10º Período
Anatomia e Fisiologia Veterinária I 80H/A	Anatomia e Fisiologia Veterinária II 80H/A	Anatomia e Fisiologia Veterinária III 80 H/A	Avicultura e Sanidade Avícola 40 H/A	Doenças Infecto Parasitárias em Animais de Companhia 40 H/A	Anestesiologia Veterinária 40 H/A	Biotecnologia da Reprodução e Obstetrícia Animal 80H/A	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Companhia II 80H/A	Estágio Supervisionado I 360 H/A	Estágio Supervisionado II 360 H/A
Anatomia e Fisiologia Veterinária I 80H/A	Bioquímica e Biofísica Veterinária 80H/A	Epidemiologia e Defesa Sanitária Animal 40 H/A	Genética e Melhoramento Animal Aplicado 80 H/A	Estudo Anatômico e Diagnóstico por Imagens 80 H/A	Doenças Infecto Parasitárias em Animais de Produção 40 H/A	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Companhia I 80H/A	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção II 80H/A	Projeto de Extensão I 400H/A	Projeto de Extensão II 80H/A
Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares 80H/A	Comunicação e Metodologia 80H/A	Extensão Rural e Cooperativismo 80 H/A	Nutrição e Alimentação Animal 40 H/A	Patologia Especial Veterinária 80H/A	Equideocultura e Medicina Equina 40 H/A	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção I 80H/A	Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos de Origem Animal 80H/A		
Introdução a Medicina Veterinária 40 H/A	Forragicultura e Plantas Tóxicas 40H/A	Farmacologia Veterinária e Toxicologia 80 H/A	Parasitologia Veterinária 80H/A	Pecuária de Precisão e Inovações 80H/A	Fisiopatologia da Reprodução Veterinária 80 H/A	Medicina Veterinária Integrativa 40H/A	Programa de Extensão Institucional – PEX 80H/A		
Medicina Veterinária do Coletivo e Saúde Única 80H/A	Imunologia Veterinária 40 H/A	Microbiologia Veterinária 80 H/A	Patologia Geral Veterinária 80 H/A	Semiologia Animal 80 H/A	Optativa I 80 H/A	Medicina, Manejo e Conservação de Animais Silvestres e Pets Exóticos 40H/A			
Zootecnia I 40H/A	Zootecnia II 80H/A	Zootecnia III 40H/A	Terapêutica Veterinária 80H/A	Suinocultura e Sanidade Suinícola 40H/A	Patologia Clínica Veterinária 40H/A	Optativa II 80 H/A			
					Técnica Cirúrgica Veterinária 80H/A				

Considerando que as aulas são ministradas em blocos de 50 minutos, a Tabela a seguir mostra a distribuição da carga horária do Curso em aulas e em horas relógio, bem como o tempo mínimo e máximo de integralização do Curso de acordo com a matriz do curso.

Exigência	Matriz 226		
	Horas	Aulas	%
Disciplinas de Formação Geral	840	700	17,5
Disciplinas de Formação Específica e TCC	2.360	1967	49,16
Estágio Supervisionado	720	600	15
Atividades Complementares	400	334	8,33
Extensão	480	400	10
Total	4.800	4001	100,00%

Figura 18 – Percentual das Disciplinas



Fonte: Coordenação, 2024

O núcleo de conhecimentos de Formação Básica Geral foi concebido para assegurar uma formação ampla, consciente e articulada em Medicina Veterinária. Esse núcleo aborda aspectos como a evolução histórica da área, suas interações com outras disciplinas, os principais métodos empregados ao longo do tempo pelos médicos veterinários, os desafios contemporâneos desse campo de estudo e as pesquisas em curso.

Já no núcleo de conhecimentos de Formação Específica Profissional e TCC, o foco é direcionado para a capacitação do futuro profissional de Medicina Veterinária, habilitando-o para atuar com competência na área. Os conteúdos são centrados na formação profissional, metodologias e práticas específicas da Medicina Veterinária, abrangendo suas múltiplas vertentes.

O Núcleo de Formação Básica Geral trabalhará aspectos socioculturais e políticos, epistemológicos e históricos da Sociedade, além das disciplinas básicas que norteiam o ensino em Medicina Veterinária, por meio da clássica revisão desses temas, com a finalidade única de construir pré-requisitos para o ensino das disciplinas específicas de ensino e formação cidadã.

Ao longo dos semestres, o conteúdo do núcleo de integração de conhecimentos proporcionará aos estudantes estudos sobre as tendências atuais em Medicina Veterinária. Essas tendências servirão de base teórica para os futuros profissionais, os quais terão a oportunidade de aplicar esses conhecimentos em práticas relacionadas. Essa abordagem visa a desenvolver habilidades e competências necessárias para a atuação na área, em conjunto com o desenvolvimento do Estágio.

No exercício do Estágio Supervisionado, os alunos e seus orientadores discutirão como efetuar registro das atividades, e deverão elaborar o relatório de estágio para registro das observações que servirão de apoio para cumprir as exigências, e que será realizado no nono e décimo semestres do curso.

O Estágio Supervisionado será uma instância privilegiada de articulação entre o estudo teórico e os saberes práticos, a ligação entre o conhecimento científico e a aplicação deles, aprendidas durante o Curso.

Destaque especial no processo de formação dar-se-ão nos laboratórios da saúde, clínica veterinária escola, fazenda experimental além de fazendas e propriedades conveniadas que proporcionam o exercício de aulas práticas correlacionando com a teoria.

6.3. Matriz Curricular

O Ugv - Centro Universitário, por meio do seu PDI, aponta três ideias centrais na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos: o que importa é aprendizagem do aluno, e esta exige esforço reconstrutivo pessoal e a presença orientadora do professor; os conteúdos ensinados devem servir de sustentação ao desenvolvimento das competências e habilidades básicas que, por sua vez, estimulam a renovação permanente dos conteúdos, formando-se um profissional criativo e autônomo; o professor é profissional que faz a mediação entre o conhecimento e o estudante, contribuindo para que a aprendizagem ocorra.

Com base nessas premissas, a organização curricular do Curso de Medicina Veterinária do Ugv - Centro Universitário é estruturada de forma a atender também à própria missão do Curso, cuja proposta tem proporcionado grandes possibilidades de inovação no processo de ensino aprendizagem na medida em que sua estrutura, formada pelo método diferenciado do TCC que agrega pesquisa teórica à análise e intervenção prática. Tal procedimento conduz a uma ação integrada entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento acadêmico e gerencial na área de Medicina Veterinária ao discente.

O Ugv - Centro Universitário atendendo todas as exigências do MEC, com uma estrutura curricular dividida por semestres, onde cada semestre possui dois bimestres e a carga horária está expressa em horas aulas de 50 minutos cada.

Os conteúdos curriculares do curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Medicina Veterinária, procuram revelar interação com a realidade regional, nacional e internacional, segundo perspectiva histórica e contextualizada, relacionadas com os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, utilizando tecnologias inovadoras.

Também estão presentes na matriz curricular os estágios curriculares supervisionados obrigatórios, as atividades complementares e o trabalho de conclusão do curso.

Conteúdos Básicos e Tecnológicos Comuns: São aquelas que compõem o núcleo de conteúdos básicos (CB), todas obrigatórias, e correspondendo ao que estabelece a resolução CNE/CES nº 3, DE 15 de Agosto de 2019.

Conteúdos Específicos: São aquelas que compõem o núcleo de conteúdos específicos, todas obrigatórias, e correspondendo ao que estabelece a resolução CNE/CES nº 3, DE 15 de Agosto de 2019.

A matriz curricular representa de forma sucinta, por meio de um formato gráfico, o processo de desenvolvimento e formação dos alunos. A integração multidisciplinar é incentivada tanto entre disciplinas do mesmo período quanto entre disciplinas de períodos distintos.

O oferecimento do curso no horário noturno favorece que o estudante realize, além do estágio supervisionado obrigatório, outros estágios durante sua vida acadêmica, desta forma o aluno pode visualizar inter-relações também entre a vida acadêmica e a vida profissional.

A interdisciplinaridade é aplicada durante as aulas por meio da interação entre os professores e os conteúdos. Além disso, é promovida através de trabalhos bimestrais que, sempre que possível, englobam conhecimentos de várias disciplinas do curso. Esses trabalhos também abordam conceitos e conteúdos de séries diferentes, fomentando, assim, uma abordagem interdisciplinar. A interdisciplinaridade é considerada essencial para a formação do profissional, pois ajuda a superar a fragmentação do conhecimento, evidenciando que o saber é unificado e coerente.

A integralização da carga horária com disciplina optativa será dada no sexto e sétimo períodos, com carga horária de 80 horas cada, conforme a matriz apresentada na sequência. A disciplina optativa tem por finalidade complementar a formação integral do acadêmico.

As disciplinas ofertadas pelos demais cursos da IES e relacionadas com a formação pretendida ao egresso médico veterinário, podem ser cursadas pelos acadêmicos, a fim de ser validada como disciplina de caráter eletiva para integralização das atividades complementares do acadêmico.

As atividades acadêmicas ligadas à formação envolvem, além das disciplinas, as atividades complementares, os estágios supervisionados obrigatórios e os trabalhos de conclusão de curso que serão apresentados na sequência.

A seguir são mostradas as disciplinas e as respectivas cargas horárias das mesmas relativa a matriz vigente (226).

6.3.1. Matriz 226

DISCIPLINAS	CH Hora-aula	CH Hora-Relógio
PRIMEIRO SEMESTRE		
Anatomia e Fisiologia Veterinária I	80	67
Bases Biológicas e Embriologia	80	67
Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares	80	67
Introdução a Medicina Veterinária	40	34
Medicina Veterinária do Coletivo e Saúde Única	80	67
Zootecnia I	40	34
TOTAL	400	336
SEGUNDO SEMESTRE		
Anatomia e Fisiologia Veterinária II	80	67

Bioquímica e Biofísica Veterinária	80	67
Comunicação e Metodologia	80	67
Forragicultura e Plantas Tóxicas	40	34
Imunologia Veterinária	40	34
Zootecnia II	80	67
TOTAL	400	336
TERCEIRO SEMESTRE		
Anatomia e Fisiologia Veterinária III	80	67
Epidemiologia e Defesa Sanitária Animal	40	34
Extensão Rural e Cooperativismo	80	67
Farmacologia Veterinária e Toxicologia	80	67
Microbiologia Veterinária	80	67
Zootecnia III	40	34
TOTAL	400	336
QUARTO SEMESTRE		
Avicultura e Sanidade Avícola	40	34
Genética e Melhoramento Animal Aplicado	80	67
Nutrição e Alimentação Animal	40	34
Parasitologia Veterinária	80	67
Patologia Geral Veterinária	80	67
Terapêutica Veterinária	80	67
TOTAL	400	336
QUINTO SEMESTRE		
Doenças Infecto Contagiosas e Parasitárias em Animais de Companhia	40	34
Estudo Anatômico e Diagnóstico por Imagens	80	67
Patologia Especial Veterinária	80	67
Pecuária de Precisão e Inovações	80	67
Semiologia Animal	80	67
Suinocultura e Sanidade Suinícola	40	34
TOTAL	400	336
SEXTO SEMESTRE		
Anestesiologia Veterinária	40	34
Doenças Infecto Contagiosas e Parasitárias em Animais de Produção	40	34

Equideocultura e Medicina Equina	40	34
Fisiopatologia da Reprodução Veterinária	80	67
Optativa I	80	67
Patologia Clínica Veterinária	40	34
Técnica Cirúrgica Veterinária	80	67
TOTAL	400	336
SÉTIMO SEMESTRE		
Biotecnologia da Reprodução e Obstetrícia Animal	80	67
Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Companhia I	80	67
Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção I	80	67
Medicina Veterinária Integrativa	40	34
Medicina, Manejo e Conservação de Animais Silvestres e Pets Exóticos	40	34
Optativa II	80	67
TOTAL	400	336
OITAVO SEMESTRE		
Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Companhia II	80	67
Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção II	80	67
Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos de Origem Animal	80	67
Programa de Extensão Institucional - PEX	80	67
Tecnologia de Produtos de Origem Animal	80	67
TOTAL	400	335
NONO SEMESTRE		
Estágio Supervisionado I	360	300
Projeto de Extensão I	400	334
TOTAL	760	634
DÉCIMO PERÍODO		
Estágio Supervisionado II	360	300
Projeto de Extensão II	80	67
TOTAL	440	367
TOTAL GERAL	4400	3687

A organização da matriz curricular visa assegurar a realização efetiva dos objetivos do curso e da missão institucional, buscando a excelência no ensino, na

pesquisa e na extensão, além de concretizar o perfil do egresso. O estudante, enquanto responsável por moldar seu percurso acadêmico, tem a oportunidade de enriquecer seu currículo por meio de atividades independentes regulamentadas pela coordenação de atividades complementares e sociais da instituição de ensino superior.

É relevante destacar as práticas exitosas na formação dos acadêmicos, especialmente quando diversas disciplinas, que tradicionalmente oferecem apenas aulas teóricas, passaram a incluir atividades práticas e visitas técnicas em seu currículo, comprovadas por meio de relatórios. Práticas estas que evidenciaram como uma iniciativa eficaz para enriquecer a experiência de aprendizagem dos estudantes.

Durante o curso os acadêmicos devem, além de frequentar aulas teóricas, maximizar seus conhecimentos teórico-práticos, a partir das atividades desenvolvidas nos laboratórios de saúde, laboratórios do curso, clínica escola veterinária, fazenda experimental; além de desenvolver atividades pedagógicas supervisionadas e outras unidades de prática acadêmica complementar e de extensão, devem também realizar o estágio curricular bem como a elaboração e execução do trabalho de conclusão de curso.

Com relação às disciplinas que possuem aulas práticas são efetuadas dividindo a turma para melhor aprendizado do acadêmico.

A Tabela a seguir apresenta as disciplinas da matriz curricular do curso de Medicina Veterinária e os respectivos laboratórios onde ocorrem as atividades práticas.

LABORATÓRIO	DISCIPLINAS
Laboratórios da saúde (práticas microbiológicas; análises clínicas; bases biológicas e parasitologia; cozinha didática; laboratório de bioquímica e fisiologia)	Bases Biológicas e Embriologia Bioquímica e Biofísica Veterinária Microbiologia Veterinária Parasitologia Veterinária Tecnologia de Produtos de Origem Animal
Clínica Veterinária Escola (Laboratório de técnica cirúrgica; laboratório de patologia; laboratório de anatomia veterinária; laboratório de diagnóstico por imagem)	Anatomia e Fisiologia Veterinária I Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares Anatomia e Fisiologia Veterinária II Zootecnia II Anatomia e Fisiologia Veterinária III Farmacologia Veterinária e Toxicologia Patologia Geral Veterinária Terapêutica Veterinária Estudo Anatômico e Diagnóstico por Imagens Patologia Especial Veterinária Semiologia Animal Fisiopatologia da Reprodução Veterinária Técnica Cirúrgica Veterinária

	Biotecnologia da Reprodução e Obstetrícia Animal Medicina, Manejo e Conservação de Animais Silvestres e Pets Exóticos Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Companhia II Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção II
Fazenda experimental (Áreade manejo)	Anatomia e Fisiologia Veterinária I Zootecnia II Zootecnia III Biotecnologia da Reprodução e Obstetrícia Animal Semiologia Animal Fisiopatologia da Reprodução Veterinária Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção II

Fonte: Coordenação, 2024

6.4. Conteúdos curriculares

O curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Vale do Iguaçu, apoia-se na lei de diretrizes e bases da educação LDB 9.394/1996 e na orientação contida nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária (Parecer de homologação CNE/CES N°70/2019, da Resolução CNE/CES nº 3, DE 15 de Agosto de 2019).

A matriz curricular está disposta de forma a garantir a efetividade dos objetivos do curso, e da missão institucional, em busca da excelência do ensino, da iniciação à pesquisa e da extensão, assim como concretizar o perfil do egresso, enquanto profissional de postura reflexiva e de visão crítica, habilitado para um exercício ético, crítico e humanista dos ensinamentos teóricos e práticos da medicina veterinária, fundamentados na responsabilidade social e comprometimento com a realidade local e regional. Os conteúdos curriculares são construídos, debatidos e organizados, nos espaços de colegiado e especialmente levados ao NDE, com a finalidade de integrar seus conteúdos, carga horária, ementários e bibliografia com os objetivos do curso, capacitando-os a compreender e enfrentar as exigências teóricas e práticas e conhecimentos dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e da administração agropecuária e agroindustrial. Após as discussões a aprovação deve ser realizada por integrantes do NDE e aprovação dos colegiados de curso, CONSEPE.

Os conteúdos trabalhados possibilitam uma aprendizagem consistente e significativa, estando os conhecimentos técnicos integrados a formação geral e humanística. Os eixos norteadores, destacados, são desenvolvidos durante toda a trajetória dos cursos:

- Meio ambiente;

- Ética e cidadania;
- Relações Étnico-Raciais
- A construção de valores de solidariedade, cooperação e respeito às diferenças culturais;
- Raça; gênero, acessibilidade e Direitos Humanos;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A estrutura curricular é fundamentada na premissa de que teoria e prática são inseparáveis. Assim, a formação teórica abarca tanto os conhecimentos gerais quanto os profissionais, integrando-se ao dia a dia, às atividades práticas e à promoção da cidadania. Isso implica considerar não apenas os conhecimentos técnicos, mas também a cultura e as experiências de vida, embasadas nos valores de cooperação, solidariedade e responsabilidade.

Os conhecimentos são abordados de forma integrada, favorecendo uma prática interdisciplinar e, conseqüentemente, possibilitando a formação integral do indivíduo. O principal desafio dessa abordagem é superar o ensino fragmentado, baseado em disciplinas isoladas e desconectadas do contexto.

Os conteúdos do currículo visam alcançar os objetivos do curso, a missão institucional no ensino idealizado, a introdução à pesquisa e à extensão, e ainda concretizar o perfil do egresso como um profissional reflexivo e crítico, capaz de exercer ética, criticamente e humanisticamente, os ensinamentos teóricos e práticos. Isso se fundamenta na responsabilidade social e no comprometimento com a realidade local e regional.

Além disso, os conteúdos curriculares consideram a constante atualização do profissional na área de atuação, incluindo uma carga horária apropriada para abordar os conteúdos delineados nas ementas, respaldadas por bibliografias pertinentes, com temas específicos e número de discentes adequado.

Em relação à metodologia acessível, os conteúdos do currículo abordam tanto a utilização de práticas de ensino diferenciadas e metodologias ativas quanto o aproveitamento das instalações físicas da IES, possibilitando aos estudantes o desenvolvimento de atividades práticas bem-sucedidas.

Além disso, as políticas voltadas a educação ambiental, relações étnico-raciais e direitos humanos, ensino da história e cultura africana e indígena são previstas em conteúdos curriculares próprios (Programa de Extensão Institucional – PEX e na disciplina de Extensão Rural e Cooperativismo), as quais também são abordadas de forma multidisciplinar ao longo do curso.

O curso se destaca na área profissional através de uma variedade de métodos educacionais, incluindo aulas práticas e teóricas, conferências, palestras, e o aproveitamento de recursos como a Clínica Veterinária Ugv, propriedades conveniadas, sistemas computacionais, biblioteca, visitas técnicas, pesquisas temáticas e bibliográficas, projetos de iniciação à pesquisa e extensão, estágios em instituições credenciadas pela IES, além da participação em encontros, congressos, exposições, seminários e iniciativas científicas da instituição.

Esses elementos contribuem para a formação de profissionais atualizados na área, que valorizam a inovação tecnológica e científica, como documentado em relatórios semestrais de atividades e na documentação oficial do curso.

A estruturação curricular do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ugv apoia-se na lei de diretrizes e bases da educação LDB 9.394/1996 e na orientação contida nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Medicina Veterinária (Parecer de homologação CNE/CES N°70/2019, da Resolução CNE/CES nº 3 de 15 de agosto de 2019). Assim além dos conhecimentos gerais, visa dar suporte para formação de um profissional técnico envolvido com os problemas sócio econômicos, políticos e culturais do país. A matriz curricular do curso de Medicina Veterinária apresenta disciplinas básicas e específicas, teóricas e práticas.

6.4.1. Núcleo de conteúdos

O curso de Graduação em Medicina Veterinária obedece ao regime de matrícula seriado semestral, contando atualmente com o ingresso anual de até 100 alunos em período noturno. De forma inovadora, a matriz curricular proposta proporciona ao aluno contato com disciplinas de desenvolvimento profissional já no início do curso. Essa exposição precoce a conteúdos práticos proporciona melhor integralização do conteúdo aprendido em sala de aula, bem como melhor percepção da aplicação das ciências básicas na atuação profissional.

a) Conteúdos básicos: Composto por disciplinas que proporcionam o embasamento teórico necessário para o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Nele estão incluídas as disciplinas, distribuídas no primeiro, segundo e terceiro períodos.

b) Núcleo de conteúdos profissionais essenciais: composto pelas disciplinas destinadas à caracterização da identidade do profissional, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades.

c) Núcleo de conteúdos profissionais específicos: constituído por disciplinas que possuem objetivos e conteúdos específicos, o currículo tem como propósito complementar a formação geral dos estudantes do curso de Medicina Veterinária. Ele visa aprimorar a qualificação profissional dos graduandos, capacitando-os para lidar com as particularidades locais e regionais. Além disso, o currículo busca estabelecer uma identidade própria para o projeto institucional.

Os núcleos têm como objetivo primordial a formação integral do profissional, cultivando valores de cidadania e promovendo uma abordagem interdisciplinar. Buscam desenvolver nos alunos uma perspectiva humanística, reflexiva e crítica, capacitando-os para se adaptarem às demandas do mercado em constante mudança. Isso inclui a promoção de práticas éticas, profissionalismo, responsabilidade socioambiental e respeito à diversidade cultural, étnico-racial e de gênero. Os núcleos também têm o intuito de fortalecer o compromisso dos alunos com a defesa e a preservação dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que cultivam uma habilidade aprimorada de análise, interpretação e resolução de diversas situações-problema.

Os núcleos são pilares agregadores de um conjunto de disciplinas, que direcionam o planejamento acadêmico e a definição dos objetivos de aprendizagem. Com esse arranjo, a interdisciplinaridade e a avaliação da aprendizagem são inseridas de forma gradual e significativa no currículo ao longo de todo o processo formativo do aluno. Ressalte-se ainda que o curso promove ações interdisciplinares e de incorporação dos temas transversais contemporâneos relacionados à diversidade étnico-racial, ao multiculturalismo, aos direitos humanos e ao meio ambiente em várias disciplinas que compõem o currículo, sob a perspectiva de se desenvolver a autonomia moral e intelectual do aluno.

Além disso, os conteúdos curriculares abrangem a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a Educação Ambiental e de Direitos Humanos. A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena são contemplados, principalmente em conteúdo da disciplina da PEX, além de ser abordado em atividades complementares; na iniciação científica; em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela IES. São realizadas palestras, debates, mostras, workshops, feiras e outros que propiciem a difusão, a proteção, o aprofundamento dos conhecimentos, o estímulo e a divulgação de todas as formas de arte e cultura. A Educação Ambiental será abordada amplamente dentro da matriz curricular do curso, em diversas disciplinas como Introdução a Medicina Veterinária, Etologia e Bem-Estar Animal, Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares, Microbiologia Veterinária, Forragicultura e Plantas Tóxicas, Farmacologia e toxicologia veterinária, Avicultura e sanidade avícola, Suinocultura e sanidade suína, Nutrição e Alimentação Animal, Extensão Rural e Cooperativismo, Pecuária de Precisão e Inovações, Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos de Origem Animal, Bovinocultura de Leite Sustentável, Medicina Veterinária Legal, Projetos Agropecuários e Agroindústrias e além das atividades extracurriculares e projetos de extensão promovidos pela da IES, que desenvolve diversos projetos dentro da área das ciências agrárias e em diversas outras.

Além disso, é importante oferecer ao aluno condições para adquirir conhecimento por meio de uma participação ativa na construção cognitiva e social. Para isso, são implementadas avaliações diferenciadas em situações comprovadas de déficit cognitivo, sob a orientação da coordenação pedagógica. Essa abordagem permite uma avaliação mais equitativa, considerando as necessidades especiais de alguns alunos, e representa uma prática bem-sucedida e contínua no curso de Medicina Veterinária.

De acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, a IES assume o compromisso formal de proporcionar, caso sejam solicitadas, desde o acesso até a conclusão do curso, quaisquer reivindicações formais previstas em lei no que se refere à acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações, este é o objetivo constante do curso, e para isso os docentes também são orientados e preparados nos programas de formação permanente, para poder transmitir, acompanhar e avaliar estes alunos

da melhor forma possível. Está incluído no PDI e PPC do curso, além das condições de acessibilidade física, o atendimento pedagógico adequado aos alunos com deficiência físicas, restrições de mobilidade permanente ou temporária, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, reconhece e garante os direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista.

A plena acessibilidade é assegurada por meio da identificação das demandas de inclusão de candidatos e alunos que apresentam deficiências físicas, múltiplas e sensoriais, bem como aqueles dentro do espectro autista, com deficiência intelectual e com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). O Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico realiza intervenções específicas com base nessas demandas identificadas, garantindo que os candidatos possam realizar o vestibular e que os alunos possam estudar na IES com todas as suas necessidades de acessibilidade atendidas.

As ementas serão atualizadas e coerentes com perfil do egresso e os objetivos do curso. Os Planos de Ensino das disciplinas, dos quais fazem parte a ementa, os objetivos, o programa, a metodologia e estratégias e as referências bibliográficas básicas e complementares são realizadas semestralmente por ocasião do início do ano letivo em reunião de colegiado dentro da semana pedagógica da instituição e encontram-se no PPC do curso.

A Carga Horária (C.H) total do curso é de 4.800 horas/aula para integralização em no mínimo 10 e no máximo 20 semestres.

O NDE se reunirá conforme calendário pré-fixado no início de cada semestre e esporadicamente quando se fizer necessário, acompanhará a execução do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária propondo as atualizações que se fizerem necessárias submetendo-as a aprovação pelo Colegiado do Curso, CONSEPE, CONSU, quando necessário.

Por fim, os alunos, conforme disposições regimentais, poderão ser reprovados em até três disciplinas, hipótese em que avançarão ao período seguinte e deverão cursar as dependências conforme opções institucionais constantes no Estatuto e Regimento Interno no Artigo 78. Caso reprovem em mais de três disciplinas, independentemente do período a que estiver vinculado, não poderão avançar ao período seguinte, ficando retidos e matriculados apenas nas dependências. Importante frisar as práticas exitosas na formação do acadêmico, uma vez que

diversas disciplinas que contemplam apenas aulas teóricas realizaram aulas práticas, comprovada em relatórios.

Distribuição das Disciplinas de acordo com das Diretrizes Curriculares Nacionais

	Disciplina	CH (hora aula)	Período	
<i>Ciências Biológicas e da Saúde</i>	Anatomia e Fisiologia Veterinária I	80	1	
	Bases Biológicas e Embriologia	80	1	
	Anatomia e Fisiologia Veterinária II	80	2	
	Bioquímica e Biofísica Veterinária	80	2	
	Forragicultura e Plantas Tóxicas	40	2	
	Imunologia Veterinária	40	2	
	Anatomia e Fisiologia Veterinária III	80	3	
	Farmacologia Veterinária e Toxicologia	80	3	
	<i>Ciências Humanas e Sociais</i>	Medicina Veterinária do Coletivo e Saúde Única	80	1
		Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares	80	1
Introdução a Medicina Veterinária, Etologia e Bem-Estar Animal		40	1	
Comunicação e Metodologia		80	2	
Epidemiologia e Defesa Sanitária Animal		40	3	
Extensão Rural e Cooperativismo		80	3	
Programa de Extensão Institucional - PEX		80	8	
<i>Ciências da Medicina Veterinária</i>		Zootecnia I - Produções Alternativas	40	1

Zootecnia Produção Grandes Ruminantes	II	-	80	2
Zootecnia Produção Pequenos Ruminantes	III	-	40	3
Avicultura Sanidade Avícola		e	40	4
Genética Melhoramento Animal Aplicado		e	80	4
Nutrição Alimentação Animal		e	40	4
Parasitologia Veterinária			80	4
Patologia Veterinária		Geral	80	4
Terapêutica Veterinária			80	4
Doenças Contagiosas Parasitárias em Animais Companhia		Infecto e de	40	5
Estudo Anatômico e Diagnóstico por Imagens		e por	80	5
Patologia Veterinária		Especial	80	5
Pecuária Precisão Inovações		de e	80	5
Semiologia Animal Suinocultura Sanidade Suinícola		e	80 40	5 5
Anestesiologia Veterinária			40	6
Doenças Contagiosas Parasitárias em Animais Produção		Infecto e de	40	6
Equideocultura Medicina Equina		e	40	6
Fisiopatologia Reprodução Veterinária		da	80	6
Optativa I Patologia Veterinária			80 40	6 6
Técnica Veterinária		Cirúrgica	80	6

	Biotecnologia da Reprodução e Obstetrícia Animal	80	7
	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Companhia I	80	7
	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção I	80	7
	Medicina Veterinária Integrativa	40	7
	Medicina, Manejo e Conservação de Animais Silvestres e Pets Exóticos	40	7
	Optativa II	80	7
	Projeto de extensão I	400	9
	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Companhia II	80	7
	Clínica Médica e Cirúrgica de Animais de Produção II	80	7
	Inspeção e Vigilância Sanitária de Alimentos de Origem Animal	80	7
	Tecnologia de Produtos de Origem Animal	80	7
	Projeto de Extensão II	80	10
<i>Estágio Supervisionado</i>	Estágio supervisionado I	360	9
	Estágio supervisionado II	360	10

Os elementos curriculares do curso, em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, buscam estabelecer conexões com a realidade local, nacional e global, considerando uma abordagem histórica e contextualizada. Essas conexões abrangem aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, utilizando tecnologias inovadoras.

Dessa maneira, são delineados para atender ao perfil do graduado, promovendo a construção e reconstrução do conhecimento ao longo do curso. Isso é

amplamente facilitado pelo diálogo entre os conteúdos e componentes curriculares, destacando-se a interdisciplinaridade como fundamento essencial.

A organização da matriz curricular visa assegurar a eficácia dos objetivos do curso e da missão institucional, buscando a excelência no ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o currículo concretiza o perfil do egresso como um profissional reflexivo, dotado de visão crítica e habilidades éticas e humanistas, capaz de aplicar os conhecimentos teóricos e práticos da medicina veterinária de forma responsável socialmente e comprometida com a realidade local e regional.

Os conteúdos curriculares são desenvolvidos, debatidos e organizados em instâncias colegiadas, especialmente no Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando integrar seus elementos, carga horária, ementas e bibliografia com os objetivos do curso. Isso capacita os alunos a compreender e enfrentar as exigências teóricas, práticas e contextuais relacionadas aos aspectos sociais, culturais e políticos da economia, administração agropecuária e agroindustrial.

Os conteúdos mínimos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais são apresentados obrigatoriamente aos estudantes e abrangem disciplinas nas seguintes áreas:

- Ciências Biológicas e da Saúde: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos de bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da morfologia dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, biofísicos, microbiológicos, parasitológicos, imunológicos, genéticos, farmacológicos e ambientais, nos campos de atuação da Medicina Veterinária, fundamentados em conhecimentos de bioinformática e metodologia científica.

II - Ciências Humanas e Sociais: incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão e atuação sobre os determinantes sociais, culturais, políticos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo comunicação, informática, economia e administração com ênfase em marketing, empreendedorismo e inovação em nível individual e coletivo.

III - Ciências da Medicina Veterinária: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com saúde-doença, produção animal, sustentabilidade e bem-estar animal com ênfase nas áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária legal, medicina veterinária preventiva, saúde pública, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos

de origem animal, contemplando a abordagem teórica e prática dos conteúdos a seguir:

a) Zootecnia e Produção Animal: envolvendo sistemas de criação, manejo, nutrição, biotecnias da reprodução com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental, incluindo agronegócio, animais de experimentação, selvagens e aquáticos;

b) Inspeção e Tecnologia dos Produtos de Origem Animal: incluindo todas as fases da cadeia produtiva dos alimentos, com ênfase na classificação, processamento, padronização, conservação, controle de qualidade, certificação, desenvolvimento de produtos e inspeção higiênica e sanitária dos produtos de origem animal e dos seus derivados;

c) Clínica Veterinária: incorporando conhecimentos de clínica, cirurgia, anestesiologia, patologia diagnóstica (intervenções anatomopatológicas, patologia clínica), diagnóstico por imagem e fisiopatologia da reprodução, visando a determinação da etiopatogenia, do diagnóstico e dos tratamentos médicos clínico ou cirúrgico de enfermidades de diversas naturezas nas diferentes espécies animais;

d) Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: reunindo conteúdos essenciais às atividades destinadas ao planejamento em saúde, a epidemiologia, a prevenção, controle e erradicação das enfermidades infecciosas, contagiosas, parasitárias, incluindo as zoonóticas. Defesa sanitária, prevenção e controle de doenças emergentes e reemergentes, propiciando conhecimentos sobre biossegurança, produção e controle de produtos biológicos e biotecnológicos e gestão ambiental. Conteúdos referentes às políticas de saúde do SUS e diretrizes internacionais da saúde.

Da mesma forma, são estabelecidos na consecução do perfil do egresso, construindo e reconstruindo o conhecimento ao longo do curso, fortemente sustentada pelo diálogo entre conteúdos e componentes e a marcante interdisciplinaridade em suas bases. Tais atividades, juntamente com as disciplinas optativas, auxiliam na flexibilização curricular exigida pelas diretrizes curriculares nacionais, permitindo a distribuição entre atividades de iniciação à pesquisa, extensão, seminários, congressos, mesas redondas, dentre outras atividades gerais.

As disciplinas optativas ofertadas pelo curso (incluindo a disciplina de Libras) têm o objetivo de acrescentar e diferenciar o currículo do aluno egresso perante as necessidades contemporâneas. Como o curso não pode se sustentar apenas no ensino de sala de aula, as atividades extraclasse serão fortalecidas e estimuladas,

como momento de reconstrução do ensino de sala aula, o acadêmico tem função participativa de destaque pois auxilia na construção das didáticas e práticas com maior acuidade. Tais atividades são contempladas nas atividades complementares e sociais, nos eventos do curso e nos grupos de estudos e de iniciação à pesquisa.

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena serão contempladas no Programa de Extensão Institucional, além de serem abordados em atividades complementares, na iniciação científica, em projetos de extensão voltados a Empreendedorismo e Agricultura familiar e em atividades extracurriculares promovidas pela IES. São realizadas palestras, debates, mostras, workshops, feiras e outros que propiciem a difusão, a proteção, o aprofundamento dos conhecimentos, o estímulo e a divulgação de todas as formas de arte e cultura.

A Educação Ambiental é abordada dentro da matriz curricular do curso, também no Programa de Extensão Institucional. Em especial, as relações étnico-raciais no espaço urbano, educação em direitos humanos, como mecanismos de combate à violência contra a mulher, de respeito às diversidades de orientação sexual e de gênero, de deficiências físicas e de transtornos psicológicos como o autismo, são abordadas de maneira específica nessa disciplina.

A matriz curricular do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ugv apresenta um currículo voltado para conteúdos essenciais relacionados com as áreas de saúde animal e clínica veterinária; saneamento ambiental e medicina veterinária preventiva, saúde pública e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal e ecologia e proteção ao meio ambiente.

A disposição e formação do currículo buscam o desenvolvimento de condutas e atitudes dos egressos com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, aptos a compreenderem e traduzirem as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação.

Terem conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e da administração agropecuária e agroindustrial.

6.5. Ementas e Bibliografias

As ementas e a bibliografias das disciplinas do curso de Medicina Veterinária são elencadas a seguir.

6.5.1. Matriz 226.

6.5.1.1. 1º SEMESTRE

Nome da disciplina: <u>Anatomia e Fisiologia Veterinária I - 80 horas</u> Carga Horária: 80 horas
Ementa: Termos, direção e planos anatômicos. Estudos anatômicos e fisiológicos dos sistemas: esquelético; sindesmologia (artrologia); muscular; tegumento comum e estruturas relacionadas. Noções de segurança e biossegurança.
Bibliografia básica: GETTY, Robert. Sisson & Grossman: Anatomia dos animais domésticos. 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986. KÖNIG, Horst Erich; LIEBICH, Hans-Georg. Anatomia dos animais domésticos. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. REECE, William O. (Ed.). Dukes. Fisiologia dos animais domésticos. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
Bibliografia Complementar: DYCE, K. M.; SACK, W. O.; WENSING, C. J. G. Tratado de anatomia veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. FRANDSON, Rowen D.; WILKE, W. Lee; FAILS, Anna Dee. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. KLEIN, Bradley G. Cunningham. Tratado de fisiologia veterinária. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. POPESKO, Peter. Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

RANDALL, David; BURGGREN, Warren; FRENCH, Kathleen. Eckert fisiologia animal: mecanismos e adaptações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. SANTOS, Gonçalves Marcela dos. Algoritmos e programação. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023581. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023581/>.

SOUZA, Marco Antonio Furlan de (et.al). Algoritmos e lógica de programação: um texto introdutório para a engenharia. 3.ed. São Paulo, Cengage, 2019.

LAMBERT, Kenneth A. Fundamentos de Python: primeiros programas: Cengage Learning Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786555584301. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555584301/>.

MANZANO, José Augusto navarro Garcia; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de (Org.). Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 26.ed. São Paulo, Érica, 2012.

ALVES, William P. Linguagem e Lógica de Programação. Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788536519371. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536519371/>

Nome da disciplina:

Bases Biológicas e Embriologia - 80 horas

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Noções de biossegurança. Noções básicas de citologia, organelas e membranas celulares, mitocôndrias, retículo endoplasmático, aparelho de golgi, citoesqueleto, lisossomos e núcleo; Estudo dos principais tecidos dos animais adequado suas diferenças morfofisiológicas; Correlação do tecido epitelial, tecido conjuntivo, tecido muscular e nervoso. Tecido Cartilaginoso. Tecido Ósseo. Tecido Muscular. Tecido Nervoso

Bibliografia básica:

JUNQUEIRA, L. C. Jose. Biologia celular e molecular. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

ALBERTS, B.; VEIGA, A.B.G. da et al. Biologia molecular da célula. Porto Alegre, Artes médicas, 2004.

ALBERTS, B.; SANTIAGO-SANTOS, A.L.C. et al. FUNDAMENTOS da biologia celular. Porto Alegre, Artmed, 2006.

DE ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J. Bases da biologia celular e molecular. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Bibliografia complementar:

EURELL, Jo Ann; FRAPPIER, Brian L. **Histologia veterinária de Dellmann**. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchôa; CARNEIRO, José. **Histologia básica: texto e atlas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

KIERSZENBAUM, Abraham L.; TRES, Laura L. **Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOORE, Keith Leon.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. **Embriologia básica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

REAGAN, William J.; ROVIRA, Armando R. Irizarry; DENICOLA, Dennis B. **Atlas de hematologia veterinária: espécies domésticas e não domésticas comuns**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

Nome da disciplina:

Medicina Veterinária do Coletivo e Saúde Única

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Estudo do saneamento básico e da epidemiologia, diagnóstico, legislação e controle das principais zoonoses e enfermidades com importância em saúde pública. Conhecer os princípios do saneamento na transmissão e prevenção de enfermidades humanas e animais. Compreender a importância sanitária, econômica, social, política e cultural das zoonoses, bem como o seu diagnóstico e controle, e/ou erradicação, conceitos de saúde pública, medicina de abrigos e medicina veterinária forense.

Bibliografia básica:

COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.

GERMANO, Maria Izabel Simões; GERMANO, Pedro Manuel Leal. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 3.ed. São Paulo, Manole, 2008.

SILVA JUNIOR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. 5.ed. São Paulo: Livraria, 2002

Bibliografia complementar:

BEER, Joachim. Doenças infecciosas em animais domésticos. São Paulo, Roca, 1999, 380p.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA REGIÃO SUL. Manual de zoonoses. 2.ed. São Paulo, CRMV-PR, 2010, 162p.

FORSYTHE, Stephen J. Microbiologia da segurança alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FRANCO, Bernadette D. Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2006.

O acesso se dá via site da Instituição <https://www.uniguacu.edu.br/institucional/biblioteca/>.

Nome da disciplina:

Zootecnia I - Produções Alternativas

Carga Horária: 40 horas
<p>Ementa: Noções de manejo (sanitário, nutricional e reprodutivo), índices zootécnicos e sistemas de criação. Importância econômica das seguintes criações: Apicultura, bubalinocultura, piscicultura, cunicultura, coturnicultura. Sustentabilidade econômica, social e ambiental da produção. Noções de segurança e biossegurança.</p>
<p>Bibliografia básica: MELLO, H. V. D.; SILVA, J. F. Criação de coelhos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. MARQUES, José Ribamar Felipe (Coord.). Criação de búfalos. Brasília, EMBRAPA, 1998. TONON, E.; SCHENA V. A.; WERLE, S. Produção de peixes: uma alternativa econômica viável. União da Vitória: FAFIUV, 2009.</p>
<p>Bibliografia complementar: EMATER - PR. Manual Básico de Piscicultura. Curitiba, Emater, 2004. FILHO, Alcides Ribeiro Teixeira. Piscicultura ao alcance de todos. 2 ed. São Paulo, Nobel, 1991. GUIMARAES, N. P. Apicultura: a ciência da longa vida. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. Aquaculture Brasil: http://www.aquaculturebrasil.com/ Apis online. Apicultura: http://ciram.epagri.sc.gov.br/apicultura/ O acesso se dá via site da Instituição https://www.uniguacu.edu.br/institucional/biblioteca/</p>

<p>Nome da disciplina:</p> <p style="text-align: center;"><u>Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares</u></p> <p style="text-align: center;">Carga Horária: 80 horas</p>
<p>Ementa:</p> <p>Aprendizagem sobre senso de responsabilidade, ética moral, ética profissional e bioética inerente ao exercício das atividades profissionais. Conhecer o conjunto de deveres profissionais estabelecidos no código de ética de medicina veterinária. Conhecer a normativa para procedimentos de eutanásia. Conhecer os parâmetros de bioética para pesquisa e experimentação. Conhecer o ambiente hospitalar e medidas de biossegurança do trabalho. Desenvolver habilidades práticas da rotina clínica hospitalar veterinária.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BIRCHARD, S. J.; SHERDING, R. G. Manual Saunders de clínica de pequenos animais. 3 ed. Roca: São Paulo, 2008. (disponível na biblioteca, total 10 exemplares) FEITOSA, F. L. Semiologia Veterinária. São Paulo: Roca, 2004. (disponível na biblioteca, total 13 exemplares) FRANÇA, F.S. Bioética e Biossegurança aplicada. Porto Alegre: SAGAH, 2017. (presente na biblioteca virtual)</p>

ARNS, Elza Maria Galvão Ciffoni (Ed.); PASQUALIN, Cezar Amin (Ed.). Orientações ao médico veterinário: manual de direitos e deveres. Curitiba, SINDIVET, 2011. (Disponível em: <http://www.sindivetpr.org/destaq/manual.pdf>)

Bibliografia Complementar:

Resolução nº 1138, de 16 de dezembro de 2016. Código de ética do médico veterinário. (Disponível em: <https://www.cfmv.gov.br/codigo-de-etica/medicos-veterinarios/2018/10/10/>)

SPINOSA, H.S.; GÓRNIK, S.L.; BERNARDI, M.M. Farmacologia aplicada à medicina veterinária, 4.ed. Guanabara-Koogan: Rio de Janeiro, 2006. 545p.(disponível na biblioteca, total 10 exemplares)

SWENSON, M. J.; REECE, W. O. Dukes Fisiologia dos Animais Domésticos. 11ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. (disponível na biblioteca, total 28 exemplares).

BLOOD, D. C.; STUDDERT, V.P. Dicionário de Veterinária. 2a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. (disponível na biblioteca, total 9 exemplares)

Revista CFMV Brasília: Conselho Federal de Medicina Veterinária. <http://portal.cfmv.gov.br/>

Revista CRMV-PR Curitiba: Conselho Regional de Medicina Veterinária – PR <http://www.crmv-pr.org.br/>

Nome da disciplina:

Introdução a Medicina Veterinária

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Apresentação do Curso de Medicina Veterinária da Ugv, sua grade curricular. História da Medicina, Conceitos Gerais da Medicina Veterinária. A atuação do Médico Veterinário nas diferentes áreas de ação e a inter-relação do Médico Veterinário. Perspectivas para o mercado de trabalho. Temas atuais reflexivos sobre a participação do médico veterinário no agronegócio sustentável. Estudo do comportamento animal e conceitos do Bem-estar animal.

Bibliografia Básica:

BLOOD, D. C.; STUDDERT, V.P. Dicionário de Veterinária. 2a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

ARNS, Elza Maria Galvão Ciffoni (Ed.); PASQUALIN, Cezar Amin (Ed.). Orientações ao médico veterinário: manual de direitos e deveres. Curitiba, SINDIVET, 2011.

KAHN, Cynthia M. (Org.). Manual Merck de Veterinária. 9.ed. São Paulo, Roca, 2008.

Bibliografia complementar:

TORRES, Alcides di Paravicini; JARDIM, Walter Manual de zootecnia: raças que interessam ao Brasil. Ramos. 2ª Edição. São Paulo: Agronômica Ceres, 1982.

WELLS, Jeff; FALCK-COOK, Celina (Trad.). Entre coices, garras e mordidas: histórias favoritas de um veterinário. São Paulo, Landscape, 2009. Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Diretrizes nacionais para programas de resistência em medicina veterinária. Brasília, CFMV, 2010. História da medicina veterinária no Brasil. Brasília, Conselho Federal de Medicina Veterinária, 2002. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola.

Novo manual de veterinária. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1983.

Revista CFMV Brasília: Conselho Federal de Medicina Veterinária.
<http://portal.cfmv.gov.br/>

Revista CRMV-PR Curitiba: Conselho Regional de Medicina Veterinária – PR
<http://www.crmv-pr.org.br/>

6.5.1.2. 2º SEMESTRE

Nome da disciplina:

Bioquímica e Biofísica Veterinária

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Introdução à bioquímica. Estrutura e bioquímica celular. Bioquímica de proteínas, carboidratos, lipídios e ácidos nucleicos. Vitaminas, enzimas e coenzimas. Integração e controle do metabolismo de proteínas, carboidratos, lipídios e ácidos nucleicos. Processos de transporte através de membranas celulares. Sistema de tampões e pH. Leis e propriedades gerais dos gases e líquidos. Bioeletrogênese. Termodinâmica. Biofísica dos sistemas respiratório e circulatório e contratilidade muscular. Radiação e seus efeitos biológicos. Noções de biossegurança e ética.

Bibliografia básica:

BACILA, Metry. Bioquímica veterinária. 2ª ed. São Paulo, Robe Editorial, 2003.
CHAMPE, Pamela C.; HARVEY, Richard A. Bioquímica ilustrada. 2ª ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2002.

FÉLIX, H. Díaz González; SILVA, Sérgio Ceroni. Introdução à bioquímica clínica veterinária. 2ª ed. Porto Alegre, UFRGS, 2006.

Bibliografia complementar:

ALBERTS, Bruce; VANZ, Ana Letícia de Souza *et al.* (Trad.). Biologia molecular da célula. 5ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2010.

CAMPBELL, Mary K. Bioquímica. 3ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2006.

COMPRI-NARDY, Mariane B.; STELLA, Mércia Breda; OLIVEIRA, Carolina de. Práticas de laboratório de bioquímica e biofísica: uma visão integrada. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.

KERR, Morag. G. Exames laboratoriais em medicina veterinária: bioquímica clínica e hematologia. 2ª ed. São Paulo, Roca, 2003.

ESALQ/USP: <http://docentes.esalq.usp.br/luagalho/>

Nome da disciplina:

Anatomia e Fisiologia Veterinária II

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Estudo de biossegurança e biosseguridade. Estudo de miologia veterinária (crânio, coluna, membros torácico e pélvico, abdômen). Estudo geral sobre esplancnologia. Sistema digestivo. Sistema cardiovascular. Sistema respiratório. Sistema urinário. Sistema genital masculino. Sistema genital feminino. Sistema nervoso. Sistema linfático. Sistema endócrino. Estudo comparativo das estruturas macroscópicas do corpo dos animais domésticos, através de dissecação e estudo em peças isoladas previamente dissecadas, obtidas de peças de frigoríficos.

Bibliografia básica:

LIEBICH, Hans-Georg. Anatomia dos animais domésticos: texto e atlas colorido. Porto Alegre, Artmed, 2004.
GETTY, Robert. Sisson/Grossman Anatomia dos animais domésticos. 5a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986 - 2 v
SALOMON, Franz-Viktor Atlas de anatomia aplicada dos animais domésticos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
CUNNINGHAM, J. G. Tratado de Fisiologia Veterinária. 3a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
REECE, William O. (Ed.); ROCHA, Newton da Cruz (Revisão técnica); FIGUEIREDO, Cid (Trad.) et al. Dukes fisiologia dos animais domésticos. 12.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.
RANDALL, D. et al. Fisiologia Animal: Mecanismos e Adaptações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia complementar:

COLVILLE, Thomas P. Anatomia e Fisiologia clínica para medicina veterinária. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.
KAINER, Robert A.; MCCracken, Thomas O. Anatomia do cão: atlas para colorir. São Paulo, Roca, 2007.
FLOOD, Peter F. Atlas colorido de anatomia aplicada dos grandes animais. São Paulo, Manole, 2002.
FRANDSON, R.D. et al. Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda. 6a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
GUYTON, A. C. Fisiologia humana. 6a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
KOLB, E. et al. Fisiologia veterinária. 4a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Fisiologia animal: adaptação e meio ambiente. 5.ed. São Paulo, Santos, 2002. Fisiologia Veterinária: <http://www.uff.br/fisiovet/>

Nome da disciplina:

ZOOTECNIA II – PRODUÇÃO DE GRANDES

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Entendimento e aplicação técnica dos principais princípios e práticas do manejo de bovinos de corte e de leite, bem como de ovinos procurando abordar as temáticas de forma racional e crítica em todos os processos. Também se busca aprimorar e encorajar os estudantes a abordar os assuntos discutidos em aula de forma aplicada em diferentes sistemas de produção,

promovendo a discussão dos assuntos de uma forma dinâmica, simulando as potenciais realidades do campo.

Bibliografia básica:

PEIXOTO, Aristeu Mendes (Edit.); MOURA, José Carlos de (Edit.) et al. Planejamento da exploração leiteira: Anais. 636.214/A532/Anais. Piracicaba, FEALQ, 1998.

MUEHLMANN, L.O.; PFAU, L.A.; RAMOS, M.R. Produção de leite a pasto: modelos técnicos. Curitiba: EMATER, 2000.

PIRES, Alexandre Vaz (Edit.). Bovinocultura de corte. Piracicaba, FEALQ, 2010.

MARQUES, D.C. Criação de bovinos. 7. ed. Belo Horizonte: CUP, 2006.

Bibliografia complementar:

Tecnologia para a produção de leite. Fortaleza: Expressão. Gráfica e Editora Ltda., 2006.

PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 2000. 581 p.

SILVA, José Carlos Peixoto Modesto; [et al.]. Bem-estar do gado leiteiro: a importância do conforto térmico para o alto desempenho do gado. Viçosa, Aprenda Fácil, 2011.

Periódicos da Revista Brasileira de Zootecnia;
[//www.revistasbz.org.br/scripts/revista/sbz1/default.asp](http://www.revistasbz.org.br/scripts/revista/sbz1/default.asp)

Nome da disciplina:

IMUNOLOGIA VETERINÁRIA

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Conceitos gerais de Imunologia: função, estrutura e organização do Sistema Imune. Mecanismos de ativação e de modulação da resposta imune. Imunidade inata e adaptativa. Reconhecimento, processamento e apresentação de antígenos. Aspectos fundamentais da imunidade celular e humoral. Produção e aplicação de anticorpos policlonais e monoclonais. Principais métodos diagnósticos utilizados na Medicina Veterinária. Conceitos básicos de Vacinologia. Noções de biossegurança e ética.

Bibliografia básica:

ABBAS, Abul K; LICHTMAN, Andrew H; REALI, Claudia (Trad.). Imunologia celular e molecular. 5 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

JANEWAY, Charles A.; TRAVERS, Paul; WALPORT, Mark et al. Imunobiologia: o sistema imune na saúde e na doença. 5 ed. Porto Alegre, Artmed, 2002.

TIZARD, Ian R. Imunologia veterinária: uma introdução. 6 ed. São Paulo, Roca, 2002.

Bibliografia complementar:

BENJAMINI, Eli; COICO, Richard; SUNSHINE, Geoffrey. Imunologia. 4.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

CALICH, Vera; VAZ, Celidéia. Imunologia. Rio de Janeiro, Revinter, 2001.

PEAKMAN, Mark; VERGANI, Diego. Imunologia básica e clínica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1999. ROITT, Ivan; BROSTOFF, Jonathan; MALE, David et al. Imunologia. Barueri, Manole, 2003.

SciELO: <http://www.scielo.org/php/index.php>

Nome da disciplina:

FORRAGICULTURA E PLANTAS TÓXICAS

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Conceitos gerais e características morfo-fisiológicas das espécies forrageiras; Conceitos gerais de ecologia, sucessão e competição entre plantas; Gramíneas e leguminosas de clima temperado e tropical; Estabelecimento e melhoramento das pastagens; Áreas de pastoreio, formas de utilização e manejo de pastagens. Valor nutritivo das espécies forrageiras; Processos de conservação de plantas forrageiras; Suplementação de animais em pasto. Identificação, princípios tóxicos da plantas tóxicas no Sul do Brasil.

Bibliografia básica:

ALCÂNTARA, P. B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras, gramíneas e leguminosas. 6.ed. São Paulo: Nobel, 2004.
FARIA, V.P.; MOURA, J.C.; PEIXOTO, A.M. Manejo da pastagem. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 1994.
PEIXOTO, A. M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. Pastagens: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 1994. 908 p.

Bibliografia complementar:

FARIA, V.P.; MOURA, J.C. Fundamentos do pastejo rotacionado. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 2005.
FARIA, V.P.; MOURA, J.C.; PEIXOTO, A.M. Manejo da pastagem: o capim colômbio. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 2004.
FARIA, V.P.; MOURA, J.C.; PEDREIRA, C.G.S.; SILVA, S.C. Teoria e prática da produção animal em pastagens. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 2005.
PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais. 2. ed. São Paulo: Nobel. 2004. 184 p.

Nome da disciplina:

COMUNICAÇÃO E METODOLOGIA

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Língua, fala, norma, variações e sociedade. Noções básicas de linguagem, comunicação e expressão na prática acadêmica. Os diversos tipos de textos e suas características. Modalidades linguísticas falada e escrita; O português coloquial e a norma culta; Leitura e produção escrita; Estratégias de leitura: recuperação da informação; Compreensão e interpretação de textos; Reflexão sobre forma e conteúdo; O texto e sua funcionalidade; Textualidade: coesão e coerência, intenção comunicativa, habilidades de interpretação; Leitura e compreensão de textos acadêmico-científicos; A comunicação científica: aspectos lógicos e técnicos; Tipos de conhecimentos; A ciência e a

pesquisa científica: natureza, objetivos e classificação da ciência; O método científico. Hipótese, leis teóricas; A pesquisa, conceito, tipos e etapas; Definição e estrutura de textos acadêmico-científicos; Etapas de elaboração; Formas básicas de apresentação de textos: resenha, relatório, resumo, comunicação científica, artigos; Produção acadêmico-científica escrita e oral.

Bibliografia básica:

ERNANI, T. Práticas de leitura e escrita. Editora Saraiva, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440074/>.

MARCONDES, D. Textos básicos de linguagem: De Platão a Foucault. Jorge Zahar Editora, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537805572/>.

MARCONI, Maria e LAKATOS, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica, 8ª edição. Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/>.

Bibliografia complementar:

GUIMARÃES, T. C. Comunicação e linguagem. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

SOUZA, Adilson Veiga e ILKIU, Giovana Simas de Melo. Manual de Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu. União da Vitória (PR): Kayganguê, 2017.

FARACO, C.; TEZZA, C. Prática de texto: para estudantes universitários. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTAR, João. Metodologia científica na era digital. Editora Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220334/>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 25. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 540 p. ISBN 85-225-0296-X.

6.5.1.3. 3º SEMESTRE

Nome da disciplina:

ANATOMIA E FISIOLOGIA VETERINÁRIA III

Carga Horária: 80 horas
Ementa: Estudo comparativo da anatomia dos animais domésticos, abordando sistema nervoso, sistema endócrino, sistema urogenital, sistema reprodutor e anatomia das aves e reptéis.
<p>Bibliografia básica:</p> <p>POPESKO, Peter. Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.</p> <p>KAINER, Robert A.; MCCracken, Thomas O. Anatomia do cão: atlas para colorir. São Paulo: Roca, 2015.</p> <p>KÖNIG, Horst Erich; LIEBICH, Hans-Georg. Anatomia dos animais domésticos. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>DYCE, K. M.; SACK, W. O.; WENSING, C. J. G. Tratado de anatomia veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>GETTY, Robert. Sisson & Grossman: anatomia dos animais domésticos. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.</p> <p>BUDRAS, Klaus-Dieter et al. Anatomia do cão: texto e atlas. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.</p> <p>SALOMON, Franz-Viktor; GEYER, Hans (Eds.). Atlas de anatomia aplicada dos animais domésticos. 2. ed., amp. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>DONE, Stanley H. et al. Atlas colorido de anatomia veterinária do cão e gato. 2. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2010.</p>

<p>Nome da disciplina:</p> <p style="text-align: center;"><u>MICROBIOLOGIA VETERINÁRIA</u></p> <p style="text-align: center;">Carga Horária: 80 horas</p>
<p>Ementa:</p> <p>Normas de Biossegurança para Laboratórios. Mecanismos de Patogenicidade Bacteriana e Relação Parasita-Hospedeiro. Microscopia e técnicas de cultivo. Estudos dos gêneros e espécies de interesse Veterinário. Combate a indução da resistência microbiana a antibióticos e o uso racional de fármacos antimicrobianos.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CARTER, G.R. Fundamentos de bacteriologia e micologia veterinária. São Paulo: Roca, 1998.</p> <p>FILHO, Germano Nunes Silva; OLIVEIRA, Vetúria Lopes de. Microbiologia: manual de aulas práticas. Florianópolis, UFSC, 2004.</p> <p>HIRSH, D. C; ZEE, Y. C. Microbiologia Veterinária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>QUINN, P. J. (Org.); MARKEY, B. K., (Org.); CARTER, G.R (Org.) et al. Microbiologia veterinária e doenças infecciosas. Porto Alegre, Artmed, 2005</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BLACK, J.G. Microbiologia: Fundamentos e perspectiva. 4a Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.</p>

LACAZ, R; VELLOSO, L. Microbiologia Zootécnica. 1a Edição. São Paulo: Roca, 1992.

TRABULSI, L.R. et al. Microbiologia. 4a Edição. São Paulo: Atheneu, 2004.

PELCZAR, M. J. et al. Microbiologia: Conceitos e Aplicações. 2. a Edição São Paulo: Makron Books, 2005.

O acesso se dá via site da Instituição <https://www.uniguacu.edu.br/institucional/biblioteca/>.

Nome da disciplina:

FARMACOLOGIA, TOXICOLOGIA E PLANTAS TÓXICAS

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Noções de biossegurança e biosseguridade. Noções de Farmacocinética e farmacodinâmica. Farmacologia do Sistema Nervoso, analgésicos, tranquilizantes e sedativos, anestésicos injetáveis, anestésicos inalatórios. Farmacologia dos sistemas respiratório e cardiovascular. Princípios gerais de toxicologia, sinais clínicos, diagnóstico, medidas preventivas e curativas das intoxicações por: inseticidas, herbicidas, fungicidas, micotoxinas, raticidas, minerais tóxicos, gases, doping, interações químicas e animais peçonhentos.

Bibliografia básica:

GFELLER. Manual de Toxicologia e Envenenamento em Pequenos Animais: Toxicologia Aplicada a Medicina Veterinária. Roca, 1ª Edição. 2008.

OGA, Seizi. Fundamentos de toxicologia. São Paulo: Atheneu, 2003.

SPINOSA, H. et al. Toxicologia aplicada à medicina veterinária. Barueri: Manole, 2008.

Bibliografia complementar:

ADAMS, H. Richard; ADAMS, H. Richard. Farmacologia e terapêutica em veterinária. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2003. 636.08951/F233/Livros.

ANDRADE, Silvia Franco. Manual de terapêutica veterinária. 2.ed. São Paulo, Roca, 2002.

KIRK, Robert W.; NASCIMENTO, Fernando Gomes do (Trad.). Atualização terapêutica veterinária: pequenos animais. São Paulo, Manole, 1988.

SORENSEN, B. Acidentes por animais peçonhentos: reconhecimento, clínica e tratamento. São Paulo: Atheneu, 2000.

Nome da disciplina:

ZOOTECNIA III - PRODUÇÃO DE PEQUENOS RUMINANTES

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Importância da ovinocultura e caprinocultura mundial, nacional e estadual. Principais raças. Noções de manejo, índices zootécnicos e sistemas de criação de ovinos e caprinos (corte e leite) de interesse econômico. Gerencialmente de rebanhos, instalações e seu ciclo produtivo.

Bibliografia básica:

SILVA SOBRINHO, Américo Garcia. Criação de ovinos. 3.ed. Jaboticabal, FUNEP, 2006

GOES, Rafael Henrique de Tonissi Buschinelli (Ed.);BRABES, Kelly Cristina da Silva (Ed.);OLIVEIRA, Euclides Reuter de (Ed.). Produção e qualidade em ovinos de corte. Jaboticabal, FUNEP, 2009.

SOBRINHO, Américo Garcia da Silva; SAÑUDO, Carlos; OSÓRIO, José Carlos da Silveira (et al.). Produção de carne ovina. Jaboticabal, FUNEP, 2008

Bibliografia complementar:

OLIVEIRA, Maria Emilia Franco;TEIXEIRA, Pedro Paulo Maia; VICENTE, Wilter Ricardo Russiano. Biotécnicas reprodutivas em ovinos e caprinos. São Paulo, MedVet, 2013

PINHEIRO, Rafael Silvio Bonilha. Manual do Criador de Ovinos : Orientações técnicas e rentabilidade do sistema de produção. Minas Gerais, UFV, 2018.

CHAGAS, Ana Carolina de Souza;VERÍSSIMO, Cecília José;SANTANA, Raul Costa Mascarenhas. Principais Enfermidades e Manejo Sanitário de Ovinos. 2.ed. Brasília, EMBRAPA, 2017.

O acesso se dá via site da Instituição <https://www.uniguacu.edu.br/institucional/biblioteca/>.

Nome da disciplina:

EPIDEMIOLOGIA E DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Introdução à epidemiologia e conceitos. História natural da doença, causalidade e determinantes de doença. Relação hospedeiro – agente – ambiente e suas interações para ocorrência de doenças. Tipos de prevenção. Programas de saúde pública. Doenças emergentes e reemergentes. Prevenção, controle e erradicação de doenças. Noções de segurança e biosseguridade. Vigilância epidemiológica, conduta profissional e métodos diagnósticos. Profilaxia individual e populacional de doenças transmissíveis, controle de doenças e zoonoses em animais domésticos, silvestres e de vida livre.

Bibliografia básica:

ALMEIDA FILHO, Naomar de; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução à epidemiologia. 4. ed., rev. e amp. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FRANCO, Laércio. J.; PASSOS, Afonso. D C. Fundamentos de epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Manole, 2011.

MEDRONHO, Roberto de Andrade (Ed.). Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

Bibliografia complementar:

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia básica. 2. ed. São Paulo: Santos, 2010.

COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

EMBRAPA. Brucelose e tuberculose bovina: epidemiologia, controle e diagnóstico. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

KAHN, Cynthi M.; LINE, Scott (Eds). Manual Merck de veterinária. 10. ed. São Paulo: Roca, 2013.

NÉSPOLI, João Marcelo Brandini. Aplicação de vacina contra a Febre Aftosa. Brasília: LK, 2008.
BIBLIOTECA DIGITAL- O acesso se dá via site da Instituição <https://www.ugv.edu.br/institucional/biblioteca/>.

Nome da disciplina: <u>EXTENSÃO RURAL E COOPERATIVISMO</u> Carga Horária: 80 horas
Ementa: Fundamentos de comunicação rural e da extensão rural; Metodologia de comunicação; Uso de recursos audiovisuais; Uso de suportes de comunicação; Ações de comunicação coletiva; Planejamento de ações e projetos de extensão rural.
Bibliografia básica: ALMEIDA FILHO, Naomar de; ROUQUAYROL, Maria Zélia. Introdução à epidemiologia. 4. ed., rev. e amp. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. FRANCO, Laércio. J.; PASSOS, Afonso. D C. Fundamentos de epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Manole, 2011. MEDRONHO, Roberto de Andrade (Ed.). Epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.
Bibliografia complementar: BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia básica. 2. ed. São Paulo: Santos, 2010. COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. EMBRAPA. Brucelose e tuberculose bovina: epidemiologia, controle e diagnóstico. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. KAHN, Cynthi M.; LINE, Scott (Eds). Manual Merck de veterinária. 10. ed. São Paulo: Roca, 2013. NÉSPOLI, João Marcelo Brandini. Aplicação de vacina contra a Febre Aftosa. Brasília: LK, 2008. BIBLIOTECA DIGITAL- O acesso se dá via site da Instituição https://www.ugv.edu.br/institucional/biblioteca/ .

6.5.1.4. 4º SEMESTRE

Nome da disciplina: <u>PARASITOLOGIA VETERINÁRIA</u> Carga Horária: 80 horas
Ementa: Noções de biossegurança e biossegurança. Introdução ao estudo da Parasitologia Veterinária. Estudo da importância sócio-econômica, relação parasito-hospedeiro, taxonomia, morfologia, biologia e diagnóstico laboratorial dos Protozoários e Helminthos das Classes Cestoda e Trematoda. Método FAMACHA. Influência climática e do solo na dinâmica parasitária.

Bibliografia básica: BOWMAN, Dwight D.; LYNN, Randy Carl; DWIGHT D. Bowman et al. Parasitologia veterinária de Georgis. 8.ed. Barueri, Manole, 2006. MARCONDES, Carlos Brisola. Entomologia médica e veterinária. São Paulo, Atheneu, 2001. URQUHART, G. M. (Org.) et al. Parasitologia veterinária. 2.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1998.

Bibliografia complementar:

COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005.
MONTEIRO, Silvia Gonzalez. Parasitologia na Medicina Veterinária. 1 ed. São Paulo, Roca, 2011. CIMERMAN, Benjamin; FRANCO, Marco Antônio. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos. São Paulo, Atheneu, 2002. FORTES, Elinor. Parasitologia Veterinária. 4 ed. São Paulo, Ícone Editora, 2004. Revista Brasileira de Parasitologia veterinária: <http://www.cbpv.org.br/rbpv>.

Nome da disciplina:

PATOLOGIA GERAL

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Noções de biossegurança. Introdução a patologia veterinária. Funções das organelas celulares e suas anomalias. Morte celular. Alterações post mortem. Deposições intra e extracelulares. Distúrbios de crescimento. Inflamação e reparo. Choque fisiológico. Distúrbios circulatórios. Moléstias causadas por agentes infecciosos, químicos e parasitários. Radiação ionizante.

Bibliografia básica:

CHEVILLE, N.F. Introdução a Patologia Veterinária. 2 ed. São Paulo; Roca, 2004.
DIJK, J. E. Van; MOUWEN, J.M.V.M; GRUYS, E. Atlas colorido de patologia veterinária: reações morfológicas gerais de órgãos e tecidos. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.
ZACHARY, James F. Bases da patologia em veterinária. 4.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

Bibliografia complementar:

COELHO, Humberto Eustáquio. Patologia veterinária. São Paulo, Manole, 2002. AGUILAR, Roberto. Atlas de medicina: terapêutica e patologia de animais exóticos. São Caetano do Sul, Interbook, 2006.
NASCIMENTO, Ernane Fagundes do; SANTOS, Renato de Lima. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008.
STOCKHAM, Steven L.; SCOTT, Michael A. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.
Revista Pesquisa Veterinária Brasileira: <http://www.pvb.com.br>.

Brazilian Journal of Veterinary Pathology: www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/brazilian-journal-veterinary-pathology/.
Site Didático de Anatomia Patológica, Neuropatologia e Neuroimagem: <http://anatpat.unicamp.br/>

Nome da disciplina:

TERAPEUTICA VETERINÁRIA

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Estudo das drogas, uso terapêutico, efeito farmacológico, efeito adverso das principais classes de medicamentos utilizados em medicina veterinária: analgésicos, anti-inflamatórios esteroidais e não esteroidais, antimicrobianos, antifúngicos, antiparasitários, terapêutica oftalmológica, dermatológica, otológica, cardiovascular, anticonvulsivantes, imunomoduladores, antineoplásicos, terapêutica das hepatopatias, fluidoterapia, transfusão sanguínea, terapêutica das afecções respiratórias urinárias e digestivas.

Bibliografia básica:

SPINOSA, H.S.; GÓERNIK, S.L.; BERNARDI, M.M. Farmacologia aplicada à medicina veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2006.

ANDRADE, S.F. Manual de Terapêutica Veterinária. 2ª Ed. São Paulo: Rocca, 2008.

ADAMS, H. Richard; ADAMS, H. Richard. Farmacologia e terapêutica em veterinária. 8.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2003.

Bibliografia complementar:

RANG, H.P.; DALE, M.M; RITTER, J.M. Farmacologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2007. GOODMAN, Louis Sanford; GILMAN, Alfred Goodman; HARDMAN, Joel G. (Edit.) et al. Goodman e Gilman as bases farmacológicas da terapêutica. 9.ed. Rio de Janeiro, McGraw-Hill Int, 1996.

WEBSTER, Cynthia R. L. Farmacologia clínica em medicina veterinária. São Paulo, Roca, 2005. MASSONE, Flavio. Anestesiologia veterinária: farmacologia e técnicas; texto e atlas. 5.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2008.

Nome da disciplina:

NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ANIMAL

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Princípios nutritivos dos alimentos. Métodos de análises de alimentos - metodologia de Weende e de Van Soest. Sistemas de avaliação energética e proteica dos alimentos. Sistema de avaliação de digestibilidade. Processamento dos alimentos. Nutrientes: classificação exigências nutritivas dos processos corporais e funções produtivas. Processos em Nutrição: digestão, absorção e metabolismo. Usos, deficiências e inter-relações entre os nutrientes. Balanceamento de dietas. Aspectos especiais da nutrição dos ruminantes.

Bibliografia básica:

BERCHIELLI, Telma Teresinha (Edit.); PIRES, Alexandre Vaz (Edit.); OLIVEIRA, Simone Gisele de (Edit.). Nutrição de ruminantes. 2 ed. Jaboticabal, FUNEP, 2011.

ANDRIGUETTO, J.M. (org.) Nutrição animal. São Paulo: Nobel, 2005. Vol. 1 e 2.

LOPES, Darci Clementino (Edi); SANTANA, Márcia Cristina Araújo (Ed.). Determinação de proteína em alimentos para animais: métodos químicos e físicos. Viçosa, UFV, 2005.

Bibliografia complementar:

BERCHIELLI, Telma Teresinha (Edit.); PIRES, Alexandre Vaz (Edit.); OLIVEIRA, Simone Gisele de (Edit.). Nutrição de ruminantes. 2 ed. Jaboticabal, FUNEP, 2011.

COTTA, Tadeu. Alimentação de aves. Viçosa, Aprenda Fácil, 2003.

Departamento de Criação de Monogástricos. Alimentação dos animais monogástricos: suínos, coelhos e aves. 2.ed. São Paulo, Roca, 1999.

Simpósio sobre Nutrição de Bovinos (8, Piracicaba, SP, 2006); BITTAR, Carla Maris MACHADO (Ed.) [et al.].

Anais do 8. Simpósio sobre Nutrição de Bovinos: minerais e aditivos para bovinos. Piracicaba, FEALQ, 2006.

CARVALHO, Fernando Antônio Nunes; BARBOSA, Fabiano Alvim; MCDOWELL, Lee Russell. Nutrição de bovinos a pasto. 2 ed. Belo Horizonte, Gradual Editora, 2005.

<http://cqbal.agropecuaria.ws/webcqbal/index.php>

<http://www.brcorte.com.br/br/>

Nome da disciplina:

AVICULTURA E SANIDADE AVÍCOLA

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Importância da avicultura no Brasil e no contexto mundial. Profilaxia de doenças: diagnóstico e controle de doenças de aves. Patologias ocasionadas por bactérias, vírus, fungos, endo e ectoparasitas e protozoários. Doenças relacionadas à carência de vitaminas, aminoácidos e minerais. Intoxicações. Normas sanitárias de controle de granjas e incubatórios. Biossegurança e biosseguridade na produção de aves de corte e postura.

Bibliografia básica:

ANDREATTI FILHO, R.A. Saúde aviária e doenças. São Paulo, Roca, 2006.

RUPLEY, A.G. Manual de clínica aviária. São Paulo, Roca, 1999.

ALBINO, L.F.T.; TAVERNARI, F.C. Produção e Manejo de Frango de Corte. Viçosa: UFV, 2008.

Bibliografia complementar:

COELHO, H.E. Patologia das aves. São Paulo, Tecmedd, 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br

ABREU, Paulo Giovanni de; ABREU, Valéria Maria Nascimento. Ventilação na avicultura de corte. Concórdia, EMBRAPA, 2000.

ABREU, Paulo Giovanni de; ABREU, Valéria Maria Nascimento; PERDOMO, Carlos Cláudio et al. Sistemas de aquecimento para criação de aves. Concórdia, EMBRAPA, 1998.

Nome da disciplina:

GENÉTICA E MELHORAMENTO ANIMAL APLICADO

Carga Horária: 80 horas

<p>Ementa: Composição do material genético, dogma central da genética (transcrição, replicação e tradução), splicing, controle de expressão gênica, hereditariedade, leis de Mendel, genética de populações, genética evolutiva, especiação, mutações gênicas e cromossômicas, doenças genéticas de interesse veterinário.</p>
<p>Bibliografia básica: GRIFFITHS, F., A. J., WESSLER, R., S., CARROLL, B., S., DOEBLEY, John. Introdução à Genética, 11a edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527729963/ OTTO, Guimarães, P. Genética Básica para Veterinária, 5a edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-412-0094-3/ NOCHOLAS, W., F. Introdução à genética veterinária, 3a edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536326689/</p>
<p>Bibliografia complementar: HARTL, L., D., CLARK, G., A. Princípios de Genética de Populações. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536323749/ BROWN, A., T. Genética - Um Enfoque Molecular, 3a edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2342-8/ KLUG, S., W., CUMMINGS, R., M., SPENCER, A., C., PALLADINO, A., M. Conceitos de Genética, 9a edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536322148/ SNUSTAD, Peter, D., SIMMONS, J., M. Fundamentos de Genética, 7a edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731010/ PIERCE, A., B. Genética - Um Enfoque Conceitual, 5a edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527729338/</p>

6.5.1.5. 5º SEMESTRE

<p>Nome da disciplina:</p> <p style="text-align: center;"><u>SEMIOLOGIA VETERINÁRIA</u> Carga Horária: 80 horas</p>
<p>Ementa: Conceituação e divisão da semiologia aplicada a animais domésticos; Métodos auxiliares de diagnóstico e exploração clínicas, teóricas e práticas, dos diversos sistemas e aparelhos, através da anamnese e coleta de histórico clínico; interpretação dos achados clínicos básicos correlacionando aos métodos exploratórios abordados. Técnicas de contenção para o exame clínico.</p>
<p>Bibliografia básica: FEITOSA, Francisco Leydson F. (Org.). Semiologia veterinária : a arte do diagnóstico: cães, gatos, eqüinos, ruminantes e silvestres. 2. ed. São Paulo, Roca, 2008. OGILVILE, T. H. Medicina interna de grandes animais. Porto Alegre: Artmed 2000.</p>

ROSENBERG, Gustav;DIRKSEN, Gerrit (Ed.);GRUNDER, Hans-Dieter (Ed.) et al. Rosenberger exame clínico dos bovinos. 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1993.

Bibliografia complementar:

AMARAL, Andréia Vitor Couto do; CHAVES, Nilo Sérgio Troncoso ; CORRÊA, Wesley Gonçalves. Manual para prescrição médico-veterinário. Goiânia, VIEIRA, 2006.

FELDMAN, Bernard F.; CAROLYN, A. Sink. Hemoterapia para o clínico de pequenos animais. São Paulo, Roca, 2007.

Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Novo manual de veterinária. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1983.

KERR, Morag. G. Exames laboratoriais em medicina veterinária : bioquímica clínica e hematologia. 2.ed. São Paulo, Roca, 2003.

MEYER, Dennis J.; COLES, Embert H.; RITCH, Lon J. Rich. Medicina de laboratório veterinária : interpretação e diagnóstico. São Paulo, Roca, 1995.

Nome da disciplina:

PATOLOGIA ESPECIAL VETERINÁRIA

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Noções de biossegurança. Neoplasia. Estudo da Patologia do Aparelho Circulatório. Patologia do Aparelho Respiratório. Patologia do Sistema Urinário. Patologia do Sistema Digestório. Patologia do Sistema Nervoso. Patologia do Aparelho Locomotor.

Bibliografia básica:

CHEVILLE, N.F. Introdução a Patologia Veterinária. 2 ed. São Paulo; Roca, 2004.

DIJK, J. E. Van; MOUWEN, J.M.V.M; GRUYS, E. Atlas colorido de patologia veterinária: reações morfológicas gerais de órgãos e tecidos. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.

ZACHARY, James F. Bases da patologia em veterinária. 4.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

Bibliografia Complementar:

COELHO, Humberto Eustáquio. Patologia veterinária. São Paulo, Manole, 2002. AGUILAR, Roberto. Atlas de medicina: terapêutica e patologia de animais exóticos. São Caetano do Sul, Interbook, 2006.

NASCIMENTO, Ernane Fagundes do; SANTOS, Renato de Lima. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008.

STOCKHAM, Steven L.; SCOTT, Michael A. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.

Revista Pesquisa Veterinária Brasileira. <http://www.pvb.com.br>.

Brazilian Journal of Veterinary Pathology: www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/brazilian-journal-veterinary-pathology/.

Site Didático de Anatomia Patológica, Neuropatologia e Neuroimagem: <http://anatpat.unicamp.br/>

Biblioteca institucional virtual; O acesso se dá via site da Instituição

Nome da disciplina:

ESTUDO ANATÔMICO E DIAGNÓSTICO POR IMAGENS

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Importância do diagnóstico por imagem na medicina veterinária. Bases históricas e importância da Radiologia e Ultrassonografia veterinária; Manipulação de aparelhos. Técnica radiográfica (Histórico, propriedade, formação das imagens radiográficas, preparo de animais, posição radiográfica, contrastes e proteção radiológica). Técnica ultrassonográfica (história, propriedade, formação das imagens, preparo do animal, posicionamento do paciente). Estudo radiográfico e ultrassonográfico em condições normais (aspectos anatômicos e fisiológicos) e alterações radiográficas e ultrassonográfica do sistema ósseo e articular, digestório, respiratório, cardíaco, urinário, reprodutor feminino e masculino.

Bibliografia básica:

KEALY, J KEVIN; MCALLISTER, Hester. Radiologia e ultrassonografia do cão e do gato. 3 ed. São Paulo, Manole, 2005.

HAN, Connie M.; FARROW, Charles S. Veterinária: diagnóstico por imagem do cão e gato. São Paulo, Roca, 2005.

HAN, Connie M. Diagnóstico por imagem para a prática veterinária. 3. ed. São Paulo, Roca, 2007.

Bibliografia complementar:

MOELLER, Torsten B. Atlas de anatomia radiológica. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SALOMON, Franz-Viktor (Ed.); GEYER, Hans (Ed.). Atlas de anatomia aplicada dos animais domésticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

PRANDO, Adilson; MOREIRA, Fernando A. Fundamentos de radiologia e diagnóstico por imagem. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

WEISSLEDER, Ralph; RIEUMONT, Mark J.; WITTENBERG, Jack. Introdução ao diagnóstico por imagem. Rio de Janeiro, Revinter, 2004.

Associação Brasileira de Radiologia Veterinária: <http://www.abrv.org.br>

Nome da disciplina:

DOENÇAS INFECTO CONTAGIOSAS E PARASITÁRIAS EM ANIMAIS DE COMPANHIA

Carga Horária: 40 horas

Ementa: Etiologia, patogenia, patogenicidade, sintomas, diagnóstico clínico e laboratorial, epizootiologia, profilaxia e tratamento das doenças causadas por bactérias, vírus, fungos, rickettsias, clamídeas e príons dos animais domésticos. Ações de profilaxia ligadas a sustentabilidade ambiental.

Bibliografia básica:

QUINN, P. J. (Org.); MARKEY, B. K., (Org.); CARTER, G.R (Org.) et al. Microbiologia veterinária e doenças infecciosas. Porto Alegre, Artmed, 2005.

RADOSTITS, Otto M.; GAY, Clive C. (Org.); BLOOD, Douglas C. (Org.) et al. CLÍNICA veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

RAMSEY, Ian K. (Org.); TENNANT, Bryn J. (Org.). Manual de doenças Infecciosas em cães e gatos. São Paulo, Roca, 2010.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, SF. Manual Terapêutica Veterinária. 2ed. São Paulo: Roca, 2008.

BEER. J. Doenças Infecciosas em Animais Domésticos. 1ª Edição. Roca. 1999.

HIRSH, DC; ZEE, YC. Microbiologia Veterinária. 1. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2003.

SCHAECHTER, Moselio (Ed.); VOEUX, Patricia Ladye (Trad.); MACHADO, Patrícia Sá de Paula (Trad.). Microbiologia: mecanismos de doenças infecciosas. 3.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2009

Nome da disciplina:

SUINOCULTURA E SANIDADE SUINÍCOLA

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Importância da Suinocultura no Brasil e no contexto mundial. Profilaxia de doenças: diagnóstico e controle de doenças dos suínos. Patologias ocasionadas por bactérias, vírus, fungos, endo e ectoparasitas e protozoários. Doenças relacionadas à carência de vitaminas, aminoácidos e minerais. Intoxicações. Normas sanitárias de controle de granjas. Biossegurança e biosseguridade na produção de suínos.

Bibliografia básica:

FERREIRA, R.A. Livro Suinocultura - Manual Prático de Criação. Editora Aprenda Fácil, 2012.

SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P.R.S. et al. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília, Serviço de produção de informação – SPI, 1998.

SOBESTIANSKY, J.; BARCELLOS, D. Doenças dos suínos. Goiânia, Cãnone, 2007.

Bibliografia complementar:

BORTOLLOZO, Fernando Penadolfo; WENTZ, Ivo (Edit.). A fêmea suína gestante. Porto Alegre, Gráfica da UFRGS, 2007.

Embrapa Suínos e Aves: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves>.

SOBESTIANSKY, J.; BARCELLOS, D.; MORES, N. et al. Clínica e patologia suína. Goiânia, Gráfica Art3, 1999.

Nome da disciplina:

<u>PECUÁRIA DE PRECISÃO</u>
Carga Horária: 80 horas
<p>Ementa: Problemática atual sobre os sistemas de criação. História e conceitos sobre pecuária de precisão. Precisão na avaliação do comportamento animal. Sensores, atuadores e biosensores. Uso de identificação eletrônica para rastreabilidade e estudo do comportamento do animal. Produção industrial de animais domésticos. Análise de sinais, bioacústica e vocalização. Precisão na criação de bovinos de corte e leite, ovinocultura, suinocultura, avicultura e piscicultura</p>
<p>Bibliografia básica: BORÉM, A.; GIÚDICE, M. P.; QUEIROZ, D. M.; MANTOVANI, E. C.; FERREIRA, L. R.; VALLE, F. X. R.; GOMIDE, R. L.(ed.). Agricultura de Precisão. Viçosa: Editora UFV. 2000. 467p. MOLIN, J.P. Agricultura de Precisão – O Gerenciamento da Variabilidade. Piracicaba: 2001. 83 p. SEGANTINE, P.C.L. GPS Sistema de Posicionamento Global. EESCUSP, São Carlos, 2005, 364p.</p>
<p>Bibliografia complementar: SRINIVASAN, A. Handbook of Precision Agriculture: Principles e Applications. The Haworth Press. 2006, 704p. STAFFORD, J.V.; WERNER, A. (ed.). Precision Agriculture. Wageningen Academic Publishers, 2003. 783p. STAFFORD, J.V. (ed.) Precision Agriculture'05. Wageningen Academic Publishers, 2005. 1005p. STAFFORD, J.V. (ed.) Precision Agriculture'07. Wageningen Academic Publishers, 2007. 876p.</p>

6.5.1.6. 6º SEMESTRE

Nome da disciplina: ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA
Carga Horária: 40 horas
<p>Ementa: Aspectos gerais da anestesiologia veterinária. Preparo e monitoração do paciente anestésico. Medicação pré-anestésica, tranquilização e indução. Princípios da anestesia geral e local. Anestésicos gerais inalatórios e intravenosos. Fisiologia da dor e analgesia. Técnicas de reanimação e emergência anestésica. Eutanásia.</p>
<p>Bibliografia básica:</p>

MASSONE, F. Atlas de anestesiologia veterinária. São Paulo: Roca, 2003.
NATALINI, C. C. Teoria e técnicas em anestesiologia veterinária. Porto Alegre: Artmed, 2007.
FANTONI, D. T.; CORTOPASSI, S. R. G. Anestesia em cães e gatos. São Paulo: Rocca, 2002

Bibliografia Complementar:

OTERO, P. E.; KLAUMANN, P. R. Anestesia locorregional em pequenos animais São Paulo: Roca, 2013.
CARROL, G. L. Anestesia e analgesia de pequenos animais. Barueri: Manole, 2012
IBANEZ, F. J. Anestesia veterinária para acadêmicos e iniciantes. São Paulo: MedVet, 2012.
MASSONE, F. Anestesiologia veterinária: farmacologia e técnicas; texto e atlas. 5.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 2008.

Nome da disciplina:

Doenças Infecto Contagiosas e Parasitárias em Animais de Produção

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Etiologia, patogenia, patogenicidade, sintomas, diagnóstico clínico e laboratorial, epizootiologia, profilaxia e tratamento das doenças causadas por bactérias, vírus, fungos, rickettsias, clamídeas e príons dos animais domésticos. Ações de profilaxia ligadas a sustentabilidade ambiental.

Bibliografia básica:

ALCÂNTARA, P. B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras, gramíneas e leguminosas. 6.ed. São Paulo: Nobel, 2004.
FARIA, V.P.; MOURA, J.C.; PEIXOTO, A.M. Manejo da pastagem. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 1994.
PEIXOTO, A. M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. Pastagens: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 1994. 908 p.

Bibliografia complementar:

FARIA, V.P.; MOURA, J.C. Fundamentos do pastejo rotacionado. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 2005.

FARIA, V.P.; MOURA, J.C.; PEIXOTO, A.M. Manejo da pastagem: o capim colômbio. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 2004.

FARIA, V.P.; MOURA, J.C.; PEDREIRA, C.G.S.; SILVA, S.C. Teoria e prática da produção animal em pastagens. Anais do Simpósio sobre Manejo de Pastagem. Piracicaba: FEALQ, 2005.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais. 2. ed. São Paulo: Nobel. 2004. 184 p.

Nome da disciplina: **EQUIDECULTURA E MEDICINA EQUINA**

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Estudo da importância econômica da equideocultura no Brasil e no mundo. Compreender noções de manejo, de criação e índices zootécnicos. Conhecer as principais raças, importância de instalações adequadas, compreender o manejo por categoria, manejo reprodutivo e manejo sanitário. Procedimentos rotineiros em Clínica Médica de Equinos. Semiologia de equídeos adultos e potros. Etiologia, epidemiologia, sintomatologia, diagnóstico, tratamento, profilaxia e prognóstico das principais afecções dos sistemas digestório, locomotor, respiratório, nervoso, urinário, cardiovascular, tegumentar e hematopoiético. 136 Doenças infectocontagiosas e de notificação obrigatória. Conhecimento das principais técnicas cirúrgicas empregadas na medicina equina.

Bibliografia básica:

CINTRA, A. G. de C. O cavalo: características, manejo e alimentação. São Paulo, Roca, 2010.

STASHAK, T.S. Claudicação em equinos segundo Adams. São Paulo, Roca, 2006.

THOMASSIAN, A. Enfermidades dos cavalos. São Paulo, Varela, 2005

Bibliografia complementar:

DOHERTY, T.; VALVERDE, A. Manual de anestesia e analgesia em equinos. São Paulo, Roca, 2008.

RADOSTITS, O.M.; GAY, C.C.; BLOOD, D.C. et al. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, caprinos e equinos. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

REED, S.M.; BAYLY, W.M. Medicina Interna Equina. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2000.

SCHUMACHER, J.; MOLL, H.D. Manual de procedimentos diagnósticos em equinos. São Paulo, Roca, 2007.

O'BRIEN, T.R. Radiologia de equinos. São Paulo, Roca, 2006. Revista Brasileira de medicina equina: www.bvs-vet.org.br

Nome da disciplina: **FISIOPATOLOGIA DA REPRODUÇÃO VETERINÁRIA**

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Biologia do sexo. Anatomia, histologia e fisiologia do sistema reprodutivo da fêmea e do macho. Exame ginecológico e andrológico. Conceito, etiologia, diagnóstico, prevenção, controle e terapia das principais afecções do sistema reprodutivo das fêmeas e dos machos.

Bibliografia básica:

GRUNERT, E.; BIRGEL, E. H.; VALE W. G. Patologia e Clínica da Reprodução dos Animais Mamíferos Domésticos. Varela, 2005, 551p.

HAFEZ, B., HAFEZ, E. S. E. Reprodução Animal. Manole, 2004. 513p.

NASCIMENTO, E. F., SANTOS, R. L. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia complementar:

AISEN, E. G. Reprodução Ovina e Caprina. Medvet, 2008, 203p.

BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3.ed. São Paulo, Roca, 2006.

LEY, Willian B. Reprodução em éguas: para veterinários de eqüinos. São Paulo, Roca, 2006.

SORRIBAS, C. E. Manual de Emergência e Afecções Frequentes do Aparelho Reprodutor em Cães. 1ªed. São Paulo: MedVet. 2009.

Nome da disciplina: **OPTATIVA I**

Carga Horária: 80 horas
<p>Ementa: A ementa será construída a partir da escolha da disciplina</p>
<p>Bibliografia básica: A bibliografia dependerá da disciplina escolhida.</p>
<p>Bibliografia complementar: A bibliografia dependerá da disciplina escolhida.</p>

<p>Nome da disciplina: PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA Carga Horária: 40 horas</p>
<p>Ementa: Introdução ao laboratório clínico, tecnologia laboratorial e princípios gerais coleta e processamento das amostras e possíveis interferências</p>
<p>Bibliografia básica: COELHO, Humberto Eustáquio. Patologia veterinária. São Paulo, Manole, 2002. DIJK, J. E. Van;MOUWEN, J.M.V.M;GRUYS, E. Atlas colorido de patologia veterinária : reações morfológicas gerais de órgãos e tecidos. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008 ZACHARY, James F. Bases da patologia em veterinária. 4.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.</p>
<p>Bibliografia complementar: . CHEVILLE, N.F. Introdução a Patologia Veterinária. 2 ed. São Paulo; Roca, 2004. AGUILAR, Roberto . Atlas de medicina : terapêutica e patologia de animais exóticos. São Caetano do Sul, Interbook, 2006. NASCIMENTO, Ernane Fagundes do;SANTOS, Renato de Lima. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008. SANTOS, Jefferson Andrade. Patologia especial dos animais domésticos : mamíferos e aves. 2.ed. Rio de Janeiro, INTERAMERICANA, 1979. SERAKIDES, Rogéria. Patologia veterinária. Belo Horizonte, FEP MVZ Ediora, 2006.</p>

STOCKHAM, Steven L.;SCOTT, Michael A. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2011.

Nome da disciplina: **TÉCNICA CIRÚRGICA VETERINÁRIA**

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Nomenclatura técnica cirúrgica, conduta no centro cirúrgico, paramentação, equipe cirúrgica, instrumental cirúrgico. Princípios de assepsia cirúrgica, antisepsia, desinfecção e esterilização. Fases cirúrgicas, diérese, hemostasia e síntese. Tipos de suturas. Pré, trans e pós-operatório. Uso de antibióticos. Técnicas cirúrgicas gerais e especiais.

Bibliografia básica:

FOSSUM, T. W. Cirurgia de Pequenos Animais. 5ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

OLIVEIRA, A. L. A. Técnicas Cirúrgicas em Pequenos Animais, 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

SLATTER, D. Manual de cirurgia de pequenos animais. 3ªed. São Paulo: Manole, 2007.

Bibliografia complementar:

MANN, F. A. Fundamentos de cirurgia em Pequenos Animais. 1ª edição. São Paulo: Roca, 2014.

BAINES, S. J. et. al. Manual de Cirurgia em Cães e Gatos. 1ª edição. São Paulo: Roca, 2014.

BOJRAB, M. J. Técnicas Atuais em Cirurgia de Pequenos Animais. 3ªed. São Paulo: Roca, 2005.

HENDRICKSON, D. A. Técnica Cirúrgica em Grandes Animais. 3ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

6.5.1.7. 7º SEMESTRE

Nome da disciplina:

BIOTECNOLOGIA DA REPRODUÇÃO E OBSTETRÍCIA ANIMAL

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Coleta, Processamento e congelação de sêmen e embriões de animais de diferentes espécies e raças, punção folicular, coleta de ovócitos, fecundação “in vitro” (FIV), maturação “in vitro” (MIV), cultivo e congelação, sexagem de sêmen e embriões.

Inseminação artificial, inovulação de embriões e ultra-sonografia. Gestação fisiológica e patológica. Eutocia e distocia. Operações e materiais obstétricos. Puerpério fisiológico e patológico. Avaliação do recém-nascido.

Bibliografia básica:

Bibliografia Básica: GRUNERT, E.; BIRGEL, E. H.; VALE W. G. Patologia e Clínica da Reprodução dos Animais Mamíferos Domésticos. Varela, 2005, 551p.
HAFEZ, B., HAFEZ, E. S. E. Reprodução Animal. Manole, 2004. 513p.
NASCIMENTO, E. F., SANTOS, R. L. Patologia da reprodução dos animais domésticos. 2 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia complementar:

AISEN, E. G. Reprodução Ovina e Caprina. Medvet, 2008, 203p.
BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3.ed. São Paulo, Roca, 2006.
LEY, Willian B. Reprodução em éguas: para veterinários de eqüinos. São Paulo, Roca, 2006.
SORRIBAS, C. E. Manual de Emergência e Afecções Frequentes do Aparelho Reprodutor em Cães. 1ªed. São Paulo: MedVet. 2009.

Nome da disciplina:

CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS DE COMPANHIA I

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Introdução à clínica médica de cães e gatos. Doenças infecciosas.
Afecções do sistema reprodutivo, tegumentar, digestivo, respiratório, circulatório, urinário, endócrino, nutrição e distúrbios nutricionais, musculoesquelético, imunitário, hemolinfático, nervoso e dos olhos e ouvidos e afecções metabólicas, em cães e gatos.

Conceitos gerais sobre cirurgia de pequenos animais aplica à terapia das doenças. Patologia cirúrgica e clínica cirúrgica por órgãos em cães e gatos. Etiologia, diagnóstico, anatomia cirúrgica e tratamento das principais doenças com indicação cirúrgica.

Bibliografia básica:

DENNY, H. R.; BUTTERWORTH, S. J. Cirurgia ortopédica em cães e gatos. São Paulo: Roca, 2006. FOSSUM, T. W. Cirurgia de pequenos animais. São Paulo: Roca, 2008.

TOBIAS, K. M. Manual de cirurgia de tecidos moles em pequenos animais. São Paulo: Roca, 2011

ANDRADE, Silvia Franco. Manual de terapêutica veterinária. 3 ed. São Paulo, Roca, 2008.

BICHARD, Stephen J.; SHERDING, Robert G. Manual Saunders: Clínica de pequenos animais. 3 ed. São Paulo, Roca, 2008.

ETTINGER, Stephen. J.; FELDMAN, Edward C. Tratado de Medicina Interna Veterinária: doenças do cão e do gato. 5 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2004.

Bibliografia complementar:

BOJRAB, M. J.; BIRCHARD, S. J.; TOMLINSON, J. L. Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais. 3.ed. São Paulo, Roca, 1996.

DAVID, T.; NASCIMENTO, F. G.; ROR, M. Atlas de cirurgia de pequenos animais: técnicas cirúrgicas para clínicos. São Paulo : Manole, 1985.

FARROW, Charles S. Veterinária: diagnóstico por imagem do cão e gato. São Paulo, Roca, 2005.

JERICÓ, Márcia Marques; KOGIKA, Márcia Mery; ANDRADE NETO, João Pedro de. Tratado de medicina interna de cães e gatos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015..

MEDLEAU, Linda; HNILICA, Keith A. Dermatologia de pequenos animais: atlas colorido e guia terapêutico. São Paulo, Roca, 2009.

NELSON, Richard W.; COUTO, C. Guillermo. Medicina interna de pequenos animais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

RADOSTITS, Otto M.; MAYHEW, I. G.; HOUSTON, Doreen M. Exame clínico e diagnóstico em veterinária. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

RAMSEY, Ian K. (Org.); TENNANT, Bryn J. (Org.). Manual de doenças infecciosas em cães e gatos. São Paulo, Roca, 2010.

SLATTER, D. Manual de cirurgia de pequenos animais, vol 1 e 2, 3 ed. Barueri SP, Manole, 2007.

TILLEY, Larry Patrick; SMITH, Francis W. K.. Consulta Veterinária em 5 Minutos: Espécies Canina e Felina. 5. ed. Barueri: Manole, 2015.

TUDURY, E. A.; POTIER, G. M. A. Tratado de técnica cirúrgica veterinária. São Paulo: MedVet, 2009.

Nome da disciplina:

CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS DE PRODUÇÃO I

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Conceitos gerais sobre semiologia e clínica de ruminantes. Diagnóstico e tratamento das principais doenças. Etiologia, Epidemiologia, patogenia, sinais clínicos, diagnóstico, tratamento profilático, terapêutico e recomendações cirúrgicas dos sistemas digestivo, urinário, circulatório, respiratório, nervoso.

Bibliografia básica:

ADOSTITS, Otto M.; GAY, Clive C. (Org.); BLOOD, Douglas C. (Org.) et al. CLÍNICA veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

RIET-CORREA, F.; SCHILD, A.L.; MENDEZ, M.D.C.; LEMOS, R.A.A. Doença de ruminantes e equinos. São Paulo: Livraria. Varela, 2001. Vol. I, 426 p.

ROSENBERGER, G. Exame Clínico dos Bovinos. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

Bibliografia complementar:

REBHUN, W.C. Doenças do gado leiteiro. São Paulo: Roca, 2000.

SMITH, Bradford P. Medicina Interna de grandes animais. 3.ed. São Paulo, Manole, 2006.

ANDREWS, A. H. (Org.); BLOWEY, R. W. (Org.); Boyd, H. (Org.) et al. Medicina bovina: doenças e criação de bovinos. 2.ed. São Paulo, Roca, 2008.

LARINI, Laurival. Toxicologia dos praguicidas. São Paulo, Manole, 1999. PUGH, D. G. Clínica de ovinos e caprinos. São Paulo, Roca, 2004.

MARQUES, D. M. Criação de Bovinos. 7ª edição. CVP Consultoria Veterinária e Publicações. Belo Horizonte – MG, 2003.

Nome da disciplina:

MEDICINA VETERINÁRIA INTEGRATIVA

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Fornecer conceitos básicos, técnicas e ferramentas ao estudante que permitam a utilização de várias terapias que trabalham em conjunto para proporcionar uma maior capacidade de prevenir, amenizar e tratar doenças, o que não seria possível usando apenas um único método ou somente a medicina tradicional, tais como: Introdução a Homeopatia; Acupuntura; Florais; Terapia Neural; Aromaterapia; Cromoterapia; Musicoterapia; Fitoterapia; Auto-hemoterapia, Ozonioterapia; Reiki; entre outras; orientar em questões de uso e aplicação das terapias integrativas, dentro dos princípios de ética da Medicina Veterinária;

Bibliografia básica:

PEDRO, Claudio Ronaldo; MIKAIL, Solange. Fisioterapia veterinária. 2 ed. Barueri, Manole, 2009

PINTO, Jackline. Florais para cães : tratando o comportamento animal com os Florais de Bach. São Paulo, BUTTERFLY, 2008.

SCHOEN, Allen M. Acupuntura Veterinária : Da Arte Antiga à Medicina Moderna. 2.ed. São Paulo, Roca, 2006.

Bibliografia complementar:

FARROW, Charles S. Veterinária: diagnóstico por imagem do cão e gato. São Paulo, Roca, 2005.

KALY, Luanda. Aromaterapia : a magia dos aromas. 2 ed. São Paulo, Madras, 2004.

MERIGHI, Adalberto. Anatomia topográfica veterinária. São Paulo, Revinter, 2010.

SCHWARTZ, Cheryl. Quatro patas cinco direções: um guia de medicina chinesa para cães e gatos. São Paulo, Ícone, 2008.

Nome da disciplina:

**MEDICINA, MANEJO E CONSERVAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES E
PETS EXÓTICOS**

Carga Horária: 40 horas

Ementa:

Noções de biossegurança. Áreas de atuação do Veterinário de Animais Selvagens e Biodiversidade. Extrapolação alométrica. Tópicos em Zoologia e Taxonomia de Vertebrados. Classe dos Répteis, Aves e Mamíferos. Fisiopatologia do estresse aplicada à animais selvagens. Equipamentos e técnicas, EPI, EPC, dardos artesanais e comerciais, projetores de dardos, transporte de animais selvagens. Recintos, ambientação e legislação. Terapêutica em animais selvagens: Medicina de Répteis Medicina de Aves, e Medicina de Mamíferos Selvagens. Zoonoses e epizootias de animais selvagens: Medicina da Conservação.

Bibliografia básica:

OLIVEIRA, Paulo Marcos Agria de Animais silvestres e exóticos na clínica particular. São Paulo, Roca, 2003. 375 p.
RUPLEY, Agnes E. Manual de clínica aviária. São Paulo, Roca, 1999. 582 p.
CARPENTER, James W. Formulário de animais exóticos. 3.ed. São Paulo, MedVet, 2010.

Bibliografia complementar:

CUBAS, Zalmir Silvino; SILVA, Jean Carlos Ramos; CATÃO-DIAS, Jose Luiz. Tratado de animais selvagens: medicina veterinária. São Paulo, Roca, 2006. 1354 p.
AGUILAR, Roberto. Atlas de medicina: terapêutica e patologia de animais exóticos. São Caetano do Sul, Interbook, 2006. 375 p.
BAYS, Teresa Bradley; LIGHTFOOT, Teresa; MAYER, Jorg. Comportamento de animais exóticos de companhia: aves, répteis e mamíferos de pequeno porte. São Paulo, Roca, 2009. 304 p.
TULLY, Thomas N.Ed.); DORRESTEIN, Gerry M. (Ed.); JONES, Alan K. (Ed.). Clínica de aves. 2.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.
Revista Pesquisa Veterinária Brasileira: <http://www.pvb.com.br>.

Nome da disciplina: OPTATIVA II Carga Horária: 80 horas
Ementa: A ementa será construída a partir da escolha da disciplina
Bibliografia básica: A bibliografia dependerá da disciplina escolhida.
Bibliografia complementar: A bibliografia dependerá da disciplina escolhida.

6.5.1.8. 8º SEMESTRE

Nome da disciplina: PROGRAMA DE EXTENSÃO INSTITUCIONAL - PEX Carga Horária: 80 horas
Ementa: Soft Skills e Extensão As Novas Competências do mercado de trabalho. Hard e soft skills. Autoconhecimento. Relacionamentos interpessoais. Inteligência emocional. Gestão de tempo e produtividade. Tomada de decisão. Comunicação assertiva. Oratória. Métodos de treinamento. Planejamento e avaliação de programas de extensão. Desenvolvimento de comunidades. Direitos Humanos História dos direitos humanos. Direitos humanos e formação para a cidadania. Preconceito, discriminação. Comunicação não violenta. Cultura da paz. Cidadania na sociedade contemporânea. Ética e cidadania. Questões étnico raciais. Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia Saúde única. Qualidade ambiental. Valoração ambiental. Sociedade, ciência e tecnologia. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Impacto de políticas públicas, programas e projetos em sustentabilidade e tecnologia. Tecnologias

para a prevenção e minimização de impactos ambientais: perspectivas e avanços.

Economia e empreendedorismo

Introdução a economia. Produção e custos. Noções de empreendedorismo. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Gestão empreendedora, liderança e motivação. Prática empreendedora. Ferramentas úteis ao empreendedor (marketing e administração estratégica). Plano de negócios – etapas, processos e elaboração.

Bibliografia básica:

Letícia, S. Comunicação e Expressão. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. 9788595029750. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029750/>. Acesso em: 06 Feb 2021

A., S.P.; D., N.W. Economia. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2012. 9788580551051. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551051/>. Acesso em: 03 Mar 2021

[1]DORNELAS, J. Empreendedorismo, transformando ideias em negócios. São Paulo: Editora Empreende, 2021.

9786587052083. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052083/>. Acesso em: 04 Mar 2021.

[2]KURATKO, D. F. Empreendedorismo: teoria, processo, prática ? Tradução da 10ª edição norte-americana. São Paulo:

Cengage Learning Brasil, 2018. 9788522125715. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125715/>. Acesso em: 04 Mar 2021.

Bibliografia complementar:

Cooper, Ann A. Como ser um líder. Cengage Learning Brasil, 2013. [Minha Biblioteca].

Barbeiro, H. Falar para liderar. [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2020. 9788562937422. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788562937422/>. Acesso em: 06 Feb 2021

DA, S.C.R.L.; Economia e mercados: introdução à economia. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2017. 9788547227739.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547227739/>. Acesso em: 03 Mar 2021

[4]DORNELAS, J. Plano de negócios com o modelo Canvas. São Paulo: Editora Empreende, 2020. 9786587052076. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052076/>. Acesso em: 04 Mar 2021.

[5]BIZZOTO, C. E. N. Plano de negócios para empreendimentos inovadores. São Paulo: Grupo GEN, 2008. 9788522468232.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522468232/>. Acesso em: 04 Mar 2021.

Nome da disciplina:

CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS DE COMPANHIA II

Carga Horária: 80 horas

Ementa:

Introdução à clínica médica de cães e gatos. Nutrição e distúrbios nutricionais. Doenças infecciosas. Afecções do sistema reprodutivo, do tegumento, do sistema digestório, do sistema respiratório, do sistema circulatório, do sistema urinário, afecções endócrinas e metabólicas, afecções do sistema músculo-esquelético, afecções do sistema imunitário, do sistema hemo-linfático, do sistema nervoso e dos olhos e ouvidos em cães e gatos.

Bibliografia básica:

BIRCHARD, Stephen J.; SHERDING, Robert G. Manual Saunders: clínica de pequenos animais.3ed. São Paulo: Roca, 2008.1781p.

ETTINGER, Stephen J.; FELDMAN, Edward C.. Tratado de medicina interna veterinária: doenças do cão e do gato. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2 v.

ANDRADE, Silvia Franco. Manual de terapêutica veterinária. 2.ed. São Paulo: Roca, 2008. 697p.

SLATTER, D. Manual de cirurgia de pequenos animais. 3ªed. São Paulo: Manole, 2007.

DAVID, T. Atlas de cirurgia de pequenos animais: técnicas cirúrgicas para clínicos. São Paulo : Manole, 1985.

BOJRAB, M. J.; BIRCHARD, S. J.; TOMLINSON, J. L. Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais. 3.ed. São Paulo, Roca, 1996.

FOSSUM, T. W. Cirurgia de Pequenos Animais. 3º ed. São Paulo: Mosby Elsevier, 2008.

Bibliografia complementar:

FARROW, Charles S. Veterinária :Diagnóstico por imagem do cão e do gato.SP:Roca,2005.MEDLEAU,L,Hnilica,K.A. Dermatologia de pequenos animais: atlas colorido e guia terapêutico. São Paulo;Roca,2003.

RADOSTITS,Otto M ;MAYHEW;I.G.;HOUSTON,DORREN M. Exame clínico e diagnóstico em veterinária. Rio de janeiro:Guanabara Koogan,2002.

RAMSEY, Ian K. (Org.);TENNANT, Bryn J. (Org.). Manual de doenças Infeciosas em cães e gatos. São Paulo, Roca, 2010.

SCHER,MICHAEL.Sinais Clínicos : pequenos animais. São Paulo : Artes Médicas,2009.

DENNY, H. R., BUTTERWORTH, S. J. Cirurgia Ortopédica em Cães e gatos. 1ªed. São Paulo: Roca, 2009.

TOBIAS, K.M. Manual de cirurgia de tecidos moles em pequenos animais. São Paulo: Roca, 2011.

TUDURY, E. A; POTIER, G. M. A. Tratado de Técnica Cirúrgica Veterinária. 1º ed. São Paulo: MedVet, 2009.

PERIÓDICOS E REVISTAS:

Revista Clínica Veterinária Waltham International Focus

Revista Cães e Gatos

Nome da disciplina:

CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS DE PRODUÇÃO II

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Noções de biossegurança. Conceitos gerais sobre clínica de Ruminantes. Terapêutica e Procedimentos Rotineiros na Clínica Médica Ruminantes. Diagnóstico e tratamento das principais doenças. Etiologia, patogenia, sinais clínicos, diagnóstico e tratamento profilático, terapêutico e recomendações cirúrgicas das principais doenças desses animais.

Introdução à clínica médica de cães e gatos. Nutrição e distúrbios nutricionais. Doenças infecciosas. Afecções do sistema reprodutivo, do tegumento, do sistema digestório, do sistema respiratório, do sistema circulatório, do sistema urinário, afecções endócrinas e metabólicas, afecções do sistema músculo-esquelético, afecções do sistema imunitário, do sistema hemo-linfático, do sistema nervoso e dos olhos e ouvidos em cães e gatos.

Bibliografia básica:

RADOSTITS, Otto M.;GAY, Clive C. (Org.);BLOOD, Douglas C. (Org.) et al. CLÍNICA veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, caprinos e eqüinos. 9.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

RIET-CORREA, F.; SCHILD, A.L.; MENDEZ, M.D.C.; LEMOS, R.A.A. Doença de ruminantes e eqüinos. São Paulo: Livraria. Varela, 2001. Vol. I, 426 p.

ROSENBERGER, G. Exame Clínico dos Bovinos. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

Bibliografia complementar:

REBHUN, W.C. Doenças do gado leiteiro. São Paulo: Roca, 2000.

SMITH, Bradford P. Medicina Interna de grandes animais. 3.ed. São Paulo, Manole, 2006.

ANDREWS, A. H. (Org.);BLOWEY, R. W. (Org.);Boyd, H. (Org.) et al. Medicina bovina : doenças e criação de bovinos. 2.ed. São Paulo, Roca, 2008. LARINI, Laurival. Toxicologia dos praguicidas. São Paulo, Manole, 1999.

PUGH, D. G. Clínica de ovinos e caprinos. São Paulo, Roca, 2004.

MARQUES, D. M. Criação de Bovinos. 7ª edição.

CVP Consultoria Veterinária e Publicações. Belo Horizonte – MG, 2003

Nome da disciplina:

**INSPEÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM
ANIMAL**

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Noções de biossegurança e biosseguridade no manejo pré-abate e indústria de alimentos. Estudo do Regulamento Técnico Industrial e Sanitário de Produtos de Origem Animal. Abate humanitário. Fluxograma de abate, linhas de inspeção e critérios de julgamentos de carcaças na agroindústria de bovinos, suínos e aves. Inspeção e padrões de legislação na produção e industrialização do leite.

Bibliografia básica:

SILVA JÚNIOR, E.A. Manual de controle higiênico e sanitário em alimentos. 6ª edição. São Paulo: Varela, 2002.

LEAL, G; GERMANO, P.M & GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância Sanitária de Alimentos. 2ª edição. São Paulo: Varela, 2003.

GIL, Infante J. Manual de inspeção sanitária de carnes. 3 ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

BRASIL, 2020. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/arquivos-publicacoes-dipoa/decreto-revisao-riispoa-decreto-10-468-2020.pdf/view>

Bibliografia complementar:

TRONCO, Vania Maria. Manual para inspeção da qualidade do leite. ed. 4. UFSM-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, UFSM, 2010.

GERMANO, M. Treinamento de manipuladores de alimentos: fator de segurança alimentar e promoção da saúde. São Paulo: Livraria, 2003.

SOBESTIANSKY, Jurij; BARCELLOS, David; MORES, Nelson et al. Clínica e patologia suína. 2 ed. Goiânia, Gráfica Art3, 1999.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Sistema de Consulta a Legislação – SISLEGIS): <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis>

Nome da disciplina:

TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Introdução da Industrialização dos Alimentos. Principais métodos de conservação de alimentos. Estudo sobre fluxogramas de processamento de alimentos de origens vegetal e animal. Importância da embalagem para a vida útil do produto alimentício.

Bibliografia básica:

BARBOSA, J.J. – Introdução à Tecnologia de Alimentos, R.J. Kosmos, 1976 – 116 p.

BEHMER, M.L. A – Tecnologia do Leite, 1987.

CAMARGO, R. et al., Tecnologia Dos Produtos Agropecuários, 1984.

CHEFTEL, J.C. – Introdução a la bioquímica y tecnologia de los alimentos, vol.1 e 2,1992.

BRASIL, 2020. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/arquivos-publicacoes-dipoa/decreto-revisao-riispoa-decreto-10-468-2020.pdf/view>

Bibliografia complementar:

PARDI, C.M; SANTOS, I. F; SOUZA, E.R; PARDI H.S. – Ciência, higiene e tecnologia da carne, vol. 1 e 2, 1993.

MADRID.A; CENZANO I; VICENTE J.M. – Manual de Indústrias dos Alimentos, 1996.

BRASIL, Ministério da Agricultura. Decreto nº 30.691, de 29/03/1952, alterada pelo Decreto nº 1255, de 25/06/1968.

BELITZ,H. D.; GROSCH, W. Química de los alimentos, Ed. Acribia,1985.

FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos: princípios e prática. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p.

ORDOÑEZ, J. A. Tecnologia de Alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. I: 294 p., v. II: 279 p.

EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Atheneu, 2005. 674 p.

SILVA, J. A. Tópicos de Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Varela, 2000. 227 p.

HERSOM, A. C.; HULLAND, E. D. Conservas Alimentícias. Zaragoza: Acribia, 1974. 360

6.5.1.9. 9º PERÍODO

Nome da disciplina:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Carga Horária: 360 horas

Ementa: Atividades de cunho técnico-científicas realizadas em locais conveniados a instituição de ensino, sob a supervisão de um profissional atuante na área e orientação de um professor do colegiado do curso. Elaboração de trabalho de conclusão de curso. Metodologia científica. Pesquisa de artigos científicos.

Bibliografia básica:

A ser indicada quando da realização da disciplina.

Bibliografia complementar:

A ser indicada quando da realização da disciplina.

Nome da disciplina:

PROJETO DE EXTENSÃO I

Carga Horária: 400 horas

Ementa: Projetos de extensão desenvolvidos pelo aluno para solucionar problemas existentes, de interesse e necessidade da sociedade, ampliando a relação desta com a Universidade nas seguintes áreas: sanidade em animais de companhia e de produção, inspeção e tecnologia de produtos de origem animal e gestão agropecuária.

Bibliografia básica:

ETTINGER, S.J.; FELDMAN, E.C. Tratamento de Medicina Interna Veterinária: Doenças do Cão e do Gato. Rio de Janeiro:

Koogan, 2005

ARNS, Elza Maria Galvão Ciffoni (Ed.); PASQUALIN, Cezar Amin (Ed.). Orientações ao médico veterinário: manual de direitos e deveres. Curitiba, SINDIVET, 2011.

BEER, Joachim. Doenças infecciosas em animais domésticos. São Paulo, Roca, 1999, 380p.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA REGIÃO SUL. Manual de zoonoses. 2.ed. São Paulo, CRMV-PR, 2010, 162p.

FORSYTHE, Stephen J. Microbiologia da segurança alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FRANCO, Bernadette D. Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2006.

RADOSTITS, Otto M.; GAY, Clive C. (Org.); BLOOD, Douglas C. (Org.) et al. CLÍNICA veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

RIET-CORREA, F.; SCHILD, A.L.; MENDEZ, M.D.C.; LEMOS, R.A.A. Doença de ruminantes e equinos. São Paulo: Livraria. Varela, 2001. Vol. I, 426 p.

ROSENBERGER, G. Exame Clínico dos Bovinos. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993

Bibliografia complementar:

TORRES, Alcides di Paravicini; JARDIM, Walter Manual de zootecnia: raças que interessam ao Brasil. Ramos. 2ª Edição. São Paulo: Agronômica Ceres, 1982.

WELLS, Jeff; FALCK-COOK, Celina (Trad.). Entre coices, garras e mordidas: histórias favoritas de um veterinário. São Paulo, Landscape, 2009. Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Diretrizes nacionais para programas de resistência em medicina veterinária. Brasília, CFMV, 2010. História da medicina veterinária no Brasil. Brasília, Conselho Federal de Medicina Veterinária, 2002. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Novo

manual de veterinária. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1983.

Revista CFMV Brasília: Conselho Federal de Medicina Veterinária.

<http://portal.cfmv.gov.br/>

Revista CRMV-PR Curitiba: Conselho Regional de Medicina Veterinária ? PR

<http://www.crmv-pr.org.br/>

6.5.1.10. 10º PERÍODO

Nome da disciplina:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Carga Horária: 360 horas

Ementa: Atividades de cunho técnico-científicas realizadas em locais conveniados a instituição de ensino, sob a supervisão de um profissional atuante na área e orientação de um professor do colegiado do curso. Elaboração de trabalho de conclusão de curso. Metodologia científica. Pesquisa de artigos científicos.

Bibliografia básica:

A ser indicada quando da realização da disciplina.

Bibliografia complementar:

A ser indicada quando da realização da disciplina.

Nome da disciplina:

PROJETO DE EXTENSÃO II

Carga Horária: 80 horas

Ementa: Projetos de extensão desenvolvidos pelo aluno para solucionar problemas existentes, de interesse e necessidade da sociedade, ampliando a relação desta com a Universidade nas seguintes áreas: sanidade em animais de companhia e de produção, inspeção e tecnologia de produtos de origem animal e gestão agropecuária.

Bibliografia básica:

ETTINGER, S.J.; FELDMAN, E.C. Tratamento de Medicina Interna Veterinária: Doenças do Cão e do Gato. Rio de Janeiro:

Koogan, 2005

ARNS, Elza Maria Galvão Ciffoni (Ed.); PASQUALIN, Cezar Amin (Ed.). Orientações ao médico veterinário: manual de direitos e deveres. Curitiba, SINDIVET, 2011.

BEER, Joachim. Doenças infecciosas em animais domésticos. São Paulo, Roca, 1999, 380p.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA REGIÃO SUL. Manual de zoonoses. 2.ed. São Paulo, CRMV-PR, 2010, 162p.

FORSYTHE, Stephen J. Microbiologia da segurança alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FRANCO, Bernadette D. Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2006.

RADOSTITS, Otto M.; GAY, Clive C. (Org.); BLOOD, Douglas C. (Org.) et al. CLÍNICA veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

RIET-CORREA, F.; SCHILD, A.L.; MENDEZ, M.D.C.; LEMOS, R.A.A. Doença de ruminantes e equinos. São Paulo: Livraria. Varela, 2001. Vol. I, 426 p.

ROSENBERGER, G. Exame Clínico dos Bovinos. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993

Bibliografia complementar:

TORRES, Alcides di Paravicini; JARDIM, Walter Manual de zootecnia: raças que interessam ao Brasil. Ramos. 2ª Edição. São Paulo: Agronômica Ceres, 1982.

WELLS, Jeff; FALCK-COOK, Celina (Trad.). Entre coices, garras e mordidas: histórias favoritas de um veterinário. São Paulo, Landscape, 2009. Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Diretrizes nacionais para programas de resistência em medicina veterinária. Brasília, CFMV, 2010. História da medicina

veterinária no Brasil. Brasília, Conselho Federal de Medicina Veterinária, 2002.
Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Novo
manual de veterinária. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola,
1983.
Revista CFMV Brasília: Conselho Federal de Medicina Veterinária.
<http://portal.cfmv.gov.br/>
Revista CRMV-PR Curitiba: Conselho Regional de Medicina Veterinária ? PR
<http://www.crmv-pr.org.br/>

DISCIPLINAS OPTATIVAS

O acadêmico deverá optar por disciplinas que não sejam obrigatórias na matriz curricular do curso de Medicina Veterinária, mas tenham caráter complementar à sua formação, dentre as disciplinas ofertadas pelos demais cursos da IES, que serão denominadas de Módulo Livre. As disciplinas optativas são apresentadas a seguir:

Nome da disciplina: ATENDIMENTO EMERGENCIAL NA CLÍNICA DE ANIMAIS DE COMPANHIA
Ementa: Atendimento das principais emergências respiratórias, cardiovasculares, neurológicas reprodutivas em pequenos animais. Condutas diagnósticas e terapêuticas no paciente politraumatizado e no paciente em choque. Conceitos básicos sobre síndrome da resposta inflamatória sistêmica, sepse, sepse grave e choque séptico.
Bibliografia básica: PLUNKETT, Signe J. Procedimentos de emergência em pequenos animais. Tradução de Maria Eugênia Laurito Summa. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2006. 521 p. Inclui bibliografia. ISBN 85-372-0024-7. MAZZAFERRO, Elisa M. Emergências e cuidados críticos em pequenos animais. São Paulo: Roca, 2013. 718 p. ISBN 978-85-412-0330-2. SORRIBAS, Carlos E. Manual de emergências e afecções freqüentes do aparelho reprodutor em cães. São Paulo: MedVet, 2009. 136 p. Inclui bibliografias. ISBN 978-85-61461-06-5.

Bibliografia complementar:

REECE, William O. Dukes, fisiologia dos animais domésticos. Tradução de Cid Figueiredo, Idilia Ribeiro Vanzellotti, Ronaldo Frias Zanon. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 926 p., il. Inclui bibliografia . ISBN 978-85-277-1184-5.

CONSTANTINESCU, Gheorghe M. Anatomia clínica de pequenos animais. Revisão de Geraldo Seullner. Tradução de Idilia Ribeiro Vanzellotti. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 355 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 85-277-1009-9.

FOSSUM, Theresa Welch. Cirurgia de pequenos animais. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 1619 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-352-6991-8.

Weiss, Marcelo, B. e Jorge Wilson Souza Paiva. Acidentes com Animais Peçonhentos. Disponível em: Minha Biblioteca, Thieme Brazil, 2017.

NOGUEIRA, Rosa Maria Barilli; ANDRADE, Silvia Franco. Manual de toxicologia veterinária. São Paulo: Roca, 2011. 323 p., il. ISBN 978-85-7241-905+5.

Nome da disciplina:

LIBRAS

Ementa:

Conceito de Libras, Fundamentos históricos da educação de surdos.

Legislação específica. Aspectos Linguísticos da Libras.

Bibliografia básica:

BARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. O surdo, este desconhecido. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24/04/2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.

BOTELHO, Paula. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Belo Horizonte: Autêntica.1998.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FELIPE, Tanya. LIBRAS em contexto: curso básico (livro do estudante). 2.ed. ver.

MEC/SEESP/FNDE. Vol I e II. Kit: livro e fitas de vídeo.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik, tradução de Adelaide La G. Resende. (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In Revista Educação e Realidade: Cultura, mídia e educação. V 22, no. 3, jul-dez 1992.

LUNARDI, Márcia Lise. Cartografando os Estudos Surdos: currículo e relação de poder. IN.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: Estudos lingüísticos. Porto Alegre. Artes Médicas. 2004.

SACKS, Oliver. Vendo vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SKLIAR, Carlos (org). Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Texto: A localização política da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre, Mediação, 1999.

_____. Surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1997.

ELLIOT, A J. A linguagem da criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LODI, Ana C B (org.); et al. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

Nome da disciplina:

DESAFIOS NA CLÍNICA MÉDICA DE PEQUENOS ANIMAIS

Ementa: Unidade I

- Capacitação do profissional e emocional do estudante.
- Importância e modalidades de pós-graduação.
- CFMV, CRMV e Sindicato.
- Código de ética e postura do médico veterinário.
- Modalidades de trabalho.
- Como trabalhar legalmente.
- Honorários veterinários.

Unidade II

- Documentações e prontuários necessários para atendimento.
- Atendimento em ambiente hospitalar, atendimento domiciliar e telemedicina.
- Materiais necessário para o atendimento de animais de companhia.
- Farmácia básica.

Unidade III

- Considerações sobre atendimento de cães.
- Atendimento de gatos e manejo amigável.
- Abordagem do paciente sem histórico.
- Atendimento pediátrico.
- Atendimento geriátrico.

Unidade IV

- Atendimento emergencial.
- Internamento.
- Decisão cirúrgica.
- Eutanásia..

Bibliografia básica:

ANDRADE, Silvia F. Manual de Terapêutica Veterinária - Consulta Rápida. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

FEITOSA, Francisco Leydson F. Semiologia Veterinária - A Arte do Diagnóstico. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2020.

MACINTIRE, Douglass K. M. Emergência e cuidados intensivos em pequenos animais. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2007.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Paulo Caetano D. Manual de Procedimentos Técnicos para o Clínico de Pequenos Animais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011.

Código de Ética do Médico Veterinário. Resolução no 1138/2016. Brasília. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV – Brasil).

MASSONE, Flavio. Anestesiologia Veterinária - Farmacologia e Técnicas. Disponível em: Minha Biblioteca, (7th edição). Grupo GEN, 2019.

Rockett, Jody, e Susanna Bosted. Procedimentos Clínicos Veterinários na Prática de Grandes Animais. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012.

FERNANDES, Bruno Henrique R.; BERTON, Luiz H. Administração estratégica: Da competência empreendedora à avaliação de desempenho - 2ª Edição. Editora Saraiva, 2017. *E-book*. ISBN 9788502146013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502146013/>.

7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O propósito do Estágio é facilitar a transição social e psicológica do estudante para sua futura atividade profissional, mediante o envolvimento em atividades que promovam a interdisciplinaridade, a experiência acadêmico-profissional, a reflexão crítica, a competência técnico-científica e a integração do ensino, pesquisa e extensão. Isso visa preparar o estudante para sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo para aprimorar o ensino, expandir o ambiente acadêmico, conectar teoria e prática de forma dinâmica e oferecer oportunidades de avaliação curricular.

Os Estágios devem ocorrer em instituições capazes de proporcionar aos estagiários experiências práticas, aprimoramento técnico-científico e habilidades interpessoais. Qualquer instituição interessada em oferecer estágio aos alunos do curso deverá estabelecer um Convênio com a Ugv Centro Universitário, sendo denominada Instituição Concedente de Estágio. Esse convênio pode incluir normas complementares ao regimento.

Em casos de interrupção do estágio por motivos alheios ao estagiário, medidas adequadas serão tomadas, sob a orientação do Coordenador de Estágio, garantindo o prosseguimento da disciplina para o estagiário sem prejuízo ao seu desenvolvimento.

7.1. Estágio não obrigatório

O Estágio é uma prática educativa supervisionada realizada no ambiente de trabalho, com o objetivo de preparar os estudantes para o exercício profissional

enquanto frequentam o ensino regular em uma instituição de educação superior. Além do estágio curricular obrigatório, há também a modalidade de estágio não obrigatório.

O Estágio não Obrigatório é uma atividade opcional, podendo ser voluntária ou remunerada por meio de bolsa de estudo, visando especialmente o desenvolvimento do educando como cidadão ativo e preparado para o mercado de trabalho.

A comprovação do Estágio não Obrigatório é realizada através de um relatório das atividades desenvolvidas durante o estágio, que deve ser enviado à Coordenação de Estágios do curso. Além disso, é necessária uma declaração do supervisor de estágio, atestando o período e a carga horária cumprida, devidamente assinada pelo profissional responsável pelas atividades de estágio. É ideal que a instituição concedente do estágio tenha um convênio com a instituição de ensino, e que o estudante firme um termo de compromisso com a unidade concedente.

7.2. Estágio Obrigatório

O planejamento das atividades curriculares relacionadas ao Estágio Supervisionado no Curso de Medicina Veterinária desta instituição de ensino segue as diretrizes estabelecidas na Resolução CNE/CES Nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, e em regulamentações específicas da própria instituição.

O Estágio Supervisionado é dividido em duas disciplinas, Estágio Supervisionado I e II, que são oferecidas respectivamente nos 9º e 10º períodos do curso. Cada uma dessas disciplinas corresponde a 50% da carga horária total dos estágios supervisionados. No total, a carga horária estabelecida para os estágios supervisionados é de 720 horas aulas, o que equivale a 600 horas relógio.

Para garantir a organização e a eficácia das disciplinas, a coordenação dos Estágios em Medicina Veterinária é atribuída a um professor do curso, designado como Coordenador de Estágios. Este docente terá uma carga horária semanal fixa, ajustada de acordo com o número de alunos matriculados na disciplina. As modalidades de estágio supervisionado são regidas pelo Regimento de Estágio e pelas normas estabelecidas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Considerando a natureza predominantemente prática dessas atividades, os alunos contam com a supervisão contínua de um professor orientador ou supervisor. A proporção aluno/docente estabelecida é de até dez alunos por professor, assegurando a qualidade do acompanhamento.

Durante o Nono período, 360 horas aula (300 horas relógio) do estágio curricular obrigatório são desenvolvidas de forma exclusiva e em serviços próprios da Instituição de Educação Superior (IES), em espaços da própria IES ou espaços conveniados. Em espaços conveniados os alunos são acompanhados de supervisores docentes da IES. A distribuição da carga horária é equilibrada, a fim de atender aspectos essenciais das áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária preventiva, saúde pública, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal.

Ao longo do décimo período, 360 horas de estágio obrigatório são dedicadas exclusivamente a atividades realizadas fora da instituição de ensino, em instituições ou empresas credenciadas. Essas atividades são conduzidas sob a orientação de professores e supervisão local, seguindo um programa de atividades predefinido.

Para participar de qualquer modalidade de estágio descrita aqui, o estudante deve estar oficialmente matriculado no curso de Medicina Veterinária, garantindo-lhe, entre outros benefícios, um seguro contra acidentes pessoais. É responsabilidade da instituição de ensino, e não da entidade que concede o estágio, fornecer o seguro aos seus estudantes.

No estágio obrigatório do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o tempo de prática semanal pode incluir plantões de até 12 horas por dia, respeitando o limite máximo de 40 horas por semana, conforme estabelecido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que trata do estágio de estudantes.

Os estágios supervisionados I e II são avaliados por meio da entrega de um relatório de estágio, conforme o formato fornecido pela Coordenação de Estágios. A avaliação é realizada pelo supervisor (para o Estágio Supervisionado I) ou pela instituição concedente do estágio (para o Estágio Supervisionado II).

O estagiário, durante o período de estágio, é incumbido de elaborar um relatório que reflita sua experiência de forma clara e ética, seguindo as diretrizes acadêmicas estabelecidas pelo Centro Universitário UGV e as especificações do curso de graduação ao qual está vinculado.

A avaliação do estágio e a concessão de pontuação são regidas pelas normativas específicas de cada programa acadêmico da instituição. O

acompanhamento das atividades do estagiário é realizado diretamente pelo Supervisor de Estágio, com o auxílio indireto do Coordenador do Curso. A pontuação mínima para aprovação não é inferior a 7,0 (sete vírgula zero). O relatório de estágio deve estar intimamente relacionado à área de atuação do estagiário, apresentando uma descrição ética e concisa das atividades realizadas, conectando-se ao conhecimento teórico e prático adquirido ao longo do curso.

Em casos de reprovação no estágio, é estabelecido um prazo determinado pelo coordenador de estágio para a realização de uma nova etapa, com a submissão de documentos revisados. A avaliação é conduzida pelo Supervisor de Estágio, que atribui uma pontuação de acordo com os critérios estabelecidos pelo curso de graduação, pelo Coordenador de Estágio ou por uma banca avaliadora designada pela Coordenação de Estágio.

Na disciplina de Estágio Supervisionado I, a avaliação consiste em uma média final, obtida através da avaliação do supervisor de estágio e da avaliação do desenvolvimento do relatório de estágio pelo orientador da IES, em uma escala de 0 a 10. Os estagiários são submetidos a avaliações diárias pelo supervisor de estágio, que atribui uma nota final ao desempenho do acadêmico ao longo das atividades. Ao término do semestre, as notas são totalizadas, e uma média é calculada para avaliar o desempenho, considerando diversos aspectos como ética, comunicação, interesse, participação em atividades, entre outros.

Será considerado aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado I o aluno que obtiver média final igual ou superior a sete, sendo reprovado em caso contrário.

O critério de avaliação adotado para a disciplina de Estágio Supervisionado II compreende uma média final, resultante da avaliação realizada pelo supervisor de estágio e da nota referente ao desenvolvimento e defesa do Trabalho de Curso, ambos pontuados em uma escala de 0 a 10.

Durante o período de estágio, os estagiários são submetidos a avaliações diárias pelo supervisor, sendo sua responsabilidade atribuir uma nota final ao desempenho do acadêmico ao longo das atividades. Este registro é efetuado em um formulário específico que considera diversos aspectos, como ética, comunicação, interesse, pontualidade, entre outros.

Ao término do semestre, as notas provenientes da avaliação conduzida pelo supervisor de estágio são agregadas para formar uma média de desempenho. Além disso, o Trabalho de Curso elaborado durante o estágio é submetido à avaliação em

uma banca examinadora. Nessa avaliação, as notas são divididas entre a apresentação oral, com peso de 3,0 (três), e o desenvolvimento teórico, com peso de 7,0 (sete), totalizando 10,0 pontos.

Assim, a média semestral final é calculada considerando que a nota do Trabalho de Curso (TC), correspondendo a 80% da nota final, e a avaliação externa realizada pelo supervisor de estágio, que representa os 20% restantes.

Para ser aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado II, o aluno deve obter uma média final igual ou superior a sete, sendo reprovado em caso contrário.

Os prazos para entrega do relatório escrito são definidos pela Coordenação de Estágios em conjunto com a Coordenação do Curso e colocados em edital a cada início do semestre letivo seguinte à realização do estágio.

7.2.1. Caracterização do estágio curricular

O Estágio Supervisionado é uma disciplina obrigatória para os alunos matriculados nos 9º e 10º períodos do Curso de Medicina Veterinária na Ugv - Centro Universitário. Essa disciplina, sob a supervisão da Coordenação do Curso, é regulada por normas internas e legislação superior.

O estágio curricular obrigatório é determinado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, com carga horária e duração específicas, conforme o Projeto Pedagógico do Curso. A Pró-Reitoria Acadêmica e a Coordenação Central de Estágio e TCC acompanham esse processo.

A carga horária mínima para os estágios supervisionados é de 720 horas, e a frequência é obrigatória, com compensação das faltas necessária para a conclusão. A supervisão é conduzida pelo Supervisor do módulo de estágio.

O Estágio Supervisionado envolve atividades práticas alinhadas ao currículo do curso e detalhadas em um Plano de Estágio elaborado pela Coordenação e pelos Supervisores. Essas atividades visam integrar os alunos ao ambiente profissional e à comunidade.

Os Estágios Curriculares Obrigatórios são realizados em, no mínimo, dois semestres do Curso, proporcionando uma formação teórico-prática aos estudantes.

7.3. REGIMENTO INTERNO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O regimento de interno de estágio curricular obrigatório foi discutido e aprovado em reunião do NDE em 30 de janeiro e repassado em reunião de colegiado em dia 01 de fevereiro de 2024.

CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 1º. Estágio Supervisionado é disciplina oferecida aos alunos regularmente matriculados no 9º e 10º períodos do Curso de Medicina Veterinária, a seguir referenciado como Curso, pela Ugv – Centro Universitário, a seguir referenciada como Ugv, vinculada à Coordenação do Curso, doravante Coordenação, e regida por esse Regulamento e pela Legislação Superior.

§ 1 - O Estágio Curricular Obrigatório dos cursos de graduação do Centro Universitário Ugv tem caráter obrigatório nos cursos em que essa demanda é necessária dentro do que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, com carga horária e duração determinada por cada um dos cursos em suas áreas específicas de atuação o que passa a constar no Projeto Pedagógico do Curso, levando em consideração as competências e habilidades previstas no perfil do egresso, fazendo com que haja um diálogo muito próximo e aberto, no sentido de interação com todos os ambientes próprios e/ou conveniados para a realização do estágio. Sendo acompanhado Pela Pró-Reitoria Acadêmica e pela Coordenação Central de Estágio e TCC (CCET) do Centro Universitário Ugv.

§ 2- A carga horária total das disciplinas de estágio não poderá ser inferior a setecentos e vinte (720) horas.

§3 - O estágio supervisionado requer a frequência de 100% para sua conclusão. Toda falta deve ser compensada, de preferência, com antecedência. Em circunstâncias especiais, a compensação pode ocorrer posteriormente, mas ainda dentro do mesmo bimestre em que ocorreu a ausência. A modalidade de compensação será determinada pelo Supervisor do módulo de estágio supervisionado, pois requer supervisão. Qualquer ausência não devidamente compensada resultará em reprovação no respectivo módulo de estágio supervisionado em que ocorreu.

Art. 2º. O Estágio Supervisionado envolve atividades práticas orientadas por um Supervisor de Estágio, alinhadas com o currículo do curso oferecido. Essas atividades são denominadas de Estágio e são detalhadas em um Plano de Estágio elaborado em conjunto pela Coordenação do Curso e pelos Supervisores de Estágio.

§1 - Os Estágios Curriculares Obrigatórios – Estágios Supervisionados I e II, visam primordialmente a integrar o discente ao universo laboral e às comunidades onde atuarão como agentes catalisadores da realidade social. Eles se fundamentam nas questões teórico-práticas advindas da trajetória formativa.

§ 2 – As atividades do Estágio Supervisionado deverão ser realizadas em, no mínimo, dois semestres do Curso.

Art. 3º. Para a realização do Estágio Curricular Obrigatório I e II é necessário que:

- a) Somente poderá matricular-se no Estágio Supervisionado I e II o aluno que tiver cumprido integralmente e tiver sido aprovado em todas as disciplinas relacionadas diretamente a área de estágio que irá desenvolver.
- b) O estudante esteja regularmente matriculado em seu curso de graduação (o que implica estar incluído numa apólice coletiva de seguro de acidentes de trabalho), estando em dia com suas obrigações acadêmicas e administrativas;
- c) Exista um professor orientador ou coordenador de estágio de acordo com as áreas afins dos cursos de graduação do Centro Universitário Ugv e a presença de um supervisor de estágio em conformidade com as regulações vigentes;
- d) Exista uma unidade concedente de estágio, devidamente conveniada dentro dos prazos e padrões estipulados pelo presente Regimento, podendo ser a própria Instituição a cedente do estágio;
- e) Exista um Plano de Estágio Curricular Obrigatório inserido no PPC de cada curso de graduação, juntamente com um Regulamento de Estágio que siga o presente Regimento;
- f) Existam documentações pertinentes para a realização de estágio, seja em forma de convênios, contratos ou demais registros que comprovem a realização do estágio;
- g) Ocorra a realização de um relatório de estágio com modelo e padrões pré-definidos.

Art. 4º. As atividades do Estágio Curricular Obrigatório constituem-se de:

- a) Vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho, proporcionando experiência prática nas áreas e linhas de formação do estudante, observando sempre o perfil do egresso;
- b) Vivências que contribuam para a formação do estudante, por meio de experiências didático-pedagógicas, técnico-administrativas e científica-artísticas, bem como de relacionamento humano e generalista;
- c) Atividades de campo nas quais ocorrerão relações de aprendizagem estabelecidas entre o supervisor de estágio e o estudante;
- d) Inserção gradativa do estudante no processo de profissionalização.
- e) Estímulo ao desenvolvimento de atividades e posturas profissionais, com o objetivo de desenvolver o senso crítico, humanístico e ético;
- f) Oportunidade de integrar os conhecimentos de pesquisa, extensão e ensino em benefício da sociedade;
- g) Momento de síntese das articulações de práticas pedagógicas que integram o saber, o saber fazer e saber conviver, principalmente de forma interdisciplinar.

CAPÍTULO II

OS OBJETIVOS DO ESTÁGIO

Art. 4º. O Estágio Curricular Obrigatório – Estágio Supervisionado I e II propõe-se a:

- a) Facilitar a completa formação do discente nos diversos ambientes institucionais, empresariais, industriais, de saúde, cooperativos, comunitários e sociais;
- b) Fomentar a interação com o mundo profissional e o contexto laboral, com vistas ao aprimoramento do perfil do graduado;
- c) Integrar os saberes provenientes da pesquisa, extensão e ensino em prol da sociedade, em consonância com a realidade local e nacional, buscando catalisar o desenvolvimento regional através da inovação;
- d) Cultivar uma relação sinérgica entre teoria e prática em diversas esferas e disciplinas do curso;
- e) Assegurar a compreensão, análise e aplicação de novas tecnologias, metodologias, sistematizações e organizações pertinentes aos campos profissionais;
- f) Proporcionar o desenvolvimento interpessoal em contextos profissionais diversos por meio das experiências e atividades práticas do estágio;

g) Efetuar uma avaliação contínua do programa acadêmico, fornecendo subsídios ao conselho do curso para eventuais ajustes ou reformulações curriculares;

h) Estimular a integração plena e constante do Centro Universitário Vale do Iguaçu com a comunidade;

i) Consolidar a identificação profissional e o reconhecimento do estudante em cada área de atuação dos cursos de graduação do Centro Universitário UGV.

CAPÍTULO III DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º. O Estágio Curricular Obrigatório – Estágio Supervisionado I e II, devem ser executados em instituições (incluindo a própria IES em suas estruturas adequadas a este fim), órgãos públicos, empresas, departamentos de saúde, indústrias, comércios, cooperativas, propriedades em geral, bem como em demais áreas e locais conforme a necessidade específica de cada curso de graduação do Centro Universitário Ugv, desde que haja, previamente, o processo de constituição do convênio com as devidas formalidades incluindo:

- a) Ato de convênio entre o campo de estágio e a Instituição;
- b) Contrato de estágio, se for necessário;
- c) Termo de compromisso entre o estudante, campo de estágio e Instituição;
- d) Declaração final de realização do estágio, sendo está a ficha de frequência e avaliação, emitida pelo responsável legal pelo campo, contendo as atividades realizadas pelos estudantes, carga horária efetivamente desenvolvida e avaliação de desempenho do acadêmico durante as atividades;
- e) Análise de toda documentação pelo assessor jurídico do Centro Universitário Ugv.

Parágrafo Único: Cada curso de graduação terá autonomia para o desenvolvimento e aprovação do campo de estágio, desde que respeite o que está presente no *caput* dos Artigos 2º ao 5º.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 6º. As coordenações dos cursos de graduação do Centro Universitário Ugv deverão, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado, indicar um professor Coordenador de Estágio, pertencente ao quadro de docentes do curso para que possa organizar e desenvolver as atividades de estágio.

§ 1º. A coordenação de estágio tem por competência possibilitar e acompanhar a inserção nos campos de estágio, captar e analisar os possíveis campos de estágio a cada semestre, sistematizar, analisar e tornar público aos alunos do curso o processo de estágio curricular e suas regras, além de estabelecer a articulação entre os supervisores de estágio.

§ 2º. A coordenação de estágio poderá ser exercida em caráter provisório ou permanente, pelo próprio coordenador do curso, a critério do NDE e do Colegiado.

§ 3º. Cada curso de graduação do Ugv Centro Universitário terá autonomia em desenvolver seus regimentos próprios e suas regulamentações, desde que siga as recomendações apresentadas no *caput* do Parágrafo Único, do Artigo 5º.

Art. 7º. O Estágio Curricular Obrigatório se caracteriza por um conjunto de disciplinas a serem cumpridas pelo estudante, atendida a carga horária específica e estabelecida por cada curso de graduação do Centro Universitário Ugv, presente de forma clara no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso e a legislação vigente.

Parágrafo Único: A Coordenação Central de Estágios e TCC (CCET) será a supervisora das atividades de estágio em nome da Instituição, sendo a reguladora de todos os processos. Assim, os cursos de graduação deverão dirigir-se sempre à CCET para sanar dúvidas ou encaminhar os procedimentos necessários, mantendo a Pró-Reitoria Acadêmica informada de todos os trâmites.

Art. 8º. As incumbências do professor Coordenador de Estágio abarcam:

- a) Estabelecer, em intervalos regulares, comunicação com os potenciais locais de estágio destinados aos discentes;
- b) Estabelecer contato com os representantes legais dos locais de estágio e os supervisores, visando a análise e a coleta de dados relativos aos estagiários e suas atividades;
- c) Supervisionar as atividades de estágio em conjunto com os estudantes e supervisores;
- d) Dirigir o planejamento, a execução e a avaliação das atividades relacionadas aos estágios, em colaboração com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado, em sintonia com as demandas do campo de estágio fornecedor;
- e) Submeter, ao término de cada período de estágio, os resultados das avaliações de cada aluno ao Colegiado, assegurando a devida documentação acadêmica;
- f) Organizar periodicamente o encaminhamento dos estagiários e a distribuição das turmas conforme as exigências individuais dos estudantes e do programa educacional;
- g) Estabelecer métodos operacionais que facilitem a gestão de cada fase do estágio, promovendo segurança, eficiência e aprendizado;
- h) Manter atualizado o sistema de documentação e registro dos locais de estágio, assim como o número de alunos e atividades realizadas;
- i) Conduzir reuniões regulares com os supervisores de estágio;
- j) Realizar visitas técnicas periódicas aos locais de estágio durante a vigência do programa;
- k) Orientar os alunos sobre a importância da intersecção entre teoria e prática, visando garantir a excelência no desempenho laboral.

Art. 9º. As supervisões do Estágio Curricular Obrigatório realizar-se-á por meio de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades.

Art. 10º. A supervisão do Estágio Curricular Obrigatório é uma atividade de ensino constante de carga horária de trabalho, sendo a ele atribuído um valor em remuneração, tendo sua definição a partir do tabelamento de cada área e curso de graduação.

Art. 11. As incumbências do estudante estagiário abrangem:

- a) Exercer suas atividades de estágio com ética e princípios morais, preservando a confidencialidade das informações e abstendo-se de comentários pessoais sobre as ações realizadas;
- b) Acatar as disposições e normativas estabelecidas pelos programas de graduação do Centro Universitário UGV;
- c) Desempenhar o estágio de maneira eficaz e completa, apresentando sempre a documentação pertinente à realização do mesmo, tanto no início quanto ao término;
- d) Respeitar as diretrizes, orientações e regulamentos do local de estágio;
- e) Disponibilizar, quando requisitado, evidências da realização do estágio;
- f) Manter em ordem os documentos relativos à execução do estágio;
- g) Seguir o Plano de Trabalho elaborado e aprovado pelo professor Coordenador de Estágio;
- h) Cumprir a carga horária total estipulada pelo seu corpo discente, bem como os horários acordados para a realização dos estágios.

CAPÍTULO V

DO CANCELAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 12. O estágio poderá ser rescindido por uma das seguintes razões:

- a) A pedido do estagiário, devidamente justificado, desde que tal solicitação não resulte em reprovação;
- b) Devido ao não cumprimento, por parte do estagiário, das disposições estabelecidas no Termo de Compromisso;
- c) Pela ausência injustificada do estagiário ao local de estágio, sem a devida compensação ou reposição da carga horária perdida;
- d) Em virtude da conclusão ou interrupção do curso;
- e) A qualquer momento, por interesse do local concedente de estágio, mediante apresentação de justificativa plausível, emitida pelo responsável legal do referido local.

CAPÍTULO VI

DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Art. 13. O estagiário é incumbido de compor um relatório concernente à experiência de estágio em estrita observância às diretrizes acadêmicas vigentes no Centro Universitário UGV, em consonância com as especificações do curso de graduação ao qual está afiliado.

Art. 14. A avaliação e a concessão de pontuação serão regidas pelas normativas de cada programa acadêmico do Centro Universitário UGV, considerando os seguintes critérios:

a) O acompanhamento das atividades do Estagiário será feito diretamente pelo Supervisor de Estágio e indiretamente pelo Coordenador de Curso.

b) A pontuação mínima para aprovação não poderá ser inferior a 7,0 (sete vírgula zero);

c) O relatório deve estar diretamente relacionado com a área de atuação no estágio do estudante, apresentando uma descrição ética das atividades executadas de maneira clara e concisa, estabelecendo vínculos com o conhecimento teórico-prático adquirido ao longo do curso de graduação;

c) Em caso de reprovação no estágio, será estipulado um prazo determinado pelo coordenador de estágio para a realização de uma nova etapa, com a submissão de documentos revisados;

d) A avaliação será conduzida pelo Supervisor de Estágio, incumbido de atribuir uma pontuação de acordo com os critérios estabelecidos por cada curso de graduação, pelo Coordenador de Estágio ou por uma banca avaliadora designada pela Coordenação de Estágio. A avaliação pelo Supervisor é obrigatória.

Art. 15. O critério de avaliação da disciplina Estágio Supervisionado I consiste de média final, obtida através da avaliação do supervisor de estágio e avaliação do desenvolvimento do relatório de estágio pelo orientador da IES, na escala de 0 a 10.

§ 1. Os estagiários são submetidos a avaliações diárias pelo supervisor de estágio. No entanto, é incumbência do supervisor de estágio atribuir uma nota final (de 0 a 10) ao desempenho do acadêmico ao longo da realização das atividades. O

registro deve ser efetuado em um formulário específico, no qual são considerados aspectos de conduta de cada estagiário, tais como ética, comunicação, interesse e participação em atividades propostas, pontualidade, apresentação pessoal, conhecimento teórico e prático, bem como habilidades de manejo durante as atividades.

§2. Ao término do semestre, as notas decorrentes da avaliação realizada pelo supervisor são totalizadas, e uma média é calculada para avaliar o desempenho. Além disso, o relatório elaborado durante o estágio é submetido à avaliação pelo orientador de estágio designado pela Instituição de Ensino Superior (IES). Então a média semestral final é obtida através da média entre nota do supervisor externo e nota do orientador da IES.

§3. Será considerado aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado I todo aluno que obtiver média final igual ou superior a sete, e reprovado em caso contrário.

Art. 16. O critério de avaliação da disciplina Estágio Supervisionado II consiste em média final, obtida através da avaliação do supervisor de estágio, nota de desenvolvimento e defesa do Trabalho de Curso, na escala de 0 a 10.

§ 1. Os estagiários são submetidos a avaliações diárias pelo supervisor de estágio. No entanto, é incumbência do supervisor de estágio atribuir uma nota final (de 0 a 10) ao desempenho do acadêmico ao longo da realização das atividades. O registro deve ser efetuado em um formulário específico, no qual são considerados aspectos de conduta de cada estagiário, tais como ética, comunicação, interesse e participação em atividades propostas, pontualidade, apresentação pessoal, conhecimento teórico e prático, bem como habilidades de manejo durante as atividades.

§2. Ao término do semestre, as notas provenientes da avaliação conduzida pelo supervisor concedente de estágio são agregadas, formando uma média para avaliação do desempenho. Adicionalmente, o Trabalho de Curso elaborado durante o estágio é submetido à apreciação em banca examinadora, onde as notas são divididas entre a avaliação da apresentação oral, com peso de 3,0 (três), e o desenvolvimento teórico, com peso de 7,0 (sete). Dessa forma, a média semestral final é calculada mediante a seguinte equação:

- A nota do Trabalho de Curso (TC) oral e teórico, com valor total de 10,0, corresponde a 80% da nota final;

- A avaliação externa realizada pelo supervisor de estágio, com valor total de 10,0, corresponde a 20% da nota final.

§3. Será considerado aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado I todo aluno que obtiver média final igual ou superior a sete, e reprovado em caso contrário.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019:

“Para o estágio obrigatório do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, assim caracterizado no PPC, a jornada semanal de prática poderá compreender períodos de plantão que poderão atingir até 12 (doze) horas diárias, observado o limite de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.”

Art. 18. Os cursos de graduação do Ugv Centro Universitário deverão observar as Diretrizes Curriculares Nacionais de seus cursos, bem como as demais recomendações dos Comitês e Órgãos reguladores para que possam desenvolver seus Regimentos e Regulamentos Internos, desde que observem os dispostos nos *caputs* dos Artigos presentes neste Regimento Interno.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação em primeira instância e pelo Colegiado de Curso se necessário sempre ouvindo o Supervisor de Estágio e eventualmente o estagiário.

Art. 20. O presente Regulamento entrará em vigor após aprovado pelo NDE, revisado pela Coordenação e homologado pelo Colegiado do Curso.

União da Vitória, 01 de fevereiro de 2024.

7.4. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio, seja ele supervisionado e obrigatório ou não, desempenha um papel crucial na formação acadêmica, proporcionando uma conexão vital com a futura profissão. Este componente curricular visa aplicar os princípios e conceitos aprendidos em sala de aula, consolidando a relação entre teoria e prática, garantindo aos estudantes uma visão prévia das demandas profissionais.

Frequentemente, o estágio representa o primeiro contato do aluno com o mercado de trabalho. Através dessa experiência, é possível compreender os desafios da profissão e desenvolver soluções. Além da oportunidade de adquirir experiência profissional, os estudantes têm a chance de expandir sua rede de contatos, conectando-se com colegas, professores e profissionais estabelecidos na área, oferecendo um valioso suporte para aqueles que desejam se destacar no mercado.

O estágio também pode marcar o início da carreira, proporcionando valiosa experiência profissional e auxiliando na busca pelo primeiro emprego. Enriquecendo o currículo, os estágios oferecem uma excelente oportunidade para complementar a formação acadêmica e preparar os alunos para conquistar novas posições no mercado de trabalho.

Segundo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio não obrigatório é realizado em estabelecimentos que tenham condições de proporcionar aos estagiários, experiências práticas e aperfeiçoamento técnico científico e de relacionamento humano. A IES está aberta para qualquer empresa ou agência para firmar convênio e criar espaços de estágio.

Segundo a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, em seu “Art. 1º § 2º Estágio não-obrigatório é aquele

desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.”

a. 7.4 Relação com a Comunidade

A IES entende o seu desenvolvimento como muito próximo ao da comunidade de que é originária e busca a institucionalização de suas atividades de ensino e extensão.

O reconhecimento de que “a produção de conhecimento se faz na interface escola/comunidade” (RENEX, 1998), leva ao enfrentamento da questão da extensão. Esta se coloca como prática que interliga uma faculdade, em suas atividades de ensino, com as demandas econômicas, sociais e culturais da região onde se instala.

Assim, a ação extensionista vai além da prestação de serviços (assistências, consultorias, assessorias, atendimento nas empresas juniores), da difusão cultural (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais), ou da disseminação de conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências). Mais do que na simples formulação da missão institucional, é na compreensão desta identidade, na vivência deste conceito: “Ensino pra valer e compromisso social” pela comunidade acadêmica que a IES promove a integração entre ensino e extensão.

O acadêmico do curso de Medicina Veterinária tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos através das experiências do estágio supervisionado, participação em congressos, eventos especiais e palestras, desenvolvendo atividades complementares e de extensão. A IES oportuniza a participação dos acadêmicos em programas, projetos e atividades de iniciação científica ou extensão ou práticas investigativas através dos meios de comunicação e divulgação científicos citados abaixo:

- a) Evento de Iniciação Científica: evento realizado pela IES em que os discentes podem apresentar trabalhos científicos, sob a orientação de professores dos cursos, realizados durante o ano letivo. O trabalho é apresentado para a comunidade em geral via apresentação oral ou painéis.
- b) Comunicação “On-line”: A IES possui um sistema de comunicação interno via provedor. A comunidade acadêmica pode acessar informações tais como: páginas dos cursos, notas, frequência,

documentos da Faculdade, atividades, agenda de estágios, TCC's e eventos, dentre outros. Nos Cursos de Pós-Graduação, em caráter experimental, alguns conteúdos e aulas são realizados "On-line" (tele aulas).

- c) Painéis eletrônicos informativos: A estrutura da Instituição comporta dois painéis eletrônicos, no hall de entrada dos prédios (área de convivência e lazer). Proporcionando, assim, um sistema de informação ágil, bem como um ambiente mais agradável para a comunidade e visitantes, promovendo a socialização das informações.
- d) Revistas Científicas: Cumprindo seu papel de socializadora e difusora de conhecimentos, a IES publica semestralmente duas revistas de caráter científico. Trata-se da Revista de Estudos Vale do Iguaçu (publicação de artigos, resumos e resenhas dos docentes) e a Revista Científica de Periodicidade Anual do Encontro de Iniciação Científica e Mostra de Pós-Graduação, produzida a partir de artigos dos acadêmicos (participantes e expositores no Programa de Iniciação Científica).
- e) Página em rede social Instagram para que os acadêmicos tenham suas atividades publicadas, assim como é possível atualizar os acadêmicos e comunidade externa em relação às atividades desenvolvidas pelo curso e também notícias sobre as áreas de atuação do engenheiro de software.
- f) A Instituição e a Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória mantém uma parceria para operação da Rádio Educadora Uniguaçu, usando a radiodifusão para a formação cívica, moral, educativa e espiritual. Assim como o sonho já realizado do Centro de Eventos Uniguaçu, a Rádio também é uma realização que a Instituição busca há anos, e esta parceria irá difundir novos conhecimentos, contribuir para a cultura e progresso local. Assim a Uniguaçu celebra mais uma parceria dando passos ao futuro, parceria esta que foi firmada no dia 7 de dezembro de 2017. A partir de então a Rádio deixou de ser Rádio Educadora AM 1480 kHz e foi denominada Rádio Educadora Uniguaçu FM 101,9, e entre algumas mudanças está a reformulação da programação. A parceria com a Rádio Educadora

também vem alicerçar novos caminhos para a Uniguaçu, que tem no seu plano de desenvolvimento futuro, oferecer cursos na área de Comunicação.

- g) Centro de Eventos, conta com mais de dois mil metros quadrados e hoje tem capacidade para receber aproximadamente 3.126 pessoas. Constitui-se o maior espaço para eventos da região e foi concebido para suprir as necessidades das comunidades de União da Vitória e Porto União as quais passam a contar com um espaço para receber diversos tipos de eventos culturais e sociais.

8. TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, elemento curricular obrigatório do Curso de Graduação em Medicina Veterinária do Ugv - Centro Universitário, conforme a Resolução CNE/CES Nº 3, DE 15 DE AGOSTO DE 2019 em seu artigo 17º.

A organização do Curso de Graduação em Medicina Veterinária deverá ser definida pela respectiva Coordenação do Curso e seu colegiado, onde houver, que indicará a modalidade e periodicidade das disciplinas e atividades de ensino/aprendizagem, com a obrigatoriedade de apresentação de trabalho de conclusão de curso sob orientação docente.

Esta atividade supervisionada e orientada tem como objetivo fornecer uma ferramenta de complementação e aprimoramento da aprendizagem na área da medicina veterinária. Visa também o desenvolvimento do acadêmico não só no âmbito profissional, mas também social e cultural, contribuindo para a formação de profissionais qualificados nesse campo específico.

Os trabalhos são elaborados e apresentados por forma individual e contará com a experiência profissional de um professor orientador. O aluno deve entregar o TCC em formato de artigo científico e apresentar em data estipulada pelo Coordenador que é divulgada em edital pela IES (site e sala de aula). A avaliação do TCC consiste em 70% da elaboração do projeto e 30% da apresentação oral perante uma banca examinadora. A nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será calculada pela média ponderada das notas atribuídas à avaliação externa, com peso dois, e à avaliação interna do estágio através do TCC, com peso oito, dividida por dez.

. Durante todo o período em que o acadêmico está em desenvolvimento do TCC ele tem a orientação constante do seu professor orientador, onde ele tem que cumprir determinadas atividades em períodos estipulados. Cada uma destas etapas é avaliada pelo orientador e definida em Cronograma no início do estágio supervisionado II.

Para a realização desses Trabalhos de Conclusão de Curso é seguido o manual de Normas para apresentação de Trabalhos Acadêmico e Científicos da Instituição, regras da ABNT, com apresentação pública e oral de forma similar ao exigido em eventos técnicos científicos da área. Este manual é disponibilizado aos acadêmicos na biblioteca, através do endereço: <https://uniao.ugv.edu.br/content/uploads/2023/11/Manual-de-Normas-Tecnicas-para->

Trabalhos-Academicos-Coligadas-UB.pdf, na disciplina de Comunicação e Metodologia, e através dos Discentes orientadores. Os trabalhos destes acadêmicos após aprovação em banca e realizadas as correções propostas pelos integrantes da banca (quando houver), deve disponibilizar para consulta em registros institucionais, dentro do REPOSITÓRIO, disponível em <http://nfe.ubeducacional.com.br/uniguacu/adm/principal.php>, onde poderão ser acessados pela internet. Toda a dinâmica de desenvolvimento do Trabalho de Curso do Curso está devidamente institucionalizada por atos de regulamentação específicos, devidamente aprovados nos conselhos competentes.

Todos os trâmites e procedimentos do Trabalho de Conclusão de Curso dar-se-á por meio do Regimento Interno.

O Professor Orientador, ao aceitar o acadêmico deverá preencher a documentação necessária, sendo ela: carta de aceite, ficha de acompanhamento de orientação (on line). Ao ser finalizado e aprovado em banca avaliadora, o trabalho deverá ser depositado no Repositório de TCCs. O estudante que queira publicar seu trabalho, por questões éticas de processo inédito do texto, deverá preencher a solicitação junto à coordenação de TCC para que seu trabalho seja apensado no Repositório apenas após a publicação do artigo, sendo que no Repositório constará o título do trabalho, o resumo e a informação de que está em trâmite de publicação. Ao ser publicado o trabalho, a coordenação de TCC deverá postá-lo na íntegra no Repositório, em conformidade com o documento protocolado pelo acadêmico.

8.1. REGIMENTO INTERNO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGIMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) NO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

O regimento de trabalho de conclusão de curso foi discutido e aprovado em reunião do NDE em 30 de janeiro e repassado em reunião de colegiado em dia 01 de fevereiro de 2024.

Art.1 – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é elemento obrigatório à formação dos acadêmicos regularmente matriculados no último semestre do Curso de Medicina veterinária, a seguir referenciado simplesmente como Curso, pelo Ugv Centro Universitário, a seguir referenciada simplesmente como Centro Universitário,

vinculado à Coordenação do Curso, doravante Coordenação e regido por esse Regimento.

§1º. O acompanhamento do estágio será realizado por um docente da IES doravante denominado Professor Orientador; e por um profissional de nível superior com vínculo na área do estágio, da Unidade Concedente de Estágio, citado a partir de agora como Supervisor de Estágio.

Art.2 – O Trabalho de Conclusão de Curso – (TCC), no curso de Medicina veterinária, corresponde a realização do Estágio Supervisionado II, a então elaboração do TC do referido estágio e defesa (apresentação oral e pública) a uma banca examinadora.

§1. O TCC deverá ser realizado na(s) área(s) previamente acordada(s) entre o acadêmico e o seu Professor Orientador, segundo as linhas de pesquisa divulgadas pela Coordenação do Curso.

Art.3 – A execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da trajetória acadêmica e durante o estágio supervisionado. Este processo busca aprimorar e complementar a aprendizagem, bem como promover o desenvolvimento do acadêmico em diversos aspectos, incluindo o social, profissional e cultural, dentro das áreas de atuação do Curso. O TCC de estágio é elaborado conforme as Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos e Científicos da Instituição, adaptado ao formato específico do Curso de Medicina Veterinária do Ugv Centro Universitário. Sua apresentação é realizada de maneira pública e oral, seguindo padrões semelhantes aos exigidos em eventos técnico-científicos da área para a apresentação de trabalhos selecionados.

Art.4 – Os trabalhos de conclusão deverão ser elaborados e apresentados de forma autoral e individual por cada discente.

Art.5 – O acadêmico contará com um Professor Orientador, com experiência profissional na área de concentração do trabalho, podendo estender-se a outras áreas, escolhido dentre aqueles que se disponibilizarem para a orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Cada professor poderá orientar até 10 trabalhos.

§1. O acadêmico contará também com um Supervisor de Estágio Externo, responsável pela orientação na Unidade Concedente de Estágio, indicado por esta e com formação de ensino superior na área de ciências agrárias.

§2º Para a solicitação do orientador, o acadêmico deverá requerer, junto a COE, através de formulário enviado que deverá ser preenchido em prazo determinado.

3º Ocorrendo a ausência na solicitação do orientador por parte do discente, estes então serão designados pela Coordenação de Estágios seguindo os seguintes critérios:

- a) Número de vagas em aberto dos professores orientadores;
- b) Área de realização de estágio e área de experiência profissional dos professores orientadores;

Art.6 – O relatório do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deverá ser apresentado ao final do último período. Ocorre no 10º período e somente poderá apresentar o relatório o acadêmico que tiver cumprido a carga horária total prevista no estágio supervisionado II (360 horas-relógio).

Art.7 – Compete à Comissão Orientadora de Estágio (COE):

- a) aprovar disposições complementares a este Regimento para a realização semestral do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
 - b) elaborar o cronograma semestral de atividades dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
- c) designar os Professores Orientadores e respectivos Orientados;
- d) providenciar, junto à Direção do Ugv Centro Universitário, a alocação de carga horária para cada Professor Orientador;
- e) providenciar para que nenhum dos Professores Orientadores atenda mais do que dez orientados por semestre;
- f) definir e divulgar critérios e normas complementares a esse regimento para a elaboração, apresentação e avaliação dos Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
- g) publicar os Editais referentes à organização e realização dos Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
- h) convocar reuniões com os Professores Orientadores sempre que necessário;
- i) organizar e providenciar a realização das defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC;
- j) deliberar sobre os casos omissos neste Regimento, ouvidos os Professores Orientadores;
- k) lançar a nota final obtida pelo acadêmico estagiário.

Art.8 – Compete ao Professor Orientador:

- a) auxiliar e orientar o acadêmico na elaboração do plano de estágio;
- b) manter contato com o orientando, pelos meios possíveis, durante o período de estágio, para colaborar com o bom desempenho do acadêmico estagiário;
- c) fornecer a COE, sempre que lhe for solicitado, informações sobre o andamento dos Trabalhos sob sua orientação;
- d) Registrar no sistema de Acompanhamento de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC todas as atividades solicitadas ao orientado;
- e) avaliar, segundo o cronograma, a atuação e o aproveitamento dos acadêmicos sob sua orientação, definindo a forma e frequência de orientação;
- f) participar, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora do relatório, de cada acadêmico sob sua responsabilidade, preenchendo adequadamente a Ata de Defesa de Trabalho de Curso e o Termo de autorização de publicação com assinatura do autor do Trabalho;
- g) auxiliar a COE nas atividades pertinentes aos Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, quando solicitado;
- h) cumprir e fazer cumprir o Cronograma de Atividades estabelecido, bem como este regimento e suas Normas Complementares;
- i) vetar, até 40 (quarenta) dias antes da data agendada para defesa do Trabalho de Curso, todo trabalho que não for considerado adequado, técnica e metodologicamente, para defesa;
- j) confirmar o termo de aprovação no REPOSITÓRIO ELETRÔNICO DISPONÍVEL na página eletrônica da IES dos Trabalho de Conclusão de Curso – TCC de seus orientados, dando fé da realização, das correções indicadas pela banca examinadora;

Art.9 – Compete ao Supervisor de Estágio da Unidade Concedente:

- a) supervisionar e guiar o estagiário nas atividades realizadas no contexto das atribuições da parte concedente
- b) situar o estagiário dentro da estrutura da organização, informando-o sobre as normas internas da empresa e dando-lhe ideia de seu funcionamento;
- c) informar o professor orientador, quando solicitado, sobre o desempenho do estagiário;
- d) comunicar à Coordenação de Estágio sobre qualquer alteração ou interrupção no estágio, provocada pela empresa ou pelo estagiário;

e) preencher as fichas de avaliação e de frequência enviadas pela Coordenação de Estágio;

f) controlar e informar à Coordenação de Estágio as horas trabalhadas e a assiduidade do estagiário.

Art.10 – Compete ao Orientado:

a) cumprir fielmente todas as Normas e Disposições referentes à realização do Trabalho de Curso;

b) comparecer às reuniões convocadas pelo seu Professor Orientador;

c) apresentar ao seu Professor Orientador, nos prazos estabelecidos, os documentos, relativos ao Trabalho de curso, que lhe forem solicitados, devidamente preenchidos ou elaborados;

d) buscar orientação junto ao seu Professor Orientador, sempre que necessário;

e) submeter-se às avaliações previstas;

f) entregar à COE, de acordo com o cronograma previamente elaborado, e da data agendada para defesa, três cópias físicas e uma versão on line em local a ser designado pela COE, do seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;

g) entregar a COE, de acordo com cronograma previamente conhecido, a documentação comprobatória da realização de estágio curricular (termo de compromisso; ficha de frequência, ficha de avaliação);

h) apresentar o seu relatório em sessão pública, submetendo-a à Banca Examinadora estabelecida para avaliação;

i) entregar, em até 15 dias após a defesa, em REPOSITÓRIO ELETRÔNICO DISPONÍVEL na página eletrônica da IES.

Art.11 – O sistema de avaliação do TCC abrangerá os itens: cumprimento da carga horária, avaliação externa e avaliação interna das atividades de estágio.

§1. Cumprimento da carga horária total.

a) A frequência integral nas atividades do Estágio Curricular Obrigatório é um dos requisitos para a aprovação do acadêmico. Sendo que o acadêmico deve cumprir 100% (cem por cento) da carga horária estipulada para o estágio;

b) Em caso de falta justificada, o acadêmico poderá repor a carga horária perdida, devendo solicitar autorização para a reposição das horas ao COE, dentro do prazo do mesmo semestre letivo.

c) O controle de horas trabalhadas durante o estágio será realizado mediante o cadastro das horas na ficha de frequência, fornecida ao supervisor de estágio designado pela Unidade Concedente.

§2. Avaliação externa do estágio.

a) A avaliação externa é caracterizada como a análise do estagiário e das tarefas empreendidas ao longo do estágio, sendo conduzida pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente onde o estágio é realizado, segundo critérios delineados em formulário específico fornecido pela Coordenação de Estágio.

b) Serão atribuídas notas de 0,0 (zero) a 10 (dez), em intervalos de 5 décimos, para cada critério avaliado.

c) A avaliação externa terá peso 2 (dois) na nota final do estágio.

d) Avaliação interna do estágio é composta pela avaliação do relatório de estágio e pela avaliação da apresentação oral deste.

§3. Relatório de Estágio

a) Os acadêmicos que não cumprirem com a data estipulada terão um prazo adicional, improrrogável de 24 horas para a entrega do TC, desde que apresente uma justificativa protocolada e deferida junto ao COE. Sendo que a não entrega do TC até o final das 24 horas adicionais acarretará a reprovação do acadêmico.

b) Os membros da comissão avaliadora atribuirão notas de 0,0 (zero) a 7,0 (sete) ao trabalho teórico de curso, de acordo com os quesitos constantes no formulário de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC encaminhada previamente aos componentes da banca.

§4. Apresentação oral

a) Os membros da comissão avaliadora atribuirão notas de 0,0 (zero) a 3,0 (três), em intervalos de 5 décimos, à apresentação oral do acadêmico de acordo com os quesitos constantes no formulário de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC encaminhada previamente aos componentes da banca.

b) A média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca será a nota obtida pelo acadêmico na avaliação da apresentação oral.

c) A nota total da avaliação interna do estágio será obtida pela média aritmética da nota atribuída ao trabalho de Conclusão de Curso (peso sete) e à apresentação oral (peso três).

d) A avaliação interna terá peso 8 (oito) na nota final de estágio.

e) Os acadêmicos que obtiverem nota inferior a 7,0 (sete) na avaliação interna devem proceder a reapresentação oral e do relatório de estágio perante a comissão avaliadora, após as devidas correções, em prazo de até três dias úteis antes do último dia letivo do semestre constante no calendário da IES.

f) No caso da reapresentação do relatório de estágio, o trabalho será novamente submetido à avaliação por uma banca examinadora, com a nota máxima restrita a 7,0 (sete) desde que cumprido todos os requisitos e correções propostas pelas bancas examinadoras.

Art. 12 - A nota final do TCC será obtida pela média ponderada da nota atribuída à avaliação externa (peso dois) e da nota atribuída à avaliação interna do estágio (peso oito) dividida por dez, de acordo com a fórmula a seguir:

Nota final do estágio = [(nota da avaliação externa x 2) + (nota da avaliação interna x 8)] / 10

- a) A nota será expressa na escala de 0 a 10, apurada até a primeira casa decimal sem arredondamento.
- b) Nota igual ou superior a 7 (sete): aprovado.
- c) Nota igual ou superior a 4 (quatro) e inferior a 7 (sete): reapresentação do relatório de estágio com complementações e/ou ajustes sugeridos em prazo estabelecido pela Coordenação de Estágio.
- d) Nota inferior a 4 (quatro): reprovado.
- e) Um Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser considerado APROVADO MEDIANTE CORREÇÕES (com ressalva). Estas correções serão definidas pela banca examinadora do trabalho e o acadêmico (autor) terá 10 (dez) dias após a defesa para entregar a versão definitiva em meio de repositório eletrônico de TCC, já com as correções apontadas.

Art. 13 – O acadêmico reprovado em Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deverá realizar integralmente um novo trabalho no semestre em que a disciplina for ofertada.

Art. 14 – A qualquer momento antes da Colação de Grau, caso seja colocada em dúvida a autoria do TCC apresentado pelo acadêmico, o Ugv Centro Universitário, promoverá a instauração de sindicância e caso seja comprovada a fraude, o acadêmico será considerado reprovado na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sem direito de pedir revisão ou recurso, independentemente dos resultados das avaliações parciais.

Art. 15 – Na época devida, citada em cronograma, a COE divulgará a composição das Bancas Examinadoras através de edital.

§1. Cada Banca Examinadora será composta por três participantes, designados pela COE, sendo um deles obrigatoriamente o Professor Orientador e este na qualidade de Presidente da Banca.

§2. O funcionamento de cada Banca Examinadora será organizado pela COE, que definirá os procedimentos necessários com vistas a promover a imparcialidade e a uniformidade na atuação de seus integrantes quando da avaliação dos TCCs.

Art. 17 - Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão disponibilizados na biblioteca da IES por meio DO REPOSITÓRIO ELETRÔNICO DE TCC, segundo critérios de segurança estabelecidos.

Art. 18 - O presente Regimento entrará em vigor depois de aprovado pela Coordenação do Curso e homologado pelo Colegiado do Curso de Medicina Veterinária.

Art. 19 - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Comissão Orientadora de Estágio em conjunto com a Coordenação do Curso de Medicina Veterinária do Ugv Centro Universitário de União da Vitória – PR.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O UGV - Centro Universitário, consciente de que a vivência acadêmica transcende as paredes da sala de aula, instituirá um currículo que contempla, além das disciplinas optativas, a realização de Atividades Complementares e Sociais, visando flexibilizar a estrutura curricular do curso e proporcionar aos estudantes oportunidades de aprofundamento temático e interdisciplinar.

As atividades complementares têm como desiderato aprimorar a formação acadêmica, seguindo o tríptico aspecto de Ensino, Pesquisa e Extensão, enriquecendo o perfil educacional dos alunos conforme suas metas, habilidades e lacunas. Elas possibilitam a estreita ligação entre teoria e prática profissional, além de contribuir para o avanço científico da instituição. Também desempenham um papel significativo na integração da instituição de ensino superior com a comunidade, promovendo a inclusão social por meio da concepção e implementação de projetos sociais, atividades de pesquisa científica, ensino e extensão.

9.1. Caracterização

As Atividades Complementares, com um total de 280 horas complementares e 120 sociais, representam uma faceta crucial do Projeto Pedagógico, assegurando a integração entre teoria e prática. Sua execução deve ser distribuída ao longo de toda a trajetória de graduação. Estas atividades se embasam em iniciativas que visam solidificar os saberes adquiridos, visando o desenvolvimento gradual da autonomia intelectual do estudante, proporcionando-lhe um engajamento direto com diversas vertentes do conhecimento.

9.2. Modalidade das atividades Complementares e Sociais

As atividades complementares que computarão na integralização do currículo dos acadêmicos estão estruturadas e descritas na Resolução 03/2023, bem como todas as informações, modelos de documentos para a comprovação das atividades realizadas e como efetivar a submissão dos comprovantes para validação e lançamentos das horas.

10. METODOLOGIA DE ENSINO

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Regimento do UGV - Centro Universitário, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e nas regulamentações do Ministério da Educação para os cursos de Medicina Veterinária, a elaboração da matriz curricular e a abordagem pedagógica foram concebidas de maneira colaborativa e dialogada. Isso visa atender ao perfil desejado para os graduados, os objetivos do curso, sua vocação e as competências requeridas.

É importante ressaltar que a metodologia de ensino-aprendizagem específica para cada conteúdo e atividade curricular será detalhada nos respectivos planos de ensino. Neste contexto, os planos de ensino não são apenas formalidades; serão entregues no início de cada nova atividade ou disciplina, seguindo as exigências pedagógicas, didáticas e legais aplicáveis. No entanto, as técnicas de ensino mencionadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) são adotadas como metodologias padrão, incluindo aulas expositivas, estudo de casos, atividades práticas e o emprego de metodologias ativas.

O projeto curricular do curso é meticulosamente planejado para alcançar os objetivos delineados e o perfil desejado para os graduados. No que concerne aos componentes teóricos do currículo, a abordagem preferencial é a aula expositiva, em suas modalidades participativa e dialógica. No entanto, cada docente tem a liberdade de empregar outras técnicas de ensino que tenham sido previamente debatidas pelo conselho do curso e nos programas de capacitação docente.

A elaboração do planejamento pedagógico parte de uma análise concreta da realidade, levando em consideração diversos fatores, como a fase do curso, os objetivos específicos de cada componente curricular, os conteúdos programáticos, as competências a serem desenvolvidas, o contexto dentro da matriz curricular, as necessidades e expectativas dos estudantes, e os recursos disponíveis pela instituição de ensino.

Assim, seja para conteúdos teóricos, teórico-práticos ou práticos profissionais, os professores têm a possibilidade de escolher entre uma variedade de metodologias, como aulas expositivas, estudo de casos, atividades práticas ou abordagens ativas, incluindo sala de aula invertida, aprendizagem baseada em discussões, rotação por estações, trabalho em grupo, debates, aprendizagem baseada em problemas, ou até

mesmo aprendizagem por meio de jogos ou simuladores, dependendo da pertinência da metodologia em relação ao tema abordado. Há a preocupação com que o ensino transcenda a perspectiva do ensino tradicional, no qual o educando é um mero receptor e repetidor de conteúdos, e o educador detentor exclusivo do conhecimento.

Ainda é importante destacar que os espaços de aprendizagem dispõem das mais avançadas tecnologias educacionais, com espaços arejados, recursos de multimídia, acesso à internet, luminosidade e sonoridade com alto nível de conforto, o que permite aos educadores um conjunto de ferramentas e instrumentos que promovem técnicas de ensino aprendizagem diferenciadas e motivadoras, em que se percebe a construção coletiva de conhecimento, principalmente na troca de experiências.

Os diversos saberes para o melhor aprendizado do aluno serão trabalhados através de aulas expositivas, atuação em casos simulados, atuação em casos reais, discussões, debates, simulações, grupos de estudos, participação em eventos e etc.

No âmbito das metodologias ativas, consideradas como tais aquelas que são centradas no aluno, dar-se-á preferência por aquelas que envolvam a resolução de problemas, a análise de casos e outras que sejam aprovadas em colegiado. Como instrumentos para uso e desenvolvimento das metodologias ativas, a IES já disponibiliza aos seus docentes e acadêmicos alguns aplicativos virtuais e materiais específicos, tais como:

PRÁTICAS DE ENSINO – Metodologias Ativas	
Modalidade	Detalhes descritivos
Simulado DNA (Dia e Noite da Avaliação)	Todo ano, a instituição de ensino superior realiza um teste simulado envolvendo todos os períodos e cursos, em seus respectivos horários. Batizado de DNA - Dia e Noite da Avaliação, este evento proporciona uma avaliação do desempenho de cada período acadêmico. O simulado tornou-se uma ferramenta crucial na gestão da qualidade do ensino, seguindo o modelo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Ele permite identificar as forças e fraquezas de cada curso, capacitando os coordenadores a

	adotar estratégias para reorganizar o processo educacional visando aprimorar sua eficácia.
Mentimeter	O Mentimeter é um software de apresentação fácil de usar, usado por mais de 8 milhões de pessoas. Com Mentimeter se pode criar apresentações divertidas e interativas. Ajuda a tornar eventos, apresentações, palestras e workshops inovadores e memoráveis.
Sala com Tela Interativa	A tela/lousa interativa instalada em sala própria trabalha em conjunto com um projetor e um computador, e com o uso dos dedos ou de qualquer objeto se obtém várias funções. O Software incorporado ao equipamento foi projetado especificamente para satisfazer as necessidades dos professores, incentivando e motivando-os cumprir seu infinito potencial.
Classroom	O Google Sala de aula é um serviço da web gratuito desenvolvido pelo Google para escolas parceiras que visa simplificar a criação, a distribuição e a classificação de tarefas de maneira sem papel. O principal objetivo do Google Sala de aula é simplificar o processo de compartilhamento de arquivos entre professores e alunos.
Avaliação de eventos - Google Forms	Gerencia as inscrições em eventos, cria uma pesquisa de opinião rápida e muito mais. Com o Formulários Google, se pode criar e analisar pesquisas sem precisar de software especial. Os resultados são obtidos instantaneamente à medida que eles chegam e se pode observar uma síntese dos resultados da pesquisa através de gráficos.
Kahoot	Kahoot! é uma plataforma de aprendizado baseada em jogos, usada como tecnologia educacional em escolas e outras instituições de ensino. Seus jogos de aprendizado,

	“Kahoots”, são testes de múltipla escolha que permitem a geração de usuários e podem ser acessados por meio de um navegador da Web ou do aplicativo Kahoot.
Desafio Integrador	Avaliação realizada no segundo bimestre de cada semestre, sempre no primeiro dia da semana de provas. Composta por questões que podem ser discursivas, objetivas, projetos, entre outros e que tem como objetivo avaliar a evolução até aquele presente momento acadêmico. Esta atividade acumula os conteúdos vistos em todos os períodos até o momento de sua aplicação e faz parte do processo avaliativo do bimestre, compondo 30% da nota do segundo bimestre em todas as disciplinas.

No UGV - Centro Universitário, compreendemos que a formação acadêmica vai além das salas de aula, oferecendo aos alunos um ambiente que estimula a aprendizagem em diferentes contextos. Por meio de atividades práticas como laboratórios e visitas técnicas, buscamos proporcionar uma interação direta dos estudantes com diversas áreas do conhecimento.

Nosso compromisso vai além do desenvolvimento acadêmico; visamos também a formação integral dos alunos em consonância com um ambiente sustentável. Por isso, adotamos uma abordagem interdisciplinar, buscando promover valores essenciais para a vida em sociedade.

Para integrar nossos alunos ao mundo da tecnologia, contamos com recursos como o Google Classroom, que oferece materiais didáticos e facilita a realização de avaliações e trabalhos de forma online. Além disso, utilizamos plataformas como o TOTVS para a divulgação de notas e um sistema interno para a reserva de recursos como laboratórios e equipamentos audiovisuais.

Assim, de maneira interdisciplinar, propõe-se o desenvolvimento das habilidades e utilização de raciocínio lógico, crítico e analítico, procurando estabelecer relações formais e causais entre fenômenos; interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais ou sociais, e demonstrar compreensão do todo

educacional, de modo integrado, sistêmico e estratégico, com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução.

Sempre que possível, os docentes estarão atuando em conjunto, propondo trabalhos e projetos práticos, interdisciplinares e de cunho científico aos acadêmicos, para que sejam realizados de forma integradora e enriqueça sua formação.

Para que esse perfil seja obtido, as práticas pedagógicas sugeridas para a condução das disciplinas visam estabelecer as dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade, por meio de práticas pedagógicas focadas na formação e participação do acadêmico. O processo educacional no nosso centro universitário é dinâmico e abrangente, visando fornecer aos alunos uma formação sólida e interdisciplinar. As aulas são conduzidas de forma participativa, privilegiando o diálogo e a interação direta entre professores e estudantes.

Incentivamos a iniciação científica e a produção de artigos científicos, estimulando o interesse pela pesquisa desde cedo. Os alunos têm a oportunidade de apresentar seus trabalhos na Semana de Iniciação Científica da instituição e em outros eventos científicos, além de buscar a publicação em revistas da área.

O currículo flexível inclui disciplinas optativas, permitindo que os alunos ampliem seu conhecimento de forma interdisciplinar. As aulas práticas, realizadas em laboratórios, incentivam o desenvolvimento do pensamento crítico e proporcionam uma maior motivação aos estudantes.

Viagens de estudo e visitas técnicas complementam o aprendizado teórico, enquanto a participação em eventos acadêmicos permite aos alunos compartilhar suas produções e ampliar sua rede de contatos.

A instituição oferece estágios não obrigatórios, cursos de nivelamento e oportunidades para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso em diversas áreas do conhecimento, com orientação dos professores. A integração da tecnologia de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem é uma prioridade, facilitando o acesso ao conhecimento e promovendo uma experiência educacional mais dinâmica e eficiente.

A implementação das políticas Institucionais no Curso segue as propostas apresentadas e fundamentadas no PDI e no PPI. E a IES contribui para a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, o que se faz também, através do apoio pedagógico ao docente, das formações docentes e permanentes que

vêm sendo constantemente embasado em novas práticas de ensino, como as metodologias ativas, já utilizadas por diversas disciplinas, inclusive como forma de avaliação. A estrutura curricular baseia-se na concepção de que a teoria e a prática são indissociáveis, e que a formação teórica dos conhecimentos gerais e profissionais deve estar integrada ao cotidiano, às atividades práticas e concretas e, fundamentalmente, ao exercício da cidadania, levando em consideração a cultura, as experiências de vida fundamentadas nos valores de cooperação, solidariedade e responsabilidade.

Reconhece-se a importância de integrar os conhecimentos técnicos com uma formação ampla e humanística. Os eixos orientadores, centrados no meio ambiente, ética e cidadania, relações étnico-raciais, solidariedade, cooperação, respeito às diversidades culturais, de gênero e raça, são considerados fundamentais e permeiam todo o percurso do curso. Além disso, buscamos garantir a acessibilidade pedagógica e atitudinal a todos os que necessitam, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor.

10.1. Aulas teóricas

Quando se trata dos componentes teóricos do currículo, o curso opta pela abordagem da aula expositiva, promovendo a participação ativa dos alunos por meio de diálogos e interações. No entanto, cada professor tem a liberdade de explorar outras técnicas de aprendizagem discutidas pelo corpo docente e em programas de formação continuada. Entre essas técnicas, estão as metodologias ativas de aprendizagem e o uso de recursos tecnológicos como o Classroom, Kahoot, Plickers, Mentimeter e jogos desenvolvidos pelos próprios professores.

Durante as aulas, são fornecidas informações relevantes de forma clara e organizada, permitindo que os alunos absorvam os principais pontos dos assuntos abordados. Além da exposição de conteúdo, são realizadas discussões orientadas, seminários, estudos dirigidos e outras técnicas pedagógicas, sempre buscando inovar com metodologias já mencionadas.

Para enriquecer o processo de ensino, são utilizados recursos audiovisuais como projetores multimídia e televisores, possibilitando a projeção de filmes didáticos e documentários.

Reconhecemos a importância de transcender a abordagem das aulas tradicionais, onde o aluno é passivo e o professor é o único detentor do conhecimento. Portanto, nossa metodologia de ensino valoriza a diversidade dos alunos e os considera agentes ativos em seu próprio aprendizado. A construção do conhecimento ocorre de forma responsável, considerando a complexidade das relações contemporâneas e promovendo a integração de saberes e a troca de experiências entre disciplinas.

Nossos espaços de aprendizagem são equipados com tecnologias educacionais, proporcionando um ambiente confortável e estimulante para os educadores utilizarem uma variedade de técnicas de ensino-aprendizagem diferenciadas e motivadoras. Valorizamos a construção coletiva do conhecimento, especialmente através da troca de experiências entre os alunos.

10.2. Aulas práticas em laboratórios

No decorrer do curso, são realizadas aulas práticas em laboratório para disciplinas que requerem esse recurso, sempre com o acompanhamento de professores, e, quando necessário, de monitores e estagiários. Nos dois primeiros anos, disciplinas como Anatomia e Fisiologia Veterinária I, II e III, Deontologia, Bioética e práticas Hospitalares, Bases Biológicas e Embriologia, Bioquímica e Biofísica Veterinária, Imunologia Veterinária, Microbiologia Veterinária, Farmacologia Veterinária e Toxicologia, Parasitologia e Patologia Geral Veterinária têm suas cargas horárias práticas preferencialmente cumpridas nos laboratórios da instituição. As demais disciplinas que incluem atividades práticas podem ter suas aulas realizadas em ambientes externos previamente agendados.

A abordagem metodológica visa estabelecer uma ligação constante entre teoria e prática, promovendo práticas educativas interdisciplinares para formar o egresso desejado. Disciplinas dos períodos iniciais, como Introdução à Medicina Veterinária, Etologia e Bem-Estar Animal, Deontologia, Bioética e Práticas Hospitalares, podem ser ministradas de forma prática e conjunta em laboratórios, salas da instituição e visitas técnicas. Além disso, são realizadas aulas práticas em propriedades conveniadas e visitas técnicas em propriedades modelo na produção de leite, corte e melhoramento genético, permitindo que os alunos acompanhem a realidade do campo.

A implementação das políticas institucionais no curso segue as propostas apresentadas e fundamentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A clínica escola e a estação experimental de animais de produção proporcionam um ambiente para aulas de turmas de diferentes disciplinas e períodos, demonstrando a necessidade de revisão e integralização do conteúdo.

A instituição contribui para a melhoria contínua da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, oferecendo apoio pedagógico aos docentes e promovendo formações docentes permanentes embasadas em novas práticas de ensino, como as metodologias ativas. A estrutura curricular baseia-se na concepção de que teoria e prática são indissociáveis, integrando a formação teórica aos aspectos práticos e ao exercício da cidadania, com base nos valores de cooperação, solidariedade e responsabilidade. Reconhecemos a importância de integrar os conhecimentos técnicos com uma formação geral e humanística, priorizando e desenvolvendo os eixos norteadores ao longo de todo o curso.

10.3. Aulas práticas a campo

As aulas práticas em campo são realizadas na Fazenda Experimental Ugv além de propriedades rurais, como sítios, fazendas e granjas conveniadas com a instituição de ensino, proporcionando aos alunos uma imersão no ambiente de trabalho e enriquecendo seu aprendizado. Essas atividades visam aprimorar o comportamento profissional dos discentes e oferecer experiências práticas em diversas áreas, como casos clínicos, cirúrgicos, reprodutivos e relacionados a enfermidades infectocontagiosas de animais de produção. Além disso, são abordadas orientações sobre profilaxia, nutrição e manejo, tanto em relação aos animais quanto ao meio ambiente em que estão inseridos.

As visitas técnicas também incluem frigoríficos, indústrias de produtos de origem animal, Centros de Treinamento, Hospitais para atendimento de equinos, zoológicos, centros de reabilitação animal, entre outros. Essas visitas têm como objetivo consolidar o conhecimento adquirido em sala de aula e proporcionar trocas de experiências enriquecedoras.

Além de propriedades modernas e produtivas de gado de corte e leite, os alunos têm a oportunidade de visitar agroindústrias e institutos de pesquisa na região, conhecendo diferentes áreas de produção zootécnica e de industrialização de

alimentos. Essas atividades práticas proporcionam aos alunos uma formação abrangente e sólida para a profissão de Médico Veterinário.

10.4. Visitas técnicas

No intuito de promover a interdisciplinaridade no âmbito do curso de medicina veterinária, os professores realizam visitas técnicas com os alunos, visando evidenciar a relevância do conhecimento em diversas áreas do campo. Como ilustração, mencionamos a visita técnica a propriedades e fazendas na região, com foco na produção de bovinos de corte ou leite, fábricas de ração, zoológicos.

Ao longo do curso, os alunos são incentivados não apenas a participar das aulas teóricas, mas também a enriquecer seus conhecimentos por meio de atividades práticas nos laboratórios, bem como em outras unidades de prática acadêmica complementar e de extensão. Além disso, são encorajados a se envolver em projetos de pesquisa e extensão orientados pelos professores, e a elaborar e executar trabalhos de curso, a fim de aprimorar sua formação teórico-prática.

10.5. Integração ensino, iniciação à pesquisa e extensão

O Centro Universitário Ugv reconhece sua interligação com a comunidade de origem e busca formalizar suas iniciativas educacionais, de pesquisa e de extensão de modo a contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade. As diretrizes e práticas institucionais para promover a iniciação científica na instituição estão delineadas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico Institucional.

A instituição oferece diferentes formas para os alunos ingressarem na pesquisa acadêmica, como o programa de Iniciação Científica e a participação em Grupos de Estudo, nos quais os alunos têm a oportunidade de desenvolver projetos de pesquisa sob a orientação de professores qualificados academicamente e com experiência em pesquisa. Além disso, os alunos podem integrar planos de trabalho nos quais sua iniciação à pesquisa se conecta a projetos conduzidos pelos docentes.

Os estudantes do curso têm a chance de expandir seus conhecimentos por meio de experiências em aulas práticas e visitas técnicas, como mencionado anteriormente, além de participar de congressos, eventos especiais e palestras.

Essas atividades complementares e de extensão proporcionam aos alunos uma formação mais abrangente e enriquecedora.

A instituição também oferece oportunidades para os acadêmicos participarem de programas, projetos e atividades de iniciação científica, extensão e investigação prática, que incluem:

Encontro de iniciação científica: evento realizado pela IES e que já está em sua XVI edição, em que os discentes podem apresentar trabalhos científicos, sob a orientação de professores dos cursos, realizados durante o ano letivo. O trabalho é apresentado para a comunidade em geral via apresentação oral ou painéis. O Evento é Institucionalizado através da Resolução nº 008/2017 que dispõe sobre o Programa de Iniciação Científica e disponível no endereço <https://uniao.ugv.edu.br/content/uploads/2017/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-008-2017.pdf>

Revistas científicas: Cumprindo seu papel de socializadora e difusora de conhecimentos, a IES publica revistas de caráter científico. Estas publicações estão institucionalizadas através da Resolução e disponível no link: <https://uniao.ugv.edu.br/institucional/revistas/>

Evento E.I.S.T.E.I.N : Voltado para a socialização das atividades promovidas durante a execução das atividades propostas na extensão academia.

A extensão universitária desempenha um papel crucial na formação dos estudantes, proporcionando uma oportunidade única para aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e desenvolver habilidades essenciais para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Além de facilitar a integração entre teoria e prática, a extensão promove uma abordagem interdisciplinar que favorece uma compreensão holística das questões sociais. Ao envolver a comunidade acadêmica com a sociedade, a extensão permite a aplicação prática do conhecimento acadêmico em contextos do mundo real. O retorno à instituição traz consigo um aprendizado enriquecido, que, quando submetido à análise teórica, complementa o conhecimento prévio.

10.6. Educação das Relações Étnico Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Indígenas

A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, são contemplados no currículo do curso, especialmente na disciplina de Programa de Extensão Institucional (PEX), oferecida no 8º período, e também são abordados em atividades complementares, na iniciação científica, em projetos de extensão e em atividades extracurriculares promovidas pela instituição.

É importante ressaltar a importância do enfoque nas questões multirraciais, afrodescendência e questões étnico-raciais, conforme destacado em diversos documentos legais, como a Carta Democrática Interamericana, que reconhece a eliminação de toda forma de discriminação e o respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa como fundamentais para o fortalecimento da democracia e participação cidadã. Também são relevantes as declarações da Conferência de Santiago, Durban e Mar del Plata, além das políticas indigenistas e migrantes da ONU.

O Projeto "Mateada Cultural" proporciona um espaço para a promoção e preservação da arte e cultura do Vale do Iguaçu e de outras regiões. Além de exposições, o projeto viabiliza apresentações teatrais e musicais, debates, workshops e feiras para difundir e estimular diversas formas de arte e cultura.

A instituição está em processo de planejamento e construção do Museu de Tecnologia em parceria com o EMAU, que exibirá dispositivos tecnológicos que contribuíram para o desenvolvimento das empresas e da comunidade ao longo dos anos, promovendo um diferencial competitivo para a região das gêmeas do Iguaçu.

10.7. Políticas de Educação Ambiental

A Educação Ambiental será abordada dentro da matriz curricular do curso, na disciplina de Programa de Extensão Institucional (PEX), ofertada no 8º período do curso, em demais disciplinas como zootecnia I, forragicultura, pecuária de precisão e inovações, em atividades extracurriculares e projetos de extensão, promovidos pelo Núcleo de Políticas Ambientais, criado através da Resolução nº 20/2015 da IES, que desenvolve diversos projetos dentro da área das ciências agrárias, como exemplo o projeto "Jardins de mel". Os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo são apresentados

e publicados nas Semanas do Meio Ambiente (evento promovido pela IES) e na Iniciação Científica, mostras realizadas anualmente com trabalhos de todos os cursos da instituição.

O Núcleo de Políticas Ambientais do Ugv - Centro Universitário foi instituído como resultado de uma política de priorização das questões ambientais e desenvolvimento. Tem como objetivo proporcionar a interação entre os diferentes segmentos da sociedade e a comunidade acadêmica, buscando o exercício da interdisciplinaridade, por meio do intercâmbio das diversas áreas de conhecimento, de forma a operacionalizar ações com vistas à integração das questões sociais e ambientais às estratégias de desenvolvimento sustentável.

A constituição do trabalho do Núcleo se dá pelo envolvimento pessoal da equipe, formada por professores, alunos Pró reitorias e Reitoria, empenhados em fomentar no Ugv - Centro Universitário as novas dinâmicas de trabalho associadas a interdisciplinaridade enquanto método e ao desenvolvimento sustentável enquanto objeto de ensino, iniciação a pesquisa e extensão.

10.8. Direitos Humanos

Em razão do disposto na Constituição Federal de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012); no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), e a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012 a Instituição de Ensino Superior criou a Política Institucional de Educação em Direitos Humanos visando assegurar o direito à educação a todos/as e à promoção e à defesa dos Direitos Humanos.

A Política instituída tem por objeto a inserção e a implementação da Educação em Direitos Humanos na IES e em todos os seus cursos.

As ações institucionais para difusão da Educação em Direitos envolvem a formulação, implementação, monitoramento e disseminação de medidas fundamentadas na universalidade, indivisibilidade e transversalidade dos Direitos Humanos, a partir dos seguintes eixos de atuação:

I – no âmbito do ensino, inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos e nas atividades curriculares a temática dos Direitos Humanos como conteúdos obrigatórios, complementares e adaptáveis, por meio de seminários e atividades interdisciplinares, como disciplinas obrigatórias ou optativas, ou ainda de maneira mista, combinando mais de um modo de inserção por meio da pluralidade pedagógica e do diálogo com várias áreas de conhecimento; além de promover a formação continuada dos educadores na temática dos Direitos Humanos, contemplados, principalmente em conteúdos das disciplinas de Propriedade Intelectual e Legislação Tecnológica e Programa de Extensão Institucional - PEX;

II – no âmbito da iniciação científica, incentivar a realização de estudos através da criação de núcleos de estudos - com diversas metodologias de ensino, inclusive empíricas; com atuação nas temáticas que propiciem o enfrentamento de estereótipos de gênero, étnico-racial, religião, origem, idade, situação social, econômica e cultural, orientação sexual e identidade de gênero (LGBT), combatendo a discriminação e a intolerância com grupos em situação de vulnerabilidade, a exemplo de pessoas com deficiência, transtornos e altas habilidades/superdotação pessoas idosas, população em situação de rua, povos indígenas, quilombolas, ciganos, povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, população prisional, dentre outros.

III – no âmbito da extensão, atender a demandas não só formativas, mas também de intervenção, por meio da aproximação com os segmentos sociais em situação de vulnerabilidade e de violação de direitos, com os movimentos sociais e a gestão pública, assessorando governos, organizações sociais e a sociedade na implementação dos Direitos Humanos como forma de contribuição para a consolidação da democracia;

IV – no âmbito da gestão, incorporar os Direitos Humanos na cultura e na gestão organizacional e institucional, na mediação de conflitos, na forma de lidar e reparar violações por meio de ouvidorias e comissões de Direitos Humanos, na representação institucional e intervenção social junto às esferas públicas de cidadania, a exemplo da participação em conselhos, comitês e fóruns de direitos e políticas públicas;

V – no âmbito da convivência universitária e comunitária, conjugar esforços para valorizar a diversidade, desenvolvendo uma ética de respeito à alteridade, para assegurar a igualdade de oportunidades, a equidade e a efetivação da democracia,

do desenvolvimento, da justiça social e a consolidação de uma cultura de paz e não violência.

Ademais, a temática foi inserida nos PPCs dos cursos de Especialização da Instituição, além da inserção nas políticas de gestão da IES, com a realização de campanhas continuadas para a sensibilização e a conscientização dos corpos docente, discente e gestor, bem como funcionários e colaboradores, quanto ao respeito e à promoção dos Direitos Humanos, da igualdade de oportunidades e da equidade e na efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e na consolidação de uma cultura de paz e não violência;

O Comitê Gestor e a política de Educação em Direitos Humanos estão devidamente institucionalizados por ato administrativo específico, além de possuírem plano de trabalho elaborado. A IES aderiu formalmente ao pacto universitário de Educação em Direitos Humanos com o Ministério da Educação.

A Política de Educação em Direitos Humanos também será abordada na disciplina Programa de Extensão Institucional, ofertada no 8º período do curso.

10.9. Monitoria Discente

A monitoria realizada no Ugv - Centro Universitário tem por objetivo proporcionar ao aluno um contato mais próximo com a realidade acadêmica e o desenvolvimento de atividades de Iniciação à pesquisa, dando-lhe oportunidade de participar diretamente da rotina pedagógica de seu curso, além de estabelecer uma relação de maior colaboração entre o corpo discente e docente. O Curso de Medicina Veterinária está inserido no programa de monitoria da IES que é regido por resolução própria. No ano de 2023 contou com monitores nas áreas de anestesiologia, semiologia e anatomia/fisiologia.

11. APOIO AO DISCENTE

Para atender às diretrizes da política de ensino de graduação, o curso de Medicina Veterinária da instituição está envolvido em diversas iniciativas acadêmico-administrativas, conforme evidenciado nos documentos que delineiam as políticas institucionais. Essas ações refletem o compromisso da universidade com a excelência no ensino, pesquisa e extensão, sendo um diferencial na prestação de serviços educacionais.

A política abrange uma série de medidas para apoiar os alunos, ex-alunos e a comunidade acadêmica, alinhadas com a missão institucional. Incluem-se iniciativas de acolhimento, suporte à permanência, acesso a recursos metodológicos e instrumentais, programas de monitoria, nivelamento, estágios não obrigatórios remunerados, suporte psicopedagógico, participação em órgãos acadêmicos, intercâmbios nacionais e internacionais, entre outras ações inovadoras.

Os alunos recebem orientação abrangente em questões administrativas, pedagógicas e profissionais, por meio de procedimentos institucionalizados e programas de acompanhamento e apoio. São oferecidos programas de orientação acadêmica, nivelamento, monitoria, incentivo à qualificação, iniciação científica, acompanhamento de egressos e formação continuada. Os atendimentos podem ocorrer tanto presencialmente quanto virtualmente, conforme a preferência do aluno..

A IES mantém em sua estrutura um órgão destinado à intermediação e ao acompanhamento da realização de Estágios obrigatórios e não obrigatórios. A CET é responsável pela intermediação entre a escola e o campo de estágio, realização de convênio, confecção dos contratos e termos de estágio, designação de responsável para o acompanhamento na área específica do estágio, acompanhamento junto de campo de estágio e coleta de insumos para reanálise das práticas realizadas pelos cursos.

Além disso, a IES e o curso, promovem diversas atividades de integração acadêmica, entre elas: confraternizações, jogos, feiras, concursos, entre outros.

11.1. Ações Inovadoras de apoio ao discente

A Antes mesmo da promulgação da Resolução nº 225/2016 pelo Conselho Nacional de Justiça, que estabelece o uso de práticas restaurativas para resolver

conflitos, a instituição já vinha investindo nesse enfoque. Tais práticas têm sido aplicadas em diversos contextos na IES, não apenas na esfera administrativa e jurídica, mas também no apoio aos alunos para resolver eventuais conflitos que possam afetar sua trajetória acadêmica. Um Centro de Práticas Restaurativas na instituição oferece suporte aos alunos em várias áreas, promovendo círculos restaurativos entre alunos, professores, funcionários e membros da comunidade. Esses círculos visam fortalecer laços, resolver conflitos e promover uma atmosfera de paz e comprometimento acadêmico. A instituição capacita professores e alunos para facilitar esses círculos, conforme estabelecido pela resolução do CNJ. Além disso, oferece um ambiente dedicado às atléticas, ligas acadêmicas e centros acadêmicos, o Centro de Integração Acadêmica (CIA), gerido pelos próprios alunos e equipado pela instituição. Esse espaço proporciona local para reuniões, atividades e guarda de materiais, garantindo um ambiente monitorado, acessível e conectado à rede wifi.

Ademais, há ações de apoio e atendimento ao discente específicos que são descritas a seguir:

11.2. Políticas Institucionais de apoio na participação de eventos e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

Focando o ideal estabelecido nas diretrizes institucionais do Ugv - Centro Universitário e atendendo as expectativas de aprendizagem para a formação do egresso do curso, mantém-se em atualização constante o processo de atenção aos discentes. Para tanto, a instituição possui uma política de apoio ao discente na participação de eventos e de estímulo à difusão de produções acadêmicas. É fornecido suporte ao corpo discente na aquisição e promoção do saber, além dos processos educacionais desenvolvidos em salas de aula, através de apoio financeiro (subsidiando transporte para eventos correlatos, patrocinando materiais de divulgação de eventos, entre outras) e apresentação de trabalhos de iniciação científica. A Instituição disponibiliza transporte e assegura o acompanhamento dos alunos a congressos, visitas técnicas, seminários, simpósios, bem como os incentiva a participarem de programas de iniciação científica.

Para isso, estabelece como ações para difusão dessas produções:

I. Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações

II. Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e/ou produção de materiais didático pedagógicos;

III. Apresentação de TCCs a bancas examinadoras;

IV. Realização do Encontro de Iniciação Científica, anualmente, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes, em especial que envolvam a questão das relações étnico-raciais, da educação ambiental, dos direitos humanos e da acessibilidade;

V. Projeto Semana Cultural, com calendário anual de eventos culturais e artísticos;

VI. Manutenção das Revistas Institucionais;

VII. Apoio a grupos de estudo que contribuam para promoção da justiça social, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde e da inclusão, dentre outros;

VIII. Apoio aos docentes e discentes para realização de eventos científicos, com a oferta de espaço físico, material de papelaria e recursos tecnológicos;

IX. Promoção de eventos próprios para divulgação dos trabalhos realizados pelos docentes e discentes

X. Realização de Jornadas Acadêmicas Integradas, anualmente, com a participação de docentes e discentes;

XI. Inserção no Plano de Carreira docente da produção acadêmica como quesito de avaliação para promoção na carreira.

Desta feita, a Instituição possui devidamente implantada uma política de apoio à realização de eventos internos e externos e da difusão das produções acadêmicas, discente e docente. Dentre as ações voltadas ao apoio encontram-se:

1) apoio para a organização de eventos dos cursos da IES (com fornecimento de local, logística do evento, material de divulgação, sistema informatizado para organização, inscrição e certificação do evento),

2) apoio para a participação de eventos internos – com a possibilidade de participação na organização do evento, isenção de inscrição, abono de faltas e possibilidade de apresentação de trabalhos correlacionados ao evento e

3) apoio para a participação de eventos externos. No que é pertinente à participação em eventos externos e à produção acadêmica, além da institucionalização da monitoria, iniciação científica e dos grupos de estudos, que são

os instrumentos institucionais destinados ao fomento da produção acadêmica (conforme regulamentação específica) a IES também possibilita apoio através da concessão de meio de transporte, reembolso de despesas com inscrição, acompanhamento docente para grupos e orientação dos trabalhos acadêmicos. Além disso, a Instituição possui em plena atividade 4 revistas, destinadas a disseminação dos resultados das produções acadêmicas de discentes e docentes e a revista da iniciação científica.

Através de Regimento e regulamento próprios, são definidos os critérios para concessão de apoio financeiro para acadêmicos e professores na difusão da produção acadêmica.

11.3. Programa de Orientação Acadêmica

O Programa de Orientação Acadêmica visa oferecer suporte abrangente aos alunos, desde sua admissão até a conclusão do curso. Seu principal propósito é garantir a plena integração dos estudantes na vida acadêmica e na comunidade institucional, promovendo seu desenvolvimento e incentivando uma jornada de aprendizado consciente, harmoniosa e produtiva.

No intuito de atingir seus objetivos, a instituição desenvolve, entre outras, as seguintes ações:

- Publicação do Manual do Aluno;
- Disponibilização do Catálogo da Instituição, segundo legislação vigente;
- Disponibilização do Regimento Interno da Instituição;
- Divulgação de dados e informações relativos a notas e frequência, avisos e editais, com prontidão e de acordo com o calendário acadêmico, se for o caso;
- Manutenção de sistema atualizado de informações na Internet;
- Realização de Semana de Recepção ao Calouro, com atividades orientadas, visando a fornecer informações e orientações, e a promover a interação social;
- Acompanhamento do aluno em todo o seu percurso acadêmico, com discussões e reflexões sobre o seu desempenho, suas possibilidades e potencialidades, e eventuais dificuldades;

- Orientação ao aluno em situação de risco (absenteísmo, baixo rendimento, iminência de jubramento e outras), com os encaminhamentos que se fizerem necessários ou oportunos;
- Orientações diversas sobre as atividades acadêmicas complementares, especialmente em relação a cumprimento de créditos e à divulgação de ofertas de eventos dentro e fora da Instituição;
- Orientações diversas para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Orientação na implantação de órgãos de representação estudantil: Diretório Central de Estudantes, Centros Acadêmicos e Atléticas;
- Apoio ao funcionamento dos órgãos de representação discente, com a cessão de instalações físicas, móveis e equipamentos;
- Promoção de programas cívicos, culturais, artísticos e desportivos e apoio aos órgãos de representação discente para promover eventos no gênero;
- Serviço de intermediação de oportunidades de estágios.

O Programa de Orientação Acadêmica está a cargo dos seguintes órgãos:

Conselho Superior, que deve estabelecer as diretrizes e acompanhar a sua efetivação;

Núcleo de Apoio ao Discente Ugv - NADU, que deve articular a efetivação e avaliação do Programa;

Pró-reitora acadêmica, Pró-reitora de extensão e pós-graduação;

Colegiado de Curso, que orienta seu desenvolvimento no curso;

Coordenação de Curso, que deve atender e orientar os alunos de acordo com as diretrizes do Programa, coordenando todas as suas ações no curso.

Secretaria Acadêmica, que deve fornecer informações e orientações sobre registros acadêmicos, publicar avisos e editais de interesse dos alunos e fornecer documentação solicitada, com eficiência e pontualidade.

Central do Aluno que tem como objetivo dar suporte para que o acadêmico tenha sempre respostas rápidas e seguras, dentro do contexto acadêmico, sem despachar assuntos acadêmicos.

Os professores desempenham importante papel no acompanhamento dos alunos, tanto em questões pedagógicas propriamente ditas, como em outras questões

que, embora não se liguem diretamente às relações de ensino-aprendizagem; possam interferir na vida acadêmica, requerendo orientações, sugestões ou encaminhamentos à Coordenação. Uma boa orientação acadêmica exige um trabalho conjunto e integrado, envolvendo principalmente professores e coordenadores de curso, supervisores e coordenador de estágios.

11.4. Atendimento ao aluno pela Coordenação do Curso

A coordenação de curso atende os acadêmicos em horários específicos (matutino e noturno), garantindo seu acesso em momentos distintos de aula. Além dos atendimentos presenciais há atendimentos virtuais, feitos por meio do uso de redes sociais e sistemas institucionais. O atendimento pela Coordenação do Curso procura dar suporte e solucionar dificuldades que os acadêmicos estejam enfrentando, que possam, de alguma forma, interferir em sua aprendizagem, e tem por objetivo:

- mediar problemas que surjam entre alunos e professores;
- instruir os alunos quanto a possíveis dúvidas que surjam em relação à carreira profissional que este escolheu.
- Instrui alunos durante a graduação em relação à disciplinas, atividades, TCC ou outras dúvidas;

Nos casos em que há problemas de ordem pedagógica ou mesmo de relacionamento, os acadêmicos marcam um horário para atendimento após encaminhamento feito pela Central do aluno, professor ou Pró-reitora acadêmica. Feito isso, as partes são ouvidas e tomadas as providências apropriadas para resolução do problema apontado. Cabe sinalizar que os atendimentos e orientações prestados aos acadêmicos não implicam, necessariamente, em soluções diretas e imediatas para os problemas apresentados, podendo gerar reencaminhamentos a profissionais competentes para os casos específicos, ou encaminhamento para o NAPP.

Por fim, ordinária e extraordinariamente, são realizadas reuniões com os representantes discentes. O objetivo destas reuniões é ouvir as considerações e expectativas dos estudantes em relação a IES e assim, a partir das informações coletadas, subsidiar as Coordenações de Curso, e as instâncias de gestão da IES, de informações seguras que lhes permitam tomar as medidas necessárias e apropriadas para melhor atender a comunidade acadêmica.

A coordenação ainda mantém contato direto com os alunos por meio de participação nos grupos de WhatsApp, página do curso no Instagram e email institucional.

11.5. Espécies de orientação acadêmica

Cumprindo as políticas institucionais de atendimento e apoio ao desenvolvimento dos acadêmicos que recebem orientação administrativa, pedagógica e profissional em procedimentos institucionalizados e em programas de acompanhamento, apoio e estímulo, o Curso de Medicina Veterinária está devidamente inserido nas ações institucionais.

São oferecidos aos alunos: o NADU, programa de orientação acadêmica, programa de nivelamento, participação dos alunos nos órgãos colegiados, programa de monitoria acadêmica, programa de incentivo à qualificação discente, programa de iniciação científica, programa de acompanhamento de egressos e programa de formação continuada. Além disso, é disponibilizado atendimento e apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes por meio de bolsas de estudo e financiamento interno, com o objetivo de incentivar a continuidade dos estudos, visando à inclusão social e neste caso, minimizar as dificuldades financeiras encontradas pelos acadêmicos devidamente matriculados. Também são estimuladas a formação e manutenção de centros acadêmicos e atléticas para os quais a Instituição, inclusive, disponibiliza espaços e recursos materiais.

11.6. Apoio Pedagógico pelo Núcleo de Apoio ao Discente – NADU

Os processos de apoio pedagógico aos discentes iniciam-se em sala de aula. A percepção do professor, aliado ao trabalho dos coordenadores, é base para o apoio pedagógico do acadêmico. Por meio desta identificação e interação, os discentes que apresentarem algum tipo de problema relacionado à aprendizagem, comunicação, conduta ou sociabilização serão encaminhados, em um primeiro momento, para a coordenação do curso. De posse das informações pertinentes, os coordenadores avaliam os fatos e discutem com a Pró-reitora Acadêmica os procedimentos a serem adotados.

O Núcleo de apoio ao Discente Ugv – NADU, instituído e regido por regulamento próprio, constitui-se num programa que oferece assessoria Psicopedagógica as diversas atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos do Ugv - Centro Universitário, no sentido de contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, na interação da formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social, visando uma formação profissional de nível superior de maior qualidade, a democratização do saber e a participação cidadã.

O Núcleo de Apoio ao Discente da Ugv (NADU) é um central de apoio que tem por premissa acompanhar o discente em conformidade com as diversas atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação do Ugv - Centro Universitário, contribuindo para a melhoria do processo de aprendizagem e a interação entre a formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social.

O NADU estrutura-se a partir de três áreas de atuação:

- I. Orientação pedagógico-institucional;
- II. Orientação Psicopedagógica
- III. Orientação acadêmico-profissional.

O Núcleo é constituído exercido por profissionais com formação superior em Pedagogia e Psicologia, indicados pela Reitoria e contratados pela Mantenedora. Dentro de suas atividades, são atribuições específicas da orientação acadêmica profissional, além daquelas gerais a todos os profissionais atuantes no NADU:

- a) Orientação aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo, proporcionando o nivelamento e processos de acompanhamento do discente nas atividades curriculares;
- b) Acolher e orientar os ingressantes dos cursos de graduação do Ugv - Centro Universitário;
- c) Encaminhamento para profissionais e serviços especializados, dependendo da situação apresentada;
- d) Orientação relativa às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação, motivação e organização na dimensão acadêmica e profissional;

- e) Orientação aos encaminhamentos da Pró-reitora Acadêmica, Coordenação de Curso, Corpo Docente, Coordenação de Estágios e Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- f) Orientação às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional, com base no perfil do egresso.

São atribuições do NADU com relação ao apoio acadêmico:

- a) I. elaborar, anualmente, plano de ação condizente às prioridades e necessidades do trabalho pedagógico da Instituição.
- b) II. propor ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, para a democratização das relações institucionais e para a socialização do conhecimento científico–filosófico.
- c) participar de grupos de estudos, comissões e/ou projetos que envolvam diretamente o trabalho pedagógico, quando solicitado pela Instituição.
- d) elaborar/coordenar projetos de cursos, seminários, congressos e outros eventos pertinentes à área de atuação dos corpos docente e discente, e que contribuam para o aprimoramento do trabalho pedagógico da Instituição.
- e) desenvolver, em auxílio às Coordenações de Curso, atividades de Nivelamento de Ingressantes, como Oficinas Instrumentais, Seminários, Semanas pedagógicas, permitindo melhor aproveitamento didático das disciplinas da matriz curricular.
- f) exercer outras funções correlatas às funções pedagógicas

O NADU se utiliza dos procedimentos e aplica os princípios institucionais de acessibilidade física, atitudinal e pedagógica, previstos no PDI. Há ainda a Central do Aluno, local destinado ao atendimento dos alunos em geral, que presta apoio operacional ao NADU, à Reitoria Acadêmica e a todas as Coordenações de Curso.

11.7. Programa Institucional de bolsas e incentivos

A IES oferece um Programa Institucionalizado chamado “PROGRAMA DE INCENTIVOS FINANCEIROS, BOLSAS E FINANCIAMENTOS”, disponível no

endereço: <https://uniao.ugv.edu.br/institucional/bolsas-e-incentivos/> que define as diretrizes para concessão de bolsas aos discentes. Além disso, realiza um programa de incentivo através de realização de estágios em vários setores da IES, cuja seleção contempla a condição socioeconômica, a necessidade de manutenção do estudante no ensino superior e o desempenho acadêmico. Com isso a IES proporciona aos acadêmicos a oportunidade de realizar estágio (não-curricular), na respectiva área de conhecimento, e contribui para a formação profissional, para a manutenção e complementação educacional, mediante oferta de vaga de estágio. O programa institucional de bolsas de estudo prepara o acadêmico para o ingresso no mercado de trabalho com mais experiência em sua área de atuação. Esse programa é ofertado ao acadêmico que celebra com a IES um acordo de cooperação e termo de compromisso de estágio, que é desenvolvido de acordo com o regulamento e um plano de estágio, sempre sob a supervisão de um orientador comprovadamente qualificado e capacitado na área de conhecimento afim.

Além do programa de estágio, a IES concede bolsas de estudo para conveniados, grupo familiar, funcionários e professores da Instituição e seus familiares, acadêmicos que apresentem novos alunos (Programa Indicação de aluno), portadores de diploma no ensino superior (Siga em Frente) e atletas. Ademais, possui um programa de Financiamento próprio, denominado MENSALIDADE FLEX, que prevê o pagamento do curso depois que o aluno estiver formado, respeitando o valor percentual concedido e o valor atual da mensalidade

Dentre os incentivos institucionais, os principais são:

DESCONTO FAMILIAR: concede bolsa parcial de 10% para cada membro da família no caso em que dois ou mais membros do mesmo grupo familiar estiverem devidamente matriculados.

DESCONTO FUNCIONÁRIO: Para técnico-administrativos, professores e respectivos familiares é concedida bolsa parcial.

CONVÊNIOS: com órgãos públicos e empresas, cujo objetivo é a capacitação no ensino superior para funcionários da conveniada, concedendo descontos nas mensalidades, que não se aplicam apenas no valor das matrículas e rematrículas.

PROGRAMA FLEX: Financiamento Interno - Prevê o aumento do prazo de pagamento do curso, diminuindo-se os valores das parcelas em até 100%, sendo a

diferença ressarcida à IES depois que o aluno estiver formado, respeitando o valor percentual concedido e o valor atual da mensalidade.

PROGRAMA INDICAÇÃO DE ALUNO: oportuniza descontos cumulativos àqueles que apresentarem amigos que tenham matrícula efetivada; o benefício persiste enquanto o aluno indicado permanecer matriculado.

PROGRAMA SIGA EM FRENTE: Para portador de diploma de curso superior, diplomado bacharel ou licenciado, é concedida bolsa de 30%.

PROUNI: A IES está vinculada ao Programa Universidade para Todos, do Governo Federal, que concede bolsas parciais e integrais.

FIES: Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal.

Esses programas visam alcançar pessoas oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo, oportunizando inclusão e permanência no meio acadêmico.

BOLSA ESTÁGIO: A IES oferece algumas bolsas de trabalho aos discentes. O programa se intitula Bolsa Estágio e atende uma considerável parcela dos estudantes que as recebem mediante realização de estágios em vários setores da IES. A concessão de Bolsas-estágio se dá por processo de seleção que contempla a condição socioeconômica, a necessidade de manutenção do estudante no ensino superior e o desempenho acadêmico. A instituição proporciona aos acadêmicos a oportunidade de realizar estágio não-obrigatório na respectiva área de conhecimento. Além de contribuir para a formação profissional, para a manutenção e complementação educacional, mediante oferta de vaga de estágio, o programa prepara o acadêmico para o ingresso no mercado de trabalho com mais experiência em sua área de atuação. O Programa Institucional de Bolsas-estudo é ofertado ao acadêmico que celebra com a instituição um Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso de Estágio, que é desenvolvido de acordo com o regulamento e um Plano de Estágio, sempre sob a supervisão de um orientador comprovadamente qualificado e capacitado na área de conhecimento afim.

BOLSA MONITORIA: Bolsa de estudos parcial ou integral concedido a acadêmicos selecionados para a realização e participação do programa de monitoria da Instituição.

Além disso, a IES propicia aos acadêmicos diversos tipos de atendimentos, tais como:

ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO: A IES conta com a Pró-reitora Acadêmica que está diretamente vinculada o NADU – Núcleo de Apoio ao Discente Ugv, criado com a finalidade assessorar alunos com problemas relacionados à aprendizagem, comunicação ou socialização. Para tanto, o NADU se utiliza dos procedimentos e aplica os princípios institucionais de acessibilidade física, atitudinal e pedagógica, previstos no PDI.

CENTRAL DO ALUNO: setor criado na Instituição especialmente para acompanhar o acadêmico em todas as suas necessidades internas e externas. O acadêmico pode procurar a Central do aluno para solicitar auxílio sobre qualquer questão que tenha interferência com seu curso ou sua manutenção na Instituição, desde dúvidas acadêmicas, administrativas até questões financeiras. A Central do aluno procede com os encaminhamentos e auxílios necessários ao aluno.

MECANISMOS DE NIVELAMENTO: Ao discutir a emblemática da educação em nosso país, evidenciam-se diversos pontos que contribuem para uma formação desigual no contexto educacional. É preciso reconhecer essa variabilidade entre os ingressantes no ensino superior para que ocorra uma organização no desenvolvimento de práticas pedagógicas compatíveis com esses alunos, e obviamente aos objetivos acadêmicos esperados. Nessa perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos cursos de graduação da Instituição estão estruturados de modo a contemplarem as diversidades cognitivas dos discentes e, por sua deixo, o processo de nivelamento consiste em subsidiar os alunos com conceitos elementares de diversas disciplinas, de maneira que o acadêmico possa obter uma boa base para o restante do curso. São oferecidos cursos de disciplinas básicas com o objetivo de apagar discrepâncias oriundas do ensino médio. Os cursos de nivelamento são oferecidos sempre que novas turmas sejam formadas para os semestres letivos.

ATIVIDADES CIENTÍFICAS: A IES também incentiva a produção intelectual dos discentes disponibilizando uma revista científica, organizada a partir dos artigos apresentados no Encontro de Iniciação Científica. Também incentiva a participação em eventos fornecendo uma ajuda de custo para viagens, estadias e confecção de material. Os incentivos são descritos e regidos por regulamento próprio.

ATIVIDADES CULTURAIS: A IES promove diversas atividades de integração acadêmica, entre elas: confraternizações, jogos, feiras, concursos, entre outros.

ATENDIMENTO AO EGRESSO: A IES possui institucionalizada a Política de acompanhamento, através de REGIMENTO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO Ugv - CENTRO UNIVERSITÁRIO, uma prática institucional é o intercâmbio de experiências entre egressos e acadêmicos através da participação destes nas atividades das Semanas Acadêmicas dos Cursos onde proferem palestras e/ou cursos de extensão, e ainda, a incorporação de egressos como funcionários ou professores da Instituição, onde no Curso de Medicina Veterinária, 4 dos professores são egressos da IES.

11.8. Mecanismos de Nivelamento

Ao discutir a emblemática da educação em nosso país, evidenciam-se diversos pontos que contribuem para uma formação desigual no contexto educacional. É preciso reconhecer essa variabilidade entre os ingressantes no ensino superior para que ocorra uma organização no desenvolvimento de práticas pedagógicas compatíveis com esses alunos, e obviamente aos objetivos acadêmicos esperados. Nessa perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos cursos de graduação da Instituição estão estruturados de modo a contemplarem as diversidades cognitivas dos discentes e, por sua deixo, o processo de nivelamento consiste em subsidiar os alunos com conceitos elementares de diversas disciplinas, de maneira que o acadêmico possa obter uma boa base para o restante do curso.

São oferecidos cursos de nivelamento em disciplinas introdutórias de conteúdo básico e de leitura e produção de textos, com o objetivo de apagar discrepâncias oriundas do ensino médio. Os cursos de nivelamento são oferecidos sempre que novas turmas sejam formadas para os semestres letivos. Adicionalmente, as coordenações de curso, com o apoio da direção da IES, oferecem cursos de extensão com base nas avaliações realizadas nas reuniões de colegiado ou a partir das necessidades expressadas pelos acadêmicos junto à coordenação ou ao corpo docente.

11.9. Central do Aluno

As políticas de apoio ao discente e ao egresso estão também definidas no PDI e no PPI, bem como no Regimento Interno e documentos oficiais congêneres visando dar conhecimento à comunidade interna e externa dos programas de apoio aos alunos (acadêmicos e os egressos). Para dar continuidade às políticas conta-se com equipes formadas por profissionais especializados visando assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, recuperando as motivações, promovendo à integridade psicológica dos alunos, realizando orientações de aconselhamento e acompanhamento a adaptação.

A instituição tem parcerias com instituições de ensino médio, públicas e privadas, permitindo e facilitando aos professores promoverem ações junto às escolas. Entre essas ações destacam-se as palestras, seminários e mostras de profissões, como também disponibiliza o acesso ao uso das dependências da Campo Real, em horários alternativos, para a implementação dos estudos em laboratórios, biblioteca, salas de aula e salão nobre. Para tanto, há na IES, além do NAPP e da Coordenação, um órgão destinado ao atendimento do aluno para esclarecimento de dúvidas, necessidades pessoais ou eventuais situações não acadêmicas, a Central do Aluno, que também será responsável pelo encaminhamento do aluno à Coordenação, caso haja necessidade.

11.10. Participação dos alunos nos órgãos colegiados

A participação dos alunos nos órgãos colegiados está prevista no Regimento Interno da Instituição. Os artigos abaixo transcritos incluem, respectivamente, um representante do corpo discente no Conselho Superior, órgão máximo da Instituição e um representante no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, o Colegiado de curso e a CPA também possuem um representante discente cada um deles.

Art. 6o – O Conselho Superior, órgão superior deliberativo em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, é constituído:

[...]

VII – por um representante discente, indicado pelo

respectivo órgão de representação para mandato de um ano, permitida recondução;

Além da participação nos órgãos colegiados, os alunos terão representação na Comissão Própria de Avaliação - CPA.

11.11. Programa de Iniciação Científica

Toda Instituição de Ensino Superior deve estimular e promover a iniciação a pesquisa nos domínios dos conhecimentos nela ministrados, assim como proporcionar oportunidades para que os profissionais atualizem constantemente suas competências dentro do seu campo de atuação.

Neste sentido, cabe a Instituição a divulgação na comunidade dos progressos relativos às suas áreas de ensino. Instalar um projeto que fomenta e desperte o interesse para a investigação científica é, portanto, importante para o próprio desenvolvimento da região.

Para o estabelecimento de um programa de iniciação científica, é necessário definir linhas orientadoras das atividades científicas, coerentes com os objetivos da Instituição, assim como mecanismos de seleção e de avaliação sistemáticas, com a finalidade de assegurar a execução, qualidade e pertinência dos projetos.

O desenvolvimento dos projetos de iniciação científica e estágios buscam:

Adquirir suporte científico para realização do diagnóstico, compreensão e análise dos processos de transformação da sociedade, visando um desenvolvimento sustentável que considere as dimensões socioculturais, econômicas, ambientais, políticas e éticas;

Gerar, a partir dos projetos de iniciação científica propostos, o desenvolvimento de uma nova mentalidade produtiva voltada à sustentabilidade e à autossuficiência da atividade econômica local e regional;

Propiciar a produção de conhecimentos científicos que permitam otimizar a utilização dos recursos naturais com o mínimo impacto ambiental e promoção do desenvolvimento econômico e social.

A iniciação científica pode realizar-se com a execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa; ou

ainda com planos de trabalho, em que a pesquisa do acadêmico se integre a um projeto mais amplo desenvolvido por professores.

Segundo a resolução normativa nº 006/96 CNPQ/PIBIC, os programas de iniciação científica visam:

incentivar a participação dos estudantes de graduação em projetos de pesquisa, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica com a orientação de pesquisadores qualificados;

estimular pesquisadores produtivos a engajarem estudantes de graduação no processo acadêmico, utilizando a capacidade de orientação à pesquisa;

qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;

contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores.

O Programa de Iniciação Científica poderá contribuir significativamente para o aumento da qualificação docente da própria Instituição em que se insere.

As atividades complementares na modalidade de programas ou projetos de iniciação científica e prática de investigação são regulamentadas por Resolução institucional específica, juntamente com os demais cursos da IES. As atividades de iniciação científica do curso de Medicina Veterinária acontecerão no decorrer do período acadêmico por iniciativa dos professores e dos acadêmicos. Há que se ressaltar ainda que a realização de Iniciação Científica possui incentivos próprios, concessão de bolsas, e ainda, divulgação dos resumos acadêmicos nos repositórios oficiais.

O curso de Medicina Veterinária, juntamente com a IES, incentivará periodicamente a apresentação de trabalhos de iniciação científica em mostras realizadas na IES e fora dela, onde os acadêmicos podem divulgar seus trabalhos. Além disso, a IES edita 4 revistas de cunho científico, sendo todas virtuais, com a finalidade de propagação da produção acadêmico científica de professores e alunos.

A IES insere atenção especial em:

- identificar linhas prioritárias, baseadas no perfil dos cursos da Instituição e da necessidade de desenvolvimento econômico e social;
- interagir com a sociedade, permitindo que as contribuições relacionadas a cada pesquisa possam ser percebidas, utilizadas e aplicadas no meio social;

- fomentar a criação de grupos de pesquisa apoiados às linhas de pesquisa prioritárias da Instituição;
- criar canais de divulgação dos resultados das pesquisas, notadamente a criação e a manutenção de revistas de divulgação científica;
- estabelecer convênios, associações e contratos com instituições de pesquisa, órgãos de fomento e quaisquer outros organismos institucionais que possam gerar recursos (financeiros ou não) que facilitem a conclusão de pesquisas e/ou que fortaleçam grupos de pesquisa da Instituição;
- prover condições de infraestrutura física para que os grupos de pesquisa sejam consolidados.

A Instituição possui também programa de monitoria remunerada e voluntária, destinado a realização de projetos de iniciação científica que, assim como o evento de iniciação científica e o programa de IC são regulamentados por resoluções específicas institucionais.

11.12. Programas de Extensão

A Extensão é entendida como prática acadêmica que interliga uma instituição de Ensino Superior nas suas atividades de ensino e de Iniciação à pesquisa, com as demandas da maioria da população. A ideia que perpassa e que motiva a Extensão é a constante relação dialógica entre o conhecimento que se produz dentro da academia e sua utilidade à formação de uma comunidade mais humana, sempre guiada pela ideia de que o conhecimento que não extrapola os muros da ciência e começa a impactar de forma direta no social, acaba não tendo significado suficiente para sua manutenção.

O ensino e a iniciação à pesquisa se tornam vivos para as pessoas através da extensão. A extensão acaba humanizando relações de duas formas que se complementam: primeiro para o aluno que recebe uma formação profissional cidadã e que o coloca em consonância com a realidade social, política e econômica; segundo para as pessoas que são impactadas pelos programas e projetos desenvolvidos, tendo suas vidas alteradas, e também, a vida dos microcosmos que formam seu espaço de convívio.

A ação extensionista no Ugv - Centro Universitário vai além da prestação de serviços, da difusão cultural (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais), ou da disseminação de conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências). Está voltada aos problemas sociais, e procura encontrar soluções que também realimentem o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade. Assim, o Ugv - Centro Universitário possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais, buscando o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

As atividades de extensão têm seus Eixos Temáticos definidos de acordo com as finalidades e áreas de atuação de cada Curso, definidas em regulamento próprio. Contudo, são prioridades da atividade extensionista desenvolvida pelo Ugv - Centro Universitário, além da base que forma o objetivo geral:

- Realização de eventos e prestação de serviços para enfrentamento dos problemas micro e macrosociais da região, sejam eles preexistentes na constituição do contexto local, sejam problemas novos que surgem por conta da velocidade social que torna cada dia mais instável;
- o enfrentamento de problemas sociais e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade;
- interdisciplinaridade;
- democratização do conhecimento;
- criação de propostas que popularizem, instruem e capacitem pessoas para o tratamento adequado de pessoas com deficiência;
- difusão da cultura e artes, especialmente da cultura negra e indígena, formadoras da identidade e base sociocultural brasileira, priorizando o impacto em populações menos assistidas;
- capacitação e conscientização da população sobre a existência e emergência de equilíbrio e modo correto de tratamento em situações que envolvam distúrbios de aprendizagem, inclusão social e a redução das desigualdades;
- o trato correto e sustentável com o Meio Ambiente, assumindo que a “casa comum” em que as pessoas se inserem precisa ser trabalhado

de forma racional para a manutenção da qualidade de vida entre os pares;

- a alteridade das relações, para que haja uma empatia entre os diferentes membros que compõe os extratos sociais;
- observância de Tratados Internacionais e consequente fomento de políticas públicas e sociais embasadas em Direitos Humanos e Fundamentais mínimos, garantidores de uma vida mais digna.

A extensão deverá ser avaliada juntamente com as outras atividades da Instituição através das ações da Comissão Própria de avaliação, servindo, os resultados, como um dos parâmetros de avaliação da própria Instituição. A extensão incluída na matriz curricular dos cursos de realização obrigatória pelos acadêmicos do 9º e 10º períodos é avaliada pelo professor responsável pelo projeto de extensão e cumprida conforme cronograma do projeto aprovado pela Pró-reitora de extensão e a coordenação do curso, nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2018.

A consolidação da extensão no Ugv - Centro Universitário exige ações e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade acadêmica com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática deste processo indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a comunidade. Para tanto, além do atingimento dos objetivos e metas institucionais previstos no presente PDI, os programas de Extensão da Instituição serão regulamentados por instrumentos institucionais próprios, aprovados pelos conselhos superiores, após a propositura dos projetos pelos responsáveis.

11.13. Programa de Monitoria

A fim de promover a excelência no ensino e fomentar o desenvolvimento das competências necessárias para a formação de professores, a IES mantém um programa de monitoria de forma institucionalizada e regular. Este programa consiste em atividades acadêmicas realizadas por alunos que auxiliam os docentes na condução dos componentes curriculares dos cursos, bem como em atividades de iniciação à pesquisa, iniciação científica e complementares.

O principal objetivo do programa de monitoria é incentivar o interesse dos alunos de graduação pela docência e pela pesquisa, além de garantir a colaboração dos discentes com o corpo docente nas atividades de ensino. A atividade de monitoria

é integral à proposta pedagógica dos cursos da instituição, complementando o processo de ensino, pesquisa e extensão de forma interligada.

Os monitores, selecionados por meio de um processo seletivo, atuam em apoio às atividades acadêmicas, auxiliando os professores na execução dos componentes curriculares, realizando atividades de pesquisa e participando de projetos de extensão. O programa visa proporcionar uma experiência formativa enriquecedora tanto para os alunos quanto para os professores, promovendo uma relação pedagógica facilitadora e benéfica para todos os envolvidos.

11.14. Programa de Internacionalização Acadêmica

O Ugv - Centro Universitário possui uma política institucional de internacionalização que se configura como um processo pedagógico e formativo, que ocorre por meio de acordos de cooperação técnica, científica e cultural, firmados com instituições de ensino superior, de pesquisa e outras instituições relacionadas à área de interesse. Esses processos envolvem atividades de intercâmbio de professores, estudantes, pesquisas, publicações, internacionalização de matrizes curriculares, dupla certificação e formação em línguas estrangeiras.

A Instituição mantém convênios com Instituições de Ensino nacionais e internacionais para realização de intercâmbios acadêmicos. São realizados, constantemente, projetos de intercâmbio com seus alunos. Além disso, é possível que o aluno estabeleça contato com Instituição de interesse e solicite a realização de convênios à Pró-reitora, que, após análise, contatos e aprovação pelo Consu, poderá proceder com a efetivação de novo convênio. Além dos convênios nacionais, atualmente estão em vigência convênios internacionais, firmados com as seguintes instituições, Espanha, Universidade Pablo de Olavide – Espanha.

11.15. Acompanhamento do Egresso

O Ugv - Centro Universitário considera de grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos concluintes de seus cursos. Para estes, a manutenção do vínculo com a

Instituição torna-se interessante, pois representa um meio de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos.

Para a Instituição, essa interação é também importante, trazendo enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto importante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos tanto por depoimentos, como pela sua inserção profissional, desempenho em concursos, testes seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros.

Tendo essa visão, a Instituição mantém um Regimento próprio e específico da política de acompanhamento do egresso e empenha esforços no sentido de manter os vínculos com todos os egressos de seus cursos, utilizando-se inclusive dos meios eletrônicos, que facilitam o diálogo a distância. Todos são estimulados, por diversas maneiras, a continuar fazendo parte da comunidade acadêmica. Todas as suas contribuições são valorizadas, inclusive com medidas de incentivos e apoio, como permissão de uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos, e outras vinculadas ao Programa de Formação Continuada.

Ressalte-se a importância do uso das tecnologias de informação e comunicação nesse processo, principalmente da Internet, como elementos facilitadores da manutenção do vínculo com os alunos egressos. A Instituição possui ambientes virtuais de aprendizagem e de intercâmbio de informações e de conhecimentos, como chats, listas de discussão, sites interativos e perfis em redes sociais.

A IES acredita que o acompanhamento do egresso é a forma mais coerente de manter o contato com aqueles que dela saem titulados, não somente realizando pesquisas quantitativas e localizando onde se encontram, mas mantendo-se de portas abertas (biblioteca, laboratórios, etc), absorvendo grande parte dos egressos em seu quadro de colaboradores, recebendo e encaminhando currículos para empresas da região, promovendo cursos que auxiliem no ingresso de carreiras públicas.

Dentro das políticas específicas ao egresso tem-se:

Pós-graduação lato sensu, destinada para o público de União da Vitória e Região, mas que tem enfoque especial à partir da opinião de seus acadêmicos concluintes – portanto futuros egressos – para implantação de novos cursos. A

Instituição prevê incentivo financeiro a seus egressos, concedendo desconto especial para quem se enquadrar nessa condição, independentemente do tempo de conclusão da graduação. O incentivo além de permanente é inesgotável, ou seja, àquele que já realizou uma especialização com incentivo, poderá ingressar em outras com os mesmos descontos e benefícios.

Obtenção de Novo Título: a IES oferece a oportunidade para aquele que está sempre buscando mais qualificação e conhecimento através de uma segunda graduação, que ingresse na IES sem a necessidade de prestar Vestibular e com desconto de 30% no valor das mensalidades. Em contrapartida o egresso precisará se envolver e participar nas atividades sociais da Instituição.

Biblioteca Livre: o egresso da IES fica com seu Registro Acadêmico (RA) ativo por um ano após a conclusão do curso. Essa ativação é mantida para que goze de benefícios que a estrutura física da IES proporciona, em especial o empréstimo de livros.

Laboratório Livre: O egresso do Centro Universitário Vale do Iguaçu que comprovar documentalmente que está realizando pesquisa vinculado à algum programa legalmente reconhecido de ensino, pesquisa ou extensão de outra instituição, mas que precise/pre tenda desenvolver em partes ou na totalidade suas proposições, poderá protocolar pedido formal, encaminhando ao responsável pelos laboratórios, à coordenação acadêmica e à direção.

Encaminhamento de Currículos: duas modalidades de encaminhamento de currículos, uma externa, para instituições que estejam cadastradas nos bancos de dados da IES e solicitem o encaminhamento, e outra interna, com o aproveitamento do egresso dentro de seu quadro de colaboradores.

Encontro de Egressos: a IES promove periodicamente encontro de egressos. Os encontros são específicos para cada curso, buscando promover a integração entre formados, mapear e levantar os principais temas relativos à área de atuação, bem como formar uma rede de auxílio mútuo, onde faculdade, egresso e colegas participem ativamente.

Acompanhamento do egresso: além de todas as políticas integrativas esboçadas retro, a IES conduz, durante o ano inteiro, pesquisa de cunho quantitativo sobre seus egressos através de questionário fechado que busca obter informações que vão desde satisfação com a formação obtida até interesse em estudo continuado.

Opinião do mercado em relação ao egresso - grande parte dos egressos são absorvidos pelo mercado local ou regional. Por isso a IES está em contato constante com as empresas, comércio e órgãos públicos de União da Vitória e região, para que apontem sua visão sobre o egresso, bem como, acompanhar sua trajetória no mercado de trabalho. Por ser imprescindível essa troca de informações, a IES desenvolve durante o ano todo pesquisas com todos os setores onde estão inseridos os egressos.

Apesar de existir um setor responsável pelo Egresso, qual seja a Comissão Própria de Avaliação (CPA), para otimizar os trabalhos e principalmente ampliar a qualidade na prestação de serviço, foi optado pela setorização do acompanhamento do egresso. Isso significa que houve adoção do modelo sistêmico-hierárquico. Todos os setores são colaboradores na política e se reportam à CPA. Por isso, a maior parte das políticas é específica e personalizada. Cada coordenador de curso mantém uma vasta gama de meios para o contato mais direto possível com o egresso, diminuindo assim a distância que os separa. Do mesmo processo participa a Coordenação de Pós-Graduação, Iniciação a Pesquisa e Extensão, por estar diretamente ligado à diversas políticas desenvolvidas nessa finalidade específica. Laboratórios, Secretaria Acadêmica, Marketing, Empresa Jr, Escritório de Prática Jurídica, enfim, todos são parte fundamental no todo orgânico da Política do Egresso. Para algumas políticas a característica egresso é eterna, porém para fins de acompanhamento há um necessário recorte temporal. Sem esse recorte ficaria impossível sustentar a parte operacional.

Dessa forma é considerado egresso para fins de acompanhamento aquele que se entrou em contato e solicitou formalmente a sua participação. Os contatos serão os mais versáteis possíveis, buscando multimeios para obter o maior índice de sucesso possível. São realizados contatos telefônicos, contatos via e-mail, publicação e chamadas no site da IES e publicação ostensiva nas redes sociais. Os resultados obtidos são analisados pela CPA, que dá ciência aos setores interessados dos resultados tabulados e tratados. Dentro do questionário tem campo específico para o egresso indicar o local onde está trabalhando ou onde permanece inserido. Essa informação serve para dar início a uma segunda política de egresso, qual seja, Opinião do mercado em relação ao egresso.

11.16. Pós-Graduação

A pós-graduação é regulamentada de acordo com a resolução própria, sendo que seu regimento pode ser observado em documento próprio. Os cursos ofertados servem para que o egresso continue se aprimorando, fazendo com que o mesmo não fique restrito à graduação. A pós-graduação é uma das políticas de acompanhamento do egresso, mantida pela IES.

12.GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

12.1. Avaliações Institucionais

Além das iniciativas conduzidas pela CPA, amplamente empregadas pelos cursos da instituição, a avaliação se realiza por meio de diversos canais de comunicação com os estudantes. Em complemento ao processo de autoavaliação conduzido pela CPA, o curso adotará reuniões regulares com os representantes discentes para levantar as contribuições dos alunos de cada período. Ademais, a instituição disponibiliza uma ouvidoria institucional que elabora relatórios periódicos para a Reitoria e as Coordenações dos Cursos.

O conjunto de avaliações, incluindo o ENADE e os simulados, compõe o conjunto de dados destinados a identificar os pontos fortes e fracos do respectivo curso. Regularmente, são realizados simulados, visando obter feedback sobre o processo de ensino-aprendizagem. O curso de Medicina Veterinária participa dessas avaliações formativas. Os simulados envolvem a simulação de situações concretas, similares às enfrentadas pelos estudantes e/ou egressos no ambiente acadêmico ou em possíveis avaliações para ingresso no mercado de trabalho. Eles abrangem questões que demandam amplas habilidades de concentração e raciocínio, fornecendo dados de desempenho das turmas, cursos e indivíduos, que são fontes importantes de diagnóstico e planejamento para os Colegiados dos Cursos e para a instituição como um todo. Todos os estudantes regularmente matriculados na instituição são automaticamente inscritos nesses simulados.

O Simulado do Curso é organizado pelo colegiado do Curso, sob a orientação da Pró-reitora Acadêmica do Ugv - Centro Universitário. No Simulado Preparatório de Carreiras, a produção das questões é realizada pelos professores dos Colegiados, respeitando-se a Matriz de prova desenvolvida com base nas Portarias do Ministério da Educação, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais e o perfil do egresso, cobrando as competências e habilidades dos acadêmicos em cada questão da prova. Essas avaliações têm como finalidade o fornecimento de dados estatísticos para a IES, para o Curso, docentes e discentes, a fim de se aprimorar o processo de ensino aprendizagem.

Além das avaliações conduzidas durante o percurso acadêmico, os egressos do curso serão continuamente submetidos a avaliações somativas, realizadas após a conclusão do processo de ensino-aprendizagem. Um exemplo disso é a participação no ENADE, que o colegiado utilizará como referência para avaliar as práticas realizadas e orientar o processo de ensino-aprendizagem com base nos resultados obtidos.

A CPA, no processo de avaliação institucional, e do curso, ocupa papel fundamental. O Curso de Medicina Veterinária foi inserido no processo de Avaliação Institucional sistematizado na IES. O processo foi implantado em 2002 e passou por reformulações de acordo com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Neste processo, a Comissão Própria de Avaliação é a responsável pela avaliação permanente de todas as atividades desenvolvidas pela IES e em seus cursos, sejam estas realizadas pelos docentes, discentes ou técnico-administrativos, emergindo como uma atividade de corresponsabilidade.

A avaliação é realizada semestralmente e além do desempenho do corpo docente, atuação da coordenação do curso, avalia as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento da IES com a comunidade, cumprimento do regimento, das propostas PDI, PPI e PPC. O conjunto de informações da autoavaliação é suplementado por avaliações de docentes e alunos em reuniões de colegiado e de representantes de turmas. As informações obtidas na autoavaliação institucional são empregadas para melhoria das condições dos serviços ofertados, orientação da coordenação do curso e docentes quanto à condução do processo ensino-aprendizagem.

Além disso, a instituição realiza uma pesquisa de opinião externa sobre a percepção do impacto da IES em União da Vitória e Região, o que dá uma visão de como a comunidade externa vislumbra a IES. O resultado final dessas avaliações é uma ação pedagógica integrada, que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir e consolidar potencialidades. A avaliação institucional proposta baseia-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino,

iniciação à pesquisa, extensão, administração da IES, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca.

12.2. Autoavaliação Institucional – CPA

Em cumprimento do disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada na IES anteriormente a Lei, ainda no ano de 2002 e está organizada de forma a contemplar todos os eixos e as dimensões estabelecidas pelo SINAES. A CPA é regida por regulamento próprio de funcionamento, devidamente institucionalizado, e um programa específico de atuação retroalimentado a partir dos resultados produzidos.

A comissão, composta por representantes da comunidade acadêmica, corpo técnico-administrativo e da sociedade civil, foi designada com fins a planejar, organizar e conduzir o processo de avaliação (através de ato administrativo de nomeação). Conta com o apoio e suporte das Coordenações da Instituição na disponibilização de espaço próprio para reuniões, na oferta de materiais de sensibilização/engajamento e demais necessidades estruturais assim como acesso pleno a informações e dados necessários para operacionalização das ações.

A CPA é a responsável pela avaliação permanente, realizada semestralmente, que avalia, além do desempenho do corpo docente, a atuação das coordenações, as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento da IES com a comunidade, cumprimento do regimento, das propostas PDI, PPI e PPC. A CPA, ao longo de todo o processo, busca a interpretação dos dados coletados, a consulta de documentos pertinentes que subsidiam as análises, e a elaboração de novos documentos/relatórios que forneçam informações complementares às análises, interpretações e deliberações.

Em linhas gerais, as análises e considerações apresentadas pelos processos de avaliação institucional são importante objeto de gestão, de suporte para o relato institucional, e para cumprimento dos objetivos e metas previstos no PDI. Os problemas revelados nas análises efetuadas nos resultados dos processos de autoavaliação institucional, demonstram-se, na maioria das vezes, operacionais e de infraestrutura, enquanto que as potencialidades se concentram em aspectos essenciais da vida acadêmica, como a qualidade do corpo docente, do ensino, dos serviços e do atendimento da IES.

Ao finalizar cada ciclo de avaliações, são mapeadas as potencialidades e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica, bem como, pelos resultados das avaliações externas, e discutidas ações a serem implantadas/fortalecidas para a melhoria institucional. Ações acadêmico-administrativas de processos de gestão, em razão dos resultados demonstram a evolução da IES como um todo

12.3. Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

A IES utiliza o processo de avaliação institucional, de abordagem qualitativa/quantitativa, para diagnósticos das atividades desenvolvidas e para tomada de decisões que promovam melhorias, aplicado em formato de questionários formais via sistema próprio. A partir da análise crítica dos tópicos indicados no roteiro - núcleos comuns e núcleos optativos - com o objetivo de identificar aqueles mais apropriados para a avaliação por questionário, foram elaboradas questões para docentes, questões para discentes e questões para corpo técnico-administrativo.

As perguntas são do tipo múltipla escolha, algumas com valores de 5 a 10, associados ao grau de satisfação referente ao tópico abordado na questão. No final do questionário, é disponibilizada área para comentários abertos, de livre expressão do respondente. O processo de validação dos questionários consiste na aplicação do instrumento, e nessa fase conta-se com o apoio do NTI da IES. Esse Núcleo conta com sistema informatizado para resposta aos questionários via Web utilizando os recursos existentes no portal da instituição, conhecidos internamente como Aluno on-line, Professor on-line e Colaboradores on-line. O acesso a esses recursos é feito por meio de login com senha individual, resultando em maior confiabilidade dos resultados.

O sistema registra o acesso do aluno, docente ou outro colaborador e impede duplicidade de avaliações, mas não associa o avaliador à avaliação, garantindo anonimato. Esse sistema mantém em arquivo eletrônico os resultados obtidos para que possam ser recuperados com o objetivo de possibilitar a análise comparativa nas avaliações institucionais subsequentes. Para esse fim, a instituição desenvolveu sistema próprio, o que facilita o acesso aos dados e às alterações necessárias. Desde a implantação do uso dos questionários on-line, a IES optou por realizar a avaliação

por meio da livre participação de toda a comunidade acadêmica, considerando toda a população.

Encerrado o período de avaliação por questionários on-line, o sistema compila as respostas e fornece relatório - arquivo em formato PDF, que são analisados, comparados e os resultados resumidos em gráficos. Posteriormente, os dados são analisados segundo as dimensões definidas pelo SINAES e confrontados com os dados compilados dos documentos pertinentes.

A autoavaliação institucional é aplicada também aos alunos da pós-graduação. No entanto, neste segmento o instrumento é realizado via google forms que se mostrou via mais eficiente para adesão dos alunos. O fluxo de trabalho contempla o arquivamento de todas as versões de cada documento produzido para consultas posteriores, de suporte às análises, e em caso de eventuais divergências. O planejamento da CPA prevê o preparo e a postagem no Sistema e-MEC do relatório de autoavaliação institucional, seguindo as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065.

O corpo docente, discente, currículo, infraestrutura, gestão administrativa, programas de Iniciação à pesquisa, práticas extensionistas, interrelação com a comunidade, inserção local, e regional, estão sendo propostos como indicadores globais do processo contínuo de autoavaliação e verificação de desempenho institucional.

12.4. Participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa

A participação da comunidade acadêmica se inicia no ato administrativo de composição da CPA (Comissão Própria de Avaliação) que tem a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação institucional. A composição da comissão cumpre as normativas ministeriais de integração por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

Suas atribuições estão estabelecidas na Lei nº 10.861/04 e a sua constituição e composição, estão na Portaria MEC nº 2051/04, no artigo 7º e § 2º. Sobre a composição da CPA da Instituição tem-se os atos administrativos. A composição e a participação efetiva dos membros da CPA retrata o comprometimento dos seus integrantes, e da IES, com os aspectos legais e os princípios de representatividade e de autonomia, que se espera de toda a comunidade acadêmica.

Verifica-se, então, que a composição dessa comissão segue com compromisso a sugestão dos segmentos propostos pelo SINAES, e a participação de todos esses segmentos (corpo docente, corpo discente, pessoal do técnico-administrativo e comunidade externa) tem sido uma constante, dando testemunho da importância da representatividade sugerida. Vale observar que a participação voluntária da sociedade civil e do corpo discente, que seriam, em tese, os maiores desafios para participação comprometida e responsável, tem tido regular e importante contribuição, verificadas nos documentos que registram a história dessa comissão.

Nos procedimentos de autoavaliação institucional e na participação da comunidade acadêmica, registra-se, ainda, a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com etapas definidas. Na etapa de aplicação de questionários, via sistema, aos alunos e docentes, tem-se novo e importante instrumento formal para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias. Nessa etapa, de aplicação de questionários formais via sistema, é oportuno observar que a credibilidade no processo de autoavaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices de participação dos acadêmicos. Os índices apresentam significativo percentual de participação discente no processo, e isso retrata importante característica de que a cultura avaliativa está devidamente implantada.

Sobre a participação do corpo técnico-administrativo e docente no processo formal também se dá via sistema institucional próprio, desenvolvido, exclusivamente, para fins de avaliação institucional. Essa participação tem sido relevante e importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno. Atividades do Programa de Formação Permanente para Docentes da Instituição derivam também da participação dos professores no processo de discussão das necessidades, muitas delas identificadas pelos mecanismos de autoavaliação.

No que é pertinente à participação acadêmica ressalta-se que a autoavaliação institucional buscou não se voltar somente para a produção de conhecimento, ou, para busca de dados em um levantamento apenas quantitativo, mas se configurar como um dispositivo pelo qual a comunidade interfere ativa e organizadamente nos processos avaliativos e, por conseguinte, nas tomadas de decisão e de

implementação de mudanças institucionais. Nesse sentido, tem destaque relevante também a participação da comunidade acadêmica nos Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional, realizados por curso, no início de cada novo semestre letivo.

O evento é importante espaço de divulgação e discussão dos resultados obtidos pela Instituição a cada semestre, novo momento de ampla devolutiva em relação às deliberações decorrentes e de construção coletiva de novas proposições para o planejamento institucional. Ademais, avaliação institucional é pautada em dados obtidos por meio do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e diretoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados.

As reuniões da CPA com representantes discentes nos colegiados dos cursos e representantes de turma são uma prática regular para a promoção da participação na identificação das fragilidades e pontos que requerem melhorias, momento especialmente oportuno também para o registro imediato de soluções propostas pelos alunos, ampliando a coparticipação e a corresponsabilidade na construção de melhorias. O informativo dos resultados da autoavaliação institucional mostra-se também meio de efetiva participação da comunidade acadêmica, pois é elaborado com sugestões dos alunos representantes de turma, com imagens representativas (fotos) de alunos de todos os cursos, textos com depoimentos dos alunos, dos egressos, dos professores, sobre o processo, sobre as deliberações, sobre a instituição como um todo.

A integração dos processos avaliativos está compreendida no contexto da dinâmica avaliativa da IES, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e do técnico-administrativo, observando-se que é importante componente político ligado à autonomia da IES. Observa-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição e que possibilita uma reflexão contínua e participativa sobre suas ações, de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição nesse diálogo entre a comunidade acadêmica e os órgãos oficiais, especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

12.5. Divulgação dos resultados

O processo de autoavaliação institucional é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, indicando os pontos fortes e as fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica e que orientará as novas diretrizes e o planejamento da gestão administrativa. A coordenação geral do processo de autoavaliação está a cargo da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos com vistas a subsidiar uma análise crítica sobre o próprio processo avaliativo. Faz-se um balanço crítico junto da comunidade acadêmica, do processo de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados. O relatório de autoavaliação é postado no sistema e-mec até o dia 31 de março do ano seguinte ao ano de referência do ciclo avaliativo.

Os resultados obtidos com a realização da autoavaliação são difundidos à comunidade acadêmica e comunidade externa através de diversos instrumentos desenvolvidos pela CPA. O principal deles é a realização de Seminários Acadêmicos de Avaliação Institucional com cada um dos atores envolvidos no processo de autoavaliação e das avaliações externas. A comunicação interna entre a instituição, os docentes, o corpo técnico-administrativo e o corpo discente ocorrem, principalmente, através de reuniões, e-mails, circulares, quadros de aviso, seminários de avaliação institucional e nas semanas pedagógicas.

Os resultados pertinentes a cada curso são repassados às coordenações, multiplicando-os aos docentes que integram os colegiados de Graduação e Pós-Graduação, às equipes técnico-administrativas, bem como aos demais interessados. Tanto na autoavaliação quanto na avaliação externa, inicialmente, são divulgados os resultados aos gestores da instituição, em reunião dos conselhos respectivos, para análise e deliberação sobre os indicadores. Posteriormente aos membros do corpo-docente, do técnico administrativo, do corpo discente e, finalmente, à comunidade externa.

Os Seminários Acadêmicos de Avaliação Institucional são realizados semestralmente com os membros da comunidade acadêmica, em ambiente coletivo, com a divulgação dos dados coletados no processo de avaliação (interno e externo) e a indicação das decisões e do planejamento desenvolvidos pela IES à partir destes resultados. Quando do resultado da autoavaliação, os Seminários aos discentes são realizados por curso ou por área do conhecimento, a depender da quantidade de alunos e/ou indicadores levantados naquele curso/área.

Acerca divulgação dos docentes, a CPA cumpre as seguintes etapas: impressão e organização de todos os relatórios disponíveis via sistema; análise dos resultados pela Reitoria e pelas pró-reitoras; entrega às Coordenação de Curso do resultado individual de seus respectivos colegiados; análise dos resultados por colegiado; análise e proposição/sugestão, pelos coordenadores de curso, do corpo docente para o próximo semestre letivo, tendo como importantes critérios os resultados de desempenho por disciplinas, turmas e áreas de maior afinidade/desempenho, e a proposição individual dos professores, formalizada por meio de documento próprio para esse fim, de carga horária e disciplinas pretendidas, entrega individual aos professores dos relatórios/resultados, acompanhada de análise coparticipativa, tendo a devolutiva desses resultados caráter formativo, importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno.

Baseada nos indicadores levantados pela autoavaliação, a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas. As informações obtidas, após trabalho de organização, análise e interpretação, permitem compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los, o que é discutido junto da gestão administrativa para a formulação do planejamento e a gestão das políticas institucionais.

Além da divulgação em seminários há a divulgação impressa dos resultados em espaços privilegiados da Instituição: editais internos, situados em locais de maior trânsito da comunidade acadêmica e externa, têm amostras de informações (por meio de textos e imagens) derivadas das deliberações a partir dos resultados e das proposições de melhorias, sejam elas decorrentes do processo de autoavaliação ou de avaliação externa.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto, também são elaborados materiais institucionais impressos, disponibilizados à comunidade em geral, como, os informativos ENADE, os informativos de avaliação institucional e os relatórios anuais de autoavaliação institucional. Há também a disponibilização dos resultados através do site da instituição onde são inseridos todos os materiais desenvolvidos para a divulgação nos seminários e para a divulgação impressa. Os Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional realizados por curso e promovidos pela CPA, as reuniões com representantes discentes nos colegiados de curso e representantes de

turma e as reuniões com pessoal técnico-administrativo de cada um dos setores da instituição, têm sido de relevante importância para o alcance dos propósitos de ampla divulgação dos resultados e das deliberações já alcançadas a partir desses resultados.

De toda forma, tem destaque a busca coletiva por novas soluções a partir dessa divulgação das informações. É possível concluir que a análise e divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação institucional e avaliações externas da instituição atende a princípios como criação e manutenção de espaços de discussão dos resultados, de liberdade política, de garantia de transparência e de construção coletiva do conhecimento.

A ampla divulgação dos resultados obtidos pelos processos de avaliação, interno e externo, acompanhada de respectivos esclarecimentos à comunidade acadêmica e à comunidade externa interessada, vem contribuindo para com a compreensão sobre os critérios de avaliação e regulação do Ministério da Educação, e de maneira importante, para com o crescimento institucional e o desenvolvimento regional.

12.6. A Autoavaliação do Curso

A Autoavaliação do Curso compreende a verificação da realização das suas especificidades inerentes. Ou seja: é uma ação pedagógica integrada que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir potencialidades do Curso de Medicina Veterinária, a partir de informações colhidas institucionalmente sobre a atuação do Coordenador e do Colegiado de Curso, dos procedimentos de avaliação, da atuação docente, do cumprimento dos objetivos do curso, dentre outras.

O conjunto de avaliações, incluindo-se o ENADE e os simulados, compõem o complexo de informações destinadas à identificação dos aspectos positivos e negativos do respectivo curso. O Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Censo da Educação Superior, os relatórios do ENADE, os documentos de credenciamento e credenciamento desta Instituição e reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso, também compõem o complexo de informações destinadas à compreensão do conjunto de atividades

tendentes à realização da missão institucional da IES e otimização dos resultados do Curso de Medicina Veterinária.

Já a avaliação específica do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso é realizada em primeira instância pelo Núcleo Docente Estruturante que, orientado pelo desempenho dos acadêmicos no Exame Nacional dos Estudantes, Simulados Institucionais, resultados de exame de Ordem e também, nas avaliações do curso propostas internamente pela coordenação, viabilizam as alterações necessárias no PPC e na forma de executar as práticas pedagógicas sempre na busca de aproximação máxima do perfil desejado do egresso que está estabelecido no PPC.

Servem também como forma de avaliação das práticas pedagógicas realizadas no curso a existência de órgãos como a ouvidoria, a Central do Aluno, o NADU e a Coordenação Acadêmica, todos destinados ao atendimento do aluno e do professor. Os relatórios emitidos pelas comissões ministeriais que avaliaram as condições para a autorização/reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos também são estudados pela IES para as adequações julgadas pertinentes.

12.7. Formas de utilização dos resultados das avaliações

Ao finalizar cada ciclo de avaliações, são mapeadas as potencialidades e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica, bem como, pelos resultados das avaliações externas, e discutidas ações a serem implantadas/fortalecidas para a melhoria institucional. Na IES, os procedimentos de autoavaliação institucional e a participação da comunidade acadêmica têm caráter, em primeira instância, de política de gestão e abrangem todos os segmentos da comunidade acadêmica, docentes, discentes, técnico administrativo e comunidade externa. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

As avaliações serão encaradas como instrumentos de gestão da qualidade da IES, de seus cursos, e de geração de indicadores gerenciais. Através dos resultados obtidos, o Curso de Medicina Veterinária tem uma ideia razoavelmente precisa dos níveis de satisfação e/ou insatisfação de seus professores e alunos, principalmente e prioritariamente, acerca da sua qualidade de ensino e do efetivo cumprimento de suas metas educacionais. A partir dos resultados das avaliações a instituição tem meios

para iniciar um processo amplo de reflexão sobre si mesma e efetividade de sua inserção no desenvolvimento social e econômico da região central paranaense.

A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração da IES, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca; a exemplo: planejamento e execução do programa de formação permanente para docente e corpo técnico-administrativo, elaboração e divulgação do perfil do ingresso, incentivo e condições para o aumento das práticas de interdisciplinaridade e do uso de ambiente virtual de ensino, institucionalização do Programa de Iniciação Científica, existência de um órgão que coordena as atividades de extensão e oferta dessas atividades em consonância com as sugestões de docentes e discentes, diversificação de propostas de atividades sociais promovidas pela Instituição.

13. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

13.1. Caracterização

No decorrer dos primeiros cinco anos do novo século pode-se perceber que a informática e a tecnologia estão se tornando cada vez mais presentes no cotidiano do indivíduo. A tecnologia, que antes era um sonho idealizado para o futuro, hoje passou a ser a realidade, que envolve microcomputadores, celulares e tecnologias de todas as espécies. Com essas rápidas mudanças observa-se que todas as ciências foram modificadas, auxiliadas, isto é, revolucionadas pela tecnologia.

.Além disso, incentivamos a utilização desta tecnologia por compreender que é ferramenta fundamental para a produção científica, para a avaliação e entendimento dos processos de ensino e aprendizagem e que ainda conecta a Medicina Veterinária com o universo internacional. De modo geral, as diferentes disciplinas trabalham o tema mostrando a infinidade de possibilidades que se apresentam ao acadêmico e ao futuro profissional da Medicina Veterinária na medida em que a ferramenta é usada dentro dos princípios éticos da profissão.

A utilização de novas tecnologias nas práticas de ensino é uma das políticas institucionais para todos os cursos. A Instituição investe em infraestrutura tecnológica. Os equipamentos necessários para a inserção das novas tecnologias às práticas de ensino são disponibilizados pela IES, tais como: datashow, televisão, mídias, laboratórios variados, softwares em geral, além de telas e profissionais capacitados no auxílio da utilização dos equipamentos.

Visando a integração básica do acadêmico ao mundo da tecnologia de informação, a IES conta com um sistema informatizado de disponibilização de materiais didáticos aos alunos através do sistema TOTVS. O acesso ao portal do professor e do aluno é feito através de *login* e senhas individuais. O aluno também tem acesso a informações acadêmicas e financeiras através desse portal. Além disso, todos os alunos e professores possuem e-mail institucional, com acesso pleno e ilimitado aos serviços do *Google acadêmico*. Há ainda uma sala interativa com o uso de tecnologia compatível, que pode ser usada para atividades pedagógicas diversas, de aula ou grupos de estudos.

Os laboratórios de informática permitem acesso à internet por alunos e professores. Aos discentes, vários serviços são oferecidos por meio da Internet,

permitindo acesso a: Materiais didáticos, Planos de Ensino e programação das atividades acadêmicas, Calendário escolar, Calendário de provas, Notas e Faltas, Horas de Atividades Complementares já cumpridas, Avaliação Institucional, acesso à ouvidoria, Serviço de e-mail gratuito. Aos Docentes, inúmeros serviços se encontram também disponíveis: Acesso à Internet, E-mail gratuito, Portal do Docente para envio de mensagens, postagem de material didático, Lançamento de notas, Programação dos conteúdos, Agendamento de projetores multimídia, Agendamento de laboratórios para as aulas práticas. O professor pode, também, agendar recursos audiovisuais, laboratórios de informática, informando antecipadamente quais atividades serão realizadas e quais os materiais necessários para a atividade proposta. Assim, é possível realizar adequadamente as atividades de ensino-aprendizagem necessárias ao desenvolvimento do currículo.

Por fim, cumpre ressaltar que o curso, professores e alunos também estão nas redes sociais, onde se torna mais célere e próximo o contato com as tecnologias imediatas, além de possibilitar o estreitamento no relacionamento entre estes.

14. DA COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE

14.1. Caracterização

Os canais de informação e comunicação internos e externos estão plenamente implantados e em sintonia com as propostas institucionais. São amplamente utilizados pelo Curso de Medicina Veterinária e pelos demais cursos da Instituição. São canais de comunicação acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES, do curso de Medicina Veterinária, da iniciação à pesquisa, extensão e pós-graduação, dos resultados da avaliação institucional interna e externa e das decisões da gestão institucional. Destacam-se:

- **Coordenação do curso:** atendem a comunidade acadêmica pessoalmente, por meio de e-mail e mídias sociais;
- **Editais:** disponíveis na Instituição para a comunicação e a manifestação dos discentes, docentes e funcionários da IES;
- **Central do Aluno:** setor encarregado do atendimento ao aluno com uma coordenação própria para esse fim;

- **Revistas Eletrônicas** on line, destinadas à divulgação da produção científica de alunos, egressos e professores (4 revistas virtuais) de periodicidade semestral;

- **Revista de Iniciação Científica:** Divulga seleção de artigos apresentados pelos alunos na Semana de Iniciação Científica e tem periodicidade anual;

- **Site Institucional:** Com atualizações diárias, o site é um dos pontos de referência de informação institucional. O site da IES possui um layout diferenciado e inovador. Nele estão incluídas informações de interesse docente, discente, do egresso e da comunidade em geral, além disso, está implantado por meio do site um chat de atendimento online para comunidade externa e um chat de uso interno para as comunicações internas.

- **Campanhas Institucionais:** Tem como objetivo conscientizar e preparar a comunidade para temas emergentes, como por exemplo: Drogas, Trânsito, Meio Ambiente, Ações afirmativas, Direitos humanos, Igualdade Racial e de gênero, etc.

- **Jornais Regionais:** Divulgam sistematicamente, os eventos da IES, de interesse geral através da realização de contrato de prestação de serviços;

- **PAPO UNIVERSITÁRIO:** programa diário transmitido na rádio Educadora Uniguaçu, sob direção da IES. Possui programação diversificada, focando principalmente a transmissão de conteúdos de cunho cultural, informativo e de entretenimento.

- **Redes Sociais:** Ferramentas novas que se tornam cada vez mais populares e que estão indexadas ao site da IES: Facebook, Whatsapp, Instagram, entre outros. São ferramentas que permitem a todos os interessados acompanhar as novidades de uma forma ágil. Essas ferramentas são amplamente utilizadas pelo público que tem facilidade e interesse nas novas ferramentas de internet. É uma maneira inovadora e tecnológica que a instituição possui de estar em contato com seus acadêmicos, egressos e com toda a comunidade.

A ouvidoria, mais um canal de comunicação interno e externo, está implantada, dispõe de pessoal e infraestrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas no momento da definição do planejamento institucional. É um canal de comunicação eficiente que integra a comunidade acadêmica. O contato com a ouvidoria pode ser feito de três maneiras: Por e-mail, ouvidoria@ugv.edu.br; através de caixas de sugestões disponibilizadas em diversos locais da IES e diretamente com

a ouvidora nos horários de atendimento. As informações são filtradas pela ouvidora e transmitidas aos órgãos competentes, para as devidas providências, em reuniões semanais. As sugestões ou reclamações enviadas por e-mail são acompanhadas pela mantenedora. A Ouvidoria está devidamente institucionalizada por atos administrativos e é regida por meio de regulamento próprio.

15. REGIME ESCOLAR, NÚMERO DE VAGAS, SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

15.1. Integralização do curso

REGIME ESCOLAR	PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO		REGIME DE MATRÍCULA	
	MÍNIMO	MÁXIMO	POR DISCIPLINA	POR SÉRIE
Semestral	10 semestres	20 semestres		X

O curso ofertará, anualmente, 100 vagas, dispostas em um ingresso semestral. O curso apresenta duração formal de cinco anos (dez semestres), com duração mínima de dez semestres e duração máxima de 20 semestres. As aulas são oferecidas em turno único, noturno, de modo a continuar proporcionando ao acadêmico liberação do outro turno para participar de atividades que completem a sua formação acadêmica.

O nono semestre do curso é destinado ao desenvolvimento do projeto de Extensão I e estágio supervisionado I, já o décimo para realização do estágio supervisionado II, projeto de extensão II, produção do TCC e demais eventuais pendências acadêmicas dos semestres anteriores.

15.2. Número de vagas

O curso possui uma oferta de 100 vagas anuais, sendo o acesso realizado por meio de vestibular e pelo PROUNI. Essa distribuição possibilita aos docentes desempenharem suas funções de ensino com maior eficiência, permitindo aos alunos realizarem trabalhos coletivos, debates, fóruns, produção científica e simulações de júri sem as distrações comuns em grupos maiores. Além disso, é importante ressaltar que há uma demanda significativa na região, como evidenciado pelos altos índices de candidatos em relação às vagas disponíveis no vestibular, o que torna o processo seletivo um impulsionador para os mais preparados e um estímulo para aqueles que ainda precisam se esforçar mais.

No que diz respeito a infraestrutura da IES é possível identificar a coerência com o número de vagas autorizadas e a estrutura existente, as salas de aulas são grandes e confortáveis, comportam aparelhos auxiliares aos docentes tais como multimeios, TVs, data show's, retroprojetores, DVDs, caixas de som, microfones etc.

A Instituição conta com salas de orientação específicas do curso, salas para atendimento docente e auditório.

Assim, para análise da pertinência e da viabilidade do número de vagas para o curso, o NDE elabora (e elaborará) em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a iniciação à pesquisa.

15.3. Sistema de Avaliação do processo de ensino aprendizagem

Entende-se avaliação como um processo de diagnóstico contínuo e sistemático. Dessa forma, como decisão institucional, o ponto de partida é entender que todo momento de avaliação não deverá ocorrer isoladamente, mas de maneira gradativa. Com isso, pretende-se tornar mais eficiente a assimilação e se necessário, a recuperação de conteúdo.

Outros aspectos que devem nortear o processo de avaliação são o de destacá-lo como instrumento de apoio ao desenvolvimento acadêmico. É conveniente ressaltar que o aluno executa aquilo que entende e não a interpretação que o professor dá às coisas. Ao acadêmico, a avaliação deve fornecer informações sobre seu próprio processo de aprendizagem. Deve permitir-lhe, não só demonstrar a aquisição dos conteúdos trabalhados através de estratégias variadas, como também oferecer subsídios para que possa refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem. Por isso, necessariamente, ocorrerá em vários momentos e privilegiará os aspectos qualitativos (capacidade de análise, síntese crítica e elaboração pessoal do aluno) sobre os quantitativos e favorecerá a compreensão dos processos mentais envolvidos na aprendizagem. Dessa forma, é imprescindível que o aluno conheça:

- b) no que está sendo avaliado;
- c) que parâmetros estão sendo avaliados;
- d) que valores ele está recebendo pela sua avaliação e o mais importante,
- e) o porquê da nota que lhe foi atribuída.

Há, a cada bimestre, mais de um instrumento de avaliação, obedecendo ao plano de ensino das disciplinas. Ao final de cada bimestre é aferida uma média do desempenho do graduando, resultante do conjunto das atividades realizadas.

O sistema e os critérios de avaliação obedecem, primariamente, às determinações estabelecidas pelo Regimento Geral da IES e fundamentalmente, à coerência que deve caracterizar qualquer processo avaliativo e permitir a detecção do ensino adequado do conteúdo estabelecido pelo currículo do curso.

A verificação do aproveitamento será feita por disciplina e por atividade integrante do currículo pleno, abrangendo a assimilação do conhecimento e a assiduidade, sendo ambas individualmente eliminatórias. Serão realizadas, no mínimo, duas avaliações semestrais por disciplina. A critério do professor, outros processos de avaliação poderão ser utilizados, com ênfase para aqueles que permitam avaliação continuada durante a execução de projetos, desde que aprovadas em colegiado previamente e previstas em plano de ensino.

A avaliação deverá ainda, oferecer subsídios para o professor. Será compreendida como processo de acompanhamento e compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades dos alunos para atingirem os objetivos propostos. A IES por meio da coordenação do curso orientará para que a avaliação ocorra no sentido de, além de diagnosticar a realidade, determinar os fatores de insucesso e orientar as ações para sanar ou minimizar as causas e promover a aprendizagem do aluno. Para isso, deve estabelecer sempre uma relação de coerência com o processo ensino-aprendizagem e com a concepção do curso. Em reuniões de colegiado e de coordenação acadêmica, os professores são motivados a diversificar os critérios de avaliação, com vistas a reorientar o processo de ensino quando necessário. Discute-se a forma de administração dos conteúdos aos acadêmicos, a forma de organização e construção das avaliações e atribuição de notas. Esse procedimento permite que os procedimentos de ensino não se distanciem dos pressupostos do projeto pedagógico do curso.

Na avaliação da aprendizagem os professores têm utilizado instrumentos formais, tais como testes e provas, no final de um período determinado. Porém isso se constitui em um momento de culminância de todo um processo de avaliação e não no único momento avaliado. Reconhece-se a importância de instrumentos formais de avaliação, porém não se focaliza a avaliação apenas no desempenho cognitivo do aluno.

A avaliação do desempenho escolar é realizada por intermédio de acompanhamento contínuo do acadêmico, é feita por disciplina, incidindo sobre frequência e aproveitamento. Dá-se por meio de provas (discursivas e de múltipla

escolha), seminários, estudos de caso, trabalhos (individuais e em grupo), exercícios dirigidos, participação em projetos, desafio integrador, compromisso do acadêmico com sua formação e com a consciência de sua atuação. O aproveitamento é expresso em notas, demonstradas em grau numérico de zero (0,0) a dez (10,0). Por recomendação da IES os professores realizam pelo menos duas avaliações a cada bimestre, uma em data determinada pelo professor (normalmente ao fim do primeiro mês do bimestre) e outra realizada em data pré-determinada em calendário escolar durante uma semana de provas.

A avaliação no Ugv - Centro Universitário, está voltada para o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e com os próprios métodos de investigação, que devem ser coerentes. Nesse sentido, é concebida como uma atividade séria e complexa, um processo sistemático de identificação da aprendizagem que atribui valor e por isso deve envolver diferentes momentos e diversos métodos e diferentes agentes.

Além de ser um instrumento de diagnóstico, necessário ao professor e ao aluno, a avaliação tem uma função muito importante à instituição como um todo. A análise dos resultados da avaliação da aprendizagem permite refletir, comparar ou rever, se necessário, os princípios filosóficos ou metodológicos propostos pelas suas diretrizes pedagógicas ou pelo próprio projeto pedagógico do curso. Visa planejar estratégias de intervenção pedagógica que objetivem a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Para que isso ocorra, é preciso que a avaliação seja um processo contínuo e não pontual, que possibilite o uso de diferentes estratégias e instrumentos.

A Coordenação de cada curso, em conjunto com a Secretaria, elaborará o calendário semestral para a realização de provas e exames finais. As condições para a aprovação por média e participação em exames finais são aquelas constantes do Regimento da IES

São realizados dois tipos de simulado, o Simulado Institucional, denominado “DNA – Dia e noite da avaliação” e o Simulado do Curso, denominado “Desafio Integrador”. O Simulado Institucional é uma prática instituída pelas coligadas da UB, mantenedora da IES, e organizado pelo NADU. O Simulado do Curso é organizado pelo colegiado do Curso de Medicina Veterinária, sob a orientação do Coordenador de Curso.

No Simulado DNA, a produção das questões é realizada pelos professores dos Colegiados das três Instituições coligadas, respeitando a Matriz de prova desenvolvida com base nas Portarias do Ministério da Educação, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais e o perfil do egresso, cobrando as competências e habilidades dos acadêmicos em cada questão da prova. O Desafio Integrador é elaborado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Medicina Veterinária. Ambas as avaliações têm como finalidade o fornecimento de dados estatísticos para a IES e para o Curso, a fim de se aprimorar o processo de ensino aprendizagem

Além das avaliações realizadas no âmbito do Curso, durante o percurso acadêmico, os egressos do Curso de Medicina Veterinária serão submetidos constantemente a avaliações somativas, realizadas após a finalização do processo de ensino aprendizagem. O ENADE é um exemplo de avaliação somativa que é considerada pelo colegiado para avaliação das práticas realizadas e orientação do processo de ensino-aprendizagem, a partir dos resultados obtidos nestas avaliações.

15.4. Simulado Institucional

O exame simulado compreende a preparação dos acadêmicos, por meio de simulação de uma situação concreta, similar às quais os acadêmicos e/ou egressos poderão se deparar na vida acadêmica ou em possíveis situações avaliativas para inserção no mercado de trabalho. Prevê a aplicação de questões, que exigem amplas habilidades de concentração e raciocínio, sendo os dados de desempenho dos cursos, turmas e individuais, importantes fontes de diagnóstico e planejamento para os Colegiados dos Cursos, para a Instituição, como um todo. Todos os acadêmicos regularmente matriculados na instituição estão automaticamente inscritos no simulado.

O Simulado Institucional é uma prática instituída pelas coligadas da UB, mantenedora da IES, e organizado pelo Núcleo de Ensino da IES. A produção das questões é realizada pelos professores dos Colegiados das Instituições coligadas, respeitando a Matriz de prova desenvolvida com base nas Portarias do Ministério da Educação, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais e o perfil do egresso, cobrando as competências e habilidades dos acadêmicos em cada questão da prova. Esta avaliação tem como finalidade o fornecimento de dados estatísticos para a IES

e para o Curso, a fim de se aprimorar o processo de ensino aprendizagem. Além das avaliações realizadas no âmbito do Curso, durante o percurso acadêmico, os egressos do Curso serão submetidos constantemente a avaliações somativas, realizadas após a finalização do processo de ensino aprendizagem. O ENADE é um exemplo de avaliação somativa que serão consideradas pelo colegiado para avaliação das práticas realizadas e orientação do processo de ensino-aprendizagem, a partir dos resultados obtidos nestas avaliações. Além dos simulados, o Desafio Integrador, que é parte integrante das avaliações discentes, possibilita o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e implicam informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes.

Desta forma, as avaliações realizadas possibilitam informações sistematizadas que são disponibilizadas aos estudantes, como mecanismos que garantam a sua natureza formativa. Dos resultados são originadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas, sejam por decisões coletivas do Conselho Superior, do Conselho de Pesquisa, do Colegiado de Curso, do NDE, ou ainda, da própria CPA, que acompanha todas as ações institucionais.

15.5. Desafio Integrador

O desafio integrador será uma avaliação contínua, que ocorrerá semestralmente no primeiro dia da semana das avaliações bimestrais do segundo bimestre, de forma acumulativa ao longo do curso, representando 30% da nota bimestral, e servirá como uma ferramenta de diagnóstico dos processos de ensino e aprendizagem a serem promovidos pela Instituição. Ao acadêmico, essa avaliação deve fornecer informações sobre seu próprio processo de aprendizagem, permitindo-lhe melhorar suas habilidades e competências ao longo do curso, mas também oferecer subsídios para que possa refletir sobre seu desempenho, dando condições para melhorá-lo.

Outro aspecto que deve nortear este processo avaliativo é o de destacá-lo como instrumento de apoio ao desenvolvimento acadêmico, visto que seus resultados serão tratados de forma a promoverem melhorias nos cursos, identificando possíveis deficiências curriculares, corrigindo-as, e potencializando os aspectos positivos de cada curso, contribuindo para a formação do perfil do nosso egresso.

Na elaboração do Desafio Integrador, o professor deve, não apenas dominar as suas técnicas de construção, mas também considerar que é de suma importância que o educando perceba a avaliação como um instrumento de desenvolvimento e crescimento próprio e não meramente classificatório. Por isso, tal avaliação privilegiará tanto os aspectos qualitativos, como quantitativos, trabalhando com questões objetivas, dissertativas, estudos de caso, cases de sucessos profissionais, análises críticas, participação em projetos, ou seja, gerando compromisso do acadêmico com sua formação e com a consciência de sua atuação.

Desse modo, a consideração conjunta do processo e do resultado permitirá ao coordenador do curso estabelecer interpretações adequadas sobre o seu desempenho, dos alunos e do próprio curso, permitindo-lhe identificar e sanar as deficiências curriculares, eventualmente com uma mudança na matriz curricular ou com a adaptação no ementário das disciplinas.

Por fim, destaca-se que ao privilegiar o caráter predominante da avaliação diagnóstica e formativa, tem-se como decorrência uma avaliação processual. De um lado, a avaliação diagnóstica ocorre conforme a necessidade de obtenção de informações acerca do educando e do curso, segundo a percepção do educador, de outro, os benefícios trazidos ao educando pelo acompanhamento gradativo do seu conhecimento adquirido.

16. COORDENAÇÃO DO CURSO

16.1. Atuação do coordenador do curso

A coordenação do curso é designada ao Coordenador do curso, nomeado pelo Reitor dentre os professores do curso. No Ugv - Centro Universitário, o Coordenador do curso de Medicina Veterinária desempenha um papel ativo na administração do curso, facilitando a conexão entre coordenação, direção e alunos por meio de atendimentos individuais ou em grupo, bem como em eventos coletivos. Além disso, ele promove, incentiva e participa de atividades acadêmicas e sociais, facilitando o diálogo entre a coordenação e os alunos, assim como entre a comunidade interna e externa.

O Coordenador tem as seguintes atribuições:

- Fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e horários estabelecidos;
- Distribuir encargos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão entre os professores do curso, respeitadas as especialidades, coordenando-lhes as atividades;
- Pronunciar-se sobre o aproveitamento de estudos de adaptação de acadêmicos transferidos e diplomados;
- Propor a admissão de monitores;
- Elaborar, juntamente com o NDE, o currículo pleno do curso de graduação, bem como suas modificações;
- Propor normas de funcionamento dos estágios curriculares;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento do Ugv - Centro Universitário.

A coordenação do curso está a cargo da professora Mestra Giovanna Gavazzoni, graduado em Medicina Veterinária em 2013, pelas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu – Uniguaçu e Mestra em Zootecnia (2016), pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora com 7 anos e meio de experiência no Ensino Superior na área da Medicina Veterinária. Possui dedicação integral ao Curso realizando 40 horas semanais distribuídas entre sala de aula e coordenação do curso. O regime de trabalho do coordenador possibilita o atendimento da demanda de

alunos considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, e a representatividade nos colegiados superiores.

Para cumprir essas responsabilidades, a Coordenação de Curso está estrategicamente localizada no prédio CTU - Centro Tecnológico Ugv,, dispondo de local próprio, dotado de salas com infraestrutura e equipamentos adequados, organização físico-espacial, integralmente voltada à facilitação e otimização do desenvolvimento das obrigações acadêmicas e atribuições administrativas diárias a cargo da Coordenador. Com equipamentos modernos e uma disposição espacial bem organizada, o local de trabalho da coordenação é capaz de atender às demandas institucionais, oferecer privacidade para reuniões individuais ou em grupo e proporcionar uma infraestrutura tecnológica avançada que suporta uma variedade de abordagens de trabalho.

Com o objetivo de cumprir sua missão educacional com excelência e garantir a formação de profissionais qualificados, o Curso de Medicina Veterinária adota uma abordagem estratégica no planejamento de suas atividades. Este planejamento é conduzido em conjunto pela coordenação, pelo núcleo docente estruturante e pelo colegiado de curso. O plano de ação da coordenação, elaborado anualmente, é devidamente documentado e compartilhado, incluindo indicadores de desempenho que são divulgados publicamente. Além disso, são estabelecidos planos para a gestão do corpo docente do curso, promovendo a integração e buscando constantemente a melhoria contínua.

Além disso, a coordenação de curso conta com os préstimos da Equipe Multidisciplinar, da Ouvidoria e da CPA – Comissão Própria de Avaliação, órgãos independentes, dotados de estrutura e atribuições específicas, e que, numa perspectiva totalizadora e integrativa, contribuem sobremaneira à condução pedagógico-didática das inúmeras atividades acadêmicas.

16.2. Participação efetiva do coordenador do curso

A Coordenação do Curso de Medicina Veterinária do Ugv - Centro Universitário participa efetivamente dos órgãos colegiados acadêmicos da instituição. Esta participação se dá por meio de reuniões e discussões referentes ao andamento do curso em particular e da IES como um todo.

O Conselho Superior (CONSU), órgão máximo de deliberação do Centro Universitário é composto pelo Reitor, seu presidente; pelos coordenadores de curso; por representantes da Mantenedora; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos; por um representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação para mandato de um ano, permitida a recondução.

O Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa, é constituído pelo Reitor, seu presidente; pelos coordenadores dos cursos; por professores em exercício, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitido a recondução; por representante discente, indicado pelo respectivo órgão de representação, com mandato de um ano, permitida a recondução.

A Coordenadoria do curso é integrada pelo Colegiado, para as funções deliberativas e pelo Coordenador do curso, para as tarefas executivas. O colegiado do curso é constituído pelos professores das disciplinas que ministram aulas no curso e um representante do corpo discente. O colegiado é dirigido pelo coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo professor decano do curso. O colegiado do curso reúne-se ordinariamente em datas fixadas no calendário escolar e extraordinariamente quando for necessário.

A Coordenação do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, subordinada hierarquicamente e de modo imediato à Pró-reitora acadêmica, no desenvolvimento de suas atribuições regimentais, dispõe do auxílio direto do apoio de curso e da secretaria acadêmica, setores estes que, compostos por equipes técnico-administrativas qualificadas, realizam função executiva, de apoio e formalização, às todas as ocorrências e procedimentos acadêmicos (atividades de iniciação à pesquisa e iniciação científica, extensão, visitas orientadas, atividades complementares, trabalho de curso...), afetos à sistemática de ensino e aprendizagem constante na legislação e diretrizes educacionais vigentes.

Como todo o corpo docente, está incluído no PCCS – Plano de Cargos, Carreira e Salários, o qual conta com regime de trabalho próprio e individualizado, todas as atividades de caráter acadêmico (condução de pesquisa, orientação de iniciação científica, desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado, projeto de extensão, atividades complementares), encontram-se submetidas à administração e supervisão da Coordenação do Curso.

16.3. Plano de Ação da Coordenação

Toda a articulação da Gestão do Curso de Medicina Veterinária é realizada pela Coordenação, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado de curso. As ações conjuntas são embasadas por um plano de ação detalhado, documentado e divulgado publicamente. Esse plano não apenas orienta as atividades do curso, mas também serve como um instrumento de gestão e avaliação, incorporando indicadores de desempenho da coordenação e do corpo docente para direcionar e ajustar as estratégias conforme necessário.

A elaboração do Plano de Ação segue a premissa de planejar todas as ações da coordenação, do curso e do NDE, estabelecendo metas, objetivos e indicadores mensuráveis para orientar as atividades. Em caso de necessidade, o Plano de Ação pode ser revisado e ajustado durante sua execução, levando em consideração condições específicas.

Esse planejamento é dividido em três dimensões - gestão/organização, pedagógica e político/institucional - para abranger uma ampla gama de aspectos relevantes para a gestão do curso. Serve como um guia para estabelecer metas e ações de curto, médio e longo prazo, alinhadas com os objetivos definidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Medicina Veterinária. O plano de ação da coordenação do curso de Medicina Veterinária foi aprovado pelo colegiado.

17. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

17.1. Representatividade e funcionamento do Núcleo Docente Estruturante, da Coordenação e do Colegiado de Curso

A estrutura organizacional do Ugv - Centro Universitário é composta por órgãos colegiados deliberativos e órgãos executivos, divididos em dois níveis hierárquicos: administração superior e administração básica. Os órgãos deliberativos da administração superior incluem o CONSU e o CONSEPE, enquanto os órgãos executivos englobam a direção geral, coordenação acadêmica, planejamento e administração, de pós-graduação, iniciação à pesquisa e extensão e procuradoria institucional. Por sua vez, os colegiados de curso, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e as coordenações dos cursos são órgãos da administração básica. Além

disso, existem órgãos de apoio, como secretaria acadêmica, coordenação financeira, biblioteca, pessoal técnico-administrativo e ouvidoria. Esse fluxograma organizacional não impede a criação ou modificação de cargos, funções e atribuições conforme as necessidades específicas da Instituição.

O processo de ensino e aprendizagem no Ugv - Centro Universitário começa com o planejamento reflexivo do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), que é elaborado por meio de articulação e discussão entre o NDE e o Colegiado de Curso. Nesse processo, busca-se contemplar as habilidades e competências essenciais para a formação de profissionais capazes de intervir na realidade, em conformidade com os princípios e objetivos educacionais do Centro Universitário, conforme estabelecido no PDI, e com o perfil do egresso delineado no PPC do Curso. Assim, o regimento interno da Instituição atribui ao Colegiado de Curso, ao NDE, à Coordenação e ao corpo docente a responsabilidade conjunta pela concepção do Projeto Pedagógico, alinhando-o com a formação do estudante de acordo com o perfil e as competências desejadas.

17.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do curso de Medicina Veterinária e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

O NDE do curso de Medicina Veterinária é formado por um conjunto de professores composto por 5 professores do corpo docente do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e/ou parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

As atribuições do núcleo docente estruturante são:

- Criar, implantar, atualizar e consolidar o Projeto Pedagógico do curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- Estabelecer e consolidar o perfil profissional do egresso do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;

- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade; acompanhar e propor formas de integralização das atividades complementares do curso;
- Acompanhar as atividades do corpo docente;
- Acompanhar e supervisionar alunos em estágios curriculares não obrigatórios.

Os integrantes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina Veterinária estão descritos na tabela abaixo:

Professores integrantes do NDE

Professor	Função
Me. Giovanna Gavazzoni	Presidente
Me. João Estevão Sebben	Membro
Dra. Fabiana Kalichak	Membro
Dra. Bruna Rayet Ayub	Membro
Dr. Diego Lunelli	Membro

De acordo com a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de JUNHO de 2010 – o NDE deve “ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso”.

Titulação do NDE

PROFESSORES COMPONENTES DO NDE		
INDICADOR	Nº DE PROFESSORES	%
Especialistas	0	0
Mestres	2	40
Doutores	3	60
Total – Corpo Docente	5	100 %

Segundo a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de JUNHO de 2010 – o NDE deve ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Regime de trabalho do NDE

PROFESSORES COMPONENTES DO NDE		
INDICADOR	Nº DE PROFESSORES	%
Integral	1	20
Parcial	4	80
Total – Corpo Docente	5	100 %

Segundo a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010 – o NDE deve ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 2 vezes por semestre (uma vez no início do semestre e uma vez ao final do semestre) e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares. As decisões do Núcleo são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

18. CORPO DOCENTE

18.1. Institucionalização e atuação do colegiado

O colegiado de curso exerce funções técnicas de decisão, coordenação e assessoramento das atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão nos cursos superiores do Ugv - Centro Universitário. Suas atribuições incluem a elaboração anual do plano de atividades do curso em conjunto com a coordenação do curso, a aprovação do projeto pedagógico, a análise e encaminhamento para aprovação de programas e projetos de iniciação científica e extensão, a aprovação dos regulamentos de estágio, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso, bem como a normatização das atividades de monitoria discente, incluindo a seleção de monitores. Além disso, cabe ao colegiado sugerir medidas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades dos cursos, e opinar sobre assuntos relevantes que lhe sejam apresentados.

O Colegiado de Curso, juntamente com o NDE é responsável pela concepção do perfil profissional do egresso, pela concepção pedagógica do curso, pela formação das diretrizes educacionais do Curso e pela análise das demandas referentes ao curso, oriundas da população discente, além das demandas atinentes ao curso de Medicina Veterinária, conforme previsto nos artigos 5º, 6º e 32 a 35 do Regimento Interno da IES:

Art. 5º O funcionamento dos órgãos colegiados deliberativos obedece às seguintes normas:

I - as reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico anual são convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;

II - os órgãos funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decidem por maioria simples, salvo nos casos previstos neste Estatuto e Regimento;

III - nenhum membro do Conselho ou Colegiado pode participar de sessão em que se aprecie matéria de seu interesse particular;

IV - as reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número de membros;

V - é obrigatório, e tem preferência sobre qualquer outra atividade, o comparecimento dos membros às reuniões dos Conselhos ou Colegiados;

VI - das reuniões será lavrada ata, lida e assinada pelos membros presentes, na mesma sessão ou na seguinte.

§ 1º São adotadas as seguintes normas nas votações:

a) o presidente do Conselho ou do Colegiado participa da votação e, no caso de empate, terá o voto de qualidade;

b) os membros dos Conselhos que acumulem cargos ou funções têm direito a tantos votos quantos forem os cargos acumulados;

- c) a votação é simbólica podendo, mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta do órgão, ser nominal ou secreta;
- d) decidem por maioria simples, salvo nos casos previstos neste Estatuto e Regimento;
- e) não é admitido voto por procuração.

§ 2º As decisões dos Conselhos podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, portarias ou instruções normativas a serem baixadas pelos

Presidentes dos Conselhos.

Art. 6º O Presidente dos Conselhos pode pedir reexame das decisões, após a reunião em que tiverem sido tomadas, convocando o respectivo órgão para conhecimento de suas razões e para deliberação final.

§ 1º A rejeição ao pedido de reexame pode ocorrer somente pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros componentes do respectivo órgão.

§ 2º Da rejeição ao pedido, em matéria de assunto econômico ou financeiro, há recurso *ex officio* para a Mantenedora, no prazo de dez dias, sendo a decisão considerada final.

Art. 32 Cada Colegiado de curso é constituído pela totalidade dos docentes do curso e 1 (um) representante do corpo discente.

Art. 33 O Colegiado de Curso é dirigido pelo Coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo Coordenador Adjunto.

Parágrafo único - Na ausência ou inexistência de Coordenador Adjunto, o Coordenador será substituído pelo professor decano do respectivo curso.

Art. 34 O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente, em datas fixadas no calendário escolar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação do Reitor ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 35 Compete ao Colegiado de Curso:

I - aprovar os programas e planos de ensino dos professores que atuam no curso respectivo;

II - elaborar os projetos de ensino, Iniciação a Pesquisa e extensão e executá-los depois de aprovados pelo CONSEPE e/ou pelo Conselho Superior;

III - acompanhar o andamento do curso nas disciplinas e atividades de ensino que o integram, propondo as alterações que julgar necessárias;

IV - promover a integração dos planos de ensino das várias disciplinas, elaboradas pelos docentes, para a organização do programa didático do curso;

V - propor alterações no currículo do curso, bem como sugerir normas, critérios e providências em matéria de sua competência.

VI - exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Estatuto e Regimento.

O Colegiado do Curso de Medicina Veterinária é composto por todos os docentes do curso e pela representação discente de um aluno do curso. O processo de escolha desse aluno é realizado através da escolha feita pelos próprios alunos representantes das turmas do curso, conforme dispõe o regulamento do colegiado de curso da Instituição. Reúne-se ordinariamente, duas vezes por semestre, em datas fixadas no calendário escolar, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação da IES ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros. As reuniões são registradas em atas que poderão ser consultadas na Instituição ou virtualmente, uma vez que o colegiado se utilizará do

sistema indicado pela IES para armazenamento virtual dos documentos do curso, inclusive atas de colegiado e NDE.

O fluxo de encaminhamento das decisões do colegiado, do NDE e da Instituição em geral respeita o disposto no Regimento Interno da IES e as competências individualizadas de cada um dos órgãos de gestão ou apoio a gestão. Após homologação final da decisão pelo órgão competente a decisão poderá tomar formato de ato de nomeação, resolução, portaria etc., a depender do conteúdo do ato normativo ou de sua natureza jurídica. O ato normativo será emitido pelo representante do órgão de instância final de análise.

O colegiado de curso, como os demais órgãos da instituição, está devidamente estabelecido, regulamentado e organizado. Seu planejamento é institucionalizado e amplamente discutido, envolvendo representantes tanto discentes quanto docentes. As reuniões são realizadas regularmente, conforme determinado calendário acadêmico, e suas decisões são registradas de forma física e virtual, seguindo o fluxo interno estabelecido para encaminhamento das deliberações. Quando alcançam a instância final, as decisões são formalizadas como atos normativos próprios. O colegiado dispõe de um sistema de suporte para registro, acompanhamento e execução de processos e decisões, além de realizar avaliações periódicas de seu desempenho, visando implementar ou ajustar práticas de gestão.

É pertinente destacar que o colegiado de curso se utiliza de diversos instrumentos institucionais e de curso para avaliação periódica de seu desempenho, do desempenho acadêmico discente, das práticas pedagógicas de ensino, iniciação à pesquisa, iniciação científica e de extensão. A autoavaliação do curso, realizada em conjunto com a CPA da IES é uma ação pedagógica integrada que contribui para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir potencialidades do curso de Medicina Veterinária, a partir de informações colhidas institucionalmente sobre a atuação do Coordenador e do Colegiado de Curso, dos procedimentos de avaliação, da atuação docente, do cumprimento dos objetivos do curso, dentre outras. Além disso, o colegiado se utiliza de informações estratificadas que são obtidas através das diversas formas de contato com o acadêmico, tais como, central do aluno, Equipe Multidisciplinar, reuniões periódicas, representação discente de turmas, atlética acadêmica, ouvidoria e e-mail institucional da coordenação. O conjunto de avaliações que é composto por ENADE, avaliações externas do Ministério da Educação, relatórios do censo da educação,

simulado preparatório de carreiras, empregabilidade de egressos e índice de inserção de estagiários durante o curso compõem o complexo de informações destinadas à identificação dos aspectos positivos e negativos das práticas pedagógicas realizadas no curso. Esses resultados são analisados pelo colegiado e utilizados para a reavaliação das atividades didáticas e do próprio PPC.

18.2. Da política de contratação docente

A contratação de docentes pela IES é solicitada pela Coordenação do Curso, a partir da necessidade de contratação condizentes com as atividades do Curso. Na solicitação de contratação, o Coordenador definirá o perfil ideal para o preenchimento da vaga existentes, utilizando os critérios de domínio técnico e profissional, em conformidade com as diretrizes de ensino da Instituição e com a legislação vigente. Além disso, a Coordenação deverá indicar a titulação mínima que o candidato deve possuir, o regime de trabalho e, se for o caso, a experiência profissional, respeitadas as normas internas de manutenção de 20% de professores com regime de trabalho integral e de 33% dos professores com titulação *stricto sensu*. Para ser contratado o docente deverá ter a titulação mínima especificada e disponibilidade para ministrar aulas. A diretriz para a composição do quadro docente assegura o equilíbrio entre professores com formação acadêmica (especialização, mestrado e doutorado) e aqueles com experiência profissional, privilegiando a experiência no magistério superior.

A equipe de professores do Curso de Medicina Veterinária desta IES, é composta por docentes especialmente vocacionados ao magistério. Relevante identificar que grande parte dos professores trabalha nas áreas de formação e qualificação e/ou nas áreas de atuação profissional e de atuação e produção acadêmica, bem como possui 4 egressos da IES o que demonstra a preocupação da coordenação e da IES em dimensionar com competência as atribuições docentes, potencializando a excelência de ensino, de pesquisa e de extensão.

Para manutenção da qualidade do corpo docente e aperfeiçoamento das características necessárias para o exercício da docência, os professores do curso de Medicina Veterinária são inseridos na política de formação e capacitação docente da Instituição desde o ingresso no colegiado. Todos os professores precisam participar das formações docentes e, a depender dos resultados obtidos nas avaliações

institucionais e nos demais instrumentos de autoavaliação do curso, são convidados a participar de formações específicas. Ademais, o curso se utiliza de relatório de estudo que, considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstra e justifica a relação entre a titulação do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula para gestão das atividades docentes, das potencialidades e fragilidades de cada profissional.

A formação dos profissionais do corpo docente atende às necessidades estabelecidas pelo PPC do curso conforme descrito no relatório de adequação docente produzido pelo NDE do Curso.

18.3. Titulação do Corpo Docente

Dos 11 docentes vinculados ao curso, 03 possuem doutorado, 07 são mestres e 1 é especialistas. Assim, o percentual de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu é de 90,91%. Percentual de doutores é de 27,27%.

O curso utiliza um relatório de estudo preparado pelo NDE. Esse relatório, baseado no perfil do egresso delineado no PPC, evidencia e justifica a correlação entre a formação acadêmica prevista do corpo docente e sua performance em sala de aula. Ele destaca a capacidade dos professores de analisar os conteúdos dos cursos, enfatizando sua relevância para a prática profissional e acadêmica dos alunos. Além disso, o relatório busca promover o pensamento crítico, fornecendo acesso a literatura atualizada para enriquecer os debates em sala de aula. Ele também visa conectar o conteúdo do curso com os objetivos do programa e o perfil esperado dos graduados. Por fim, o relatório busca estimular a produção de conhecimento através de grupos de estudo e incentivar a publicação acadêmica.

18.4. Experiência Profissional do Corpo Docente

Dos 9 professores definidos para o curso de Medicina Veterinária, todos possuem mais de 4 anos de experiência profissional além da experiência docente (100%). A experiência profissional do docente do curso de Medicina Veterinária é importante não apenas pela amplitude de contextualização que a experiência

proporciona, mas, principalmente pela possibilidade de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. A experiência profissional dos docentes no curso de Medicina Veterinária é crucial por várias razões. Primeiramente, ela permite uma ampla contextualização do conteúdo ensinado em sala de aula. Isso significa que os professores podem trazer exemplos reais e casos práticos da sua própria experiência, o que torna o aprendizado mais vívido e relevante para os alunos.

Além disso, a experiência profissional dos docentes possibilita a aplicação prática da teoria em diferentes áreas do currículo do curso. Os professores podem demonstrar como os conceitos teóricos se traduzem no mundo real da prática veterinária, em áreas como diagnóstico, tratamento, cirurgia, manejo de animais, entre outras. Isso ajuda os alunos a entenderem a importância e a aplicação prática do que estão aprendendo, preparando-os melhor para enfrentar os desafios da profissão após a formatura.

Os docentes da IES são contratados conforme regimento próprio, atendendo aos requisitos básicos de titulação mínima de especialização, dando prioridades para pós-graduados em stricto sensu, com experiência na docência do magistério superior e experiência profissional na área de formação e também a atenção à carga horária destinada a cada docente, obedecendo aos requisitos exigidos pelo documento da Instituição.

O regime de trabalho do corpo docente previsto possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelos docentes contratados em Regime Parcial e Integral destacam-se a orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, orientação de Iniciação Científica, orientação de Estágio Supervisionado, orientação de monitoria, organização de Atividades Extracurriculares, participação no NDE, Gestão das Atividades Acadêmicas do Curso, Atividades de Extensão e Pós-Graduação.

19. INFRAESTRUTURA

19.1. ESTAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM TEMPO INTEGRAL –TI.

A Instituição disponibiliza de salas/estação de trabalho para cada um dos docentes em regime de trabalho integral, algumas individuais, outras de uso coletivo pelos docentes integrais. As salas são dispostas conforme as necessidades da IES e do Curso a que está vinculado o professor Integral. Todas as estações aos docentes integrais são dotadas de infraestrutura de informática, e acessíveis por meio de elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

19.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DE CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A coordenação do curso está instalada em uma sala individual, com computador com acesso à internet e acesso a rede sem fio, mesa, telefone, armário para a guarda de documentos e demais acessórios pertinentes à sua atividade. Tem também apoio técnico-administrativo. Os integrantes do NDE e os docentes em tempo integral e parcial, dos cursos existentes na IES, atualmente, possuem uma sala específica com 20 m², localizada no edifício CTU, também com computadores com acesso à internet, ramal telefônico, acesso a rede sem fio e apoio técnico administrativo.

19.3. SALA DOS PROFESSORES

A IES possui três salas de professores, equipadas com computadores com acesso à internet e também com rede sem fio. As três salas dispõem de poltronas, cadeiras e mesas para que o trabalho do docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas, bem como mesa de pebolim, dardo e tabuleiros de xadrez e damas para os momentos de descontração. São disponibilizadas ainda salas de reuniões junto às salas dos professores, na Sede, uma sala de (30,0 m²), sala de

reuniões no Prédio Francisco Cléve (8m²) e uma no CTU (10m²), amplas e arejadas para as atividades a que se propõem, cujo uso depende de agendamento prévio.

19.4. SALAS DE AULA

Todas as salas de aula estão equipadas com carteiras em excelente estado de conservação e cadeiras estofadas. Possuem cortinas para isolamento de iluminação externa, quadro branco, tomadas para a instalação de equipamentos didático-pedagógicos (Datashow). Possuem ventiladores e iluminação com lâmpadas de LED em quantidade adequada para garantir o conforto dos alunos. Existem salas para turmas de 25 a 50 alunos, procurando manter uma média de 1,50 m² por aluno.

19.4.1. SALAS DE AULA INOVADORAS

19.4.1.1. SMART

Sala de aula preparada para atividades que envolvam o Ensino Mediado por Tecnologia (EMT), focando na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na realização das Atividades Práticas Supervisionadas. A sala é munida de internet cabeada e sem fio, computadores, mesas e cadeiras, bem como tem um design próprio para a produção do conhecimento.

19.4.1.2. SALA DA LOUSA INTERATIVA

Sala de aula equipada com lousa interativa e digital, cadeiras confortáveis, buscando a integração entre Tecnologia, Teoria e Prática.

19.5. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A IES conta com laboratórios que atendem plenamente a formação dos acadêmicos dos cursos da Instituição, a fim de complementar o ensino teórico e permitir práticas fundamentais. Atualmente são 8 laboratórios de informática, que devem ser utilizados, única e tão somente, para atividades acadêmicas dos cursos; todos com acesso livre à internet. 6 deles estão localizados no CTU e 02 no edifício

Sede, nomeados como: laboratório I com 15 máquinas, laboratório II com 22 máquinas e laboratório III com 19 máquinas totalizando 56 computadores a disposição dos acadêmicos e dos professores do curso.

Os softwares instalados são solicitados pelos professores, conforme a necessidade de uso para as aulas práticas e atualizados constantemente, podem ser utilizados pelos acadêmicos indistintamente, cabendo solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Além dos laboratórios, a Instituição franqueia a utilização da internet wifi a todos os alunos que fazem uso de tablets e notebooks, sendo que a tecnologia empregada comporta amplamente a quantidade de usuários. Há softwares para baixa visão e cegos nos laboratórios e na biblioteca e na secretaria acadêmica.

A acessibilidade física e as condições ergonômicas dos equipamentos, propiciam a utilização por pessoas com necessidades de mobilidade e adaptação especiais. Os ambientes dos laboratórios são acessíveis por meio do uso de elevadores, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação (ar-condicionado), acústica, limpeza e conservação. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria, de atendentes e seguro contra acidentes, bem como, dos equipamentos de segurança necessários. Com computadores, bancadas de trabalho, acesso a rede wifi, quadros e telas de projeção. Ademais, disponibiliza ao público utilitário datashow.

19.6. BIBLIOTECA DIGITAL

Em 2019, o Ugv - Centro Universitário contratou uma biblioteca digital (Minha Biblioteca), com mais de 15 mil obras, com o objetivo de atender as demandas dos acadêmicos, professores e funcionários, aumentando o acesso a livros, facilitando a pesquisa e demais atividades. O acesso se dá via site da Instituição <https://www.integrafaculdades.com.br/biblioteca/index.php?ins=u>.

A Instituição reconhece que, mesmo diante do avanço das tecnologias e da crescente influência das mídias digitais e mecanismos de busca, as bibliotecas mantêm sua relevância fundamental na disseminação do conhecimento e da informação. Consciente desse cenário em constante evolução, a Biblioteca física da

IES se reinventa, atraindo tanto os frequentadores habituais quanto novos usuários, muitas vezes assumindo um papel central como referência sociocultural. Nesse contexto, o investimento na biblioteca permanece uma prioridade, seguindo rigorosamente o Plano de Reposição/Contingência de Acervo e o Regulamento de Uso da Biblioteca.

Além da Biblioteca física se manter como umas das principais fontes de informação, alguns fatores que vieram à tona com a era digital reforçam ainda mais a importância das bibliotecas na atualidade. Por isso, há fatos que justificam a permanência da biblioteca física na IES:

- **Os usuários continuam necessitando das bibliotecas:** por mais que os preços dos livros tenham caído e as versões digitais tenham angariado parte do mercado, nem sempre os usuários conseguirão comprar todos os livros e conteúdos que necessitam, logo, continuarão precisando das bibliotecas da mesma forma.

- **A dificuldade dos usuários em utilizar a tecnologia:** por mais corriqueiro que possa parecer, nem todos têm a facilidade em manusear os meios eletrônicos onde podem ser encontradas informações e as mais diversas publicações. Por isso, as bibliotecas continuarão sendo um dos principais locais de pesquisa, onde os usuários poderão encontrar a orientação precisa e segura dos bibliotecários.

- **As bibliotecas continuam atendendo as necessidades dos usuários:** um dos pontos cruciais para que qualquer tipo de estabelecimento se mantenha aberto é atender as necessidades básicas dos usuários que os procuram. Nesse quesito, as bibliotecas continuam alcançando seu objetivo, visto que têm se esforçado para atendê-los de forma mais eficiente, disponibilizando ferramentas que possam facilitar e otimizar o tempo que os usuários dispõem para estar nestes locais, bem como oferecem tecnologias que necessitam de menor esforço para que o acervo seja consultado e as informações sejam localizadas de forma mais rápida. As publicações digitais são exemplo disso, pois facilitam e dão agilidade a todo o processo de pesquisa dos usuários.

Mesmo com esses fatos e com a reputação de que as bibliotecas irão continuar sendo vistas como centrais de conhecimento, já existem novos modelos que oferecem experiências únicas e inovadoras aos seus visitantes e usuários. A extensão do acervo digital, a criação de programas de identificação e a digitalização de acervos e plataformas de visualização de objetos e publicações, bem como a criação de um

espaço colaborativo para pesquisadores devem tornar-se realidade no mundo da biblioteconomia atual.

Assim, a manutenção de uma biblioteca digital serve como expansão e processo de alcance para todos que necessitam de livros para suas atividades.

19.7. BIBLIOTECA WILHELM HEINRICH

A Biblioteca Wilhelm Heinrich tem como missão “Proporcionar aos alunos de graduação, pós-graduação, professores e colaboradores acesso aos suportes informacionais necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estimular a produção acadêmica e promover atividades interdisciplinares de incentivo à leitura e à pesquisa. Organizar e conservar os suportes informacionais”.

Está localizada no Edifício Francisco Cleve da Instituição e tem com um espaço exclusivo de aproximadamente 882,92 m², com 15 mesas para estudos individuais, 31 mesas reservadas para estudo coletivo em espaços isolados e 22 terminais de computadores com acesso em banda larga à internet.

A utilização da Biblioteca é destinada aos professores, alunos, egressos, corpo técnico-administrativo e à comunidade. A sua organização obedece aos objetivos dos cursos ministrados pela Instituição e é regida por Regulamento próprio e institucionalizado. É uma unidade técnica responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilizando seu acervo para consulta local ou empréstimo domiciliar. Seu horário de funcionamento é de 7h30min – 22h30min.

19.7.1. Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo da biblioteca é constituído por uma bibliotecária, uma encarregada, uma auxiliar de biblioteca, duas menores aprendizes e dez estagiários. Os treinamentos para o pessoal da biblioteca são realizados e organizados pelos Recursos Humanos da IES; o treinamento na operacionalização do sistema bibliotecário ocorre a cada atualização e entrada de novos atendentes. Os colaboradores da Biblioteca reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

19.7.2. ACERVO

O acervo encontra-se informatizado, permitindo acesso rápido e fácil ao conteúdo dos diferentes tipos de material bibliográfico (livros, multimídia, normas técnicas, teses e dissertações, trabalhos de Graduação e trabalhos de Pós-Graduação). A biblioteca mantém-se interligada a outras bibliotecas brasileiras, podendo solicitar, a pedido do acadêmico, empréstimo de obras raras e outros suportes. Disponibiliza reserva “on-line” por meio da página institucional www.uniguacu.edu.br. As normas específicas para uso do acervo e dos serviços encontram-se à disposição dos consulentes no Regulamento Interno da Biblioteca Wilhelm Heinrich do Ugv - Centro Universitário. A atualização do acervo é feita com base nas sugestões encaminhadas pela comunidade acadêmica.

19.7.3. POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A implantação da política de seleção e aquisição serve à constante atualização e manutenção da qualidade do acervo, e esta deve ser incorporada como filosofia e metodologia no trabalho da equipe responsável pelo desenvolvimento de coleções da Biblioteca. O processo de seleção das obras a serem adquiridas parte da indicação dos docentes e passa por uma comissão, composta pela direção, bibliotecário e coordenação dos cursos. É primordial que se estabeleça uma política de seleção para evitar que a coleção se transforme em um agrupamento desajustado de documentos, por este motivo foram estabelecidos alguns critérios com o objetivo de:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da Instituição;
- Identificar os elementos adequados à formação da coleção;
- Desenvolver programas cooperativos;
- Estabelecer prioridade de aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de material.

A formação do acervo deve ser constituída através de uma política de aquisição que prevê a aquisição de diferentes tipos de materiais, tais como: Obras de Referência, Livros, Periódicos, Fitas de Vídeos, DVD entre outros. Os materiais adquiridos devem atender as seguintes finalidades:

- suprir os programas de ensino dos cursos da Graduação e Pós Graduação da IES;
- dar apoio aos programas de iniciação à pesquisa e extensão da Instituição;
- fornecer obras que elevem o nível de conhecimento geral e específico de seus acadêmicos e colaboradores;
- resguardar materiais que resgatem a história da Instituição, como publicações e materiais sobre a mesma.

19.7.4. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Corresponde ao material bibliográfico indispensável para o desenvolvimento das disciplinas e considerado de consulta obrigatória. É adquirida em processo contínuo, segunda indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo três títulos, sendo que o número mínimo de exemplares de cada título é calculado na base de 01 (um) para cada 10 (dez) vagas ofertadas.

19.7.5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A literatura complementar compõe-se de livros nacionais ou importados necessários à complementação e atualização de bibliografias, seja em nível de pesquisa ou conteúdo programático das disciplinas oferecidas na Instituição, bem como para o desenvolvimento de atividades administrativas. É adquirida em processo contínuo, segundo indicação de professores e coordenação de curso, visando sua composição, com no mínimo três títulos, sendo que o número mínimo de exemplares de cada título é igual a dois.

19.8. INSTALAÇÕES

As instalações gerais da IES têm três edificações, denominadas Unidades. Possui estacionamento destinado aos alunos, professores e funcionários. Possui atualmente 75 salas de aula que comportam aproximadamente 50 alunos cada, distribuídas em 3 Blocos.

No Prédio Francisco Cléve está localizada uma das salas dos professores, o setor administrativo (Financeiro, Biblioteca, Compras, Central de Atendimento ao Aluno - CAU, Cantina, Empresa Júnior, Sala de Atendimento aos alunos, dos

professores e Coordenações e Instalações Sanitárias, além do Salão Nobre Wilson Ramos Filho com capacidade para 180 pessoas.

No Prédio Sede estão localizados: Sala de Operação de Monitoração de Segurança, 2 laboratórios de informática, laboratórios para os cursos da saúde, salas de aula, salas de estudos, salas de Orientação e Atendimento de alunos, Saguão de Convivência, Cantina e Instalações Sanitárias. No Prédio Centro Tecnológico ficam: Salas de Aula, Salas de Orientações e Atendimento aos alunos, Sala dos Professores e Coordenações, Salão Nobre “Edson Aires da Silva” com capacidade para 400 pessoas, 6 laboratórios de Informática, Laboratório de Robótica, Laboratório de Hardware e Redes de Computadores, Clínica de Odontologia, Cantina e Instalações Sanitárias. No Bloco da Saúde estão localizados: Secretaria Acadêmica, Salas de Orientação e Atendimento aos alunos, Salas de aula, laboratórios de informática, Sala de Professores e Coordenações, Laboratórios de Saúde, Engenharias e Psicologia e Instalações Sanitárias.

Todos os Prédios são dotados de recepção com atendimento de recepcionistas e da equipe de atendimento. Todas as recepções possuem vigilância por circuito interno de televisão, mobiliário adaptado e equipamento de atendimento informatizado. Todos os espaços da Instituição são dotados de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, com excelente iluminação e acústica, ventilação, limpeza e conservação.

Além disso, a IES possui cantinas, laboratórios de informáticas – com 185 computadores, 61 datashows e 8 laboratórios para realização de aulas práticas. Todos os ambientes da estrutura física possuem luminosidade agradável e ventilação adequada, acústica e espaço adequados ao desenvolvimento dos trabalhos. O mobiliário e os equipamentos estão apropriados às atividades e necessidades de cada setor, além de serem adaptados em relação às normas de acessibilidade.

Em todas as instalações prediais existem banheiros para pessoas com necessidades especiais. As instalações são higienizadas, diariamente, por equipe de serviços gerais da própria IES. O acesso aos prédios é feito através de rampas e escadas, além de elevadores e plataformas para pessoas com necessidades especiais. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc). Há ainda uma central de Tecnologia de Informação que gerencia sua rede de informática.

Para atender às necessidades específicas do curso de Medicina Veterinária, as instalações incluem uma Clínica Veterinária Escola, equipada com salas de consulta, laboratórios especializados e 2 centros cirúrgicos, sala de indução e recuperação, sala de diagnóstico por imagem e tratamentos veterinários avançados. Além disso, a instituição dispõe de uma ampla Fazenda Experimental, proporcionando um ambiente ideal para a realização de aulas práticas. Nessa fazenda, os alunos têm acesso a áreas de pastagem, instalações para o manejo adequado dos animais, e locais projetados para a observação e estudo do comportamento animal.

A conexão com a rede mundial de computadores se dá por fibra ótica. Todos os espaços da IES possuem rede wireless. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc)..

A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc). Em anexo a todas as salas de Professores há espaço próprio destinado ao atendimento aos alunos. Além disso, nos Blocos II e III, da Saúde e do Centro Tecnológico há salas específicas destinadas para o atendimento acadêmicos aos alunos por professores e Coordenadores, além de orientações de Trabalhos de Curso e Estágios. Junto da biblioteca da instituição há mais salas de atendimento e orientação aos acadêmicos que estejam desenvolvendo trabalho de conclusão de curso.

Além disso, há na Instituição um órgão específico destinado ao atendimento do aluno, denominado Central do Aluno. Na Central do Aluno o acadêmico encontrará atendimento para solução de questões administrativas e financeiras e será encaminhado para os demais atendimentos, acadêmico, psicopedagógico, assistencial ou que se julgar necessário. A Central do Aluno funciona em três turnos e realiza atendimento preliminar do acadêmico em quaisquer situações. Todos os espaços acadêmicos destinados ao atendimento do aluno são acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc). As instalações são higienizadas, diariamente, por equipe de serviços gerais da própria IES. O acesso aos

prédios é feito através de rampas e escadas, além de elevador para pessoas com necessidades especiais. Há ainda uma central de Tecnologia de Informação que gerencia sua rede de informática. A conexão com a rede mundial de computadores se dá por fibra óptica. Todos os espaços da IES possuem rede wireless.

19.9. Salas de Aula

A IES possui atualmente salas de aula que comportam aproximadamente 50 alunos cada. O Prédio Sede possui 20 salas de aula, o Prédio Francisco Cléve possui 30 salas e o Centro Tecnológico possui 25. Todas as salas de aula são dotadas de quadro-negro/quadro branco para canetas próprias e para projeção de imagens, carteiras, cadeiras, edital para divulgação de atividades e eventos. Todas as salas de aula são acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria de atendentes e seguro contra acidentes.

Todas as salas de aula estão equipadas com carteiras em excelente estado de conservação e cadeiras estofadas. Possuem cortinas para isolamento de iluminação externa, quadro negro ou branco, tomadas para a instalação de equipamentos didático-pedagógicos (TV, DVD, Datashow, Retroprojektor, etc.). Possuem ventiladores e iluminação com lâmpadas fluorescentes em quantidade adequada para garantir o conforto dos alunos. Existem salas para turmas de 25 a 50 alunos, procurando manter uma média de 1,50 m² por aluno.

19.10. Espaço de aula Smart e Sala de Aula Interativa

O Espaço Smart é mais um espaço com tecnologia para discussão e compartilhamento de diferentes modelos metodológicos de ensino. Além disso, a Plataforma Smart é um ambiente virtual destinado à construção do conhecimento, proporcionando distribuição e desenvolvimento das atividades acadêmicas. É um local tecnológico destinado a realização de atividades que demandem o uso de tecnologia para além dos laboratórios de informática. Ela é comumente destinada para o uso em

atividades de metodologias ativas. Neste ambiente os alunos dispõem de apoio tecnológico para acesso a plataforma virtuais, uso de computadores para realização das atividades, atendimento contínuo, suporte para uso de softwares específicos.

Na sala de aula Interativa, a IES também possui recursos tecnológicos diferenciados para utilização acadêmica e administrativa. Dentre esses equipamentos podem ser destacados a tela interativa, consistente em uma lousa digital, que é um tipo de tela gigante multitoque e permite interação com os conteúdos exibidos sem que seja necessário ir ao computador ou notebook repetidas vezes para passar um *slide*, rodar ou pausar um vídeo ou ampliar alguma imagem. Com uma lousa digital é possível fazer qualquer coisa que se possa pensar em termos de recursos computacionais, como multimídia, simulação de imagens, navegação na internet etc.

A Instituição conta também com a utilização e o fornecimento para os acadêmicos em aula, de óculos de realidade virtual, instalado na sala interativa. Normalmente são usados para explorarem jogos, cenários e lugares para que a pessoa se sinta dentro de um determinado ambiente. Esses equipamentos ganharam muito espaço na educação porque possibilitam que o aluno vá além dos livros e das aulas convencionais para interagir com o objeto de estudo, pois estar inserido no contexto do assunto e ser capaz de manipular o conteúdo, mesmo que virtualmente, contribui bastante com o aprendizado.

Atualmente, é viável de conhecer o que até então só foi visto em livros sobre os vários lugares, mesmo em tempos tão distantes. Com as simulações virtuais, é possível participar de viagens para locais distantes, expedições à Lua, procedimentos jurídicos, museus, dentre outras situações. A realidade virtual é, também, uma ferramenta muito útil para a criação de ambientes de teste, nos quais as pessoas podem fazer uma simulação de situações de risco.

19.11. Auditório

A IES possui dois salões Nobres destinados às atividades acadêmicas curriculares, extracurriculares e extensionista. O Salão Nobre “Wilson Ramos Filho”, comporta confortavelmente 180 pessoas sentadas, possui climatização ambiental por uso de ar-condicionado (2), equipamento de áudio e vídeo, transmissão por data show fixo com 1 tela retrátil, acesso à internet wi-fi e sala de controle e monitoramento interno. O “Salão Nobre Edson Aires”, comporta 400 pessoas sentadas possui

climatização ambiental por uso de ar-condicionado (4), equipamento de áudio e vídeo, transmissão por data show fixo com 3 telas retráteis, acesso à internet wifi e sala de controle e monitoramento interno. Ambos os locais são dotados de acessibilidade com sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, locais reservados para pessoas com mobilidade reduzida e obesos, rampa de acesso e plataforma elevatória, além de apresentarem excelente iluminação, acústica, ventilação, limpeza e conservação.

Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

19.12. Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI

Todos os docentes contratados em regime de trabalho de tempo integral possuem salas/gabinetes com disponibilidade de equipamentos de informática (computador/notebook/acesso wireless) com dimensões adequadas e condições de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade extremamente satisfatórias.

A Instituição disponibiliza salas/estações de trabalho para cada um dos docentes em regime de trabalho integral, algumas individuais, outras de uso coletivo pelos docentes. As salas são dispostas conforme as necessidades da IES e do Curso a que está vinculado o professor em período integral, dispõem de sofás, cadeiras e mesas.

As mesas disponíveis são coletivas e também há individuais, de modo que o trabalho do docente tenha a comodidade necessária às atividades desenvolvidas. É disponibilizada ainda uma sala de reuniões ampla e arejada para as atividades a que se propõem cujo uso depende de agendamento prévio. Todos os espaços de trabalhos destinados aos docentes integrais são dotados de infraestrutura de informática, e acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

Os docentes têm disponível café com leite, água e lanche, além disso, a IES possui cantina e restaurante para atender às demandas de cada colaborador proporcionando o melhor conforto em seu ambiente de trabalho. Quanto às instalações sanitárias (no total 82), porém há também específicas para os docentes

anexos às salas de trabalho, atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. Em todos os banheiros há pelo menos uma instalação sanitária plenamente acessível de acordo com as normas técnicas de acessibilidade e mobiliário para pessoas portadoras de necessidades especiais, e um espaço para a colocação de vestimentas como jalecos e uniformes.

19.13. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A sala da coordenação do curso é um espaço individualmente designado, equipado com um computador com acesso à internet, uma mesa de trabalho, telefone, armário para armazenamento de documentos e outros acessórios necessários para suas atividades. Além disso, há suporte técnico-administrativo disponível para auxiliar nas demandas da coordenação. Da mesma forma, os membros do NDE e os professores em tempo integral e parcial dos diversos cursos oferecidos pela instituição têm à disposição salas específicas, também equipadas com computadores, acesso à internet, linhas telefônicas, conexão Wi-Fi e suporte técnico-administrativo.

19.14. Sala Coletiva de professores

As salas de professores existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

O Centro Universitário possui 3 amplas salas de professores distribuídas entre os seus blocos. Nestas salas há bancadas disponibilizadas para o uso de equipamento próprio de informática e/ou computadores e equipamentos da instituição dentre eles scanner para digitalização de materiais, impressoras, Datashow, material pedagógico, telefone, acesso irrestrito à internet, via cabo ou wifi e demais equipamentos de informática. Há também equipe de apoio aos professores e coordenadores, com atendente que auxiliam nas solicitações acadêmicas e de equipamentos/materiais. As salas destinadas à permanência dos professores

possuem fornecimento de café e água ininterruptos e são dotadas de excelentes condições de manutenção, limpeza, iluminação, acústica, ventilação e segurança.

Cada uma das salas comporta confortavelmente os professores destinados ao bloco em que se localizam. As salas dos professores são localizadas em ambiente térreo e são plenamente acessíveis por meio de rampa de acesso, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, mobiliário adaptado e atendimento preferencial. Uma equipe de apoio sempre disponível para atender as demandas como: entrega de atas de avaliações e de aulas, entrega de avaliações, entrega de equipamentos (data show, som, microfone).

19.15. Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A IES possui atualmente 185 computadores para o acesso dos alunos, todos com acesso à internet, distribuídos em 8 laboratórios de informática, biblioteca e sala de orientação de TCC. Há, ainda, o acesso irrestrito de notebooks e smartphones na rede wireless da IES. Todos os dias um dos laboratórios e os computadores da biblioteca ficam abertos das 7h45 às 22h30, com acesso livre aos alunos. Os demais laboratórios, quando não utilizados em aulas, são disponibilizados aos alunos mediante solicitação ao setor de Núcleo de Tecnologia de Informação (NTI) da IES.

Os softwares instalados podem ser utilizados pelo acadêmico indistintamente, cabendo-lhe solicitar ao técnico responsável a liberação de senha. Não é permitida a cópia ou a instalação de quaisquer softwares nos equipamentos dos laboratórios, sem a prévia autorização, por escrito, de seu responsável. Os laboratórios de informática atendem às necessidades dos alunos em relação ao espaço e conforto, com softwares atualizados e investimento constante, sendo melhorada a capacidade de envio de dados da rede, aumentando a velocidade, conforme o aumento do número de alunos. Semestralmente os laboratórios de informática são avaliados pelos próprios alunos como parte da Avaliação Institucional da IES, oferecida pela CPA.

Além do laboratório, a Instituição franqueia a utilização da internet wifi a todos os alunos que fazem uso de tablets e notebooks, sendo que a tecnologia empregada comporta amplamente a quantidade de usuários. Há softwares para baixa visão e cegos no laboratório, na biblioteca e na secretaria acadêmica. A acessibilidade física, e as condições ergonômicas dos equipamentos, propiciam a utilização por pessoas com necessidades de mobilidade e adaptação especiais.

Os ambientes dos laboratórios são acessíveis, têm sinalização em braile, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação. Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria, de atendentes e seguro contra acidentes, bem como, dos equipamentos de segurança necessários. Ademais, disponibiliza ao público utilitário televisor, retroprojetor, data show.

Para as aulas práticas das disciplinas que preveem seu uso, são realizados agendamentos de acordo com a programação da disciplina realizada pelo docente. Há plano de contingência e atualização de equipamentos tecnológicos elaborado pelo setor responsável para o atendimento das necessidades dos alunos e docentes, assim como prevista a revisão periódica para a atualização e manutenção, essa última também há a previsão de acordo com a demanda.

19.16. Espaços de convivência e de alimentação

A Instituição conta com estrutura física moderna com boas dimensões, ótima iluminação, ventilação e conservação. Os blocos que compõem o prédio da Instituição, além de bem localizados (cerca de 3 kms do centro comercial da cidade), ainda, são todos dotados de segurança e acessibilidade (localizados em ambiente térreo, dotados de rampa de acesso, barras de apoio, sinalização em braile e sonora, piso tátil direcional, plataforma de elevação e mobiliário adaptado para atendimento, além de atendimento preferencial).

No que é pertinente aos espaços de convivência e alimentação, a IES conta com duas cantinas e um restaurante, todos dotados de circuito interno de televisão e monitoramento por equipe de atendentes institucionais. Os estabelecimentos, embora terceirizados, submetem-se, contratualmente, às normas institucionais de conservação e atendimento, pois são integrantes da avaliação institucional realizada pela CPA. Outros sim, o espaço destinado aos locais de alimentação e convivência são utilizados durante os períodos diurno e noturno.

19.17. Instalações Sanitárias

Quanto as instalações sanitárias existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Em todos os banheiros há pelo menos uma instalação sanitária plenamente acessível de acordo com as normas técnicas de acessibilidade e mobiliário para pessoas portadoras de necessidades especiais. Todos os banheiros são acessíveis por meio de rampas de acesso e/ou plataforma elevatória/elevador, sinalização em braile, sonora, direcionamento tátil, além de apresentarem excelente iluminação, ventilação, acústica, limpeza e conservação.

Todos os ambientes públicos da instituição são dotados de vigilância por circuito interno de televisão, vigilância por equipe específica e própria de atendentes e seguro contra acidentes. A instituição possui monitoramento eletrônico da estrutura física bem como equipamentos de segurança obrigatórios (Hidrantes, iluminação de emergência, extintores de incêndio, etc).

19.18. CAU (Centro de Atendimento Unificado)

O CAU Geral é o órgão concentrador das atividades administrativas acadêmicas da IES e obedece às normas estabelecidas no regimento do Centro Universitário Vale do Iguaçu, emanadas de órgãos superiores e ainda, da legislação vigente no que concerne à sua atividade.

A função do CAU é dar suporte aos setores a ela vinculados, providenciar arquivamento ordenado e seguro da documentação gerada pela administração acadêmica, atendimento aos acadêmicos (prestando informações, agilizando consultas e informando do andamento de processos acadêmico-administrativos de interesse do acadêmico). O CAU atende de segunda-feira a sexta-feira das 8h30min às 12h00min e 13h às 22h40min e aos sábados das 8h às 12h.

19.19. Organização do controle acadêmico

Os registros de notas e frequências são lançados no sistema acadêmico pelos professores e arquivados através do livro de chamada, em meio físico, pela secretaria em local apropriado, separados por ano/semestre, turmas e disciplinas. Da mesma forma, a documentação dos alunos e as solicitações protocoladas, são registradas no sistema e os documentos físicos arquivados em pastas individuais.

O acompanhamento do histórico do aluno é feito através de relatório expedido pela secretaria, através do sistema TOTVS, que emite uma cópia ao acadêmico, sempre, na renovação da matrícula ou a qualquer momento, pela consulta on-line no site do Centro Universitário. As coordenações também recebem uma via deste documento no final de cada período.

O sistema de trabalho adotado na Secretaria Acadêmica é o de divisão de tarefas, coordenadas pela Secretaria Geral que as distribui de acordo com as necessidades. As atividades realizadas são:

- Montagem e acompanhamento dos processos protocolados;
- Elaboração de documentos;
- Suporte aos professores na época de registro de notas e frequências;
- Matrícula de alunos de primeiro ingresso (calouros) e cursantes (veteranos) no início do semestre;
- Atendimento de telefone em assuntos pertinentes à secretaria;
- Atendimento de alunos no balcão;
- Atendimento de solicitações de professores e coordenadores;
- Arquivamento de documentos nas pastas individuais dos alunos;
- Emissão de documentos oficiais da IES;
- Emissão de certificados e encaminhamento de diplomação;
- Inscrições e controle de eventos da instituição.

19.20. Corpo técnico do CAU

O corpo técnico-administrativo do CAU é constituído por nove funcionários. Existe treinamento para o pessoal técnico-administrativo de operacionalização do sistema acadêmico, que ocorre a cada atualização. O corpo técnico-administrativo também é parte avaliada no processo de avaliação institucional. Os colaboradores do

CAU reúnem-se mensalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

20. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Guiado pela busca da excelência no ensino superior, o Ugv - Centro Universitário entende que todo aquele que adquire conhecimento tem o compromisso de garantir que a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades sejam minimizadas. Pautada nos preceitos da Constituição Federal de 1988 e demais instrumentos que regem a acessibilidade no âmbito educacional, segundo os quais deve ser garantido o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma, ou diferencial cognitivo, a Instituição crê que a inclusão não pode ser entendida apenas como a inserção, em sala de aula, de pessoa com deficiência ou diferencial cognitivo. Deve-se, adicionalmente, proporcionar-lhe condições de que adquira o conhecimento a partir de uma participação ativa de construção cognitiva e social.

Para isso, faz-se mister prever e providenciar recursos físicos e serviços de apoio especializado a fim de que o discente tenha condições de interagir socialmente no sentido de, conforme suas possibilidades, ingressar no mercado do trabalho. Por esse motivo, a Instituição inclui em seu PDI e nos PPCs dos cursos que oferece, além das condições de acessibilidade física, o atendimento pedagógico adequado aos alunos com deficiência visual e auditiva, com restrições de mobilidade permanente ou temporária, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, e reconhece e garante os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, por meio de ações que permeiam todas as dimensões da instituição.

20.1. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

O Ugv - Centro Universitário apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Em vista dos atos normativos que regem as questões de acessibilidade, e das referências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que tratam da normalização técnica no Brasil, do Centro Universitário Vale do Iguaçu desenvolve

ações que proporcionam condições igualitárias de acesso aos espaços para que todos possam usufruir de seus direitos da forma mais abrangente e menos restritiva possível.

Dessa maneira, tendo como pressuposto que, para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, a acessibilidade tem como princípio possibilitar e dar condições de alcance, percepção e acesso ao conhecimento, o Centro Universitário Vale do Iguaçu visa proporcionar a todos seus discentes, docentes e colaboradores, bem como à comunidade em geral, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização autônoma e segura do ambiente, dos equipamentos e dos elementos disponíveis na instituição.

Pautando-se na percepção das diversidades, evidencia-se a necessidade de que os espaços edificados adéquem-se de maneira que um leque cada vez maior de usuários seja atendido. Assim, é preciso pensar um ambiente livre de barreiras que beneficie todos os usuários e não apenas determinado segmento. Esse conceito de desenho universal, que busca pensar em todo usuário, planejando os espaços de forma mais abrangente e explorando a integração social, é uma tendência mundial e permeia os fundamentos do atendimento e respeito às pessoas com deficiência permanentes ou temporárias.

Para atender a pessoas portadoras de deficiências ou mobilidade reduzida permanente ou temporária, o Centro Universitário Vale do Iguaçu firma-se no disposto na Lei Nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000 (Acessibilidade) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050:

- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, V);
- ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, VI);
- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo - vias públicas, estacionamentos, parques, etc. (Capítulo II, Art. 3);
- disponibilização de rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Capítulo II, Art.5);

- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas (Capítulo II, Art.6);
- disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros (Capítulo II, Art.6);
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços (Capítulo IV, Arts. 7 e 11, Parágrafo Único), e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (Lei nº 7405);
- os edifícios dispõem de banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Capítulo IV, Art.11, IV);
- Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050), sendo utilizada principalmente nos seguintes locais:
 - a) entradas;
 - b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
 - c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
 - d) sanitários
 - e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
 - f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas; e
 - g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

Tendo em vista todos esses conceitos e os dispositivos legais levantados acima, o Centro Universitário Vale do Iguaçu promove a acessibilidade arquitetônica em todos os quesitos, quais sejam:

- **DIMENSÕES REFERENCIAIS DE DESLOCAMENTO:** cumpridas por meio de comunicação (visual e tátil) e sinalização (permanente, direcional, de emergência, e temporária).
- **USO DOS SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE ACESSO:** tanto para pessoas com mobilidade reduzida como para pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva.
- **SINALIZAÇÃO TÁTIL:** tanto do tipo alerta como direcional posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas,etc. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050). Além disso, uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de

circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050).

- **ROTAS DE FUGA e SAÍDAS DE EMERGÊNCIA:** sinalizadas com informações visuais.
- **RAMPAS:** seguem as orientações normativas e a acessibilidade é garantida nas rotas de maior fluxo de pessoas.
- **ELEVADORES:** conta com três elevadores para usos exclusivo de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- **VAGAS PREFERENCIAIS:** Há vagas de estacionamento preferenciais para veículos conduzidos ou que conduzam pessoas com deficiências.
- **BANHEIROS:** Há banheiros equipados com acessórios que garantem a possibilidade de uso por parte de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida permanente ou provisória.
- **ESPAÇOS PRIVATIVOS:** Os ambientes (laboratórios, salas de aula, biblioteca, auditórios e similares) contam com espaços reservados para com deficiência ou mobilidade reduzida.
- **SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL/AUDITIVA:** O uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual/auditiva para indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual, caso seja solicitado, poderá ser utilizado (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);
- **SINALIZAÇÃO SONORA:** Há possibilidade de uso de sinalização sonora, assim como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para que se alerte as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez), caso seja solicitado. (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);

Além dessas iniciativas, são realizadas avaliações periódicas dos espaços para manutenção dos dispositivos já instalados e para eliminação de possíveis e futuras barreiras físicas que possam ocorrer. Com isso, o Centro Universitário Vale do Iguaçu, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso sejam solicitadas, desde o acesso até a conclusão do curso,

quaisquer reivindicações formais previstas em lei no que se refere à acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e das comunicações.

Dessa forma, a acessibilidade física é respeitada, de maneira que todo membro do corpo discente, docente, colaboradores e comunidade em geral que apresente uma deficiência ou dificuldade permanente ou temporária, ou que necessite de quaisquer recursos suplementares para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais seja considerado. Todos os laboratórios, salas de aula, biblioteca, ambientes administrativos, auditórios, áreas de convivência possuem espaços reservados para pessoas em cadeiras de rodas, obesas ou com mobilidade reduzida além de mobiliário acessível e circulação acessível.

As rampas existentes estão todas adequadas e conforme a legislação vigente, nos locais onde não é possível atender a declividade máxima de 8,33%, foi possível deixar com declividade inferior a 12%, o que é plenamente permitido pela lei em casos de adequações de ambientes e as entradas principais estão equipadas com painéis, com mapas táteis. Os corrimãos estão adequados de acordo com a norma e com a indicação de Engenheiro contratado e habilitado.

As salas de estudo e mesas estão adaptadas aos alunos com deficiência assim como o balcão de atendimento e os terminais de consulta.

Entre as estantes de livros, o espaço é aquele preconizado pela NBR. Quanto à altura das estantes, são disponibilizados atendentes para auxiliar quaisquer pessoas que necessitem atingir a última prateleira de livros.

Salas de aula: A IES adquiriu kits de carteiras para cadeirantes e obesos e o acesso a todas as salas de aula está garantido por plataformas e elevadores e há identificação em Braille em todas as salas.

As dependências indispensáveis para o acesso do discente (secretaria, tesouraria, biblioteca, sala de estudos, salão nobre, cantina e área de convivência) comportam o trânsito de pessoas com deficiência através de rampas de acesso. Todos os prédios existentes também estão equipados com dependências sanitárias especiais. O mesmo ocorrerá com as instalações a construir.

8.2 Declaração e termo de compromisso

A UB – Unidade de Ensino Superior do Grande Vale do Iguaçu S/A. declara que as instalações de sua unidade educacional, situada à rua Padre Saporiti, 717, União da Vitória – PR., estão adaptadas para atender ao que determina a Portaria MEC nº 1679, de 02/12/99, em seu art. 2º, parágrafo único, alínea “a”, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras

a) para alunos com deficiência física:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira-de-rodas;
- adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira-de-rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros, e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira-de-rodas.

Presidente da Mantenedora

20.2. Acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações

Da mesma forma do que concerne à Acessibilidade Física, o Ugv - Centro Universitário apresenta plenas condições de garantia de acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

A acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações envolve estratégias que permitam o acesso do discente com deficiência ao currículo, à sua interação social, ao enriquecimento curricular, à compactação curricular, e/ou à aceleração de conteúdos ou de estudos, quando necessário. A partir desse conceito,

dentro das especificidades de cada disciplina, são determinados critérios para que os discentes com deficiência (desde deficiências ou dificuldades, até altas habilidades ou superdotação) sejam efetivamente incluídos no ambiente acadêmico.

No sentido de cumprir o disposto nos atos normativos concernentes à política de acessibilidade (ABNT, 2004; Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015) e tendo como finalidade garantir a adequação aos novos posicionamentos e métodos de ensino fundamentados em concepções e práticas pedagógicas inseridas a partir dos avanços conceituais postulados pelas teorias educacionais, o Centro Universitário Vale do Iguaçu, tanto na Graduação quanto nos seus Programas de Pós-Graduação, tem garantido adequações pedagógicas atitudinais para que as demandas dos discentes matriculados em seus cursos sejam supridas. Assim, na busca da excelência no ensino superior, o Centro Universitário Vale do Iguaçu promove a inserção da acessibilidade nas diferentes ações e setores da Instituição e destaca que o reconhecimento e a valorização da diferença humana, a partir da acessibilidade, constam de todas as demais políticas e programas da Instituição. Isso é evidente no planejamento e promoção de mudanças requeridas pelos atos normativos e no desenvolvimento de ações e programas garantam a transversalidade da educação especial.

Todas essas ações dão suporte para que se institua uma política de acessibilidade que compreenda a inclusão plena dos discentes com necessidades de atendimento diferenciado. Com isso, contempla-se a acessibilidade: nos processos de seleção de alunos; no planejamento e execução orçamentária; nos projetos pedagógicos dos cursos; na composição do quadro de profissionais; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações *on line*; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização e recursos acessíveis.

Assim é que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), articulam-se com os gestores institucionais e professores, no sentido de considerar os pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva. O objetivo principal de todo esse conjunto de atitudes visa a garantir a formação de futuros profissionais conscientes de sua responsabilidade social para que se construa uma sociedade democrática e tolerante com as diferenças.

Nessa perspectiva, compõem esse objetivo, ações referentes à:

- Reconhecimento da diversidade dos discentes que frequentam a Instituição;

- Inserção da educação inclusiva no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), planejando e promovendo as mudanças demandadas pelos atos normativos;
- Garantia a superação de barreiras físicas referentes aos instrumentos, aos utensílios e às ferramentas de estudo;
- Estrutura curricular considere possibilidades de diversificação curricular demandadas pelas diferentes necessidades que exijam atenção especial;
- Cumprimento das diretrizes inclusivas na instituição como um todo;
- Garantia da superação de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo, na forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional;
- Organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados tanto nos processos seletivos quanto no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Ampliação dos recursos de Tecnologia Assistiva disponíveis às pessoas com deficiência, tanto no que se refere a deficiências quanto no que se refere a altas habilidades e superdotação;
- Atendimento a pessoas com deficiência;

Entre as múltiplas possibilidades de apoio, estão à disposição, de acordo com o que preceitua a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, caso sejam solicitados, desde o acesso até a conclusão do curso, os seguintes recursos:

Oportunidade de responder às questões oralmente nos transtornos de aprendizagem específico da leitura e da escrita (Dislexia, Dislalia e Discalculia)

Possibilidade de tempo adicional para a resolução de provas escritas (em geral 25% a mais), para os casos de distúrbios de aprendizagem (como Dislexia e Discalculia) e Transtorno do Déficit de Atenção.

20.3. Recursos para pessoas com deficiência de natureza física

A atitude inclusiva da Instituição estimula a remoção de barreiras, respeita as diferenças e diversidades, e reconhece e promove a igualdade de direitos, além de propiciar condições de acessibilidade. Ela implica a articulação dos princípios e valores que são inerentes à formulação das políticas e das práticas institucionais nas esferas pedagógica e da gestão, com medidas que compreendam um conjunto de dimensões múltiplas, que apoiam-se na aceitação dos indivíduos sem preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminações.

Em conformidade com os dispositivos legais e políticos em que se assenta a política de acessibilidade referente à inclusão total dos estudantes (Brasil, 2001; 2004; 2006; 2008; 2011; 2015), o Ugv - Centro Universitário garante os recursos necessários à participação e aprendizagem de todos os discentes, não só os que apresentem quaisquer tipos de deficiências, mas também os demonstrem alguma dificuldade durante sua trajetória educacional.

Para que isso se realize, o Ugv - Centro Universitário dispõe de pessoal capacitado de diferentes áreas de formação no sentido de se contemplarem as mais variadas dimensões do conceito de acessibilidade. Portanto, os especialistas dos próprios corpos docente e técnico-administrativo sempre são consultados para que se efetivem as ações e adaptações necessárias.

20.4. Adaptabilidade para portadores de deficiência visual

Caso ocorra o ingresso de discentes com deficiência visual, o Ugv - Centro Universitário reitera seu dever de provimento de condições que possibilitem o acesso às atividades e aos meios pedagógico-educacionais, como adaptação de trechos de livros para dispositivo de software de leitura com sistema de síntese de voz, além de lupas e réguas de leitura.

Para que as pessoas com cegueira ou baixa visão possam ter acesso efetivo ao conjunto de ações pedagógicas, o Ugv - Centro Universitário poderá considerar a disponibilização dos seguintes equipamentos e serviços, de acordo com o que prescreve a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assumindo o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- assegurar à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo (LEI Nº 11.126);
- gravador e fotocopiadora que amplie textos (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação, e réguas de leitura (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
- scanner acoplado a computador (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009);
- presença de profissionais intérpretes de escrita em braile (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

20.5. Adaptabilidade para portadores de deficiência auditiva

O Ugv - Centro Universitário, de acordo com o que prescrevem a Lei 10.098/00, regulamentada pelo Decreto 5.296/04, e demais dispositivos legais, assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- Formulação de materiais de informações aos professores no sentido de que a especificidade linguística dos portadores de deficiência auditiva (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- A adoção de formas de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, no que se refere à Libras, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo as peculiaridades linguísticas manifestadas no aspecto formal da Língua Portuguesa (Decreto Nº 5.626, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso VI);
- Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência auditiva / surdez (Cap. VII, Art. 17, Art. 18 e Art. 19; Lei da LIBRAS e Decreto Nº 5626, Cap. IV, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso I), mormente quando da realização de provas ou sua revisão,

complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (Portaria Ministerial MEC nº 3284);

- Reforço no aprendizado da Língua Portuguesa, mormente na modalidade escrita (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- O uso do símbolo internacional de pessoa com surdez utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez) (Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT, segundo a NBR 9050);
- Inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos da Instituição, como disciplina obrigatória ou optativa, a depender da Diretriz Curricular do Curso (Decreto Nº 5.626, Cap. II, Art 3º, Parágrafo 2º);
- Disponibilização de equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (Decreto Nº 5.626, Art 14, Parágrafo 1º, Inciso VIII);
- Uso de tecnologias assistivas para surdos, como computadores, uso de internet, TDD (telecommunications device for the deaf -telefone de texto para surdos), entre outros. (Atendimento Educacional Especializado –AEE – conforme Resolução CNE/CBE n.04/2009).

20.6. Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista

O Ugv - Centro Universitário respeita e protege os direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, concede a esses indivíduos os mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, compreendendo desde a reserva de vagas em cargos públicos e privados, até o direito à educação e ao atendimento preferencial em bancos e repartições públicas. Além disso, faz-se mais representativa no campo da inclusão, quando se atenta para o fato de que muito pouco se tem progredido na garantia dos direitos desse segmento.

Geralmente à margem da sociedade, as pessoas com autismo e seus familiares sentem nos próprios ombros a carga do ônus da reabilitação, educação, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade da sociedade civil como um

todo, mormente do setor público. Legalmente, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Assim, o Ugv - Centro Universitário acata as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, buscando promover:

- a intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; e
- o estímulo à iniciação à pesquisa científica relativo ao transtorno do espectro autista;

Nesse sentido, a Instituição reconhece todos os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, com ênfase primordial a:

1. A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
2. A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
4. O acesso:
 - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 - c) ao mercado de trabalho;

Em casos de confirmada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, terá direito a acompanhante

especializado. Além disso, reforça-se o imperativo de que a pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo de sua necessidade especial.